





ANAIS DA III MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA - DA GESTÃO À PONTA: INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

BAHIA







É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte. Também disponível em: https://www.crp03.org.br/crepop/producoes-regionais/anais/.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M915 Mostra de Práticas em Psicologia e Políticas Públicas na Bahia (3.:2021: Bahia).

> Anais [recurso eletrônico]/ III Mostra de Práticas em Psicologia e Políticas Públicas na Bahia/ Organizado por: Natani Evlin Lima Dias; Pablo Mateus dos Santos Jacinto; Gabriela Evangelista Pereira.- Bahia: CRP-BA, 2021.

E-book.

Mostra realizada nos dias 03 a 05 de novembro de 2021, com o tema: "Da gestão à ponta: inserção da psicologia nas políticas públicas."

ISBN: 978-65-87931-05-0.

Psicologia.
 Políticas Públicas.
 Dias, Natani Evlin Lima, org. II.
 Jacinto, Pablo Mateus dos S., org. III. Pereira, Gabriela Evangelista, org. IV.
 Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.

CDU 159.9

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Rosaline Otero, CRB-5/1762







ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Natani Evlin Lima Dias

Pablo Mateus dos Santos Jacinto

Gabriela Evangelista Pereira

COMISSÃO ORGANIZADORA

Gabriela Evangelista Pereira

Monaliza Cirino de Oliveira

Natani Evlin Lima Dias

Pablo Mateus dos Santos Jacinto

Renan Vieira de Santana Rocha

COMISSÃO CIENTÍFICA

Gabriela Evangelista Pereira

Monaliza Cirino de Oliveira

Natani Evlin Lima Dias

Pablo Mateus dos Santos Jacinto

Renan Vieira de Santana Rocha

AVALIADORAS/ES

Ailena Júlie Silva Conceição

Alana Oliveira Cintra Pedreira

Ana Caroline Moura Cabral

Candice Santana Souza de Oliveira

Carmem Virgínia Moraes da Silva

Cintia Palma Bahia

Claudson Cerqueira Santana

Denise Viana Silva

Gabriela Evangelista Pereira

Giuliano Almeida Gallindo

Glória Maria Machado Pimentel

Iara Maria Alves da Cruz Martins

Jaqueline de Lima Braz Santos

Lara Araújo Roseira Cannone

Lívia Guimarães Farias

Luana Souza Barros Palmeira

Mailson Santos Pereira

Monaliza Cirino de Oliveira

Natani Evlin Lima Dias

Pablo Mateus dos Santos Jacinto

Renan Vieira de Santana Rocha

Rodrigo Márcio Santana

Ruthe Castro de Aquino Pinheiro

Silier Andrade Cardoso Borges

Thais Santos Ouais

Thaís Teixeira Cardoso

Tiago Ferreira da Silva

Valdineia Aragao dos Santos

Vanina Miranda da Cruz

Washington Luan Gonçalves de Oliveira







XVI PLENÁRIO DO CRP-03 DIRETORIA

Conselheiro Presidente: Washington Luan Gonçalves de Oliveira (CRP-03/18055)

Conselheira Vice-Presidenta: Ana Caroline Moura Cabral (CRP-03/5541)

Conselheira Secretária: Emmila Di Paula Carvalho dos Santos (CRP-03/5427)

Conselheira Tesoureira: Iara Maria Alves da Cruz Martins (CRP-03/10210)

DEMAIS CONSELHEIRAS/OS

Anderson Fontes Passos Guimarães (CRP-03/6680)

Carolina da Purificação Fonseca (CRP-03/12600)

Ezevaldo Aquino dos Santos (CRP-03/9946)

Leísa Mendes de Sousa (CRP-03/3977)

Adelvan Alcântara Lima Filho (CRP-03/12187)

Álvaro Pinto Palha Júnior (CRP-03/17376)

Atanael Ribeiro da Silva Weber (CRP-03/13293)

Catiana Nogueira dos Santos (CRP-03/10974)

Jacilânia Rodrigues Barros (CRP-03/5665)

Jaqueline Anjos Silva (CRP-03/8481)

Renan Vieira de Santana Rocha (CRP-03/11280)

Rogério da Silva Abílio (CRP-03/3208)

Vanina Miranda da Cruz (CRP-03/3228)

Wendell Santana Ferreira (CRP-03/12901)

COORDENAÇÃO DO CREPOP

Renan Vieira de Santana Rocha (CRP-03/11280)

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS - CREPOP

Natani Evlin Lima Dias (CRP-03/16212)

Gabriela Evangelista Pereira (CRP-03/6656)

Pablo Mateus dos Santos Jacinto (CRP-03/14425)

Psicóloga Convidada: Monaliza Cirino de Oliveira (CRP-03/9621)







SUMÁRIO

APRESENTAÇAU	20
SUMÁRIO DE RESUMOS	
a) PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBT SEXUALIDADES E QUESTÕES DE GÊNERO	Γ QI +
DA GESTÃO À ATUAÇÃO: PRÁTICAS DE CUIDADO EXECUTADAS PELA COORDENAÇÃO LGBT DO ESTADO DA BAHIA	24
Leonardo Ribeiro da Cruz de Oliveira, Adelmo dos Santos Filho	
A RELIGIOSIDADE COMO JUSTIFICATIVA PARA DISCRIMINAÇÃO: RELATOS DE UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO	25
Daniella Silveira Gomes, Dezirrê Goulart Ferreira, Nágila Mycaelle Oliveira Souza, Natasha Santiago Rodrigues	
OS ATRAVESSAMENTOS DAS VIOLÊNCIAS E O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: (RE)EXISTÊNCIA DA DEMOCRACIA PARA MULHERES Vanessa Oliveira Cordeiro Silva, Suzana Maiara Costa	26
A PERCEPÇÃO DE PSICÓLOGAS ACERCA DA RELAÇÃO DE MULHERES COM O CUIDADO DE SI E DO OUTRO, NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DO SUS E NA ATUAÇÃO DO SUAS: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS Janaína Sampaio Bomfim, Ana Laís Pales Pereira, Rosane Lopes Araújo Magalhães	27
REPENSANDO O PROCESSO DE VIOLÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO Emanuelli Zequinelli Rosa dos Santos	28
PERSPECTIVA MASCULINA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS SOBRE O PAPEL SOCIAL DO GÊNERO FEMININO: UM ESTUDO A PARTIR DOS ENUNCIADOS DAS MÚSICAS SERTANEJAS Mariana Kruschewsky Franco Ribeiro, Bruna Kelly Santos Lima, Emanuelli Zequinelli Rosa	29
dos Santos, Brenda Luara dos Santos de Souza	
ÀS MULHERES DE ANTES, DE AGORA E DE DEPOIS: UMA EXPERIÊNCIA DE CUIDADO AO PÚBLICO FEMININO NA ATENÇÃO BÁSICA Quésia Alcântara Oliveira, Ana Catarine Guimarães Castro	30
A PSICOLOGIA NO ANDAR DA CARRUAGEM: SERVIÇOS, COMPREENSÕES E PRÁTICAS PSICOLÓGICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ Igor Thierre, Hugo Tanizaka	31







			~		
b) PSICOLOGIA,	POLÍTICAS I	PÚBLICAS E	RELACOES	ÉTNICO-RA	CIAIS

É	PRECISO	DIZER	QUE	É	SOBRE	RAÇA?	_	RACIALIZANDO	O	OLHAR	34
PE	SQUISADO	OR SOBR	E PRÁ	TIC	CAS DA P	SICOLO	GΙΑ				

Thayna Miranda da Silva, Lara Steigleder Wayne, Carla Mariela Carriconde Tomasi

EXERCITAR O OLHAR RUMO A UMA ESCUTA QUE TRADUZ – RACIALIZANDO 35 PESQUISAS SOBRE A PRÁTICA PSICOLÓGICA

Thayna Miranda da Silva, Lara Steigleder Wayne, Carla Mariela Carriconde Tomasi

NOVEMBRO NEGRO NA SAÚDE: DISCUSSÃO SOBRE A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Ana Catarine Guimarães Castro, Erika Antunes Vasconcellos

INTERSECCIONALIDADE NO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL: 37 RELATO DE UM PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E SEUS DESDOBRAMENTOS

Wellington Ramos Gomes Junior, Dhara Santana Teixeira, Nara Frois de Oliveira Nogueira

ANÁLISE DE NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS SOBRE LOUCURA E RACISMO NO BRASIL DO SÉCULO XX: CONTRIBUICÕES À PSICOLOGIA

Renan Vieira de Santana Rocha, Luís Augusto Vasconcelos da Silva, Wesley Barbosa Correia

A SUBJETIVIDADE NEGRA E O IMPACTO DO FUNDAMENTALISMO CRISTÃO: UM ESTUDO DE CASO

Marcelle Gomes de Jesus, Clarissa Iris Rocha Leite

c) PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

SAÚDE MENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS INTERIORIZADAS DA BAHIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PSICOLOGIA INSERIDA NA EDUCAÇÃO

Mateus Teixeira Aguiar

O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – A EXPERIÊNCIA DO IV COLÓQUIO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL DO CRP-03

Jaqueline de Lima Braz Santos, Maria Eduarda Rocha Lage Lemos

EXPERIMENTAÇÕES LITERÁRIAS NA ESCOLA E SUBJETIVIDADES JUVENIS EM PRODUÇÃO 43

Fábia Santos de Jesus Barros, Rosângela Luz Matos, Fabíola Chanfin Gomes de Pinho

39



Helder Henrique Gomes da Silva





A PERDA DAS VIVÊNCIAS ESCOLARES E AS NOVAS FORMAS DE ENSINO: EXPERIMENTAÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR EM TEMPO DE PANDEMIA Itamara Sant Ana Monteiro, Aleff Alves da Silva, Laís do Rosário Moradillo, Roberta Scaramussa da Silva	44
A PSICOLOGIA NA SUPERAÇÃO DE VALORES TÓXICOS À ÉTICA EM SALA DE AULA Tom Valença	45
PROJETO CIRANDAS JUVENIS EM REDE: OFICINAS DE ARTE-EDUCAÇÃO COM ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL Vanderson Barreto Pereira, Rosângela da Luz Matos	46
VIADINHO, BIXA E MENINO PROBLEMÁTICO": AS ANDANÇAS DE UM PSICÓLOGO ESCOLAR QUE TINHA MEDO DA ESCOLA Roque Luiz Argolo Souza	47
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ONLINE EM TEMPOS DE PANDEMIA: A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NESTE CONTEXTO Gleice Kelly Silva Pereira e Juliane Pereira dos Santos	48
ATELIÊ DE ARTES E SUBJETIVAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS NO CONTEXTO ESCOLAR Fábia Santos de Jesus Barros, Rosângela Luz Matos, Raquel Maciel Paulo dos Anjos	49
AÇÕES DE CUIDADO PSICOLÓGICO AOS PROFESSORES NO PERÍODO DA PANDEMIA COVID-19 Jamily Cerqueira Etinger Almeida Novais, Cláudia de Jesus Pinheiro, Nília Maria de Brito Lima Prado, Mariá Lanzotti Sampaio	50
PSICOLOGIA E FEMINISMO NA REALIDADE ESCOLAR: A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO "MARIA, VAI COM AS OUTRAS!" Rachel Raiany de Souza Lima Albuquerque	51
RELATO DE CASO: A GESTÃO HOSPITALAR E A INSERÇÃO NO GRUPO DE PESQUISA DURANTE A PANDEMIA Joelson Felix de Souza	52
UMA COMPREENSÃO SOBRE OS SABERES: AS FACULDADES HUMANAS E AS CONTRIBUIÇÕES DOS CONHECIMENTOS A ELAS Nayara Kelly Gomes da Silva, Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião	53
OFERTA DE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES NA UNIVERSIDADE PÚBLICA COMO INCREMENTO À FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA Adelmo dos Santos Filho, Pablo Mateus dos Santos Jacinto	54
ADOLESCÊNCIA E SENTIDO PESSOAL: UMA ANÁLISE CONSTRUTIVISTA	55







SER PROFESSORA EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PSICOLOGIA ESCOLAR Camila Gabrielle dos Santos Mota, Caroline Santos Da Silva Cristo, Roberta Scarmussa da Silva	56
ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO EM PACIENTES COM ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E O PAPEL DAS UNIVERSIDADES Angélica de Souza Teixeira, Luana Viana Aguiar Santos, Mécia Pires da Silva, Renata	57
PSICOLOGIA ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA PANDEMIA E REFLEXÃO DA POLÍTICA PÚBLICA NO EXTREMO SUL BAIANO Juscimara Carvalho Pereira, Gerald Gomes Alves, Valéria Sousa Santos, Roberta Scaramussa da Silva, Roziene Castro Mota	58
PSICOLOGIA: (RE)CONHECENDO A PSICOLOGIA NO ÂMBITO DA SAÚDE COLETIVA:RELATO DE EXPERIÊNCIA EM MONITORIA NO ENSINO SUPERIOR Ian Pereira Assunção, Juliane dos Santos Almeida	59
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM RELAÇÃO ÀS CRIANÇAS COM TEA PELA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO Ian Vitor Oliveira Nascimento, Camila Macedo Silva, Kécia Carvalho Montenegro Silva, Andrena Silva Reis, Joice Souza Lima, Brenda Luara dos Santos de Souza	60
SAÚDE EMOCIONAL E SENTIDOS DA VIDA: RELATOS DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL Felipe de Novaes Coelho, Neilton da Silva, Daniela Santana Reis	61
LETRAMENTO CIENTÍFICO MEDIADO PELAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NÃO FORMAIS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE ALAGOINHAS-BA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA Ariel Dantas Barbosa	62
d) PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	
O PAPEL DA/O PSICÓLOGA/O NA REINSERÇÃO SOCIAL DE PESSOAS QUE ESTIVERAM NO PROCESSO DE CUIDADO PARA USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS Sandro Manoel do Nascimento	64
OS ATRAVESSAMENTOS PSÍQUICOS DA PANDEMIA EM PACIENTES RENAIS CRÔNICOS NO CONTEXTO HOSPITALAR Amanda Sacramento Maja	65







PSICOLOGIA HOSPITALAR E HUMANIZAÇÃO: ATIVIDADES NOS NÍVEIS SECUNDÁRIOS E TERCIÁRIOS DE SAÚDE NO CONTEXTO SUS Amanda Sacramento Maia	66
AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA EM AMBULATÓRIO DE CLÍNICA AMPLIADA, REALIZADO EM UNIDADE DOCENTE ASSISTENCIAL Sandra Lopes de Oliveira, Nayana Santana Barreto	67
O CONTROLE SOCIAL COMO FORMA DE CO GESTÃO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA Louise Diná Rodrigues Barbosa, Amanda Fernandes Maia Guimarães Carvalho	68
ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PRÁTICAS DE MATRICIAMENTO EM SAÚDE MENTAL Emanuele Lopes da Silva	69
O PAPEL DO PSICÓLOGO FRENTE AO PACIENTE COM BAIXA ADESÃO À TERAPIA MEDICAMENTOSA Milena de Oliveira Silva, Adrielle Dionísio dos Santos, Erika Danielle Souza da Silva, Ademar Rocha da Silva, Andreza Maia Silva Barbosa	70
A FAMÍLIA COMO LÓCUS ESTRATÉGICO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA Miriam Marostica, Isabel Campos Mustafa Figueiredo	71
O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL NO BRASIL: UM ESTUDO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA Henrique Lima Reis, Jeane Trindade de Brito, Esly Rebeca Amaral Oliveira, Hiago Souza Costa, Lívia Botelho Félix	72
APOIO MATRICIAL E SAÚDE MENTAL: RELATO DAS POTENCIALIDADES E DESAFIOS NO FAZER DO NASF POR UMA PSICÓLOGA EM UMA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA Nara Frois de Oliveira Nogueira, Dhara Santana Teixeira, Cecília Santana Mota	73
ATUAÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE: ESTÁGIO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 Sara Marreiros do Nascimento, Erika Carla de Sousa Ramos, Kerolayne de Castro Fontenele, Andressa Araújo Vera cruz	74
TRIANGULAÇÃO METODOLÓGICA E SAÚDE MENTAL: EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE PESQUISA Ártemis Borges Macedo, Esly Rebeca Amaral Oliveira, Dara Giovana Passos Almeida, Henrique Lima Reis, Hiago Souza Costa, Jeane Trindade de Brito, Laila Porto Azevedo Alves, Lívia Botelho Félix, Ludmilla Oliveira Cruz Pitanga	75







PSICOLOGIA E ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: PERCEPÇÕES DE PSICÓLOGAS RESIDENTES NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA Vivian Carla Cerqueira dos Santos, Janaína Sampaio Bomfim, Eurisa Maria de Santana, Rosane Magalhães	77
PSICOLOGIA E "INSISTÊNCIA SOCIAL": DESAFIOS PARA O CONTROLE SOCIAL NO SUDOESTE BAIANO Natani Evlin Lima Dias, Regiane Lacerda Santos	78
MÃES DE CRIANÇAS COM CÂNCER E O CUIDAR DE SI Glasy Souza E Silva Santos, Isabelle Diniz Cerqueira Leite	79
PET: ESTRATÉGIA PARA EFETIVAÇÃO DE MATRICIAMENTO EM SAÚDE MENTAL EM PORTO SEGURO Isis Lima da Silva	80
O "NOVO NORMAL" É A VELHA ESTRUTURA DE DESMONTE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - A SAÚDE MENTAL NA CORDA BAMBA Thais Catarine Costa Conceição	81
A ASSISTÊNCIA DA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UM OLHAR À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ	82
Ian Pereira Assunção, Tatiane Tavares Reis, Polyana Arruda dos Santos, Laryssa Vieira Guimarães de Souza	
RELATO DE EXPERIÊNCIA- GRUPO DE FAMILIARES CAPSAD II GREGÓRIO DE MATTOS/UFBA Analice Sena, Victoria Andrade dos Santos	83
PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO: PARA QUEM E PARA QUE? Renata De Castro Lima	84
PLANTÃO PSICOLÓGICO PARA VITÓRIA DA CONQUISTA E REGIÃO: 5 ANOS DE FUNCIONAMENTO NO NUPPSI/UESB Daniel Marinho Drummond	85
"QUEM PARIU MATEUS QUE O BALANCE"? REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DE PSICÓLOGAS NO SUPORTE ÀS FAMÍLIAS PARA CUIDADO EM SAÚDE MENTAL	86
DE ADOLESCENTES Thaís Ornelas Nascimento, Nara Frois de Oliveira Nogueira, Sandra Assis Brasil, Carolina Pinheiro Moreira	
PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÕES EM PSICOLOGIA NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA Ruth Amorim de Oliveira, Miriã Lima	87
ENTRE LUTOS, COSTURAS, SUPERVISÕES E ESCUTAS: CONFECCIONAR TECIDOS COM RETALHOS	88







Edilson de Jesus Santos, Silier Andrade Cardoso Borges, Milena Dorea de Almeida

PROJETO CUIDAR FAZ BEM: CUIDANDO DE QUEM CUIDA Néria Silva Ribeiro, Rafael Andrade de Souza	89
A PSICOLOGIA VAI À FEIRA: DO CONSULTÓRIO PARA A RUA Anamélia Ferreira da Rocha	90
CONSTRUÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DE UMA UNIDADE DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA Rânder Jorge Alcântara, Maria da Conceição Costa Rivemales	91
AGUENTAR A DOR DO PARTO NORMAL OU OPTAR PELA CESÁREA? REVISÃO ATRAVÉS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS Hugo Tanizaka, Helen Tiele de Brito Souza Lopes	92
e) PSICOLOGIA E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
ATUAÇÃO PSI NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE PARA PCD E SUAS FAMÍLIAS	94
Jaqueline de Lima Braz Santos	
AS CONTRIBUIÇÕES RECÍPROCAS ENTRE A PSICOLOGIA E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA Elaine Pinheiro Costa, Leísa Mendes de Sousa	95
O ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL IMPACTADAS PELAS COVID-19 Vandeilton Trindade Santana	96
CONTRIBUIÇÕES DO CREPOP BAHIA PARA O EXERCÍCIO ÉTICO DA PSICOLOGIA NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Natani Evlin Lima Dias, Taís Cardoso Britto, Pablo Mateus dos Santos Jacinto, Gabriela Evangelista Pereira, Helena Miranda dos Santos, Antônio Rogério da Costa Greenhalgh	97
RE-CONTANDO MINHA HISTÓRIA: UMA PRODUÇÃO ARTÍSTICA DA HISTÓRIA DE VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL Thainara Meireles	98
BLOG COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ACERCA DA PSICOLOGIA NO SUAS Rozana Maria da Fonseca	99



Everaldo Lauritzen Lucena Filho





3ª REGIÃO - BA	
TRABALHO COLABORATIVO ENTRE MULHERES DE ORIGEM POPULAR EM CAMAÇARI-BA: A COOPERAÇÃO COMO FORMA DE ENFRENTAR AS DESIGUALDADES E EXCLUSÃO SOCIAL Isael de Jesus Sena, Adriana Nogueira, Francine Costa	-
RELATO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS Luis Anselmo Oliveira da Silva, Márcia Daiane Silva dos Santos	E 101
RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS Malena Gordiano Mendes, Márcia Daiane da Silva Santos	A 102
A PSICOLOGIA NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UN ESPAÇO CONQUISTADO? Rute Rocha Souza	1 103
PSICOLOGIA E PROTEÇÃO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DA COVID-19 Marcela Ferreira Brandão, Itamar de Almeida Carneiro	A 104
GRUPO DE REFLEXÃO ONLINE SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS/OS PSICÓLOGAS/OS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Inayara Oliveira de Santana, Luane Neves Santos, Rozana Maria da Fonseca, Quitéria Rodrigues Costa, Thayná Stelma Barros Rangel, Jessica Cerqueira de Andrade, Bianca Carvalho Silva, Evelin Fonseca de Sales	а
JOGOS ELETRÔNICOS: INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO EM IDOSOS COM A DOENÇA DO ALZHEIMER Vitor Mario de Oliveira Girdwood, Edivana Almeida Aguiar dos Santos, Warley Monteiro	A 107
ESTÁGIO EXTRACURRICULAR EM PSICOLOGIA COM O GRUPO DE MULHERES E IDOSAS EM UM CRAS NO TERRITÓRIO DE CENTRAL – BA: UM RELATO DI EXPERIÊNCIA Larissa da Silva Melo, Deisy Jeany Santos Bastos, Claudilson dos Santos Souza	
O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ SOB A ÓTICA DE UMA ESTAGIÁRIA EM UM CRAS DO SERTÃO BAIANO Káren Caroline de Souza, Marla Jalinne Ventura de Almeida, Claudilson Souza dos Santos	
A/O PSICÓLOGA/O NA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	

ENRIQUECER PARA DISSEMINAR: RELATO DE CAPACITAÇÃO COM EQUIPE DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ

111







Isabele Tenório dos Santos, Misael Carlos do Nascimento Neto, Lucivanda Cavalcante Borges, Valéria de Lima Fonseca

A REDE DE PROTEÇÃO INTERSETORIAL DE LAURO DE FREITAS – BA ENTRE OS	112
ANOS DE 2017 A 2020, RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA SISTÊMICA	
Isabel Macedo Torres da Silva, Mônica Cristina de Jesus Caldas, Débora Luisiana Santos	
Sousa Carvalho, Edna Maria das Graças Durão	

A ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O NO CRAS: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA 113 EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Fabiana Encarnação Gouveia, Jarlan Miranda dos Santos, Laisa Ferreira Machado, Matheus Mendes dos Santos, Jéssica da Silva Dias dos Santos

A PRÁTICA DA/O PSICÓLOGA/O NO CRAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA 114 PROMOVER ACESSOS E USUFRUTO DE DIREITOS

Betânia Lays Novais dos Santos Nascimento, Brenda da Silva e Silva, Brisa Bezerra Viana Borges, Jarlan Miranda dos Santos

ARTE EM INTERVENÇÃO NO CENTRO POP: (RE)INTERPRETAÇÕES SOBRE 115 FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E A ESCUTA GENUÍNA DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

Gabriel Max da Silva Oliveira, Brenda Luara dos Santos de Souza, Rita Beraguas de Lima

O QUE APRENDEMOS SE TORNA PARTE DE QUEM SOMOS: RELATO DE 116 EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS

Valéria Lima Silva Fonseca, Misael Carlos do Nascimento Neto, Isabele Tenório dos Santos

ATUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR FRENTE O ABUSO SEXUAL - RELATO DE 117 COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SUAS

Valéria Lima Silva Fonseca, Misael Carlos do Nascimento Neto, Isabele Tenório dos Santos

f) PSICOLOGIA EM INTERFACE COM A JUSTIÇA

FEMINICIDA UXORICIDA: POSSÍVEIS INTERVENÇÕES NO CONTEXTO DA 119 PSICOLOGIA JURÍDICA

Caroline Marques Abilio, Juscimária Bezerra de Souza

O DESMASCARAMENTO DA MASCULINIDADE TÓXICA: TRABALHANDO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Natan Reis Gomes

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA: 121 DESAFIOS E POSSIBILIDADES



Patricia Suely Souza Bomfim





Andreia Da Cruz Oliveira, Carla Pinheiro França

A IMPORTÂNCIA DA PSICÓLOGA NA EQUIPE INTERDISCIPLINAR QUE ASSESSORA AS PROMOTORAS DE JUSTIÇA EM INSPEÇÕES AOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES Lua Maria Bacellar Cal	122
PSICOLOGIA EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: DESAFIOS PARA O TRABALHO EM UMA UNIDADE EDUCACIONAL DE INTERNAÇÃO FEMININA Bruna Shimabukuro de Freitas	123
A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA JURÍDICA POR MEIO DA ACP FRENTE ÀS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO Layara Thaylane Fernandes Oliveira, Valquíria de Jesus Nascimento	124
A PSICOLOGIA SOCIAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA NO ACOMPANHAMENTO A INDIVÍDUOS EM CUMPRIMENTO DE PROCESSO CRIMINAL Gloria Maria Vieira Ventapane	125
O PLANTÃO PSICOLÓGICO EM UM NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: UM PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DAS VIVÊNCIAS HUMANAS Hárllen Eric Benevides de Castro, Valquiria de Jesus Nascimento	126
A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA PSICOLÓGICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES Néria Silva Ribeiro, Rafael Andrade de Souza	127
ATUAÇÃO DA PSICÓLOGA EM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL VOLTADA PARA GARANTIA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Rafael Andrade de Souza, Néria Silva Ribeiro	128
INTERVENÇÃO COM A MUSICOTERAPIA NO SISTEMA PRISIONAL Ariani Oliveira Gonçalves Santos, Glauria Maria de Souza Melo Lino	129
g) PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS, MOBILIDADE HUMANA E TRÂNSITO	
MOBILIDADE HUMANA E URBANA: QUALIDADE DE VIDA NOS DESLOCAMENTOS	131
Marlene Alves da Silva, Eliéte Ferreira Vilas Bôas	

ASPECTOS QUE PERMEIAM O COMPORTAMENTO HUMANO NO TRÂNSITO

132







RESSIGNIFICANDO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO RUA ATRAVÉS DA ARTE EM 133 ALAGOINHAS-BA Ariel Dantas Barbosa

h) PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS, TRABALHO E ORGANIZAÇÕES

SAÚDE MENTAL	E TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE	135
	PROFISSIONAIS ASSISTENCIAIS QUE TRABALHAM NOS	
PRESÍDIOS FEDER	AIS BRASILEIROS	

Manuela da Silva Amorim, Branca Maria de Meneses

A CASA ENQUANTO INSTITUIÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO EM 136 PSICOLOGIA INSTITUCIONAL NA CASA DA VIDA Marianna Matos Santos, Felipe Muniz da Silva

i) PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NO AMBULATÓRIO MULTIPROFISSIONAL 138 ESPECIALIZADO EM COVID PÓS-AGUDA

Milena Nogueira Azevedo, Emília Augusta Franz Vieira Passos

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA **139** MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA NA PANDEMIA DA COVID-19 William Vieira Fernandes, Eurisa Maria Santana, Gabriel Sauer

CRAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: SENSAÇÕES, INCÔMODOS, REFLEXÕES E RE-PLANEJAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE ATENÇÃO À COMUNIDADE.

Roque Luiz Argolo Souza, Anielle Costa Pizzani Soares, Thaiane Duarte Costa Pereira, Jossielly de Souza Nascimento, Irenilda Silva dos Santos, Josilene dos Santos Novaes dos Anjos, Marilia Rodrigues da Silva Gomes, Maria Augusta Souza Santos, Laura Novaes dos Anjos

SÍNTESE DE ESTRATÉGIAS UTILIZADAS POR PSICÓLOGOS HOSPITALARES 141 FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19

Jamily Cerqueira Etinger Almeida Novais, Cláudia de Jesus Pinheiro, Mariá Lanzotti Sampaio, Ana Paula Malheiros Vilas Boas de Sá, Nília Maria de Brito Lima Prado, Rita de Cássia Silva Santos, Sabrina Aguiar Cerqueira, Érica Ribeiro Medeiros

IMPACTOS E DESAFIOS DO PROJETO PSICOLOGIA EM LINK: PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO ATENDIDA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Edisio Pereira da Silva Luz Júnior, Odilza Lines de Almeida, Adriana Vespasiana Magalhães Dias, Joyce Fernandes Prates, Jeciana das Virgens Botelho







AÇÕES DO CREPOP BAHIA PARA A QUALIFICAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 Natani Evlin Lima Dias, Pablo Mateus dos Santos Jacinto, Gabriela Evangelista Pereira, Renan Vieira de Santana Rocha, Monaliza Cirino de Oliveira	143
RELATOS DE EXPERIÊNCIAS: O QUE PSICÓLOGAS RESIDENTES TÊM FEITO NO CONTEXTO DE COMBATE AO COVID-19, NA CIDADE DE ITABUNA-BA? Janaína Sampaio Bomfim, Vivian Carla Cerqueira dos Santos, Rosane Lopes Araújo Magalhães, Eurisa Maria de Santana	144
EDUCAÇÃO PERMANENTE COM TRABALHADORES DA REDE PÚBLICA AO ATENDIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA Letícia Passi Batista, Mayara Aparecida Bonara Freire	145
CAPACITAÇÃO EM SAÚDE MENTAL PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA Jarlane Chagas Souza Miranda, Gabriel Sauer, Rainna Fontes Gonçalves Costa, Eurisa Maria de Santana, Maria da Conceição Scaldaferri Fernandes	146
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE MENTAL NA PANDEMIA DA COVID-19 EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL Ávila Silva dos Santos, Itamar de Almeida Carneiro	147
PSICOLOGIA EM LINK: CUIDADO EM SAÚDE MENTAL PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA Daniel Marinho Drummond, Hétone Rodrigues Rocha, Victor Rodrigo Bomfim Leite Silva, Igor Andrade Santos, Gabriela Rocha da Silva, Amanda Costa Martins Santos, Mariana Kruschewsky Franco Ribeiro	148
GRUPO TERAPÊUTICO ON-LINE PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS COMO POSSIBILIDADE DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: UMA EXPERIÊNCIA Hétone Rodrigues Rocha, Igor Andrade Santos, Daniel Marinho Drummond	149
ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NAS CLÍNICAS MÉDICA E CIRÚRGICA NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM URGÊNCIAS NA PANDEMIA COVID-19 Marianna Matos Santos, Lorena Kelle Silva Vaz, Danúsia Cardoso Lago	150
SAÚDE MENTAL EM CONTEXTOS DE PANDEMIA E ISOLAMENTO SOCIAL: ANÁLISE DE INDICADORES SOBRE O TRABALHO EM SAÚDE NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS Renan Vieira de Santana Rocha, Beatriz Borges Brambilla, Brenda Dantas Barros	151
AUTOCUIDADO EM SAÚDE MENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA	152

PSICÓLOGA (MÉDICOS SEM FRONTEIRAS) ATUANDO NA PANDEMIA

Adriana Félix Moura

152







O PROGRAMA SALVADOR PROTEGE NO DISTRITO SANITÁRIO: UM RELATO DE CASO Joelson Felix De Souza	153
RODA DE CONVERSA NA EDUCAÇÃO COMO TÁTICA DE SOBREVIVÊNCIA À PANDEMIA DA COVID-19 <i>Ícaro Berbert Macêdo</i>	154
ESTRATÉGIAS DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NA CRECHE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UM RELATO DE EXTENSÃO Jeane Trindade de Brito, Lívia Botelho Félix, Hiago Souza Costa	155
PROJETO E-TERAPIAS: PROMOÇÃO DE HABILIDADES PARA A VIDA Raquel Silva Rocha, Viviane dos Santos Souza, Rozemere Cardoso de Souza	156







SUMÁRIO DE TRABALHOS COMPLETOS

a) PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQI+, SEXUALIDADES E QUESTÕES DE GÊNERO

PERSPECTIVA MASCULINA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS SOBRE O 159 PAPEL SOCIAL DO GÊNERO FEMININO: UM ESTUDO A PARTIR DOS ENUNCIADOS DAS MÚSICAS SERTANEJAS

Mariana Kruschewsky Franco Ribeiro, Bruna Kelly Santos Lima, Emanuelli Zequinelli Rosa dos Santos, Brenda Luara dos Santos de Souza

b) PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A SUBJETIVIDADE NEGRA E O IMPACTO DO FUNDAMENTALISMO CRISTÃO: 173 UM ESTUDO DE CASO

Marcelle Gomes de Jesus, Clarissa Iris Rocha Leite

d) PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

CONSTRUÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DE UMA UNIDADE DE SAÚDE: RELATO 183 DE EXPERIÊNCIA

Rânder Jorge Alcântara, Maria da Conceição Costa Rivemales

e) PSICOLOGIA E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A REDE DE PROTEÇÃO INTERSETORIAL DE LAURO DE FREITAS – BA ENTRE OS ANOS DE 2017 A 2020, RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA SISTÊMICA Isabel Macedo Torres da Silva, Mônica Cristina de Jesus Caldas, Débora Luisiana Santos Sousa Carvalho, Edna Maria das Graças Durão

JOGOS ELETRÔNICOS: INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO EM IDOSOS COM A **201** DOENÇA DO ALZHEIMER

Vitor Mario de Oliveira Girdwood, Edivana Almeida Aguiar dos Santos, Warley Monteiro

f) PSICOLOGIA EM INTERFACE COM A JUSTIÇA

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA JURÍDICA POR MEIO DA ACP FRENTE ÀS 217 CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO

Layara Thaylane Fernandes Oliveira, Valquíria de Jesus Nascimento













APRESENTAÇÃO

Ao longo dos anos os campos de práticas em Psicologia vêm se ampliando e alcançando os mais variados âmbitos, principalmente se considerarmos os avanços das políticas sociais, bem como o atual quadro de retrocessos enfrentados na presente conjuntura de crise social e política que, por sua vez, influencia direta ou indiretamente nos espaços em que a psicologia ocupa.

Atualmente, as políticas públicas se configuram como o espaço de grande inserção desses profissionais, como discutido por Mandelbaum (2012)¹ que vê o campo social como "território fértil", um verdadeiro laboratório para a produção em Ciências Humanas, uma vez que cada vez mais o social e o psicológico são concebidos de modo indissociável.

Com o objetivo de visibilizar práticas ligadas à psicologia e políticas públicas, bem como de interiorizar e desse modo divulgar o que tem sido proposto e desenvolvido no estado baiano, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), órgão operacional do Conselho Regional de Psicologia 3ª região (CRP-03), tem procurado construir espaços coletivos de discussão, convocando a categoria e os estudantes de Psicologia a repensarem seus papéis nas políticas públicas e assim potencializar os espaços de atuação em todas as suas instâncias.

A Mostra de Práticas em Psicologia e Políticas Públicas concretiza esse papel. Desde sua primeira edição, em 2016, agrega trabalhos de todo o estado da Bahia, evidenciando a pluralidade do fazer psi nesse território.

Em sua terceira edição, a Mostra, que ocorreu entre os dias 03 a 05 de novembro de 2021, também teve um caráter comemorativo, em celebração aos 15 anos do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) na Bahia.

O evento foi realizado em formato online, em respeito às medidas sanitárias de prevenção da Covid-19, reunindo mais de 950 pessoas, que participaram de uma vasta programação com mesas, apresentações artísticas e apresentações orais, pautadas nos seguintes eixos: A) Psicologia e Políticas Públicas para a população LGBTQI+, Sexualidades e Questões de Gênero; B) Psicologia, Políticas Públicas e Relações Étnico-Raciais; C) Psicologia, Políticas Públicas e Educação; D) Psicologia e Políticas Públicas de Saúde; E) Psicologia e Sistema Único de Assistência Social; F) Psicologia em interface com a Justiça; G) Psicologia, Políticas Públicas, Mobilidade Humana e Trânsito; H) Psicologia, Políticas Públicas, Trabalho e Organizações; I) Psicologia e Políticas Públicas no Enfrentamento da Pandemia da Covid-19.

¹ MANDELBAUM, B. Sobre o campo da Psicologia social. Psicologia USP, São Paulo, v. 23, n.1, p.15-43, 2012.







Dessa forma, é com muita satisfação que disponibilizamos para as/os Psicólogas/os, estudantes e profissionais que atuam em articulação com a Psicologia, os Anais do evento com os resumos e trabalhos completos apresentados na III Mostra. Esperamos que esse material contribua para subsidiar práticas qualificadas, no campo das Políticas Públicas.







RESUMOS







a) PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQI+, SEXUALIDADES E QUESTÕES DE GÊNERO







DA GESTÃO À ATUAÇÃO: PRÁTICAS DE CUIDADO EXECUTADAS PELA COORDENAÇÃO LGBT DO ESTADO DA BAHIA

Leonardo Ribeiro da Cruz de Oliveira Adelmo dos Santos Filho

A Coordenação LGBT do Estado da Bahia foi um dos Órgãos da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), sendo responsável por gerir e fiscalizar a execução de políticas públicas voltadas à população Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transsexual em mais de 400 municípios Baianos. O Centro de Promoção de Direitos Humanos (CPDH LGBT), era um dos grupos responsáveis pela execução das atividades, tendo a sua sede localizada no Centro Histórico do Município de Salvador, no Casarão da Diversidade. Este trabalho é um relato de experiência que visa o diálogo entre dois profissionais da Psicologia, entrelaçando as práticas de planejamento e gerenciamento de políticas públicas e a execução destas políticas LGBTQIA+ na Bahia. Pensando em sua execução, uma das articulações partem de uma parceria entre o Núcleo de Estudos e Formação em Saúde (NEFES), composto por estudantes e profissionais da Psicologia, e o CPDD, sendo possível desenvolver ações práticas de assistência psicológica utilizando planos de intervenção que visavam um diagnóstico situacional; práticas de cuidado em saúde mental a partir do acolhimento dos trabalhadores; mapeamento da rede de saúde e assistência social e; reuniões para construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS). Em sua execução o PTS ofereceu acolhimento e escuta clínica psicológica para a equipe multiprofissional do Casarão da Diversidade, realizando 38 acolhimentos, observando como principais resultados: o encontro com a realidade dos usuários lhes aproximava de suas próprias histórias, dando-se a identificação do trabalhador com os usuários, uma espécie de espelhamento entre as subjetividades. Por vezes, os trabalhadores estavam inadvertidos dessas nuances, embora perceptivelmente impactados e afetados. Os relatos de experiência são referentes ao período de 2019 a 2020, sempre relacionados à atuação no Espaço do Casarão da Diversidade, um importante espaço de resistência e militância, pautado na preservação de direitos humanos à sujeitos marcados por uma estrutura social violenta. Hoje, a representação na Bahia é pensada pelo Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, um órgão de natureza consultiva, com finalidade de formular e propor diretrizes e políticas públicas voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa da população LGBTQIA+.

Palavras-chave: LGBT. Gestão. Políticas Públicas.







A RELIGIOSIDADE COMO JUSTIFICATIVA PARA DISCRIMINAÇÃO: RELATOS DE UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO

Daniella Silveira Gomes

Dezirrê Goulart Ferreira

Nágila Mycaelle Oliveira Souza

Natasha Santiago Rodrigues

Este trabalho é parte dos resultados preliminares de uma pesquisa-intervenção realizada em universidades privadas e públicas do estado do Rio de Janeiro que pretendia compreender a maneira que cursos de formação superior em psicologia articulam saúde e Direitos Humanos no exercício da profissão. Para isto, como objetivo geral pretendíamos conhecer como docentes e discentes significam Direitos Humanos na formação e na prática profissional. Nesse percurso buscamos compreender como discentes pensam a importância da ética e Direitos Humanos como parte da formação, discutir conhecimentos dos fundamentos históricos dos Direitos Humanos, identificar como docentes e discentes significam sua atuação clínica e como articulam esta clínica com os marcadores sociais de diferença, verificar se a formação oferece recursos que ajudem no enfrentamento das discriminações, e analisar como gênero, sexualidade e relações étnico-raciais atravessam o cotidiano da formação em psicologia. A metodologia utilizada na pesquisa-intervenção foi a cartografia que pretendeu acompanhar os processos através das pistas nas entrevistas cartográficas e a realização de oficinas com turmas do 1º ao 9º períodos. Dentre os resultados preliminares, embora não houvesse essa especificidade a priori, a religiosidade apareceu como eixo analisador, pois despontou na justificativa dos participantes que a prática de discriminação à comunidade LGBTQIA+ era embasada em nome do discurso religioso por parte dos discentes do curso de formação em psicologia, que utilizaram suas crenças para minimizar o ato discriminatório. No entanto, também apareceu que o acesso ao referencial teórico acerca dos Direitos Humanos os fizeram questionar tal prática, o que assevera a importância do debate sobre o tema.

Palavras-chave: Pesquisa-intervenção. Formação em psicologia. Religiosidade.







OS ATRAVESSAMENTOS DAS VIOLÊNCIAS E O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: (RE)EXISTÊNCIA DA DEMOCRACIA PARA MULHERES

Vanessa Oliveira Cordeiro Silva

Suzana Maiara Costa

As violências de gênero são um problema que atinge a todas nós cotidianamente. Com os altos índices de violências contra as mulheres, constatados em pesquisas diversas, esta questão já se tornou um problema de saúde pública, carecendo de um olhar atento para o seu enfrentamento e controle. Nesse sentido, pensar numa rede que esteja comprometida com o combate às violências se faz urgente para a manutenção da vida e dignidade das mulheres. O estado como órgão responsável pela criação de diretrizes e políticas de atenção deve assumir e manter o compromisso social para que haja a manutenção e garantia desses direitos. A partir disso, o objetivo desse trabalho é discutir as violências contra as mulheres diante do desmonte das políticas públicas. Muitas mulheres brasileiras são atravessadas pelas violências mesmo em estado democrático – que deveria ser regido pelos princípios dos Direitos Humanos. Portanto, as experiências e situações cotidianas servem a manutenção dessas relações desiguais que intensificam o fenômeno. Embora exista a Constituição, leis e serviços destinados ao combate e enfrentamento das violências contra as mulheres, a realidade se agrava progressivamente (OLIVEIRA; BARROS; SOUZA, 2010). Ademais, existem práticas de dominação e exclusão que também se entrecruzam com gênero e requer políticas públicas específicas. Foram necessárias lutas de várias gerações para sermos reconhecidas como cidadãs e sujeitas de direitos. A instauração de uma ordem institucional igualitária e democrática sofre ameaças diárias nos convocando a refletir sobre o tema. Logo, a entrada das mulheres nas decisões políticas caracteriza-se como incipiente e insatisfatória, mas resultante dos movimentos sociais - de mulheres e feministas no passado (OLIVEIRA; BARROS; SOUZA, 2010). Levando em consideração a distribuição injusta dos recursos ou baixa execução orcamentária nota-se o desmonte de direitos fundamentais da cidadania. O processo tem sido muito danoso para a população e para quem trabalha na rede, em particular as mulheres que a partir dos movimentos feministas constroem políticas para melhorar nossas vidas. Assim, além de enfrentar conflitos, o desenvolvimento da cidadania requer a inserção social dos sujeitos com suas demandas, o que implica uma articulação igualitária. As violências contra as mulheres no Brasil comprovam expressivamente a não "[...] concretização da justiça de gênero, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza, poder, entre regiões, classes, raças e etnias, entre mulheres e homens etc" (SILVEIRA, 2004, p. 66). Consequentemente entendemos que não alcançaremos êxito nessa atuação sem organização coletiva e articulação política.

Palavras-chave: Violências contra as mulheres. Políticas públicas. Rede de enfrentamento







A PERCEPÇÃO DE PSICÓLOGAS ACERCA DA RELAÇÃO DE MULHERES COM O CUIDADO DE SI E DO OUTRO, NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DO SUS E NA ATUAÇÃO DO SUAS: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Janaína Sampaio Bomfim Ana Laís Pales Pereira Rosane Lopes Araújo Magalhães

A percepção de psicólogas do SUS e SUAS acerca da relação de mulheres com cuidado de si e do outro: relato de experiência. Um olhar humanizado sobre o cuidado, seja de si, ou do outro, é uma temática relevante dentro das áreas da assistência social e da saúde, no que tange às políticas públicas. A proposta objetiva relatar experiências vividas, voltadas para o tema cuidado, promovida por residente da USF/SUS (Unidade de saúde da família) de Itabuna/BA e da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e por técnica de referência do Centro de referência de Assistência social (CRAS/SUAS) de Presidente Jânio Quadros/BA, tendo como público-alvo mulheres que são usuárias dos serviços. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, feito através de relato de experiências. As atividades ocorreram entre o 1º semestre e os dois meses do segundo semestre de 2021 com agendamento para cada participante, tendo os dois serviços (USF e CRAS) o mesmo procedimento. Participaram cerca de 100 mulheres no CRAS e 40 na USF do território de abrangência. Foram realizadas escutas psicológicas com empatia, congruência e consideração positiva incondicional individualizadas, possibilitando um olhar fenomenológico e descritivo sobre o tema, tendo as vivências de escutas psicológicas e as observações do contexto de trabalho e vida no cotidiano, a base para o estudo. Percebe-se através dos relatos que cerca de 92% das mulheres participantes da escuta na USF são envolvidas com o cuidado de outras pessoas e trazem essa questão como demanda do sofrimento psíquico e que, nos casos atendidos no CRAS, a grande maioria se vê na obrigação de ser a pessoa da família que cuida do outro, como marido, casa e crianças e, ainda, são comuns falas como "eu tenho que cuidar" e "eu prefiro cuidar delas primeiro do que de mim". Em ambas as instituições se nota que há um lugar onde muitas obrigações causam sobrecarga, não havendo momentos em que as mulheres consideram que realizam atividades de autocuidado. Contudo, é o público feminino maioria em realizar exames de prevenção quanto a saúde fisiológica. Assim, é perceptível a relevância de ações de políticas públicas, seja através do SUS, SUAS e instituições voltadas para o apoio às mulheres, que sejam feitas de forma participativa, sendo a escuta a essência das ações e as experiências vividas e sentidas, o caminho para as práticas saudáveis com estímulo a exercício de pensamento crítico e desconstrução de estereótipos. Palavras-chave: Cuidado. Mulheres. SUAS. SUS.







REPENSANDO O PROCESSO DE VIOLÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO

Emanuelli Zequinelli Rosa dos Santos

Esse relato de experiência descreve a prática em Estágio Supervisionado I do curso de Psicologia da UESB em parceria com o Núcleo de Práticas Psicológicas da UESB (NUPPSI), que foi pensada a partir da necessidade encontrada de trabalhar a violência de gênero, sobretudo no contexto doméstico. A atividade realizada consistia em oferecer um espaço de escuta e acolhimento para homens que foram autuados pela Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006, e receberam a medida restritiva de urgência, obrigando o afastamento do lar e a não aproximação do acusado da vítima e familiares desta. Durante o período de agosto a novembro de 2019 foram realizados atendimentos individuais e encontros grupais com os homens acusados. O objetivo principal do projeto foi promover espaços de escuta e de reflexão que possibilitassem o rompimento do ciclo de violência, sobretudo da violência doméstica e àquela cometida contra mulheres. Objetivou-se também contribuir, a partir de uma atuação específica, com as mudanças na abordagem da justiça nesta complexa problemática, tornando-a menos punitivista e policialesca, de modo a inserir na condução dos processos a interpretação psicológica da situação vivida pelos acusados. Para isto, pretendeu-se alcançar mudanças significativas na introjeção da cultura masculina, pelos acusados, e promover reflexões acerca dos papéis de gênero e sobre o uso da violência. Além disso, garantiu-se o direito ao acesso universal da população ao serviço psicológico, como defendido pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo. Foram delineadas estratégias que se caracterizaram em realizar de forma individual, atividade psicoterápica de caráter terapêutico, baseada teórica e metodologicamente pela concepção de uma psicoterapia breve de caráter psicanalítico. Concomitantemente a esta atividade, realizou-se o Grupo de Escuta Especializado, seguindo o modelo de grupo operativo proposto por utilizando como fundamento Bleger (1998) e a técnica de gruposoperativos de Pichon-Rivière (2005). Os encontros semanais totalizaram 12 encontros, nos quais as reflexões eram promovidas a partir de temas como masculinidade, papéis de gênero, relacionamentos amorosos, formas de diálogo, Lei Maria da Penha e orientações sobre a Medida Protetiva. Ao todo, os atendimentos individuais resultaram em 15 pessoas acolhidas. A partir da prática realizada pôde-se perceber a necessidade de um espaço de escuta e acolhimento, grupal ou individual, em contextos institucionais de resolução de conflitos com a lei. Na situação em questão, onde os conflitos se davam em torno da violência doméstica, e principalmente contra mulheres, foram perceptíveis os efeitos positivos alcançados com a escuta dos sujeitos acusados. A prática reforçou a importância dos instrumentos extrajudiciais na resolução de conflitos, mais precisamente, as audiências de conciliação e mediação como forma de diminuir os impactos sociais, emocionais, financeiros que o processo judicial pode ter não só na vida do acusado como na vida dos envolvidos. A inserção da Psicologia, nesses contextos, tem muito a contribuir ao possibilitar acesso a saberes a uma população econômica e socialmente vulnerável que na maioria das vezes é excluída do acesso a condições de vida promotoras de saúde, o que inclui o desenvolvimento de habilidades emocionais e pessoais. Assim, essa prática além de possibilitar uma visão holística dos sujeitos envolvidos e da dinâmica relacional destes, assegurou a importância de uma escuta eficaz sem julgamentos morais ou reforço da acusação, a partir da defesa dos seus direitos, ou simplesmente do direito de terem igualmente acesso aos serviços psicológicos.

Palavras-chave: Violência de Gênero. Acolhimento. Grupos de Encontro.







PERSPECTIVA MASCULINA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS SOBRE O PAPEL SOCIAL DO GÊNERO FEMININO: UM ESTUDO A PARTIR DOS ENUNCIADOS DAS MÚSICAS SERTANEJAS

Mariana Kruschewsky Franco Ribeiro Bruna Kelly Santos Lima Emanuelli Zequinelli Rosa dos Santos Brenda Luara dos Santos de Souza

O presente trabalho tem como objetivo identificar as projeções masculinas sobre os papéis sociais do gênero feminino nos enunciados das músicas sertanejas universitárias, partindo dos estudantes de uma universidade pública do interior da Bahia. Trata-se de uma pesquisa em andamento, oriunda das observações realizadas através do crédito prático da disciplina Intervenções Psicossociais do curso de psicologia da UESB, sendo as autoras duas graduandas em Psicologia, uma psicóloga egressa e a professora da disciplina. A violência contra a mulher expressa as desigualdades socioculturais entre homens e mulheres ao longo da história, contribuindo para a reprodução de desigualdades de gênero, discriminação, subordinação e abuso de poder. A música sertaneja, popular no Brasil, é um exemplo dessa reprodução pois, em suas letras, é comum observar a mulher em uma posição de fragilidade que, por consequência, exalta o homem como forte e másculo, refletindo assim uma ideia machista que persiste na sociedade. Diante disso, se faz importante explorar a problemática da violência contra a mulher, concebendo-a enquanto um fenômeno biopsicossocial complexo, que sofre variações de acordo com os contextos. Diversos autores acrescentam que investir na punição não é suficiente para reduzir os níveis de violência à mulher, por envolver também dimensões individuais, educacionais e familiares de cada agressor. Assim, é importante pensar em modelos de intervenções psicoeducacionais, com foco na promoção social de instrumentos que possibilitem uma reorganização cognitiva de suas vivências, em vista da modificação de seus comportamentos silenciadores pautados na lógica patriarcal e disfarçados de expressões de cuidado e que ecoam, também, na música popular. Ao se pensar essas proposições na universidade pública, como espaço diverso de formação não só acadêmica, mas social, e como extensão do sistema de políticas públicas, fortalecemos assim o compromisso social desse espaço em face às demandas de justiça social. Nesse contexto, optou-se por realizar uma pesquisa de campo, de caráter crítico-exploratório, com um questionário fechado via Google Forms, no qual destacamos trechos de onze músicas de artistas diversos da música sertaneja. Foram escolhidas músicas que observamos expressarem comportamentos sociais da mulher em diversas situações, dentre elas, em suas relações heteroafetivas, em situações de silenciamentos, bem como de autonomia. Dessa forma, tendo como base a escala de Likert, os participantes avaliarão de um a cinco o quanto eles concordam ou discordam com os trechos destacados. Logo, através dos dados coletados nesta pesquisa, ao compreendermos a perspectiva dos participantes sobre o fenômeno, poderemos então elaborar uma ação estável de prevenção da violência contra a mulher, promoção de saúde e qualidade de vida junto à defesa de uma ação institucional de combate às opressões no espaço universitário.

Palavras-chave: Desigualdades de gênero. Formação universitária. Músicas sertanejas. Prevenção à violência contra à mulher. Promoção de saúde.







ÀS MULHERES DE ANTES, DE AGORA E DE DEPOIS: UMA EXPERIÊNCIA DE CUIDADO AO PÚBLICO FEMININO NA ATENÇÃO BÁSICA

Quésia Alcântara Oliveira

Ana Catarine Guimarães Castro

No Brasil, a assistência à mulher foi interposta às políticas nacionais de saúde em meados do século XX, sendo restrita, neste período, às questões relacionadas ao ciclo gravídico-puerperal. Neste sentido, os programas de saúde, apresentavam uma conduta reducionista, baseando suas ações especificamente em um viés biológico. Diante dessa realidade, o movimento feminista brasileiro, critica vigorosamente a perspectiva limitada de acompanhamento ao desenvolvimento da mulher e apresenta propostas à luz das questões de gênero para um cuidado ampliado. Assim, este estudo objetiva apresentar o grupo terapêutico Maria Quitéria com ferramenta de promoção da saúde, prevenção de agravos, assistência e suporte emocional para mulheres em condições de sofrimento. Trata-se de um trabalho baseado em método qualitativo, possuindo um caráter descritivo do tipo relato de experiência. Face ao exposto, o grupo de mulheres foi proposto por duas psicólogas residentes de uma equipe multidisciplinar em saúde da família, com a expectativa de realizar encontros onde as mulheres pudessem explanar suas dores e unirem-se para encontrar formas de reelaborar suas histórias de vida. As temáticas abordadas contemplaram diálogos referentes à construção do que é ser mulher na sociedade e como elas se enxergam nesse processo, questões relacionadas ao sofrimento desencadeado pelos contextos de opressão social, machismo e violência de gênero, debates relacionados a solidão da mulher negra em relacionamentos amorosos e estratégias utilizadas para atravessar essas problemáticas. Como resultado, destaca-se a importância de um serviço psicológico, ético e político que leve em consideração o contexto de classe, raça/cor, renda e condições de vida no acolhimento às mulheres. Além disso, ressalta que o grupo Maria Quitéria desvela-se com uma potência para o cuidado e emancipação feminina ao possibilitar uma assistência qualificada, atenta, humanizada e comprometida com a autonomia coletiva das mulheres. No entanto, ainda é necessário repensar e planejar novas formas para fortalecer os encontros grupais e maneiras de articular ações com outros dispositivos da rede, a fim de ampliar as ferramentas de cuidado para esse público.

Palavras-chave: Saúde. Gênero. Cuidado.







A PSICOLOGIA NO ANDAR DA CARRUAGEM: SERVIÇOS, COMPREENSÕES E PRÁTICAS PSICOLÓGICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+

Igor Thierre Hugo Tanizaka

A violência psicológica é a que mais perpetua-se contra à população LGBTT, perfazendo um total de 83,2% contra 42,5% em 2011 (BRASIL, 2013 APUD ALBUQUERQUE ET AL., 2016), tal população ao fugir do padrão heteronormativo vigente, provoca conflitos ao contrariar um modelo hegemônico e um sistema de valores, condutas e padrões sociais e sexuais (ALBUQUERQUE ET AL., 2013). O estudo apresentado foi construído a partir do método Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses – PRISMA (MOHER, LIBERATI, TETZLAFL ALTMAN, 2010). As bases de dados utilizadas para essa coleta foram Virtual em Saúde (BVS) e banco de dados LILACS e IBECS, entre o período de 2015 a 2019. Os descritores foram escolhidos conforme concessão de terminologias presentes ao DeCS, estabelecendo as seguintes terminologias "Psicologia" e "Minorias Sexuais" e "Promoção da Saúde". Objetivo Geral: Verificar se há dados atuais sobre as compreensões das quais a psicologia tem tido sobre as questões ligadas à saúde da população LGBTQIA+ . Resultados: Estudos apontados por Annie Shearer (2015, p. 4), mulheres lésbicas, bissexuais e/ou questionadoras, apresentam taxas mais altas de ansiedade, depressão, suicídio e sofrimento traumático em comparação a mulheres heterossexuais, assim como homens gays e bissexuais, comparados a homens heterossexuais. Lisa F. Platt PhD et al. (2017), apontam a importância de fazer uma análise que buscará dar resultados para as diferenças de gênero, dentro da amostra de minoria sexual que recorrem aos serviços de saúde mental, obtendo informações de que homens gays são mais propensos a terem utilizado um profissional de saúde mental (19,74%) em relação a mulheres lésbicas (17,81%) nos últimos doze meses, entre homens bissexuais e mulheres bissexuais os dados são estatisticamente iguais. Dentre jovens LGBTO a procura pelos serviços de saúde mental também é mais expressiva quando comparado a jovens heterossexuais. Edward J. Alessi, Frank R. Dillon e Hillary Mi-Sung Kim (2015), correlaciona a autoeficácia do aconselhamento afirmativo conduzido por terapeutas heterossexuais a minorias sexuais e também inclui áreas e abordagens em saúde distintas para realizar tal experimento, indicando que "terapeutas com mais anos de experiência prática também relataram maior níveis de autoeficácia na aplicação do conhecimento LGBafirmativo" (EDWARD J. ALESSI ET AL., 2015, p. 10). Considerações finais: Torna-se ambivalente a questão se a psicologia mais patologiza ou promove saúde as minorias sexuais e de gênero, ora que os achados sempre apontam para escalas de saúde evidenciando que indivíduos LGBTQ's são mais propensos às doenças psíquicas, ou para as insuficiências nos atendimentos psicoterapêuticos, e pouco para trabalhos e novas descobertas que desmistificam pré-conceitos e tabus com caráter científico comprobatório, à vista disto torna-se a psicologia necessária inserção, e ações LGBTQafirmativas que promovam saúde e autonomia do sujeito. Desta forma, há lacunas neste trabalho, por exemplo, de dados estatísticos referente a qualidade de vida, por exemplo, de pessoas travestis/transexuais, ora que, nem todos os estudos contam com ferramentas trans específicas, observando-se assim, uma escassez de dados e compreensões psicodinâmicas destas identidades. Entretanto, há outras universalidades em relação à qualidade de vida das minorias sexuais e de gênero. Estudos futuros podem avaliar, e teorizar com maior ênfase estes dados com recortes específicos culturais/territoriais/regionais, de contraposto a este estudo de cunho teórico, desta maneira a intervenção de políticas públicas dar-se-á de maneira eficaz e efetiva para o cumprimento do bem estar social e saúde integral de pessoas identificadas como LGBTQIA+, com terminal propósito de uma psicologia fomentadora de igualdade e promoção de







saúde, em vista de uma emancipação de todo e qualquer sujeito a depender da sua identidade sexual e/ou de gênero.

Palavras-chave: Psicologia. Minorias Sexuais. Promoção da Saúde. LGBT. Gênero.







b) PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS







É PRECISO DIZER QUE É SOBRE RAÇA? – RACIALIZANDO O OLHAR PESQUISADOR SOBRE PRÁTICAS DA PSICOLOGIA

Thayna Miranda da Silva Lara Steigleder Wayne Carla Mariela Carriconde Tomasi

Este relato aborda a experiência do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CREPOP-07) de racialização de roteiro local de pesquisa, realizada pela Rede CREPOP, sobre a atuação dos psicólogos em determinadas políticas públicas. Essa proposta, disparada por tensionamentos de uma estagiária negra pesquisadora na área de Psicologia Social e Relações Étnico-Raciais, compreende que o contexto do racismo denegado pelo mito da democracia racial no Brasil exige que as dinâmicas institucionais sejam transversalmente racializadas.Embora intelectuais negros venham buscando desmitificar a narrativa hegemônica da democracia racial, as instituições, organizadoras das estruturas e ideologias, seguem garantindo a possibilidade de atribuir vantagens e desvantagens a grupos racialmente distintos. Compreendendo que concepções e práticas cotidianas das organizações são personagens ativas na dinâmica das relações raciais e reconhecendo que os pactos narcísicos da branquitude permitem que o Brasil siga silenciando as desigualdades raciais, percebemos a urgência da apropriação dessa discussão nas ações do CREPOP-07. A equipe do CREPOP-07, formada por uma psicóloga Conselheira de referência, uma técnica Assessora de Políticas Públicas e duas estagiárias de Psicologia, acolheu a proposta de produzir um roteiro que potencializasse a racialização das pesquisas, compreendendo as relações raciais como estruturantes do processo, mesmo quando não são o objeto central do estudo. Fundamentando esse movimento estudando autores como Silvio Almeida, Cida Bento, Lélia Gonzalez, Jurema Werneck e Grada Kilomba, reformulamos o roteiro da pesquisa já em andamento, que, originalmente, apresentava duas questões que tangenciavam as relações raciais. Compreendendo o racismo como transversal às práticas, buscamos descobrir, ao longo de todos os eixos: se existem fichas com autodeclaração racial, de gênero e de sexualidade e se tais marcadores são levados em conta; como é descrito o perfil de usuário; se há percepção sobre razões comuns que levam ao sofrimento psíquico em determinadas populações; como manifestam-se racialidades em relatos descritivos de experiência. Resultados parciais indicam que, dificilmente, os profissionais abordam seus relatos a partir de um olhar racializado. Foi possível perceber dificuldades para nomear racialidades, seja pela associação de termos como "negro" a ofensas, seja pela não marcação de pessoas brancas, posicionadas como universais. Também recorrente nas entrevistas foi a relação entre sofrimento psíquico e vulnerabilidades sociais associada à condição de classe, com negação da influência das desigualdades raciais. Além da ausência, em alguns serviços, de registros oficiais sobre raça, os profissionais não parecem encarar o racismo como estrutural, afirmando que questões raciais somente são consideradas quando declaradas explicitamente pelo usuário. A racialização da estrutura da pesquisa – pensando o racismo não como tema pontual no roteiro, mas como elemento transversal à integralidade das políticas públicas – permite perceber que a prática da Psicologia ainda mantém os pactos narcísicos da branquitude em funcionamento por meio da negação do racismo como problemática estrutural. Racializar integralmente os processos de pesquisa do Crepop inaugura outras possibilidades de visibilizar o cenário das práticas da Psicologia no cotidiano e potencializa a construção de referências técnicas clínico-politicamente implicadas no combate às desigualdades raciais.

Palavras-chave: Relações Étnico-raciais. Políticas Públicas. Racialização.







EXERCITAR O OLHAR RUMO A UMA ESCUTA QUE TRADUZ – RACIALIZANDO PESQUISAS SOBRE A PRÁTICA PSICOLÓGICA

Thayna Miranda da Silva Lara Steigleder Wayne Carla Mariela Carriconde Tomasi

Este trabalho surge no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas do Conselho Regional de Psicologia da Sétima Região (CREPOP-07), integrado por psicóloga Conselheira, técnica Assessora de Políticas Públicas e duas estagiárias de Psicologia, como desdobramento da experiência local de racialização do roteiro da pesquisa da Rede Crepop sobre a atuação de psicólogas/os em políticas públicas. Baseadas nos resultados parciais, pretendemos analisar a compreensão das/os profissionais acerca do atravessamento das relações raciais como estruturantes das subjetividades e da sua prática. A proposta de racialização do roteiro de pesquisas organizadoras das referências técnicas do CREPOP, tensionada por uma estagiária negra pesquisadora na área das Relações Étnico-Raciais, parte do entendimento de que o contexto do racismo denegado pelo mito da democracia racial no Brasil exige a racialização das políticas. O roteiro original, que tangenciava uma abordagem sobre racismo, foi integralmente reestruturado para compreender a sistematização, a utilização e a discussão acerca da autodeclaração racial; a leitura do perfil de usuária/o que chega aos serviços; o reconhecimento de relações entre razões para o sofrimento psíquico relatadas e o pertencimento sociorracial; e a manifestação de racialidades em relatos descritivos de experiência. Ao longo das entrevistas, foi possível perceber uma recorrente dificuldade de compreensão da transversalidade das relações raciais nas práticas em políticas públicas. As/os psicólogas/os demonstraram atenção aos efeitos psicossociais das desigualdades econômicas, mas desconsideraram a raça como elemento relevante. É interessante observar que, diante de questões sobre raça, há reconhecimento da existência do racismo estrutural no Brasil e, ao mesmo tempo, não se transfere a percepção sobre seus efeitos para a prática profissional. Desconsiderando o atravessamento da ideologia do branqueamento na subjetivação, entrevistadas/os afirmaram não ser possível atrelar condição racial a sofrimento psíquico porque as/os usuárias/os não abordam essa realidade. Quando as denúncias contra as estruturas racistas são historicamente tratadas com silenciamento e negação, devese esperar que enunciar a própria condição negra não seja tarefa simples. É interessante o movimento de uma psicóloga branca, que, inicialmente, negou a relação entre questões de sofrimento e questões raciais por não ter escutado nada sobre isso. Depois, retomando esse ponto, ela apresenta a reflexão de que, talvez, não seria necessário que os sujeitos expressassem explicitamente essa questão, mas sim que as/os profissionais traduzissem como os marcadores sociais da diferença aparecem. Compreendendo que o racismo é sempre estrutural, as/os profissionais de Psicologia deveriam considerar os marcadores de raça como dado inerentemente relevante à condução da sua prática, em direção à possibilidade de exercer uma escuta atenta e menos violenta aos sujeitos negros e de viabilizar deslocamentos de privilégio pela racialização dos brancos. A racialização da construção de públicas pode evidenciar problemáticas historicamente silenciadas, tensionamentos pela implementação de políticas e práticas que reduzam as desigualdades raciais e produzindo deslocamentos dentro das políticas existentes. Para que se estabeleçam condições de possibilidade de cuidado efetivamente implicadas com o combate à discriminação racial, as relações raciais devem transversalizar o olhar sobre tudo o que envolve a prática da Psicologia.

Palavras-chave: Relações Étnico-raciais. Políticas Públicas. Racialização. Psicologia Social







NOVEMBRO NEGRO NA SAÚDE: DISCUSSÃO SOBRE A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Ana Catarine Guimarães Castro Erika Antunes Vasconcellos

A Psicologia, inserida nos dispositivos de saúde do SUS, tem um papel desafiador de articular os serviços da rede SUS e SUAS como forma de promoção à saúde. A experiência aqui citada, parte do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, unindo Serviço Social e Psicologia promotoras desse espaço. Cabe aqui dizer que as duas profissionais que estiveram à frente, são mulheres negras que pensam e executam seu trabalho a partir de um olhar racializado. As expressões do racismo impactam na forma que a população negra vivencia a saúde e a doença, reconhecendo isso a partir das reivindicações do Movimento Negro organizado foi que em novembro de 2006 o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), reconhecendo raça como um determinante de social de saúde. Apesar de essa ser uma política que requer uma transversalidade em todos os níveis de atenção, esse é ainda um debate que não chega para usuários e usuárias, nem para profissionais. Vivendo a realidade das Unidades Básicas de saúde e Estratégias de Saúde da Família a qual estamos inseridas, bem como o público atendido, evidenciamse os dados de acordo com a Pesquisa por Amostra de Domicílio (PNAD), em 2018, 55,8% da população se declararam parda e preta e segundo o site das Nações Unidas do Brasil "quase 80% da população brasileira que depende do Sistema Único de Saúde (SUS) se autodeclara negra." Observase uma grande lacuna preenchida pelo discurso do mito da democracia racial que não garante um atendimento qualificado a essa população. Para tentar contribuir com essa discussão, organizou-se o Novembro Negro na Saúde. Foi um espaço pensado para profissionais pelo momento pandêmico, levado como um momento de Educação Permanente em Saúde (EPS) que de acordo com Feuerwerker e Ceccim (2005) possibilita o desenvolvimento pessoal dos trabalhadores da saúde e o desenvolvimento das instituições. Durante a ação foram utilizados diferentes métodos para as discussões e movimentos de EPS. Os momentos dividiram-se em quatro blocos: Recontando a história; O que é racismo; permitindo-me a dúvida e; das vulnerabilidades as potências. No formato de roda de conversa foram utilizados recursos audiovisuais; plaquinhas com verdadeiro, falso e poesia. Três UBS foram contempladas, as unidades em que a residência está como parte da equipe. Reconhecemos a limitação da atividade, mas também a potência de uma discussão sobre raça dentro de um espaço de saúde com diferentes atores e atrizes de variadas etnias e da responsabilidade que nós psicólogas e psicólogos temos com um projeto de saúde mental que surpreenda e transpasse o que é esperado de

Palavras-chave: População negra. SUS. Estratégia de Saúde da Família.







INTERSECCIONALIDADE NO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL: RELATO DE UM PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E SEUS DESDOBRAMENTOS

Wellington Ramos Gomes Junior

Dhara Santana Teixeira

Nara Frois de Oliveira Nogueira

Para a consolidação de um cuidado integral à saúde de crianças e adolescentes é preciso considerar que existem aspectos construídos socialmente, como o racismo e o sexismo, que são constitutivos dos processos de produção de subjetividade; e que os prejuízos provocados por essas estruturas sociais são potencializados na infância e juventude. As práticas em saúde precisam acolher os efeitos do racismo assim como do sexismo - e entendê-lo como uma questão central para a luta antimanicomial. Considerando esse contexto, este relato tem como objetivo compartilhar uma experiência de psicólogas ocorrida durante a Residência Multiprofissional em Saúde da Família (FESF-SUS), no campo da gestão em saúde, na Rede de Atenção Psicossocial do município de Dias d'Ávila-BA. A prática relatada é o processo de inserção das pautas de raça, gênero e sexualidade na construção da Linha de Cuidado em Saúde Mental Infanto-juvenil do município. A Linha de Cuidado estava no seu processo inicial e já era possível perceber a demanda por qualificar a práxis da equipe num sentido antirracista e antissexista. Por esse motivo, consideramos oportuno realizar uma ação de Educação Permanente em Saúde (EPS) intitulada "Interseccionalidade em Saúde Mental Infantojuvenil". A EPS foi conduzida através da Metodologia da Roda, proposta por Campos (2003), e teve como público alvo a equipe do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), responsável por iniciar essa construção junto à gestão. Inicialmente foi feito um levantamento de conhecimentos prévios; quando foi possível perceber que os profissionais, em sua maioria, não possuíam um conhecimento estruturado sobre o tema, ou ainda, aqueles que o tinham de forma mais contundente, não demonstraram articulação com a prática. Com essas informações, as discussões seguiram com a apresentação dialogada dos marcos teóricos e legais e conceitos que embasam um cuidado integral comprometido com a diversidade. Além disso, foi discutida a prerrogativa de que não é possível desenvolver um cuidado em saúde mental sem que as questões de raça, gênero e sexualidade sejam basilares, não se trata de uma escolha, mas de uma postura ético-política. Para consolidar as discussões foram realizadas propostas de estratégias de cuidado, como por exemplo, a criação de um grupo com os usuários e familiares para abordar essas questões. Ao final, a equipe sugeriu que esse tema fosse abordado transversalmente durante as próximas etapas da construção da Linha de Cuidado (tanto nas reuniões de equipe, quanto no diálogo com outros atores e dispositivos da rede) e que fosse utilizado para guiar a redação do referido documento. Por entendermos que práticas racistas e sexistas ainda são comuns na assistência em saúde, e que essas são construções sociais, acreditamos na necessidade aquilombar os serviços de saúde, como proposto por David (2018), tendo a EPS como uma das ferramentas possíveis. Acreditamos que o Estado é responsável por garantir políticas públicas que barrem os efeitos das mais diversas violências às quais estão expostas as crianças e os adolescentes brasileiros, principalmente os meninos e meninas pretas, para que possamos realizar uma prática efetivamente emancipatória.

Palavras-chave: Raça. Gênero. Crianças. Adolescentes. Matriciamento.







ANÁLISE DE NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS SOBRE LOUCURA E RACISMO NO BRASIL DO SÉCULO XX: CONTRIBUIÇÕES À PSICOLOGIA

Renan Vieira de Santana Rocha Luís Augusto Vasconcelos da Silva Wesley Barbosa Correia

O presente trabalho deriva de uma pesquisa em nível doutoral na área de Saúde Coletiva, que tenta compreender como se deu a correlação entre loucura e racismo na oferta de cuidados em saúde mental ao longo do século XX no Brasil. Para tanto, parte-se da análise da escrita de relatos de usuários de saúde mental sobre intervenções a que estes foram submetidos dentro de instituições asilares, em que se destaca o relato contido na obra "Diário do Hospício". O Cemitério dos Vivos", de Lima Barreto (1956). Lima Barreto é escolhido, prioritariamente, por ser considerado, talvez, um dos primeiros homens negros brasileiros a ter escrito sobre a realidade de um hospital psiquiátrico no Brasil, quando de sua internação no Hospital Nacional de Alienados, um manicômio instalado em terras adquiridas pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, por conta de um agravamento de seu quadro de consumo abusivo de álcool. O método implicado na pesquisa foi o de Análise de Narrativas Autobiográficas, conforme se vê em Fritz Schütze (1976; 2014), intentando observar quais pistas o relato de Lima Barreto nos fornece para uma leitura sobre as práticas de cuidado à loucura desenvolvidas no século XX, marcada e demarcadamente atravessadas pelas perspectivas manicomial e racista de construção de práticas em saúde. Neste trabalho em específico, intentamos ainda provocar quais lugares foram reservados ao pensamento psicológico nacional na obra de Lima Barreto, de forma a que esta pesquisa possa, então, balizar a análise de nossas práticas profissionais em Psicologia em Saúde na atualidade, evitando a repetição de erros do passado, e provocando a produção de práticas em saúde mental que se proponham, efetivamente, antimanicomiais e antirracistas.

Palavras-chave: Psicologia. Loucura. Racismo. Análise de Narrativas Autobiográficas.







A SUBJETIVIDADE NEGRA E O IMPACTO DO FUNDAMENTALISMO CRISTÃO: UM ESTUDO DE CASO

Marcelle Gomes de Jesus Clarissa Iris Rocha Leite

Segundo o último Censo Demográfico realizado em 2010, a grande maioria da população brasileira se autodenomina cristã, e apenas 0,3% se declarou como adepta de religiões de origem afro. Em contraponto histórico, apesar de a população negra representar um grande contingente de fiéis, o cristianismo ainda reproduz ideias coloniais. Uma delas, a negação de religiões de raízes afro, o que pode refletir na subjetividade negra, podendo também trazer impactos à saúde mental. Por se tratar de uma pesquisa que objetivou o aprofundamento teórico de experiência advinda de Estágio Supervisionado em Psicologia, da Universidade do Estado da Bahia, não realizamos submissão em Comitê de Ética, respaldadas no Art. 1°, Inciso VII, da Resolução N° 510/2016 do CNS. O contexto institucional desse trabalho se deu a partir da realização de plantão psicológico remoto, em uma instituição pública de ensino médio e superior na cidade de Salvador, no ano de 2021, durante o período da pandemia da Covid-19. Os atendimentos foram realizados pela estagiária com supervisão da psicóloga responsável. Tratamos nessa comunicação a análise crítica de um caso de um estudante negro de 19 anos, que trouxe nos atendimentos o impacto perverso do fundamentalismo religioso sobre sua vida. Considera-se aqui fundamentalismo religioso como uma resistência às contingências históricas e políticas, negando a diversidade humana em seus aspectos morais, culturais, e formas de subjetivação. No estudo de caso, a principal questão geradora de sofrimento psíquico é o conflito familiar acionado pela decisão do jovem em não mais participar da experiência religiosa cristã como Testemunha de Jeová, passando a ser hostilizado pela sua família, principalmente enquanto um homem negro. Trilhando caminhos de emancipação e fortalecimento de sua subjetividade negra, o jovem articulou na escuta e contação da própria história à literatura de Jorge Amado, trazendo para a própria vida a experiência e lições dos personagens da obra Jubiabá. Com isso, passa a dialogar com o acesso ao saber da religião afro como uma das formas de emancipação do fundamentalismo cristão. Assim, o estudo de caso traz a busca de um homem negro no aprofundamento de sua subjetividade sob uma perspectiva decolonial, desenhando uma fuga em direção à sua saúde mental e bem viver.

Palavras-chave: Saúde Mental. Fundamentalismo Cristão. Plantão Psicológico. Jubiabá







c) PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO







SAÚDE MENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS INTERIORIZADAS DA BAHIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PSICOLOGIA INSERIDA NA EDUCAÇÃO

Mateus Teixeira Aguiar

A Psicologia como campo do saber pode contribuir de forma significativa para a aproximação entre as pesquisas desenvolvidas nos âmbitos das políticas públicas e em ambientes da educação básica. Uma perspectiva contextualizada, atual e histórica de educação é relevante para a inserção e a realização de práticas eficientes nos ambientes escolares e sociais. Nesse sentido,o atual trabalho apresenta uma experiência em desenvolvimento do trabalho de um psicólogo inserido em 20 escolas de um município no interior da Bahia, com o objetivo de promover intervenções que ampliem o conceito e cuidado em Saúde Mental nas escolas, de modo que beneficie tanto alunos e professores, quanto pais e comunidades locais. São descritos os processos de inserção do psicólogo nas escolas, as contribuições das políticas públicas de saúde e os instrumentos utilizados para realizações de projetos terapêuticos nas escolas. Com os alunos promoveu-se palestras e intervenções em grupos terapêuticos. Com os professores realizou-se atendimentos individuais e grupais, palestras e rodas de conversa e com a coordenação da escola realizou-se reuniões estratégicas voltadas à articulação da escola com suas redes de apoio. Assim sendo, o trabalho desenvolvido inicialmente foi de observação e mapeamento das demandas escolares e familiares, em seguida realizadas as intervenções na relação entre professores, responsáveis e alunos. Nota-se o aumento de casos de adoecimento entre alunos por conta da ausência de uma rede de apoio e a necessidade de acompanhamento mais sistemático para ações futuras com abrangência em saúde. Com este trabalho espera-se contribuir para o desenvolvimento de práticas democráticas da inserção da psicologia de forma ampliada em cuidado à saúde mental em escolas. Haja vista a demanda advinda do contexto social, econômico e educacional, foi discutida a ampliação do trabalho do psicólogo na rede de educação, ficando assim estabelecido o trabalho de cuidado à saúde mental a todos envolvidos nestas instituições, agregando professores, responsáveis e equipes das escolas. O psicólogo então realizou o planejamento do seu trabalho pautado na visão de ampliação do cuidado à saúde mental integrando-se a rede de saúde e educação do município. O acordo ficou estabelecido levar em consideração as dificuldades do acesso dos alunos e famílias da comunidade aos servicos especializados de cuidado em saúde mental, facilitando os encaminhamentos a esses servicos e buscando ampliar a atenção sobre o trabalho exercido pelo psicólogo na escola.

Palavras-chave: Educação. Psicologia. Saúde Mental. Sistema Único de Saúde.







O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – A EXPERIÊNCIA DO IV COLÓQUIO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL DO CRP-03

Jaqueline de Lima Braz Santos Maria Eduarda Rocha Lage Lemos

A inclusão escolar visa à efetivação do direito à educação das pessoas com deficiência, público-alvo da Educação Especial. A Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) são algumas das legislações que garantem o direito à educação para os alunos com deficiência. Além dessas, outros documentos que oferecem subsídios para a Educação Inclusiva são: a Declaração de Salamanca de 1994 (UNESCO, 1998), a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Organização Das Nações Unidas [ONU], 2006), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, 2015). A psicologia tem um relevante papel na inclusão educacional de pessoas com deficiência, promovendo discussões a respeito de sua efetivação e reflexões de temáticas referentes à educação na diversidade, preparação dos profissionais envolvidos, apoio familiar e suporte à comunidade escolar, entre outras contribuições. O presente trabalho consiste em um relato de experiência do IV Colóquio de Psicologia Escolar/Educacional, promovido pelo Grupo de Trabalho Psicologia e Educação de Salvador (GTPE/SSA), do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, com o tema: Compartilhando fazeres para uma Educação Inclusiva, o evento aconteceu em 03 de dezembro de 2020, no formato online, e contou com mesa redonda com quatro convidados. O objetivo central do evento foi trazer as contribuições da Psicologia para a inclusão escolar, entendendo que esse profissional pode contribuir para o acesso e permanência dos alunos com deficiência na escola regular de ensino, e refletir sobre essas práticas torna-se fundamental para uma atuação ética e que esteja de acordo com as atribuições das/os psicólogas/os na educação básica.

Palavras-chave: Psicólogo. Inclusão Escolar. Pessoa com Deficiência.







EXPERIMENTAÇÕES LITERÁRIAS NA ESCOLA E SUBJETIVIDADES JUVENIS EM PRODUÇÃO

Fábia Santos de Jesus Barros Rosângela Luz Matos Fabíola Chanfin Gomes de Pinho

Este relato trata do projeto de pesquisa "Adolescências, Juventudes e Experimentações Artísticas no Contexto Escolar", desenvolvido no ano de 2019, com estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, na Escola Municipal Virgínias Reis Tude, em Camaçari/BA, numa parceria entre o curso de Psicologia da Unijorge e o Mestrado em Tecnologias Aplicadas à Educação da UNEB. A pesquisa teve por objetivo apoiar processos de subjetivação de jovens em diálogo com a Literatura, num espaço extracurricular, no contraturno das aulas e por livre adesão, ofertando leitura literária de autores brasileiros representativos da cultura e cotidiano dos adolescentes e jovens. A metodologia foi a pesquisa-ação e as atividades ofertadas foram Círculos de Leitura com textos literários cujo enredo, cenário e personagens tivessem aproximação com a cultura e cotidiano dos adolescentes e jovens dessas comunidades escolares, e com temas relacionados com a faixa etária e etapa desenvolvimental dos participantes. Os contos lidos foram "O meu primeiro beijo" de Davi Nunes, "Pode crer amizade" de Sérgio Vaz e "Felicidade Clandestina" de Clarice Lispector. Os temas amor, amizade, morte e felicidade, presentes nos enredos, foram o mote para acionar a sensibilidade e as vivências desses jovens em favor de exercícios narrativos sobre si mesmos, a relação com outros jovens, com a escola, o bairro e futuros possíveis para cada um deles. Participaram 36 jovens e as narrativas por eles criadas sobre esses temas foram registradas em microcontos na forma de fanzines. Os resultados das intervenções demonstram que a arte tem uma dimensão ilimitada para sintetizar os afetos, experiências e outras sensibilidades individuais e coletivas e tem relevância para ativar os afetos em favor de novas experimentações subjetivas. Deste modo, concluiu-se que a experiência da leitura literária, mostrouse potente para abrir o campo da subjetivação e a criação de mundos individuais e coletivos dos adolescentes e jovens participantes.

Palavras-chave: Adolescências. Juventudes. Escola. Literatura.







A PERDA DAS VIVÊNCIAS ESCOLARES E AS NOVAS FORMAS DE ENSINO: EXPERIMENTAÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR EM TEMPO DE PANDEMIA

Itamara Sant Ana Monteiro Aleff Alves da Silva Laís do Rosário Moradillo Roberta Scaramussa da Silva

A escola é um local privilegiado para a materialização da educação em nossa sociedade, sendo assim assume um papel fundamental para a organização comunitária. Nesse sentido, a suspensão das atividades escolares presenciais em todo país - advindas das medidas de prevenção e combate ao contágio por Covid-19 - afetou não apenas o processo ensino aprendizagem, mas toda uma cadeia de relações afetivas, sociais e materiais vinculadas ao âmbito das políticas educacionais. Tais desafios não podem ser desconsiderados na formação de profissionais de psicologia escolar e educacional que necessitam refletir, analisar e propor estratégias que contribuam para o enfrentamento de adversidades produzidas neste contexto. Deste modo, propõe-se apresentar um relato das experiências construídas por estagiárias de psicologia em escolas públicas localizadas em uma cidade do Sul da Bahia considerando-se que todas as atividades foram desenvolvidas na modalidade de ensino remota. O Estágio Básico em Espaços Coletivos e Grupais do curso de Psicologia da Universidade Federal do Sul da Bahia foi realizado no período de Junho a Agosto de 2021 sob orientação docente. Participaram das atividades oito estudantes do curso distribuídos em duplas em quatro escolas públicas municipais de ensino fundamental. Diante da impossibilidade de contato presencial com os atores escolares foram agendadas reuniões com as gestoras escolares via plataforma do Google Meet com o propósito de estabelecer vínculos e iniciar uma aproximação com a realidade escolar. Também foi criado um questionário online para ser replicado via Whatsapp a toda comunidade escolar na intenção de conhecer a percepção dos diferentes atores sobre o papel da psicologia neste contexto, bem como sugestões de contribuições para o campo educacional. A partir destes dispositivos foi possível pactuar a indicação de supervisoras locais que fizeram a intermediação semanal das estagiárias com as necessidades da escola. A princípio esse contato resumia-se a demandas de atendimentos individuais de cunho psicoterapêutico. Contudo, foram construídas pelas estagiárias - após discussões teóricas nas orientações acadêmicas - estratégias que contribuíram para o rompimento de uma visão estereotipada da psicologia no campo escolar. Foram produzidos vídeos e cards explicativos sobre o papel da psicologia e divulgados nas redes sociais dos diferentes atores escolares. Foi também solicitado que cada estagiária pudesse estar inserida nos grupos de Whatsapp de familiares e estudantes para aumentar o envolvimento com o cotidiano vivenciado na modalidade remota. A partir da realidade de cada estabelecimento de ensino foram sendo construídas rodas de conversa virtuais com docentes, discentes ou familiares. De modo geral, as docentes destacaram os desafios do trabalho remoto, o comprometimento da aprendizagem e o receio do retorno presencial. As discentes destacaram a importância da escola como espaço de socialização e avaliaram positivamente ações que valorizem sua participação. As atividades propostas para as famílias tiveram pouca adesão, o que necessitará ser melhor analisado e revisto. Conclui-se que, mesmo diante tantas barreiras, as atividades construídas dentro de uma perspectiva crítica em Psicologia Escolar e Educacional mostraram-se potentes ferramentas para ampliar os espaços de trocas e interação no contexto escolar em tempo de isolamento e distanciamento social.

Palavras-chave: Psicologia Escolar e Educacional. Pandemia. Estágio.







A PSICOLOGIA NA SUPERAÇÃO DE VALORES TÓXICOS À ÉTICA EM SALA DE AULA

Tom Valença

Quando falamos sobre a cultura das drogas em sala de aula, onde termina o aspecto moral e onde começa a perspectiva ética? Esse questionamento é fundamental se quisermos compreender que não se faz ciência com valores morais, mas com abordagem ética. Nesse sentido, sempre recomendo aos estudantes em aulas, nas quais trabalhamos a cultura das drogas, que deixem os valores morais (que todos nós carregamos) em suspensão para nos concentrarmos nos valores éticos. E qual a diferença entre moral e ética? No primeiro caso, o que predomina são os valores dos nossos grupos de pertença dominantes como família, território de residência, religião e vertente política, geralmente apontando o bem e o mal, o normal e o patológico, o lícito e o ilícito. No segundo caso, devemos levar em conta os valores da ciência. Por exemplo: se uma psicóloga for atender a um paciente que é estuprador, terrorista ou pedófilo, é possível que ela esteja impregnada de valores morais e já o condene antes de escutá-lo. Se não conseguir se afastar desses valores, o ideal é que encaminhe o paciente. Já uma psicóloga com um forte fundamento ético vai procurar escutar o sofrimento do paciente sem julgá-lo moralmente. No caso dos usuários de drogas é comum que profissionais de saúde sejam tomados por valores morais (valores tóxicos ao processo terapêutico) e já partam do princípio de que o paciente está errado. Daí que, em sala de aula (sou docente de disciplinas que abordam o consumo de drogas em cursos de graduação e de extensão nos campos da Saúde e de Humanas), antes de entrar no assunto propriamente, é preciso deixar claro que qualquer definição da Ética da Saúde deve ser, antes de tudo, uma definição política. É imerso nesse contexto que busco efetuar uma redução de danos na própria metodologia de ensino, provocando reflexões que ajudem ao corpo discente a superar os valores do senso comum. De modo contrário, os valores socioculturais podem ser mais tóxicos do que as substâncias psicoativas fazendo com que os discentes levem na sua bagagem para o mundo profissional que as drogas são os sujeitos da problemática e que os usuários são os objetos manipulados pelas substâncias.

Palavras-chave: Psicologia. Docência. Drogas. Ética. Redução de Danos.







PROJETO CIRANDAS JUVENIS EM REDE: OFICINAS DE ARTE-EDUCAÇÃO COM ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Vanderson Barreto Pereira Rosângela da Luz Matos

Este artigo é parte da pesquisa "Arte-educação para apoiar percursos escolares bem sucedidos de estudantes dos anos finais do ensino fundamental", desenvolvida na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), cujo objetivo consistiu na oferta de mecanismo compensatório que favorecesse o processo de transformação de adolescentes e jovens dos anos finais do ensino fundamental da Escola Municipal Virgínia Reis Tude, no município de Camaçari, Bahia, em estudantes competentes para construir percursos escolares bem sucedidos. Segue-se aqui a concepção de mecanismo compensatório como dispositivo de caráter local e situacional que busca promover a justiça escolar e relacional, conforme propõe François Dubet (2004; 2008; 2014). Em face disso, seguimos para o desenvolvimento do projeto "Cirandas Juvenis em Rede" a partir de oficinas de arte-educação por mediação tecnológica, via plataforma Google Meet. Os procedimentos metodológicos basearam-se numa abordagem qualitativa e de natureza exploratória. Quanto ao desenho de estudo, desenvolveu-se uma pesquisa aplicada em Educação. Mediante a análise dos dados produzidos durante o percurso da pesquisa foi possível constatar que o projeto "Cirandas Juvenis em Rede" contribuiu para apoiar as aprendizagens curriculares, instigando a leitura, a contação de histórias e a produção de textos, bem como, para o fortalecimento do vínculo dos estudantes participantes com a escola. Não obstante, o posicionamento do projeto como atividade extracurricular permitiu a construção livre e coletiva das ações e atividades, favorecendo aos estudantes a produção de sentidos de autoria e de valorização da sua própria existência social na aproximação das culturas juvenis e suas práticas com a cultura escolar.

Palavras-chave: Ensino Fundamental. Arte-educação. Mecanismo compensatório.







"VIADINHO, BIXA E MENINO PROBLEMÁTICO": AS ANDANÇAS DE UM PSICÓLOGO ESCOLAR QUE TINHA MEDO DA ESCOLA

Roque Luiz Argolo Souza

Este artigo propõe-se, com muita ousadia, escancarar as feridas (des)construídas nos corredores do ambiente escolar e ao mesmo tempo, provocar reflexões acerca do processo de reconstrução de um sujeito ferido. Nesse sentido, o autor se lança na primeira pessoa com objetivo de compartilhar suas vivências enquanto aluno e agora seu fazer Psi nos pátios das Escolas da rede Pública Municipal de uma pequena/grande cidade no interior da Bahia. Portanto, é importante destacar que o modo como a escrita do texto se apresenta, não tem intenção de desconsiderar o rigor teórico, mas se deslocar da rigidez de algumas(tantas) propostas metodológicas. Para tanto, ancoro-me na Cartografia (de si) enquanto proposta metodológica, pois "a cartografía é um método com dupla função: detectar a paisagem, seus acidentes, suas mutações e, ao mesmo tempo, criar vias de passagem através deles." (Rolnik, 1987). O objetivo desse artigo é trazer questionamentos acerca das relações possíveis do sujeito com o ambiente escolar e sobre o fazer psi na escola pública como movimento de resistência e enfrentamento às práticas que tentam silenciar e negligenciar os diferentes modos de produção de subjetividade. Resistências que abrem espaço para reflexões, para um repensar as ações na escola e da escola por parte dos sujeitos nela envolvidos, buscando uma nova ressignificação para ela e para a sociedade. Trata-se de um diálogo entre vivência e teoria, não para que uma justifique a outra, mas que potencialize um fazer Psi-escolar ético que tenha compromisso e respeito pelos diferentes modos de produção de subjetividade. Por uma Psicologia que não pactue com as práticas de docilização dos corpos.

Palavras-chave: Psicologia. Escola. Subjetividade.







DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ONLINE EM TEMPOS DE PANDEMIA: A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NESTE CONTEXTO

Gleice Kelly Silva Pereira Juliane Pereira dos Santos

A pandemia da Covid-19, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020. Trazendo uma série de mudanças na estrutura social. Na educação o ensino que antes era presencial passou a ser de forma remota mediada através de recursos tecnológicos, com isso novos desafios surgiram. O presente trabalho tem como objetivo identificar os desafios da educação online com a sua expansão devido à pandemia, como também discutir a importância do profissional de psicologia neste contexto, para a promoção de saúde e de inclusão na educação. Foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas realizadas na plataforma Google Acadêmico, na qual foram selecionados 39 textos que abrangessem a educação online em tempos de pandemia e a saúde mental, em seguida foi realizada uma análise dos principais desafios identificados. Na coleta de dados foram constatados como desafios e em ordem de frequência: falta de acesso à aparelhos tecnológicos apropriados; impactos na saúde mental: desmotivação, ansiedade, estresse; dificuldade de acesso à internet; falta de investimento na formação dos professores; dificuldade de adaptação dos alunos com as aulas remotas; ausência de espaço apropriado para estudo/trabalho; necessidade de desenvolver novas metodologias de ensino; evasão escolar; falta de auxílio dos responsáveis para acompanhamento das aulas e realizações de atividades; falta de apoio da instituição de ensino; e segurança da informação. Os resultados obtidos evidenciam o impacto na saúde mental de professores e alunos dentro do contexto da educação online. Logo, a atuação do psicólogo no contexto escolar sofreu impactos com a pandemia, assim é de suma importância que o mesmo identifique os principais desafios presentes nesse novo contexto e possíveis práticas. Dentre os papéis do psicólogo na área educacional está o de criar um ambiente de discussão sobre as demandas presentes no processo de ensino-aprendizagem, sendo um mediador entre alunos, professores, famílias e gestores. Além disso, proporcionar um espaço de escuta e acolhimento das vivências afetivas dos sujeitos envolvidos no contexto escolar que emergiram no ensino remoto.

Palavras-chave: Psicologia. Educação Remota. Desafios. Saúde Mental. Pandemia.







ATELIÊ DE ARTES E SUBJETIVAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS NO CONTEXTO ESCOLAR

Fábia Santos de Jesus Barros Rosângela Luz Matos Raquel Maciel Paulo dos Anjos

Este relato trata do projeto de pesquisa "Adolescências, Juventudes e Experimentações Artísticas no Contexto Escolar", desenvolvido no ano de 2019, com estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, na Escola Municipal de Vida Nova de Lauro de Freitas/BA, numa parceria entre o curso de Psicologia da UniJorge e o Mestrado em Tecnologias Aplicadas à Educação da UNEB. A pesquisa teve por objetivo ampliar os sentidos da experiência escolar, individual e coletivamente, no uso e reconhecimento da escola como espaço potente para abrir o plano da subjetivação de jovens e adolescentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental. A metodologia foi a pesquisa-ação e foram ofertadas oficinas lúdicas adaptáveis às expectativas dos estudantes, com criação de mapas sensíveis da escola, experimentações de jogos e brincadeiras, e produção de fanzines que ao final permitiram inaugurar-se na Escola um Ateliê de Artes. O conceito de ateliê foi definido como lugar para a criação pela intensificação da sensibilidade estética, seja ela poética, lírica, pictórica entre outras. Para criação dos mapas e fanzines foram oferecidos materiais como papéis coloridos, lantejoulas, fitas, adesivos etc., ampliando possibilidades para a criatividade. As produções artísticas registraram as reflexões individuais dos adolescentes a partir das intervenções, os temas versaram sobre o tempo, a existência e diálogo sobre uma escola viva. Participaram 37 estudantes, e os resultados indicam que as experimentações artísticas reforçaram no contexto escolar as dimensões sociais das transições. Conclui-se que as atividades desenvolvidas durante o Ateliê agiram como amplificadores do campo da subjetivação dos adolescentes e jovens, oportunizando um sentir/pensar sobre uma escola que atravessa muros e que influencia na criação de mundos individuais e coletivos de seus partícipes.

Palavras-chave: Adolescências e Juventudes. Ateliê. Arte. Escola.







AÇÕES DE CUIDADO PSICOLÓGICO AOS PROFESSORES NO PERÍODO DA PANDEMIA COVID-19

Jamily Cerqueira Etinger Almeida Novais

Cláudia de Jesus Pinheiro

Nília Maria de Brito Lima Prado

Mariá Lanzotti Sampaio

Introdução: No contexto da pandemia, o uso da Tecnologia de informação e comunicação (TICs) passou a ser utilizada enquanto reorganização dos processos educacionais de trabalho nas escolas de todo país. Devido à adoção de medidas de distanciamento social e da interrupção das aulas presenciais por causa da emergência sanitária, os professores passaram a enfrentar sobrecarga de trabalho e estresse laboral, o que pode contribuir para exacerbação dos quadros de sofrimento psíquico. Nesse sentido, os professores passaram por uma reorganização do processo de trabalho, (re)significando a sala de aula para o ambiente virtual. Objetivo: relatar a experiência de ações psicológicas desenvolvidas pela psicologia educacional para professores durante a pandemia pela Covid-19. Metodologia: Trata-se de um relato de experiência, cujas ações de cuidado descritas foram implementadas no início da pandemia com intuito de fornecer suporte psicológico aos professores que atuam em uma escola pública no sudoeste da Bahia. A experiência constituiu-se na oportunidade da realização da educação em saúde mental em decorrência das necessidades emergentes no atual contexto pandêmico. Resultados: Em decorrência das demandas emergentes e do sofrimento psíquico que surgiram com o cenário pandêmico, potencializando o estresse e crises de ansiedade aos professores, os principais aspectos evidenciados foram: crises de ansiedade; medo de se contaminar; estresse e sobrecarga de trabalho. Foi evidenciada a fragilidade no sistema educacional, complicando a necessidade da assistência psicológica aos professores. Em vista do cenário supracitado as seguintes intervenções foram desenvolvidas para responder às novas discussões. A intervenção direcionada aos professores se deu através da implantação do Plantão Psicológico (PP) online e técnicas de meditação guiada. As ações foram voltadas ao cuidado pessoal aos professores promovendo um espaço de acolhimento às demandas emocionais. Os atendimentos ocorriam por encaminhamento da coordenação pedagógica da escola mediante agendamento prévio. Para sua efetivação foram utilizados aplicativos de videochamadas (Zoom e Google meet). As psicólogas que conduziram os atendimentos apresentavam cadastros ativos no e-Psi. No PP foram observadas queixas relacionadas ao contexto da pandemia, tais como medo de contaminar, estresse, ansiedade e sobrecarga de trabalho. Conclusão: As estratégias de cuidado aos professores se mostraram eficazes tendo como aporte a lógica à promoção da saúde mental dos indivíduos. Em consonância com as estratégias de enfrentamento do estresse, ações de autocuidado, manejo de crise, auxiliando no crescimento acadêmico, profissional e pessoal. O cenário apresentado apontou para a necessidade de manter e expandir a ação de cuidado implantada. Palavras-chave: Covid-19. Educação. Professores. Plantão Psicológico.







PSICOLOGIA E FEMINISMO NA REALIDADE ESCOLAR: A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO "MARIA, VAI COM AS OUTRAS!"

Rachel Raiany de Souza Lima Albuquerque

O projeto visa o acolhimento, conscientização e empoderamento feminino das alunas da EEEP Professora Luiza de Teodoro Vieira, situada na cidade de Pacatuba, pertencente à CREDE I, no Ceará. A escolha do nome do projeto "Maria, vai com as outras!" faz alusão ao ditado popular em que aquela que é chamada de "Maria vai com as outras" é alguém sem opinião, que imita aquilo que outra pessoa faz e não tem liberdade e autenticidade de ação. Na rede de apoio produzida pelo projeto, as Marias, como somos chamadas, tem um intuito de fazer uma releitura deste ditado, ao qual passa a ter um sentido de que iremos sim, umas com as outras: num sentido de união, empatia, falta de competitividade feminina e que sempre estaremos prontas para acolher umas às outras. Desenvolvese a partir de reuniões quinzenais, as quais são realizadas rodas de conversa com direcionamento para a melhor compreensão de situações e problemáticas da realidade social da mulher, identificação de condições abusivas de relacionamentos afetivos e troca de experiências com a finalidade de formar uma rede de apoio. A ação acontece desde o ano de dois mil e dezesseis e tem apresentado resultados muito positivos a partir da prática da efetiva da sororidade, refletindo na forma como veem a si mesmas e as colegas. Por ser uma escola periférica, o condicionamento a seguir a prática de uma sociedade patriarcal é ainda mais presente, seja nas relações familiares e/ou em relacionamentos afetivos, seja entre os alunos da instituição ou com pessoas externas à sociedade escolar. O empoderamento feminino na escola é uma das ações mais efetivas que podemos ter dentro da comunidade escolar, já que é o meio mais perdurável de transformação das nossas alunas em mulheres seguras de si e que auxiliam outras, colaborando para o processo de construção de uma sociedade igualitária. Para mulheres em formação, a prática machista compromete de maneira direta e indireta o desenvolvimento educacional, psíquico e social, portanto esse ciclo precisa ser quebrado através da educação, sendo a Psicologia a mais forte aliada. Palavras-chave: Educação, Acolhimento, Psicologia.

Palavras-chave: Acolhimento. Conscientização. Empoderamento Feminino.







RELATO DE CASO: A GESTÃO HOSPITALAR E A INSERÇÃO NO GRUPO DE PESQUISA DURANTE A PANDEMIA

Joelson Felix de Souza

Este trabalho se fundamenta no relato de caso da minha atuação como psicólogo inserido no Grupo de Pesquisa "Gestão Hospitalar", vinculado ao Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, ao qual acessei através do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva. Durante a pandemia, o objeto de estudo do Hospital e os seus processos de gestão estiveram em pauta no grupo, principalmente através da perspectiva teórico-metodológica agregando a discussão deste enquanto campo político e técnico, e as suas relações com a academia no sentido de se desdobrar em estudos e pesquisas no sentido de nortear as discussões e as práxis que melhor se adequem ao enfrentamento da Covid-19 de forma integral. Assim, durante esse período discutimos sobre os rumos dos processos de gestão no antes, durante e depois da Covid-19, pensando que a pandemia e os seus efeitos trouxeram consequências - e trarão - sobre todo o corpo social no qual estamos inseridos, considerando os mecanismos sociais, econômicos, políticos, psicológicos e organizacionais de modo geral. Assim, pensar a inserção do psicólogo nesse tipo de espaço é também considerar a multidisciplinaridade como chave fundante para analisar os processos nos quais estamos inseridos. No grupo citado, por exemplo, contamos com a participação de estudantes da graduação, da Residência Multiprofissional, além de mestrandos e doutorandos que por diversas vezes agregam questões oriundas de suas pesquisas preliminares ou concluídas, dando ainda mais robustez ao escopo teórico-metodológico do grupo. Dessa forma, é possível pensar nas diversas formas de inserção profissional e acadêmica no ramo da pesquisa e da atuação partindo de um alargamento dos objetos de estudo e prática. Vale lembrar, sobre o que foi citado, que o profissional de psicologia deve ter a abertura para atuar frente aos processos que dele lhe demandem não apenas no sentido clássico, fruto de um modelo hegemônico, clínico e centralizado. Mas, deve considerar que existem outros espaços que podem ser por ele acessados de modo que a visão holística dos fenômenos esteja acentuada. Um desses lugares, pode ser considerado o da Saúde Coletiva, se pensarmos nesta como uma ciência consolidada que constrói saberes que permeiam e causam o atravessamento nas instituições, seus agentes e suas práticas. Dessa forma, cabe ao profissional buscar a inserção nesses locais de multi, inter e transdisciplinaridade a fim de contribuir com a disseminação do conhecimento e do escopo da psicologia, ao mesmo tempo que fortalece esse campo de pesquisa e profissão junto às demais ciências da saúde e sociais.

Palavras-chave: Multidisciplinaridade. Psicologia. Grupo. Gestão Hospitalar. Pandemia.







UMA COMPREENSÃO SOBRE OS SABERES: AS FACULDADES HUMANAS E AS CONTRIBUIÇÕES DOS CONHECIMENTOS A ELAS

Nayara Kelly Gomes da Silva Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião

Toda experiência profissional psicológica é precedida por todo um conhecimento teórico e prático sobre aquilo que era realidade no passado, sobre o que é realidade no presente e o que se planeja como realidade para o futuro; dessa maneira é fundamental haver estudos e discussões em uma psicologia epistemológica, a fim de entender as configurações atuais de qualquer que seja a área de atuação. Nas Políticas Públicas de Educação isso não seria diferente, por isso refletir e trazer a reflexão científica para tais experiências também é minimamente fazer prática e se preparar para ela. Este é o resumo de um ensaio que estrutura todo um estudo futuro e pretende se encaixar dentro da realidade prática e política da psicologia e toda sociedade, vendo aqui na III Mostra de Práticas em Psicologia e Políticas Públicas na Bahia a oportunidade de engajar teoria e prática. Sua contribuição está em trazer e manter clara na visão psicológica os princípios da nossa prática profissional; sendo mais clara: por muitos tempos determinados saberes foram manipulados por determinadas organizações (exemplo: igreja e estado) tirando a autonomia das suas sociedades; à medida que as instituições sociais foram se modificando foi-se percebendo como se deu esse controle das informações, dos conhecimentos e da sabedoria, atualmente a Psicologia como uma jovem ciência precisa fazer um trabalho oposto e contra esses modelos de dominação, por isso conhecer essas organizações, como os saberes se configuram e de que como cada um pode ser desenvolvido em prol das comunidade é fundamental, isso quer dizer que não basta entender a história geral desses fenômenos, também é preciso identificá-los nas pequenas práticas. Dessa maneira esse ensaio tem a intenção de levantar uma realidade histórica da humanidade e se colocar atuante dentro dela, a proposta é buscar refletir como esse conteúdo teórico está nas presentes práticas políticas da psicologia e como nós precisamos que ele também esteja futuramente, seja na saúde, no trabalho, nas assistências sociais, na mobilidade, nas relações jurídicas mas principalmente na educação (para além da escola) onde é o espaço em que esses saberes é ou não é construído e passado pelas gerações.

Palavras-chave: Teoria-Prática. Saberes. Psicologia Política.







OFERTA DE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES NA UNIVERSIDADE PÚBLICA COMO INCREMENTO À FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

Adelmo dos Santos Filho Pablo Mateus dos Santos Jacinto

As atividades extracurriculares são responsáveis por auxiliar no processo de permanência e afiliação à cultura universitária, também sendo responsáveis por cerca de 70% da formação discente. Essas atividades contribuem de diferentes formas na formação do estudante, incluindo o processo de aprendizagem, a facilidade acadêmica para compreensão de conteúdos e desenvolvimento de novas ideias e reflexões, interação entre os pares, senso crítico, formação pessoal e formação profissional (SANTOS FILHO; JACINTO, 2021). As atividades extraclasse não impactam apenas na formação do estudante universitário, mas também a comunidade externa a este espaço, como as atividades de extensão, voltadas à formação e qualificação, com o objetivo de formar pessoas para atuar dentro ou fora do ambiente universitário, e as atividades de ensino e pesquisa, que contribuem diretamente para com a produção científica. Este trabalho parte de uma pesquisa realizada em uma instituição pública, que culminou em intervenção e se propõe a refletir sobre o papel dos educadores em formular atividades de cunho extracurricular e desenvolver políticas afirmativas que facilitem a participação dos discentes, em diferentes experiências, como eventos (congressos, seminários e palestras), cursos, pesquisas, estágios, dentre outros. Na etapa da pesquisa, identificou-se que as estudantes de psicologia compreendiam a importância das atividades extracurriculares como forma de superar o ensino tecnicista, aprimorar as redes sociais e se qualificar para o exercício profissional. Deste modo, estudantes que trabalhavam e tinham dificuldades de frequentar atividades extracurriculares (tempo, motivos financeiros ou distância) se percebiam prejudicadas na formação em detrimento das demais. Na condição de estudantes, educadores sociais e professores do ensino superior em psicologia, buscouse acionar movimentos sociais, instituições de oferta de formação extracurricular e os dispositivos universitários para promover essas atividades. Para o educador que está à frente dessas atividades, é preciso pensar nas políticas afirmativas que envolvem a participação das pessoas em situação de vulnerabilidade, visando o seu desenvolvimento. Questiona-se também as atitudes tomadas pelo corpo docente, o choque com as aulas, a pouca incorporação das atividades extracurriculares no currículo e a falta de incentivo da universidade. Portanto, é necessário que se avaliem os incentivos assistenciais das universidades, a colaboração dos docentes e a divulgação das atividades extracurriculares, favorecendo a experiência estudantil.

Palavras-chave: Atividade extracurricular. Universidade. Formação em psicologia.







ADOLESCÊNCIA E SENTIDO PESSOAL: UMA ANÁLISE CONSTRUTIVISTA

Helder Henrique Gomes da Silva

O presente estudo foi baseado em um processo de estágio da faculdade Pio Décimo, supervisionado pelo professor Evanildo Ferreira Vasco (CRP19/0581) com ênfase Escolar e Políticas Públicas, e realizado na instituição Servos e Servas da Santíssima Trindade (Casinha de Santa Maria) situada no bairro Santa Maria (Aracaju, Sergipe). A proposta consistiu primeiramente em adentrar ao campo e passar por um período de observação. A partir daqui seria possível entender a instituição ao ter contato com os assistidos, funcionários e voluntários, para posteriormente elaborar e aplicar um plano de intervenção. Ao vivenciar o campo e ter contato com todas as áreas e públicos, ficou decidido que a intervenção seria realizada junto aos adolescentes, pois, além de estarem passando por uma fase de descobrimento, novos contatos, e criação de identidades, também estavam passando por momentos delicados na instituição por falta de identificação com os métodos e colaboradores. O trabalho realizado consistiu em entender a demanda e gerar a intervenção junto aos adolescentes e conforme perspectiva dos próprios, evitando imposições. Junto a eles foi discutido identidade, sonhos, perspectivas futuras e seu lugar no mundo, direcionado por uma perspectiva dialógica e em conformidade com o que era trazido através da comunicação direta, obtida mediante o estabelecimento de vínculo. Todo o trabalho foi pensado e realizado sob a luz de perspectivas psicológicas históricocríticas, interpretando a constituição do conhecimento acerca do mundo, como adquirida a partir de vivências concretas, onde a mediação do sujeito se torna indispensável. De maneira breve, a aplicação do processo consistiu na realização de rodas de conversas, dinâmicas de grupos, e discussões abertas. A exposição livre de ideias, e possibilidade de expressar suas vontades, sendo um agente participativo em todo o processo gerou nos adolescentes, mais entusiasmo, engajamento e anseio pelo próximo passo, uma vez que, de acordo com os próprios adolescentes, as pessoas que chegavam até eles para a realização de trabalhos ou intervenções, não os consultavam antes da criação do plano e nem conversavam abertamente ao decorrer do processo. Isso cria um distanciamento entre os envolvidos, tornando um processo conjunto e coletivo em uma imposição ou relação unicamente de trabalho. Posto isso, obtive bons resultados, a discussão sobre estímulos presentes e perspectivas futuras de forma dinâmica, clara e prática levou a grandes reflexões e engajamento dos assistidos. Apontar possíveis caminhos para lidar com as demandas encontradas nesses locais só é possível através da construção conjunta entre as partes, operando através de um horizonte de transformação, reafirmando o compromisso ético da práxis psicológica e visando a autonomia do sujeito.

Palavras-chave: Identidades. Adolescência. Sonhos. Vivências Concretas.







SER PROFESSORA EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PSICOLOGIA ESCOLAR

Camila Gabrielle dos Santos Mota Caroline Santos Da Silva Cristo Roberta Scarmussa da Silva

A Pandemia Covid-19 provocada pelo novo coronavírus evidenciou problemas sociais, econômicos que, em sua maioria, já estavam presentes em nossa sociedade, mas eram sufocados pelo cotidiano e suas pressões. Neste contexto, a área da Educação pública foi especialmente atingida pelas medidas de isolamento e distanciamento social. Pela primeira vez, as escolas, estabelecimentos tão caros à nossa organização social foram fechados e os processos de trabalho modificados. A ausência da presencialidade da escola desvelou uma série de elementos que embora já existentes ficavam mascarados como por exemplo: a extrema desigualdade entre escolas públicas e privadas escancaradas pela ausência de tecnologias para aulas remotas (o acesso a internet, a qualificação profissional, o material impresso, entre tantas outras coisas). Outro elemento é o espaço escolar como lócus de trocas, de pluralidade e convívio social que vai além de uma compreensão meramente cognitivista de aprendizagem. E por fim a desvalorização da profissional da educação que foi atirada na prática remota sem as condições materiais, formativas e emocionais mínimas para o exercício de sua atividade. Assim, em meio ao debate sobre retorno às aulas, faz-se necessário refletir sobre a saúde mental dos profissionais da educação diante dos efeitos socioemocionais produzidos pelo isolamento social bem como sua importância como agente promotor de saúde. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de duas estagiárias do Curso Psicologia da Universidade Federal do Sul da Bahia no campo escolar. As intervenções aconteceram na modalidade remota em uma escola municipal de uma cidade do interior da Bahia sempre através da plataforma do Meet. Ao longo do período do estágio, três meses, foram realizados levantamentos das demandas direcionadas a Psicologia entre as quais destacou-se a necessidade de uma escuta qualificada para as professoras. Deste modo, foi proposta uma roda de conversa a respeito da saúde mental das docentes em tempo de isolamento social e trabalho remoto. Participaram dos encontros seis professoras do ensino fundamental que relataram a dificuldade no manuseio das tecnologias para o novo formato de ensino, carga exaustiva de trabalho, medo, angústias e expectativas para o retorno das atividades presenciais. Apontaram ainda os desafios impostos pela conciliação das atividades domésticas, familiares e profissionais. Destacaram as perdas de familiares e amigos por infecção da Covid-19 e o medo se contaminarem e transmitirem para outras pessoas. Por fim demonstraram preocupação com o processo ensino-aprendizagem das estudantes e as inúmeras situações de violências e vulnerabilidades a que estão sendo submetidas no período de isolamento social. As demandas e queixas apresentadas foram acolhidas e trabalhadas em grupo. O confronto com os limites da profissão e os limites pessoais levaram-nas a refletir sobre a necessidade de reconhecimento da profissional da educação. Apontaram também para importância de espaços qualificados de escuta no ambiente escolar visto que a saúde mental da docente é muitas vezes negligenciada. Concluiu-se com esta intervenção que as sequelas impostas pela pandemia na Educação Pública brasileira não podem ser invisibilizadas. A psicologia escolar tem importância fundamental na promoção de espaços de acolhimento e construção de estratégias para enfrentamento das adversidades apresentadas.

Palavras-chave: Psicologia Escolar. Professoras. Saúde Mental. Pandemia.







ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO EM PACIENTES COM ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E O PAPEL DAS UNIVERSIDADES

Angélica de Souza Teixeira Luana Viana Aguiar Santos Mécia Pires da Silva Renata Freitas Silva Borges Medeiros

Este trabalho foi produzido por estudantes de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia a partir de uma prática de disciplina através de entrevistas com psicólogas. Nesta prática, procurou-se fazer notar a Esclerose Lateral Amiotrófica (E.L.A.) e as dificuldades que os pacientes, familiares e profissionais enfrentam, buscando possíveis melhorias no atendimento psicoterápico e a consequente melhoria na qualidade de vida do paciente. A Universidade constitui-se como mediador significativo de ações que integram a sociedade e, nesse sentido, a extensão se apresenta como um importante espaço para contribuir com a formação e cumprir o papel social da universidade. Sendo assim, adotar as tecnologia assistivas como atividade de extensão possibilita tanto o acesso dessa prática aos estudantes como aos pacientes usuários desse serviço, mobilizando uma prática psicológica capacitada através das políticas educacionais. Na E.L.A., os neurônios motores são afetados e causam uma progressiva paralisação dos músculos do corpo, bem como pode comprometer a fala e prejudicar a vida do indivíduo, que permanece com habilidades cognitivas íntegras. Essa vulnerabilidade preocupa e mostra a importância do acompanhamento Psicológico, sendo necessário frisar que este profissional tem como instrumento de trabalho a escuta terapêutica e que segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005, p.7), "trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades", baseando-se no respeito à liberdade, dignidade e, principalmente, igualdade dos seres humanos. Questiona-se, portanto, se há preparo deste profissional, nos hospitais, para atender pessoas com E.L.A. a partir do uso de tecnologias assistivas. Para isso, partiu da prática da disciplina de Psicologia e Necessidades Educacionais Especiais, que foi desenvolvida em três partes. Na primeira parte houve um conhecimento das práticas educativas do município, depois optouse por assistir um filme devido ao contexto pandêmico, tendo em vista as restrições de circulação. Em seguida, foi essencial ouvir os relatos das psicólogas entrevistadas, no qual foi percebido que a falta de contato com a E.L.A e as tecnologias assistivas gera um tipo de insegurança no profissional. A narrativa de uma das psicólogas ao deparar-se com a demanda posteriormente à graduação foi de inabilidade e inexperiência, desse modo, buscou por si mesma entender acerca da tecnologia assistiva para que pudesse prestar o atendimento necessário. Além disso, ao longo do trabalho confirma-se que não há políticas públicas que deem suporte aos pacientes e que existe um alto custo de acesso a esses recursos tecnológicos o que inviabiliza o uso para alguns indivíduos. Nesse sentido, sendo a Universidade um espaço que possibilita a Extensão e que deve defender políticas educacionais, pensou-se na implantação de projetos que possibilitem maior entendimento e prática dessas demandas, assim como, da tecnologia assistiva, o que beneficiaria também as pessoas de baixa renda.

Palavras-chave: Psicoterapia. Esclerose Lateral Amiotrófica. Tecnologia Assistiva. Políticas Públicas. Educação.







PSICOLOGIA ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA PANDEMIA E REFLEXÃO DA POLÍTICA PÚBLICA NO EXTREMO SUL BAIANO

Juscimara Carvalho Pereira Gerald Gomes Alves Valéria Sousa Santos Roberta Scaramussa da Silva, Roziene Castro Mota

Esse relato de experiência versa sobre o Estágio Supervisionado I em Psicologia Escolar e Educacional, ofertado pelo curso de Psicologia da Universidade Federal do Sul da Bahia, realizado em formato remoto devido à pandemia da COVID-19. O mesmo ocorreu entre os meses de junho a agosto de 2021 em algumas escolas municipais de Teixeira de Freitas/BA. Tem por objetivo discutir parcialmente a experiência do estágio supervisionado em um contexto pandêmico, suas estratégias e desafios, e as possibilidades de reflexões quanto à inserção desse estágio em um município do Extremo Sul baiano. Com um referencial teórico sobre a psicologia escolar e educacional, e sua atuação em um contexto pandêmico, foram realizados estudos e discussões para uma compreensão crítica da profissional neste campo de atuação. Nesse processo foram utilizados recursos tecnológicos, a exemplo de ferramentas do Google, como aplicativos de vídeo chamada, formulário online, e demais aplicativos. Esses recursos se configuraram enquanto estratégias para a realização de uma aproximação e comunicação com o campo do estágio, diante das recomendações dispostas da não presencialidade. Considerando tal limitação, a imersão no campo ocorreu a partir da flexibilidade e criatividade necessária a esse contexto, que a exemplo do formulário online, buscou em um primeiro momento uma aproximação com os profissionais das instituições escolares envolvidas, objetivando levantar as percepções acerca da atuação da Psicologia Escolar e Educacional. Esse levantamento contou com 77 participantes, e revelou que uma maioria considera as escutas individualizadas o melhor recurso para o acolhimento psicológico, assim como também responderam que escutas individualizadas seriam a modalidade de intervenção que participariam ou indicariam para outras pessoas. Como nos apresenta Campelo e colaboradoras (2021) dentre os desafios da Psicologia escolar se tem o modelo culturalmente propagado da atuação do profissional da psicologia, orientado por uma perspectiva da clínica tradicional, que se restringe à lógica individualizante. Essas considerações se tornam importantes para refletir sobre esses desafios, com base na dimensão sócio-histórica das crenças e idealizações de padrões e modelos de atuação. Dentre os temas de interesse listados no questionário, os participantes destacaram três deles, sendo: Desafios da modalidade remota para o processo de ensino-aprendizagem; Estratégias para o enfrentamento do fracasso e evasão escolar em tempo de pandemia; A Educação e seus desafios em tempo de pandemia. A esses temas de interesse dos educadores nota-se uma preocupação desse segmento, que nos leva a estarmos atentas aos efeitos dessa preocupação em sua saúde mental, que corrobora em sujeitos cuja atuação deseja contribuir com o processo educativo e de emancipação dos estudantes. Ao nos atentarmos ao contexto do Extremo Sul baiano, teremos questões que potencializam a vulnerabilidade dos estudantes que se encontram nas redes públicas de ensino, e que reverbera no elevado índice de evasão escolar no território. Assim, essa experiência de estágio fomentou importantes reflexões para uma atuação que possa ouvir aqueles que se encontram imersos ao processo de ensino-aprendizagem, bem como se atentar para a realidade territorial e dar visibilidade a presença da psicóloga nos espaços escolares, e sua importância para o desenvolvimento educacional deste país.

Palavras-chave: Psicologia Escolar. Política Pública. Estágio Supervisionado. Extremo Sul Baiano.







PSICOLOGIA: (RE)CONHECENDO A PSICOLOGIA NO ÂMBITO DA SAÚDE COLETIVA:RELATO DE EXPERIÊNCIA EM MONITORIA NO ENSINO SUPERIOR

Ian Pereira Assunção Juliane dos Santos Almeida

O psicólogo inserido na saúde coletiva pode desempenhar tarefas ligadas ao planejamento e gestão de trabalho, nas quais todos os profissionais de saúde devem estar envolvidos. Enquanto uma modalidade de ensino e extensão que potencializa a formação do estudante, o processo de monitoria foi realizado através da elaboração de atividades, correção de seminário, aulas de revisão e grupos de estudo, sob supervisão da docente e estudo da ementa e plano de ensino da disciplina de Saúde Coletiva. O processo de monitoria teve a carga horária total de 60h, distribuída uma vez por semana, três aulas ao dia, com a duração de 60 minutos/aula. Tendo como público atendido 38 alunos do II semestre do curso de Psicologia da UNIFTC, campus Jequié-BA, sendo renovado o contrato de monitoria pela segunda vez consecutiva. A monitoria teve por objetivo promover ao discente a experiência e visão crítica do exercício da docência no ensino superior, cujas atividades desenvolvidas proporcionaram ao acadêmico a vivência e a familiarização com o trabalho do profissional de psicologia no contexto da sala de aula e a oportunidade de pôr em prática os ensinamentos aprendidos na academia, sobretudo no âmbito da saúde coletiva. Consistiu primeiramente no reconhecimento da ementa e discussão teórico-didático com a docente da disciplina para o planejamento das ações. Seguidamente, apresentação do docente a turma a qual seguiria como monitor. E consequentemente, a realização de aulas de revisão de conteúdo, grupos de estudos, auxílio na elaboração de atividades avaliativas, contribuição no processo de correção de seminários junto a professora da disciplina, bem como, apoio durante as aulas no que tange às metodologias ativas, e na elaboração de questões de artigos acadêmicos e de assuntos ministrados em sala de aula sob avaliação da supervisora. A experiência no campo da monitoria em Saúde Coletiva no curso de psicologia promoveu no autor deste trabalho um crescimento pessoal e profissional, uma experiência para a formação na graduação em psicologia, de forma respeitosa, ética e habilidosa. Cujo processo de integração e transversalização de saberes possibilitou reconhecer e ampliar o lugar da psicologia e políticas públicas no âmbito da saúde coletiva. Bem como, mobilizar os discentes a essa prática no curso. Os resultados para tanto, tornam-se potentes à medida que propicia a todos os envolvidos a construção, ampliação e efetivação do conhecimento na área de Saúde Coletiva de modo interdisciplinar com as demais disciplinas do curso, além de uma consciência quanto aos princípios e diretrizes do SUS. Levando em consideração esses aspectos o autor deste trabalho é grato a docente Ms. Juliane Almeida por ter colaborado com essa experiência, a todas as colaboradoras que de forma direta ou indireta, proporcionaram a realização dessa experiência em sala de aula. Aos e as alunos e alunas que permitiram auxiliá-los nessa caminhada de mobilização do aprendizado na esfera da saúde coletiva através sobretudo no (re)conhecimento de que a saúde é direitos de todos e dever do estado, conforme a constituição cidadã e que a saúde pública vai além da assistência hospitalar. Além disso, é importante salientar de que a psicologia tem que abrir seu espaço de atuação com uma presença mais efetiva na saúde coletiva e pública, inserindo-se em uma conjuntura interdisciplinar de intervenção, atuando no planejamento e na gestão e contribuindo para a reflexão das políticas.

Palavras-chave: Saúde Coletiva. Psicologia. Educação para Saúde. Estágio. Docência.







PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM RELAÇÃO ÀS CRIANÇAS COM TEA PELA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Ian Vitor Oliveira Nascimento
Camila Macedo Silva
Kécia Carvalho Montenegro Silva
Andrena Silva Reis, Joice Souza Lima
Brenda Luara dos Santos de Souza

Este estudo foi desenvolvido a partir do crédito prático da disciplina de Psicologia e Necessidades Educacionais Especiais e teve como objetivo verificar as potencialidades da Análise do Comportamento Aplicada no Atendimento Educacional Especial (AEE) da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para tal, foi realizada uma pesquisa de campo com uma abordagem qualitativa de pesquisa e teve como procedimento metodológico o Estudo de Caso, utilizando a coleta de dados a partir de um questionário estruturado com uma psicopedagoga que atua como professora no AEE. No estudo foram abordados os principais desafios frente à garantia de uma educação inclusiva, direcionando as caracterizações e singularidades do AEE da criança com TEA junto aos fundamentos da Análise do Comportamento Aplicada e suas potencialidades frente às demandas de ensino e aprendizagem da criança com TEA. A educação inclusiva tem como finalidade assegurar o direito de todos à educação, pressupondo que as diferenças não sejam vistas como uma barreira, e que se reconheça todas as necessidades do aluno. Para que essa inclusão seja efetiva, é fundamental estender o currículo de formação de professores, incluída na práxis da formação continuada às cotidianas atualizações sobre AEE principalmente quanto às especificidades do TEA, sem prejuízo às demandas e necessidades de um currículo diversificado. Nesse contexto, a Análise do Comportamento, em suas interseções com as ciências naturais, estuda o comportamento e como este afeta e é afetado pelo ambiente, pode apresentar contribuições basilares nas práticas educativas para alunos que possuem o TEA. Cabe-se ressaltar que o TEA se configura como um distúrbio mental que afeta a comunicação, a capacidade de aprendizado e adaptação, persistindo na idade adulta. Na visão analíticocomportamental, mesmo os comportamentos vistos como funcionais são provocados por eventos específicos. Assim, ao se cuidar da criança com TEA, a AC pode ajudar a desenvolver repertórios de habilidades sociais relevantes que estão ausentes ou prejudicadas no repertório do indivíduo com autismo. Dessa forma, se dispõe como público alvo professores do ensino fundamental I, utilizando um questionário estruturado para a escuta e compreensão do funcionamento dessas aulas na instituição. Na entrevista, foram observados alguns pontos desfavoráveis à concretização das diretrizes inclusivas para esses alunos, destacando-se a falta de interesse e investimento das políticas públicas no preparo dessas instituições. Isto posto, por meio dessa abordagem teórica, sugere-se um mini-curso para incidir na formação desses profissionais com algumas estratégias da Análise do Comportamento Aplicada, o qual possa corroborar para um melhor desenvolvimento desse aluno, permitindo identificar aspectos do ambiente que de algum modo o afetam negativamente e dificultam seu processo de aprendizagem, além de possibilitar novos caminhos de acesso ao conhecimento para essas crianças.

Palavras-chave: Análise do Comportamento. Autismo. Educação. Estratégias de Ensino.







SAÚDE EMOCIONAL E SENTIDOS DA VIDA: RELATOS DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL

Felipe de Novaes Coelho Neilton da Silva Daniela Santana Reis

Com o agravo da pandemia do Covid-19 e a necessidade da quarentena, as atividades das Universidades foram alteradas para uma modalidade emergencial inteiramente remota. Essas mudanças delinearam um cenário repleto de riscos à saúde integral. Dentre eles, o da saúde mental. Pensando em medidas para atenuar os desgastes gerados pelo contexto pandêmico, foi concebida uma ação que teve por objetivo, psicoeducar os estudantes que integram o Programa de Educação Tutorial (PET) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), quanto a modos de cuidado com a saúde emocional. As vivências grupais propostas, foram baseadas nas teorias de Carl R. Rogers em seus trabalhos grupais, na Terapia Comunitária Integrativa e na Terapia Cognitivo Comportamental. Dentre as vivências, foram mediadas atividades virtuais na plataforma Meeting. As atividades supracitadas se organizaram em um projeto que se intitulou: "Vivências mediadas sobre saúde emocional e bem-estar grupal", com carga horária total de 12 horas, distribuídas em dois encontros virtuais e atividades assíncronas. O primeiro encontro nomeado de: "Saúde Emocional e o Sentido da Vida: conhecer-se para lidar com os sentimentos". Esta, por sua vez, teve como objetivo, apresentar as dimensões básicas das principais emoções humanas, modos de reconhecê-las e como lidar com elas. O segundo foi intitulado do seguinte modo: "Saúde Emocional e o Sentido da Vida: planejar a jornada, escolher os destinos". Por seu turno, o foco consistiu em propor modos de planejamento de vida e de ações que conduzissem para o alcance de objetivos pessoais. Cada encontro foi dividido em 4 etapas, a saber: sensibilização, psicoeducação, roda de conversa e acolhimento. Para a sensibilização, foram utilizadas músicas, vídeos e textos. Na etapa da psicoeducação, foram transmitidos vídeos e mediados diálogos. Na etapa da roda de conversa, foram apresentadas algumas regras básicas de funcionamento da etapa e como instrumento de mobilização foram utilizadas algumas perguntas norteadoras contextualizadas com o tema discutido. Por fim, foram realizados acolhimentos das falas e propostos planos de ação. Este estudo se pautou metodologicamente na abordagem qualitativa, compreendendo a complexidade e subjetividade das múltiplas realidades postas. Os resultados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo temático. As falas dos participantes do grupo foram agrupadas em 4 segmentos, a saber: sentimento de pertencimento, autoconhecimento, autorregulação e acolhimento. Conclui-se que ações de acolhimento e psicoeducação asseguradas, serviram como medidas de aumento do senso de pertencimento e de desenvolvimento pessoal, se configurando como uma atividade de promoção de saúde mental, aplicada ao contexto da Universidade.

Palavras-chave: Programa de Educação Tutorial. Psicoeducação. Saúde Emocional. Grupo.







LETRAMENTO CIENTÍFICO MEDIADO PELAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NÃO FORMAIS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE ALAGOINHAS-BA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ariel Dantas Barbosa

É possível considerar que um cidadão é letrado não apenas por saber sabe ler o vocabulário científico, mas que seja capaz de conversar, discutir, ler e escrever coerentemente em um contexto não-técnico, na comunidade, ensinando como se planta, como se colhe, falando das suas estratégias para viver de acordo as suas necessidades individuais e sociais. Temos como exemplo o letramento social que, sugere a participação ativa do indivíduo na sociedade, em questões de desigualdade social, em que grupos minoritários, geralmente discriminados por raça, sexo e condição social, também pudessem atuar diretamente pelo uso do conhecimento científico. São estratégias desenvolvidas através de valores que se relacionam aos interesses coletivos. Uma pessoa letrada é aquela que tem acesso à cultura e pode ser capaz de mover-se além dela para criar novas formas de cultura dando lugar a vários conhecimentos e a todas as classes. A partir disso, comecamos a nos questionar de que maneira essas questões podem ajudar a população em situação de rua, que vivem à margem da sociedade e vulnerável a eventos ambientais como frio, calor, chuva, fome, dentre outros e as diversas violências, pensando nisso, traremos as práticas educativas como oficinas culturais, afinal, é preciso entender que, a educação, é um fator presente na vida e nas relações humanas de todos, direta ou indiretamente. Nessa dialética, e nesse processo de vida, estamos sempre imersos em ambientes que direta ou indiretamente são educativos, para muitos, isso ainda é surpreendente, porque, fomos ensinados que o único ambiente educativo é a escola, sendo esta, a educação formal. Neste trabalho, teremos o minucioso cuidado de abordar a educação não formal, importante ressaltar que educação não formal não é inverso de educação formal, nenhuma e nem outra são opostas. A educação não formal, de forma simples e direta abrange processos educativos que acontecem fora do sistema oficial de ensino em que estamos acostumados. É pensando sobre isso que esse trabalho se constrói com objetivo de promover oficinas culturais onde serão trabalhados o letramento científico mediado pelas práticas educativas não formais para o despertar da consciência crítica da população em situação de rua da cidade de Alagoinhas-BA. E tentando responder a seguinte questão: De que maneira o letramento científico mediado pelas práticas educativas não formais podem despertar a consciência crítica da população em situação de rua da cidade de Alagoinhas-Ba? A pesquisa se constituirá como pesquisa qualitativa exploratória, participante onde todo o percurso se deu no Abrigo para população em situação de rua feito pela prefeitura. Os temas foram pautados nas questões mais importantes para o grupo, sendo este um ponto fundamental para as atividades a serem elaboradas e para o desenvolvimento das ações educativas. Assim, as oficinas culturais mediadas pelas práticas educativas não formais com a população de rua de Alagoinhas-BA foram configuradas como momentos de compartilhamento de ações pertinentes aos contextos dos indivíduos e grupos. Estes encontros, mediados por diversos fazeres e experiências, colocaram em pauta as diferentes produções de significados, baseadas nos processos de alteridade dos sujeitos envolvidos nas oficinas. Podemos dizer então que, foi possível perceber o compartilhamento das diferentes formas de produção e significação dos fazeres individuais e coletivos; no reconhecimento de saberes e práticas subjugados no contexto social mais amplo, e na produção de um espaço democrático, capaz de reconhecer e valorizar diferentes práticas locais e suas significações.

Palavras-chave: Educação. Letramento Científico. ENF. População em Situação de Rua.







d) PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE







O PAPEL DA/O PSICÓLOGA/O NA REINSERÇÃO SOCIAL DE PESSOAS QUE ESTIVERAM NO PROCESSO DE CUIDADO PARA USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Sandro Manoel do Nascimento

O trabalho apresentado versou sobre uma das mais importantes e desafiadoras áreas das políticas públicas sobre drogas no Brasil – a reinserção social de pessoas que estiveram no processo de cuidado para o uso abusivo de álcool e outras drogas. Teve como objetivo geral, analisar o papel da/o psicóloga/o neste processo. Visando alcançar este objetivo, foi realizado o seu desdobramento em alguns objetivos específicos, que abordaram a questão da relação do humano com as substâncias psicoativas, apresentou as políticas públicas sobre álcool e outras drogas no Brasil. Buscou também discutir sobre a prática profissional da/o psicóloga/o em um dos principais espaços de cuidado para as pessoas que sofrem em decorrência de sua relação abusiva com as drogas, que são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Uma das propostas mais inovadoras na problemática da saúde mental no Brasil, e uma das estratégias mais eficientes na substituição do antigo modelo asilar. A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa, de revisão bibliográfica analítica, documental e interdisciplinar. Tendo como fontes de estudos plataformas digitais, como: Scielo, Pepsic e Lilacs. Visando aumentar o arcabouço teórico da pesquisa, foram analisadas obras literárias, leis e decretos que corroboraram para a temática abordada. Depois de realizarmos análise do material pesquisado, ficou compreendido que a relação do humano com as drogas é uma relação de busca de prazer, interação social, religiosa, mística, dentre outras motivações. No contexto das políticas públicas sobre drogas, constatou-se que tanto no âmbito municipal, estadual e federal, elas se mostram insuficientes para atender as demandas da sociedade contemporânea. Sobre a atuação da/o psicóloga/o no cuidado das pessoas que se encontram no processo de reinserção social, foi analisado que por meio de suas intervenções a/o psicóloga/o desempenha um papel de grande relevância neste processo.

Palavras-chave: Drogas. Reinserção Social. Psicologia.







OS ATRAVESSAMENTOS PSÍQUICOS DA PANDEMIA EM PACIENTES RENAIS CRÔNICOS NO CONTEXTO HOSPITALAR

Amanda Sacramento Maia

A doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19) tem sido considerada uma grave crise sob o ponto de vista epidemiológico e, também, psicológico. Além das perdas em massa em curto espaço de tempo, existe toda a questão do medo de contaminação, isolamento social, medo da morte, gerando diversos lutos simbólicos e reais. Pacientes renais crônicos são considerados grupo de risco para a Covid-19, o que faz emergir diversas narrativas de sofrimento psíquico. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de atendimento psicológico de um Centro de Nefrologia na cidade Salvador/BA, o qual proporciona atendimentos pelo Sistema Único de Saúde à pacientes em terapia renal substitutiva, a partir das narrativas e de algumas reações que demonstravam um processo sofrimento psíquico referente ao contexto de crise sanitária. Pessoas que se encontram em terapia renal substitutiva perderam parcial ou totalmente a função renal e são indicados para tratamento que é mediante medicações, mudança de hábitos alimentares, controle hídrico e constante vigilância em saúde. O tratamento dialítico é um processo de filtragem, utilizado para retirar do organismo as substâncias tóxicas que são filtradas pelo rim em um processo natural. A máquina que realiza a função renal garante a manutenção da vida do indivíduo, pode se tornar paradoxal a partir do momento em que o corpo do paciente pode ficar, inicialmente, mais debilitado, o que o impede de continuar realizando da mesma forma suas atividades da vida diária, diminuindo consideravelmente sua produtividade, fazendo com que experimente sentimentos de falta de autonomia, independência e do papel social. Para além disso, a necessidade de sair de casa para realizar o tratamento, o medo da contaminação e o isolamento familiar, antecipam sofrimentos psíquicos ao paciente. A partir dessa vivência, é possível observar o luto como um processo psíquico de elaboração de uma perda, esperado após o rompimento de vínculos, em que cada indivíduo pode vivenciá-lo de maneiras distintas. A presença da Psicologia no contexto Hospitalar tem uma função importante na tríade paciente – equipe – família e trabalha com a trilogia do cuidado psicoeducação, psicoprofilaxia e psicoterapia breve para lidar com as intempéries causadas pela crise sanitária e pela hospitalização. A presença do profissional da Psicologia é importante para que o paciente tenha suporte emocional e consiga falar sobre o seu itinerário do adoecimento e tratamento, que consiga se implicar diante de seu processo, fornecendo a melhor assistência ao paciente e possibilitando ser mais uma via de cuidado diante do contexto sus e das equipes multiprofissionais. Palavras Chave: Psicologia Hospitalar; SUS; Nefrologia; Pandemia

Palavras-chave: Doença Renal Crônica. Psicologia Hospitalar. SUS. Pandemia.







PSICOLOGIA HOSPITALAR E HUMANIZAÇÃO: ATIVIDADES NOS NÍVEIS SECUNDÁRIOS E TERCIÁRIOS DE SAÚDE NO CONTEXTO SUS

Amanda Sacramento Maia

Apesar de existir uma Política Nacional de Humanização (PNH) no Brasil desde 2004, os hospitais mantêm práticas centradas no corpo, desviando-se da integralidade que é um princípio do SUS. A Humanização é um termo que faz referência a alguma prática que visa tornar algo ou alguém mais humano, a consequência de humanizar, é o conjunto de valores, técnicas, comportamentos e ações que, construídas dentro de seus princípios, promovem a qualidade das relações entre as pessoas nos serviços de saúde. O conceito de humanização na saúde diz respeito às práticas que visam proporcionar melhores condições de trabalho para os profissionais da saúde e para os seus pacientes. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de atividades de humanização realizadas pela Psicologia em unidade hospitalar em Salvador/BA nos níveis ambulatoriais e de alta complexidade. O contexto hospitalar provoca diversos sentimentos para o paciente, para os familiares e para a equipe de saúde, sendo assim, a Psicologia cada vez mais se torna necessária e atuante. Pensar na perspectiva da humanização em saúde, é pensar em atividades que prezam o mutualismo, a conscientização, criando uma cultura no qual cada sujeito tem as suas vivências pessoais, culturais, relacionais diante deste contexto, respeitando e validando todas as diferenças e especificidades. Nos últimos anos as discussões sobre humanização das práticas em saúde vem sendo motivo de discussões e debates em todo o mundo. É uma temática de extrema relevância e está presente nos 3 níveis de atenção à saúde, com conteúdos direcionados para políticas públicas e em saúde coletiva. Pensando em um sentido possível para a expressão Humanização da Saúde se expressa em um novo estabelecimento de valores, colocando o paciente em condição horizontal em relação à equipe de assistência. Fazendo com que a figura biomédica e voltada para um corpo biológico, saia de cena, assim como sua posição verticalizada e autoritária, dando espaço a realidade de um equipe, que pratica um trabalho multidisciplinar, contemplando a dimensão integral do ser humano em seus diversos aspectos e a experiência subjetiva diante da vivência no contexto hospitalar. A humanização é um resultado de novas práticas no modo de se fazer o trabalho em saúde, valorizando a atuação em equipe, oportunizando a troca de saberes, incluindo pacientes, família e equipe na execução do plano terapêutico. A Psicologia Hospitalar tem uma função importante e mediadora no processo, e diante das atividades propostas pelo serviço foi possível observar uma melhora na assistência em saúde.

Palavras-chave: Humanização. Psicologia Hospitalar. SUS. PNH.







AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA EM AMBULATÓRIO DE CLÍNICA AMPLIADA, REALIZADO EM UNIDADE DOCENTE ASSISTENCIAL

Sandra Lopes de Oliveira Nayana Santana Barreto

A Clínica é sempre um aprendizado mútuo. No desenrolar desta prática, cabe ao profissional perceberse e perceber o outro (CUNHA, 2005). Parte da perspectiva de que a Clínica Oficial vem sendo degradada pela ausência de uma abordagem integral do ser humano, um ser social dotado de emoções e complexidade. A proposta da clínica ampliada é ser um instrumento para que os trabalhadores e gestores de saúde possam enxergar e atuar na clínica para além dos pedaços fragmentados, sem deixar de reconhecer e utilizar o potencial desses saberes. Trata-se de um exercício de compartilhamento de saberes que pressupõe a criação de espaços coletivos onde profissionais de áreas distintas ou não, possam realizar discussões de caso e intervenções em conjunto, promovendo uma reflexão sobre suas práticas e seus efeitos. O objetivo desse trabalho é relatar a prática de Psicólogas residentes realizado no Complexo Comunitário Vida Plena (CCVP), uma unidade Docente-Assistencial idealizada e mantida pela Sociedade Hólon, que atua em um bairro popular de Salvador, o serviço segue modelo semelhante à Estratégia de Saúde da Família, cuja premissa básica é a promoção de saúde e prevenção de agravos, assim como uma nova concepção de saúde através de uma abordagem mais ampla, com base na integralidade, considerando o indivíduo e sua família como constituídos por múltiplas dimensões. Os profissionais envolvidos (Psicólogos, Fisioterapeutas, estudantes de Medicina, Enfermeiro e Médico preceptor) no projeto da clínica ampliada, adotam uma abordagem multiprofissional, na qual diferentes categorias complementam seus saberes, proporcionando uma assistência diferenciada e humanizada, onde são trabalhados o real significado sobre o processo saúde e doença, e as expectativas das pessoas que procuram o ambulatório. A prática proporcionou que cada profissional envolvido pudesse reconhecer os limites ontológicos de sua profissão, superar as dificuldades da clínica tradicional e deixar-se tomar pelas diferenças singulares do indivíduo doente para construir com ele, um projeto terapêutico que leva em conta essas diferenças. A Psicologia como ciência e profissão comprometida com a transformação da sociedade atua nesse projeto, compartilhando com as outras categorias profissionais, a prática de seus saberes, ampliando e afirmando sua atuação nas Políticas Públicas de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Palavras-chave: Residência Multiprofissional. Clínica Ampliada. Saberes Compartilhados.







O CONTROLE SOCIAL COMO FORMA DE CO GESTÃO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Louise Diná Rodrigues Barbosa Amanda Fernandes Maia Guimarães Carvalho

Este trabalho tem como objetivo o relato de experiência na participação de duas reuniões de comunidade de duas profissionais ex-residentes que participaram do programa multiprofissional de residência em saúde da família no município de Camaçari/Bahia durante o período de março de 2016 até março de 2018. As reuniões ocorreram em abril e outubro de 2016 respectivamente. Em abril, durante a greve no contexto de saúde deste município, as unidades de saúde da família estavam funcionando com quadro reduzido. Desta forma, as ex-residentes que atuavam como enfermeira e psicóloga apoiadora institucional, foram responsáveis por convocar uma reunião com a comunidade visando informá-los e explicá-los sobre a conjuntura do município. Naquela reunião, foram solicitadas algumas sugestões do que se poderia estar realizando para diminuir os anseios, dar suporte e assistir aquela população. Decidiu-se em coletivo que pelo menos a renovação de receitas deveria ocorrer no acolhimento. Não foi o suficiente, mas junto com a população conseguiu-se de alguma forma minimizar o sofrimento provocado pela greve. Em outro cenário, durante o ano de 2016, ocorreu que a Unidade em que as ex-residentes atuavam sofreu com diversos furtos, de insumos e materiais. Durante todo o ano, a unidade foi furtada cerca de cinco vezes, sendo necessário até bloquear a agenda de atendimentos, para poder reorganizar os profissionais, a unidade e os trabalhos das equipes. Em outubro após novo ataque a USF, as salas de atendimento médico, odontológico, e do almoxarifado, foram vandalizadas, além disso, também houve a tentativa de atear fogo na unidade. Os atendimentos foram suspensos e para se pensar no que fazer, a comunidade foi chamada, divulgaram-se notas na imprensa local e uma reunião extraordinária foi realizada no dia seguinte. Desta forma as duas exresidentes novamente ficaram como responsáveis por convocar mais uma reunião com a comunidade que aconteceu dessa vez com a presença da Diretora do Departamento de Atenção Básica, do Secretário Municipal de Saúde e de Policiais da Base Militar Comunitária. Durante a reunião, foram realizadas algumas solicitações e fechamento de pactos (vigia noturno, grades para as janelas, consertos gerais, melhora na infraestrutura, aquisição de mais insumos, geladeira para vacina, entre outros). Naquela reunião estiveram presentes cerca de 200 pessoas. Após esse momento, foi criada uma comissão de usuários e trabalhadores, para participarem de reuniões com o Secretário Municipal de Saúde junto com representantes do DAB, a fim de que o compromisso das reivindicações fossem realizados. A partir das reuniões e após os furtos, a USF teve muitos ganhos, a comunidade se mobilizou, os profissionais se mobilizaram e foram ouvidos. Neste contexto, nos momentos pedagógicos com os tutores, as ex-residentes concluíram e aprenderam que o poder da equipe foi determinante. Os resultados obtidos através desses dois momentos importantes proporcionaram um maior entendimento de que o trabalho com o apoio e suporte da comunidade se tornava muito melhor quando realizado sob a forma de cogestão e com participação e controle social.

Palavras-chave: Saúde da Família. Residência Multiprofissional. Controle Social. Sistema Único de Saúde.







ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PRÁTICAS DE MATRICIAMENTO EM SAÚDE MENTAL

Emanuele Lopes da Silva

O presente resumo busca apresentar a atuação da Psicologia nas práticas de matriciamento em saúde mental realizadas no contexto da Atenção Primária à Saúde no município de Tomar do Geru/SE. Tais práticas foram desenvolvidas na interface com profissionais da Equipe do Núcleo Ampliado à Saúde da Família (NASF – AB), a saber: Psicóloga, Terapeuta Ocupacional, Educador Físico, Fisioterapeuta e Nutricionista, bem como profissionais da Rede de Atenção Psicossocial. Frente ao elevado número de sujeitos em sofrimento psíquico acompanhados pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) instalado no município de Cristinápolis / SE e que através de termo de colaboração atendia os munícipes geruenses e da fragilidade no acompanhamento e no diálogo das equipes de Atenção primária, equipe NASF – AB e CAPS, notou-se a necessidade de incorporar o apoio matricial como ferramenta de ampliação da capacidade resolutiva das ações em saúde mental. Nesta perspectiva, tais práticas foram inauguradas nas reuniões mensais de matriciamento das cinco Estratégias de Saúde da Família (ESF) as quais recebiam o suporte da Equipe NASF -AB e a participação da Equipe do CAPS (Psicóloga, Assistente Social e Psiquiatra). O espaço, considerado uma mandejoura de diálogos, oportunizou o debate sobre os casos que requisitavam maior atenção das equipes. Era realizado a apresentação da situação atual e as estratégias de cuidado já adotadas e a reavaliação do Projeto Terapêutico Singular (PTS), o qual era construído em parceria com o usuário e sua família. Respeitar o protagonismo do usuário e a corresponsabilização da família foram pontos importantes para o avanço no acompanhamento em uma perspectiva integral e humanizada. Além do diálogo intersetorial, através de pactuações com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria de Cultura e Educação. Como resultados, notaram-se o fortalecimento dos vínculos e melhora na comunicação entre as equipes de atenção básica e equipe CAPS e ampliação da resolubilidade no acompanhamento dos casos; ampliação da participação dos usuários e familiares na construção do PTS trazendo tons mais singulares e significativos para as atividades ali sugeridas, bem como a corresponsabilização da família no cuidado em saúde mental; realização de Salas de Cuidado em Saúde Mental como estratégias coletivas de acolhimento e educação em saúde. Por fim, destacam-se a realização de visitas domiciliares e consultas compartilhadas entre equipes de atenção básica, NASF-AB e CAPS. Deste modo, a Psicologia costurava diálogos e práxis, através de relações de escuta nos territórios apoiados pela Equipe NASF. Embora tenham se inaugurado modelos de cuidados mais colaborativos e resolutivos, reconhece-se a necessidade de fortalecimento das práticas de apoio matricial no cenário apresentado, tendo em vista a necessidade de ampliação do conhecimento de gestores e trabalhadores sobre novas formas de construção de saúde oportunizadas pela troca de saberes e fazeres.

Palavras-chave: Psicologia, Atenção Primária à Saúde, Núcleo Ampliado à Saúde da Família, Matriciamento e Saúde Mental.







O PAPEL DO PSICÓLOGO FRENTE AO PACIENTE COM BAIXA ADESÃO À TERAPIA MEDICAMENTOSA

Milena de Oliveira Silva
Adrielle Dionísio dos Santos
Erika Danielle Souza da Silva, Ademar Rocha da Silva
Andreza Maia Silva Barbosa

Com o crescente número de fármacos fabricados e de patologias por eles tratadas, houve um aumento significativo do uso de múltiplos medicamentos por pessoas e um desconhecimento da maneira como essas drogas devem ser usadas, bem como a perda da autonomia do sujeito, o que consequentemente tendem a levar a baixa adesão à terapia medicamentosa. Diante disso, a família e os profissionais da área de saúde possuem um papel de fundamental importância, dentre os quais destacam-se o farmacêutico, enfermeiro, médico e psicólogo. Nesse viés objetiva-se discutir o papel do psicólogo frente ao paciente com baixa adesão à terapia medicamentosa. Para tanto, utilizou-se de revisão bibliográfica de cunho qualitativo, desenvolvida com o suporte de fontes primárias e secundárias, presentes em bases de dados relacionados à psicologia como o Literatura Latino Americana em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (ScIELO) e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), acessadas por meio eletrônico, mediada sob a natureza descritiva, está permitida pelo uso de descritores ligados à 'psicologia', 'terapia medicamentosa', 'paciente' e 'adesão' cujos foram pesquisados no DeCS-Descritores em Ciências e Saúde. Foram analisados resumos simples de artigos dentro do período de tempo de 2005 a 2019, parâmetro esse utilizado como critério de inclusão e excluídos aqueles textos que fugiam da referida temática. Frente a baixa adesão à terapia medicamentosa, o psicólogo inicialmente buscará estabelecer vínculo entre profissional, família e cuidador, acolhendo-o para que possa compreender o sujeito na sua essência e o motivo da baixa adesão. Assim, psicoeducar e conscientizar o paciente sobre os benefícios e malefícios da medicação, tal como, a importância do uso da mesma, de acordo com a prescrição do profissional de saúde de forma correta, para que essa não acarrete prejuízos no seu tratamento, são imprescindíveis na sua atuação. Além disso, cabe ao psicólogo avaliar as patologias que estão sendo tratadas e se possível buscar novos meios de tratamento, auxiliando o paciente na busca da sua autonomia, e quando isso não for possível, atendê-lo de forma a minimizar os efeitos e/ou impactos da perda desta na sua vida, possibilitando empoderamento sobre sua saúde e tratamento, uma vez que a perda da autonomia tende a ser uma das causas da baixa adesão ao tratamento. Para mais, o profissional ainda conta como ferramenta o Plano Terapêutico Singular e o Plano Terapêutico Individual que auxiliam no planejamento das intervenções, na tomada de decisão em relação ao cuidado oferecido ao paciente e ao cuidador. Em suma, frente o paciente com baixa adesão ao tratamento medicamentoso, é notório que o psicólogo deverá buscar alternativas que auxiliem ao paciente na obtenção de informação e educação, para que este tenha uma melhor qualidade de vida. Para mais, é necessário avaliar a importância e necessidade do atendimento multiprofissional em prol de uma melhor adesão, para possibilitar um bem-estar e um tratamento mais eficaz, tal como a constante atualização na área da psicofarmacologia, tais ações podem inclusive suscitar novos estudos.

Palavras-chave: Psicologia .Terapia Medicamentosa. Paciente. Adesão.







A FAMÍLIA COMO LÓCUS ESTRATÉGICO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Miriam Marostica Isabel Campos Mustafa Figueiredo

Compreendemos a Atenção Básica como um nível de atenção estratégico para o cuidado em saúde mental, pautado nos princípios da Reforma Psiquiátrica, que traz contribuições decisivas na forma de conceber e perceber a família enquanto aliada e protagonista no cuidado reabilitador de seu familiar em sofrimento psíquico. A Estratégia Saúde da Família, a partir de seus princípios, diretrizes e tecnologias possíveis, favorece a orientação para este cuidado. A família como foco da atenção é um dos atributos da Atenção Primária em Saúde e sua inserção nas políticas públicas se consolida na Constituição Federal de 1988, que traz no artigo 226 a família como base da sociedade e com especial proteção do Estado. A família é, ao mesmo tempo, objeto e sujeito do processo de cuidado e de promoção da saúde pelas equipes de Saúde da Família. Tais características tornam a família uma unidade de cuidados, devendo ser compreendida pelos profissionais de saúde em suas interrelações, ao mesmo tempo em que é uma unidade prestadora de cuidados, podendo tornar-se uma parceira importante dos serviços de saúde no cuidado de seus membros. Contudo, a lógica curativoindividualista, verticalizada e fragmentada presente nas práticas de saúde apresenta-se como um desafio à atuação da psicologia nas equipes de Saúde da Família. Pensando na superação deste desafio, este trabalho visa a relatar a experiência de um conjunto de ações desenvolvidas na USF de um Distrito Sanitário de Salvador, Bahia, pela residente de psicologia do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, da FESF-SUS e Fiocruz.Realizou-se, assim, uma práxis centrada na família, comunidade e no território, pautada na Clínica Ampliada, utilizando-se de ferramentas de intervenção, como o genograma e ecomapa, com o objetivo de ampliar o olhar da clínica para o indivíduo em suas relações. Para tanto, foram utilizadas estratégias de apoio matricial com as equipes, como discussão de casos, atendimentos compartilhados, Projetos Terapêuticos Singulares, visitas domiciliares, atividades coletivas, Educação Permanente, além da articulação de redes.Como repercussões dessa prática, possibilitou-se o extrapolamento do olhar centrado no indivíduo, a ampliação na compreensão do fazer da Psicologia para além do transtorno mental e dos atendimentos individualizados, bem como a produção de relações menos verticalizadas e mais democráticas. Foram encontrados desafios, como dificuldade na compreensão e concepção de saúde mental, pautada no modelo médico centrado, fragmentação dos saberes e cuidados, além da prática assistencial ter se dado de forma hegemônica sobre o indivíduo, e de modo incipiente sobre a família. Com isto, percebeu-se a premência de aprofundar discussões sobre o tema, para qualificar a atenção às famílias pela USF. Desenvolveu-se, assim, momentos de Educação Permanente, para trabalhar as lacunas de aprendizagem. A perspectiva é que essa experiência, ancorada na abordagem familiar e comunitária, produza efeitos qualitativos na produção do cuidado em saúde mental no território, contribuindo para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e para a reorganização da Atenção Primária à Saúde, por meio da Estratégia Saúde da Família, bem como para a implementação e reexistência de políticas de saúde psicossociais e antimanicomiais.

Palavras-chave: Estratégia Saúde da Família. Família. Saúde Mental. Clínica Ampliada. Apoio Matricial.







O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL NO BRASIL: UM ESTUDO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Henrique Lima Reis Jeane Trindade de Brito Esly Rebeca Amaral Oliveira Hiago Souza Costa Lívia Botelho Félix

O campo da Saúde Mental referencia uma lógica complexa e multifacetada, entrelaçada a várias áreas de conhecimento. Dentro deste, é possível entender o cuidado como sinônimo de acolhimento, diálogo, produção de novas subjetividades, bem como incentivo do pensamento crítico. Também, a fins teóricometodológicos, esta prática social pode ser classificada da seguinte forma: a) cuidado formal, que diz respeito àquele realizado por um profissional equipado por saberes teórico-técnicos específicos; b) informal, no qual o cuidado costuma ser designado a família ou a comunidade, que presta algum tipo de assistência a pessoas que deste necessitam e; c) misto, que concerne à combinação dos dois tipos de cuidado anteriores. Posto isso, realizou-se uma revisão bibliográfica com o objetivo de investigar como se dá o cuidado em saúde mental infantojuvenil no contexto brasileiro a partir da produção científica, além de analisar os diferentes atores sociais que desempenham esse papel. Para esse fim, utilizaram-se os descritores 'saúde mental infantil' e 'saúde mental infantojuvenil' nas bases de dados SCIELO, PEPSIC e BVS-PSI, em português, com o recorte de 2010 a 2020. Foram selecionados artigos que contemplassem os critérios de inclusão: 1) produções nacionais com foco em práticas e estratégias de cuidado em saúde mental infantojuvenil, que poderiam ser formal, informal ou misto; e 2) sem restrição de metodologia, desde que abordasse a temática, poderia ser quantitativa, qualitativa ou mista. Como critérios de exclusão, não foram selecionados: 1) artigos que não tivessem como foco a dimensão da prática, mas sim aspectos associados tais como percepções, opiniões e crenças sobre saúde mental; 2) produções não nacionais. Ao total, foram catalogadas 178 produções e, após análise, 27 artigos foram selecionados e classificados de acordo com a forma de cuidado que abordavam. Assim, 23 (vinte e três) artigos aproximam-se da concepção de cuidado formal, 2 (duas) publicações se voltavam para o cuidado informal em saúde mental, ao passo que 2 (dois) artigos abordam ambas as formas de cuidado, sendo alocados em uma categoria denominada mista. De modo geral, um dos resultados da pesquisa apontou para a hegemonia dos cuidados formais desenvolvidos pelo sistema de saúde como objeto de estudo, principalmente, realizados no contexto do Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Adolescência (CAPS IA). Ademais, é marcada a tendência na produção científica dos últimos anos em priorizar a perspectiva de valorização do cuidado em rede, integral e interdisciplinar em detrimento do viés individualista e medicalizador. Porém, apesar de existirem diretrizes e orientações acerca do cuidado infantojuvenil, a sua prática ainda carece de fluidez e praticidade, evidenciando uma possível fragilidade nas Redes de Atenção Psicossocial (RAPS). Também são notórios relatos da importância da participação da família no cuidado em saúde mental, enfatizando a criação de estratégias capazes de envolver o núcleo familiar em todo o processo de cuidado. Vale ressaltar que, dentre os artigos selecionados, apenas 2 (dois) foram produzidos no território baiano, evidenciando uma possível lacuna de produção no campo. Enfatiza-se, portanto, a importância do fomento a produções regionais que evidenciem as diferenças socioculturais subjacentes ao cuidado em saúde mental.

Palavras-chave: Saúde Mental Infantojuvenil. Práticas de Cuidado. Revisão Bibliográfica.







APOIO MATRICIAL E SAÚDE MENTAL: RELATO DAS POTENCIALIDADES E DESAFIOS NO FAZER DO NASF POR UMA PSICÓLOGA EM UMA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA

Nara Frois de Oliveira Nogueira

Dhara Santana Teixeira

Cecília Santana Mota

Uma das principais ferramentas do NASF-AB é o Apoio Matricial (AM), sendo uma estratégia de organização do trabalho, buscando a integração de equipes de referência e equipe especializada. Por ser uma estratégia essencial para o desenvolvimento de um cuidado integral é que temáticas como a Saúde Mental têm sido incluídas nas ações desenvolvidas na AB. Nesse sentido, o apoio matricial em saúde mental deve propiciar que os profissionais de referência possam qualificar a produção de cuidado em SM. OBJETIVO: Refletir sobre as potencialidades e desafios vivenciados na prática de apoio matricial em saúde mental na AB a partir da experiência de uma psicóloga do NASF em uma Residência Multiprofissional em Saúde. METODOLOGIA: A prática descrita neste artigo refere-se a um estudo qualitativo, do tipo relato de experiência, onde buscou-se refletir sobre as atividades desenvolvidas ao longo do período de dois anos em uma Residência Multiprofissional em Saúde. Foram utilizados como fonte de dados escritos em portfólios e diários de campo da autora. Foram desenvolvidas ações que propiciaram a aproximação entre a equipe com as discussões relacionadas a Luta Antimanicomial, consultas compartilhadas e construção de PTS. Ao longo do processo de trabalho foi interessante perceber a apropriação dos profissionais na equipe de referência na condução das ações em saúde mental, demonstrando o papel essencial do AM para efetivar a clínica ampliada. O percurso traçado neste relato permite refletir sobre a importância de se estender e consolidar o cuidado em saúde mental na AB, promovendo mudanças importantes na lógica de atenção.

Palavras-chave: Estratégia de Saúde da Família. Saúde Mental. Atenção Básica. Política de saúde.







ATUAÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE: ESTÁGIO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Sara Marreiros do Nascimento Erika Carla de Sousa Ramos Kerolayne de Castro Fontenele Andressa Araújo Vera cruz

Este trabalho tem como objetivo apresentar a experiência de alunas de psicologia em estágio profissional remoto no Sistema Único de Saúde durante a pandemia da Covid-19. A equipe envolvida foi formada por estudantes do oitavo período de psicologia, professora orientadora e psicóloga supervisora de campo; além disso, contou com o auxílio da equipe de residência multiprofissional de saúde da família atuante no serviço, agentes comunitários de saúde e demais trabalhadores. O estágio ocorreu no contexto de uma Unidade Básica de Saúde e objetivou a realização de um diagnóstico situacional, que se refere ao reconhecimento do território em suas características estruturais, sociais e subjetivas para a construção de um plano de ação que contemple as demandas encontradas; além disso, foram realizados escuta e aconselhamento psicológico sob supervisão da psicóloga residente em atuação no serviço. Sendo assim, o reconhecimento do território se deu através de pesquisa sobre sua história, informações sobre renda e trabalho, realização de ecomapa com função de conhecer serviços como comércio, dispositivos de educação, assistência social, locais de manifestações religiosas, de lazer e demais pontos que caracterizam as atividades realizadas pelos moradores. O conhecimento de demandas de sofrimento psíquico se deu a partir das entrevistas realizadas com os agentes comunitários de saúde que passaram um diagrama das famílias e das principais características de suas áreas de abrangência. Através dos dados encontrados foi possível estabelecer um perfil para o território de abrangência da UBS, que tem aspecto urbano, com áreas mais desenvolvidas e famílias com maior poder aquisitivo e áreas com população carente que convivem com desabastecimento de água e energia, ausência de coleta de lixo, moradias de pau a pique e vulnerabilidades relacionadas à renda. Dentre as demandas, o sofrimento psíquico se fez presente nos diversos períodos de desenvolvimento, tendo como principais apontamentos questões relacionadas a gênero, pobreza e o medo proporcionado pela Covid-19. A pandemia trouxe novos desafios para a atuação na Atenção Básica, trazendo demandas de sobrecarga aos profissionais, com grande demanda por vacinação e o medo causado pela possibilidade de entrar em contato com o vírus; além disso, a circulação de informações falsas sobre a Covid-19 trouxe o desafio de romper com idéias errôneas acerca da validade das medidas de prevenção e da confiança em relação às vacinas, isso mostra como o acesso a informação também é determinante nos processos da saúde. A partir disso, foi estabelecido um plano de trabalho com ações de matriciamento, cuidados em saúde mental com a equipe, plantão psicológico e grupo de gestantes. Destarte, o estágio possibilitou às alunas pensar uma atuação pautada na prevenção e promoção da saúde, o que envolve as questões de saúde mental, e que considere os diversos fatores determinantes do adoecimento, como questões de habitação, renda e trabalho. Assim, a psicologia, ao entrar em contato com as políticas públicas de saúde, deve estabelecer uma prática voltada para a realidade social dos territórios, entendendo o sofrimento psíquico para além de classificações diagnósticas, mas atrelado aos modos de produção econômica e social.

Palavras-chave: Atenção Básica. Saúde Pública. Psicologia da Saúde.







TRIANGULAÇÃO METODOLÓGICA E SAÚDE MENTAL: EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE PESQUISA

Ártemis Borges Macedo
Esly Rebeca Amaral Oliveira
Dara Giovana Passos Almeida
Henrique Lima Reis
Hiago Souza Costa
Jeane Trindade de Brito
Laila Porto Azevedo Alves
Lívia Botelho Félix
Ludmilla Oliveira Cruz Pitanga

A saúde mental é um fenômeno complexo e multifacetado, e, por isso, deve entretecer diversas áreas do conhecimento, contextualizando o cuidado em suas dimensões e processos macro e micropolíticos. À vista disso, os métodos da pesquisa qualitativa, aplicados ao campo da saúde mental, possibilitam a superação de paradigmas biologizantes e construção de olhares frente ao fenômeno, atrelado ao seu contexto sociocultural, alinhando-se aos preceitos da Reforma Psiquiátrica. Esse olhar metodológico considera os participantes da pesquisa como sujeitos ativos e parte do fenômeno estudado, além de levar em conta a influência da presença do pesquisador no estudo. A entrada em campo, portanto, é reconhecida como um processo de construção dos dados, visto que esses não estão postos na realidade compartilhada, de modo estático, para serem coletados, mas em constante dialética. A realização da pesquisa qualitativa nas ciências sociais já prevê a utilização de diversos métodos para construção e análise dos dados. Com isso, a triangulação metodológica propõe a visualização do objeto e do fenômeno por diversos ângulos, por mais de um pesquisador, o que permite que sejam identificadas diferentes óticas que se complementam. A triangulação não busca o esgotamento do assunto, mas o aprofundamento do que é possível identificar, formulação de novas perguntas que acompanhem a transformação do fenômeno bem como realização de novas pesquisas. No projeto intitulado "Triangulação metodológica na pesquisa em representações sociais: Um foco sobre o cuidar em saúde mental", vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA), campus Anísio Teixeira, localizado em Vitória da Conquista, foi criado um grupo de pesquisa composto por graduandas/os do curso de Psicologia, entre bolsistas de iniciação científica, voluntários e colaboradores, com o objetivo principal de aprofundar nos limites e possibilidades que o fazer triangular lança sobre as pesquisas em representações sociais, tomando como recorte dados colhidos em pesquisas com distintos grupos de sujeitos e multi-métodos. Tais estudos têm como ponto em comum o compromisso com a temática da saúde mental infantojuvenil, um campo em construção no Brasil, tanto no que concerne à pesquisa como à construção e consolidação de políticas públicas. Para tanto, a pesquisa, de natureza qualitativa, foi desenvolvida a partir do uso de diversas fontes (revisão bibliográfica em artigos e periódicos), grupos de participantes (profissionais e familiares vinculados ao Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Adolescência - CAPS IA), instrumentos (roteiro semiestruturado, diários de campo e ECOMAPA), técnicas de coleta (entrevistas e observação participante) e análise de conteúdo. Salvaguardados os aspectos éticos, realizou-se um trabalho eminentemente artesanal de juntar as informações, complementá-las e interpretá-las para que o objeto de estudo - cuidado em saúde mental infantojuvenil - fosse aprofundado. Assim sendo, visto que a prática do cuidado se propõe de modo







integral e coletiva, baseada no trabalho multi e interdisciplinar com constante reformulação e reflexão acerca das maneiras de ser exercida, a utilização da triangulação metodológica mostrou-se efetiva no que tange à complexidade do fenômeno. O uso de multimétodos possibilitou o acesso a diferentes dimensões da saúde mental, a construção de conhecimento em conjunto e a valorização dos saberes emergentes da experiência à luz do referencial da Teoria das Representações Sociais. Esse trabalho impacta na formação de futuros profissionais munidos de novos olhares e possibilidades inventivas do trato e do cuidado que estimulem a autonomia dos sujeitos.

Palavras-chave: Pesquisa Qualitativa. Triangulação. Saúde Mental Infantojuvenil. CAPS IA.







PSICOLOGIA E ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: PERCEPÇÕES DE PSICÓLOGAS RESIDENTES NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Vivian Carla Cerqueira dos Santos

Janaína Sampaio Bomfim

Eurisa Maria de Santana

Rosane Magalhães

A atenção primária à saúde (APS) constitui um dos inúmeros campos possíveis para atuação do profissional da psicologia dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), também marcado por oportunidades e desafios. Considerando a saúde pública como área de visita simplória pela psicologia e seus profissionais, notadamente dedicados à clínica tradicional, destacamos como importante que relatemos nossas vivências para contribuir com a expansão do conhecimento e estudo da psicologia nesses cenários de práticas. Este trabalho tem como objetivo relatar as experiências de duas psicólogas residentes do Programa de Residência em Saúde da Família da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), no período de 08/04/21 à 31/08/2021, em duas Unidades de Saúde da Família (USF), no município de Itabuna/BA, tratando-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência. Traz à tona o advento da pandemia causada pelo novo coronavírus, o SARS-CoV-2 e seu impacto na atuação no campo do profissional residente de psicologia: enquanto limitação, desafio e de oportunidades à realização de práticas em psicologia neste contexto. Enquanto limitação destacamos a realização restritas de atividades condicionadas à segurança epidemiológica: atendimentos individuais, implementação de Projeto Terapêutico Singular (PTS) e educação em saúde, utilizando a sala de espera como ferramenta. Visitas domiciliares, grupos de educação em saúde e processo de territorialização deixaram de ocorrer. A impossibilidade de inserção inicial do profissional no território colocou em evidência as demandas à USF. Observamos a emergência ao atendimento tradicional, individual. O trabalho preconizado no âmbito da atenção primária, clínica ampliada e contexto psicossocial, só foi possível ser efetivado quando nos foi viável estar no processo de territorialização. Essa ampliação diz respeito a ver o sujeito também a partir do território e compreender as demandas sociais e comunitárias que o circundam como parte das demandas individuais dos usuários. O contexto da pandemia trouxe desafios à prática profissional: promoção do acolhimento aos usuários, atendimento interprofissional, multidisciplinar, integração à equipe de saúde da unidade, alinhando o retorno gradativo à nova normalidade e atendimento às demandas acumuladas pela necessidade imperativa de medidas restritivas. Às limitações e desafios somou-se, como oportunidade, a necessidade recorrente de busca de revisão de bases teóricas e práticas em psicologia que contribuíssem de forma integrada, dinâmica (inter e multiprofissional) e, ao mesmo tempo, específica para a inserção da psicologia no cenário pandêmico da atenção primária à saúde, articulando esse cuidado com a atenção às vulnerabilidades e riscos característicos desses territórios. Consideramos, dentro do espaço de tempo das experiências relatadas, que as possibilidades de atuação para o profissional da psicologia na APS, já extensas e a serem afirmadas, foram ampliadas em consequência da pandemia, cujos desafios exigem e exigirão do profissional um olhar e atuação qualificados ao contexto de territorialização, políticas públicas e emergências, mais atento aos usuários quando nas USF, em atendimentos individuais ou coletivos, para que, a partir desse olhar, consigamos também afirmar nossa competência profissional nesses espaços.

Palavras-chave: Atenção Primária. Psicologia. ESF.







PSICOLOGIA E "INSISTÊNCIA SOCIAL": DESAFIOS PARA O CONTROLE SOCIAL NO SUDOESTE BAIANO

Natani Evlin Lima Dias Regiane Lacerda Santos

O Conselho Regional de Psicologia 3ª Região - Bahia (CRP-03) ocupa cadeira no espaço de controle social do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMAD) de Vitória da Conquista, região sudoeste da Bahia. O COMAD, criado pela Lei Nº1.116/2002, é um órgão de caráter consultivo, orientativo e deliberativo de assessoramento do Governo Municipal, cuja finalidade perpassa pela proposição das políticas municipais dirigidas à prevenção, fiscalização das ações de prevenção e repressão ao uso e tráfico de drogas lícitas e/ou ilícitas. Considerando o Regimento Interno do Conselho (2018), em suas ações têm-se alguns objetivos, como: Propor a formulação das políticas municipais de fiscalização, prevenção e repressão ao uso e tráfico de drogas nos limites do Município de Vitória da Conquista; Sugerir a modernização da estrutura e do procedimento da Administração Pública Municipal nas áreas de prevenção, estudo e tratamento de abusos e dependências; Estimular as pesquisas desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) visando o aperfeiçoamento do controle, fiscalização e estudo sobre o uso de drogas, dentre outras questões. As atividades integram ações conjuntas e articuladas a níveis federal, estadual e municipal que compõem o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) de que trata o Decreto Federal nº 5.912, de 27 de setembro de 2006.O CRP-03 compõe o Conselho como entidade desde 2013. Neste momento, as representantes, titular e suplente, do CRP-03 se organizam para participar conjuntamente das reuniões, ampliando e fomentando os debates necessários e integram a Comissão de Fiscalização do respectivo Conselho. No que diz respeito a atuação da psicologia junto ao controle social, a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) (2016) afirma que as/os psicólogas/os podem participar e contribuir nos diversos espaços de participação, organização política e controle social, na luta por uma sociedade com justiça social e pelo fortalecimento das políticas públicas. A participação e o controle social são direitos de todos os cidadãos garantidos na Constituição Federal (BRASIL, 2015). Dentre os principais desafios da participação, é possível destacar dificuldades quanto à mobilização/sensibilização das representações da sociedade civil paritariamente que compõem o COMAD para participação efetiva nos encontros mensais, iniciar e de fato executar o planejamento de ações das comissões e de pautas voltadas ao debate sobre uso e abuso de substâncias, o acompanhamento da rede de serviços da RAPS, a ampliação dos espaços de formação das/os conselheiras/os junto ao Conselho Estadual, articular uma agenda de acompanhamento das ações realizadas pelo Conselho Estadual. E o principal, que é a fiscalização da política pública e a articulação junto ao governo municipal. Cabe a ressalva, considerando a proposta do presente trabalho de pautar a psicologia no papel de "insistência social" frente aos desafios da participação social, de que a atuação da psicologia nos espaços de controle social ainda não é uma prática com muitas referências que subsidiem tal exercício. A que se construir cada vez mais espaços de debates sobre essa prática, bem como a relevância da psicologia e seu compromisso social na defesa, ampliação das políticas públicas e da garantia de Direitos Humanos.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Controle Social. Drogas.







MÃES DE CRIANÇAS COM CÂNCER E O CUIDAR DE SI

Glasy Souza E Silva Santos Isabelle Diniz Cerqueira Leite

Cenário: Segundo o INCA, estima-se que, no Brasil, para triênio 2020-2022 ocorrerão 620 mil casos novos de câncer, sendo 8.460 casos em crianças e adolescentes (até os 19 anos), e no Nordeste serão 336 casos por milhão de habitantes. Embora os números sejam altos, o tratamento do câncer infantojuvenil tem avançado significativamente nas últimas décadas, em virtude das técnicas de diagnóstico precoce e da evolução dos métodos terapêuticos. O momento do diagnóstico é descrito como altamente ameaçador e de difícil manejo tanto para a família como para a criança, e implica em mudanças na rotina diária das mães que, culturalmente, assumem o papel de cuidadoras. Nesta pesquisa, o conceito de cuidado é compreendido a partir da ontologia existencial de Martin Heidegger, tanto no sentido ôntico (as formas de cuidar no dia a dia das coisas que se possui) quanto no sentido ontológico (as estruturas de possibilidades do ser humano, que são fundantes na constituição do ser). Objetivo: Compreender, a partir da fenomenologia existencial heideggeriana, como é para mãescuidadoras de crianças com câncer internadas em enfermarias de oncologia pediátrica de um hospital de referência o cuidado de si. Método: Trata-se de um estudo de campo de natureza qualitativa, em ambiente virtual, devidamente planejado, por meio de uma plataforma de fácil acesso, respeitando os princípios éticos cujos dados foram coletados através de entrevista narrativa individual, a partir de uma questão disparadora. Os dados foram analisados segundo a Analítica do Sentido proposta por Critelli, fundamentada no pensamento de Martin Heidegger. Aspectos éticos: O estudo foi iniciado após a análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do hospital de referência da cidade do Recife, com o CAAE 26383019.0.0000.5201 e parecer consubstanciado de nº 4.259.712. O período do estudo foi de novembro de 2018 a marco de 2021, e está embasado na resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Resultados: A partir das entrevistas compreendeu-se as dores emocionais e sofrimentos pelos quais as mães-cuidadoras passam; a impossibilidade de manter-se em seus empregos, a falta de rede de apoio, a pandemia, fizeram com que elas tivessem atitudes de um cuidado preocupado/antecipado com seus filhos e que consequentemente as levam a ter um cuidado descuidado consigo. A finitude como algo muito próximo sinaliza para o indicativo formal da angústia que lhes possibilita uma abertura de lançar-se a outras possibilidades de ser e cuidar de si. O movimento de realização do real clarifica o modo de existência dessas mães, desvelando e revelando seus modos de viver de antes e de agora. Ao refletir sobre si mesmas, as mães são capazes de se abrir a outras possibilidades de ser, apesar das incertezas que são inerentes a essa abertura. Cuidar dessas mães, portanto, é ajudá-las a apropriarem-se de suas existências, de possibilidades de ser, de forma a tornarem-se mais fortalecidas para cuidarem de seus filhos no processo de cura da doença.

Palavras-chave: Hospitalização. Câncer Infantil. Mães. Cuidado. Fenomenologia Existencial.







PET: ESTRATÉGIA PARA EFETIVAÇÃO DE MATRICIAMENTO EM SAÚDE MENTAL EM PORTO SEGURO

Isis Lima da Silva

O estabelecimento do apoio matricial/matriciamento torna-se urgente para a efetivação de cuidado adequado e humanizado às pessoas que necessitam de algum tipo de cuidado na Saúde Mental. O matriciamento é uma inovação na forma de construir saúde, com envolvimento de duas ou mais equipes atuando de forma compartilhada, baseando-se em uma perspectiva de intervenção pedagógicoterapêutica. Pauta na necessidade não foi oportunizado para a construção e implantação de um projeto de matriciamento através de um PET (Programa Educação e Trabalho), desenvolvido em parceria entre a UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia) e a Prefeitura Municipal de Porto Seguro. O PET iniciou seus trabalhos em 2016 e findou em 2018 e este trabalho realizado serve de referência para a efetivação do matriciamento no município em tempos atuais. Para tanto, esse trabalho objetiva relatar a experiência desse PET, como foi realizada a capacitação da equipe da atenção básica, a construção do PTS compartilhado e as intervenções realizadas na comunidade. Este programa utilizou-se de metodologias variadas. Para a capacitação das equipes foi utilizado um referencial bibliográfico, bem como realização de grupos de estudo, apresentações e dinâmicas de grupo. Para a construção do PTS compartilhado foi realizado um aprofundamento de conhecimento dessa ferramenta e a construção dela se deu em parceria da equipe de matriciamento e foi realizada em grupo. Para as intervenções na comunidade utilizamos grupo de família na comunidade, palestra sobre Saúde Mental e visitas domiciliares. Ao concluir esse trabalho podemos perceber que a implantação matriciamento deve servir para modificar a lógica do cuidado em Saúde Mental, com possibilidade de atenção psicossocial no território, de mais fácil acesso e sem necessariamente ter a necessidade do sujeito ir até os CAPS (Centros de Atenção Psicossocial). Percebemos também que o processo de capacitação das equipes de atenção básica foi fundamental para o exercício de cuidado compartilhado e de qualidade. Por fim, pudemos constatar também que a intervenção na comunidade proporciona um espaço de escuta das dificuldades, angústias e dúvidas, além de servir de estratégia na mudança da cultura da comunidade em relação ao olhar sobre a saúde mental e de seus usuários.

Palavras-chave: PET, Saúde Mental, Matriciamento.







O "NOVO NORMAL" É A VELHA ESTRUTURA DE DESMONTE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - A SAÚDE MENTAL NA CORDA BAMBA

Thais Catarine Costa Conceição

A inserção da psicologia na saúde pública brasileira se deu na década de 1970, período em que acontecia também a ascensão do modelo de saúde biomédico, curativista e privatista. Ancorada nas críticas ao modelo de saúde citado, a luta de usuários e trabalhadores da saúde, já efervescente nessa época e expressa pelos movimentos de reforma psiquiátrica e de reforma sanitária, resulta na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988, estruturado em princípios como a integralidade do cuidado, universalidade e equidade. Os desafios impostos pela implementação do SUS possibilitaram a formulação do Programa de Saúde da Família (1990), que logo passou a ter caráter de estratégia orientadora do modelo de saúde. A Estratégia de Saúde da Família (ESF) buscava superar o fazer em saúde que ainda oferta um cuidado fragmentado, no modelo clínico tradicional. Seguindo o desafio da construção de nova prática na ESF, em 2008 é criado o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) através da Portaria nº 154 de 24 de janeiro de 2008 (BRASIL, 2008). Nesse contexto, e junto às contribuições das reformas psiquiátrica e sanitária, a saúde mental é compreendida como responsabilidade de todos os profissionais, já que os usuários devem ser percebidos na sua integralidade. O presente trabalho é um relato da experiência da autora durante o ano de 2020, período de março a dezembro. A autora é psicóloga residente do NASF, no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, coordenado pela Fundação Estatal de Saúde da Família (FESF-SUS) e Fundação Oswaldo Cruz Bahia "Gonçalo Muniz" (FIOCRUZ), e teve como cenário de prática um município da Bahia, na região metropolitana. Em 2020 assistimos a implementação da portaria do "Previne Brasil', executando novo modelo de financiamento da APS. com base no pagamento por desempenho e o desfinanciamento das equipes NASF. No município em questão as equipes NASF continuam a existir, em conjunto com as novas prioridades da APS: o desempenho conforme indicadores do Previne. Essa estrutura desmonta a lógica de saúde da família pautada na integralidade, já que os sete indicadores vigentes no período tratam de questões biomédicas exclusivamente, desconsiderando vulnerabilidades psicossociais. Observa-se então a priorização de ações em saúde que contemplem os indicadores, e a atenção é reorientada à demanda espontânea. No formato implementado no município passam a haver 16 horários de consultas por turno, o que resulta em consultas de 15 minutos. Para casos de saúde mental o horário pode ser duplicado, passando a 30 minutos para o acolhimento e atendimento de situações complexas que demandam escuta qualificada. Como resultado, observa-se ainda o crescente encaminhamento de demandas comuns de saúde mental para o NASF, com solicitações de consultas no modelo clínico tradicional, retrocedendo à fragmentação do cuidado. Há mais dificuldades em usar a ferramenta da consulta compartilhada, já que o horário é muito reduzido e a gestão da agenda deixou de ser do profissional da equipe de referência. Perde-se em matriciamento e integralidade do cuidado, ganha à precarização da atenção e o modelo de queixa-condulta.

Palavras-chave: NASF. Saúde da Família. Previne Brasil. Integralidade.







A ASSISTÊNCIA DA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UM OLHAR À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ

Ian Pereira Assunção Tatiane Tavares Reis Polyana Arruda dos Santos Laryssa Vieira Guimarães de Souza

O projeto de extensão fundamenta-se no pressuposto de que sendo a atenção primária de saúde, porta de entrada do Sistema único de Saúde (SUS) ,o nível primário no qual estão alocados os diversos profissionais que prestam serviço como agentes comunitários nos municípios, tendo estes como atribuições a orientação das famílias acerca da utilização dos serviços disponibilizados, a programação e realização de atividades de atenção à demanda espontânea, o acompanhamento das famílias e indivíduos que residem na base geográfica definida para suas responsabilidades (suas microáreas) – por meio de visitas à domicílio -, o desenvolvimento de atividades que promovam saúde, previnam doenças e atuem como forma de vigilância à saúde populacional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p. 48), entre outras, são os funcionários públicos anteriormente citados, atores imprescindíveis no funcionamento de todo o sistema e fontes irrefutáveis acerca de como está o acesso e a saúde (biopsicossocial espiritual) da população jequieense, inclusive quais as carências que têm sido evidenciadas em relação às demandas de origem psíquicas-emocionais. Trata-se de um relato de experiência produzido por discentes do curso de psicologia da UNIFTC, acerca da assistência da psicologia na atenção básica no município de Jequié-Bahia, e das representações sociais advindas da interação entre agentes comunitários atuantes nesse território e a comunidade usuária dos seus servicos. Os agentes comunitários participantes das oficinas realizadas como partes integrantes e fundamentais no desenvolvimento do projeto de extensão atuam nos quatro Centros de saúde de Jequié e ficam responsáveis pelos seus respectivos bairros, onde estão localizados, sendo aqueles: Centro de Saúde Joaquim Romão, Centro de Saúde Campo do América, Centro de Saúde Sebastião Azevedo e Centro de Saúde Júlia Magalhães. O intuito do projeto de extensão com as Agentes Comunitárias de Saúde é trazer a psicoeducação como ferramenta de trabalho e ouvir as demandas que elas trazem em relação a comunidade e o serviço de psicologia. O projeto realizado com as AC'S são importantes porque oferecem a escuta como instrumento de reconhecimento das demandas psicossociais, inclusive as psicológicas, que afetam diretamente a saúde e outras áreas em que perpassam o ser humano. A ideia desse projeto surgiu após discussões em sala de aula, durante a matéria de Psicologia Comunitária.

Palavras-chave: Assistência da Psicologia. Psicologia e Saúde. Atenção Primária à Saúde.







RELATO DE EXPERIÊNCIA- GRUPO DE FAMILIARES CAPSAD II GREGÓRIO DE MATTOS/UFBA

Analice Sena Victoria Andrade dos Santos

A reforma psiquiátrica proporcionou mudanças no sistema de institucionalização da saúde mental e conduziu como elemento fundamental a garantia do cuidado em saúde seguindo os princípios dos direitos humanos e repudiando práticas e teorias opressoras e violentas do sistema manicomial. Como alternativa de substituição dos antigos hospitais psiquiátricos, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) surge como um equipamento político e social para o cuidado em saúde mental no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A atuação do profissional de psicologia no CAPS implica em exercer um cuidado voltado para a saúde mental e questões psicossociais que rompem com a lógica manicomial e que preconizam o cuidado humanizado, terapêutico e singular do sujeito. É importante considerar as relações familiares e os seus modos impactam positivamente na reabilitação psicossocial, potencializando a transformação de novas formas de estar no mundo, assim como a autonomia dos sujeitos. Visto isso, o seguinte trabalho tem como objetivo geral discutir a inserção do cuidado da Psicologia com familiares dos usuários de um CAPSad II durante a pandemia da Covid-19. O estudo se configura como um relato de experiência de um grupo terapêutico e psicopedagógico com familiares dos usuários do CAPSad II Gregório de Matos, conduzido por uma Psicóloga e uma estagiária de psicologia. O referido grupo tem como finalidade evidenciar a importância da família nas construções de cuidados no âmbito da saúde mental, construção de vínculos, promoção da escuta qualificada e troca de experiências. Os encontros são realizados semanalmente, de modo virtual e com um encontro presencial por mês, logo após o avanço da vacinação do município. O Grupo de Familiares composto atualmente por mães, esposas, avós e tias, de maioria da raça/cor negra, aborda temas que retratam as dificuldades encontradas com o manejo das consequências do uso abusivo de substâncias psicoativas, situações de crises, necessidade de adaptação, orientações sobre redução de danos, bem como o autocuidado. Portanto, observa-se o Grupo de Familiares no cuidado em saúde mental visa a inserção da família no Plano Terapêutico Singular (PTS), como também na promoção de cuidado os familiares, em sua maioria mães negras, que muitas vezes adoecem, por conta de exigências morais impostas pela sociedade, sobre o exercício das maternidades e suas vicissitudes. Ressalta-se que o adoecimento de um dos membros da família sempre produz sofrimento e determina uma reorganização do grupo familiar para lidar com a nova situação.

Palavras-chave: CAPSad. Psicologia. Família e Saúde Mental.







PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO: PARA QUEM E PARA QUE?

Renata De Castro Lima

O presente trabalho é o relato de experiência do ambulatório de Psicologia em uma maternidade pública de Salvador. Busca-se através dele fortalecer as políticas de saúde pública que promovem saúde mental à população, especialmente as mulheres. Sabe-se que a gestação é um momento de intensas transformações, físicas, sociais e emocionais, e, neste sentido, ter acesso a profissionais especializados pode fazer a diferença na construção da parentalidade. Originalmente constituído como espaço para triagem e prevenção da depressão pós parto, o ambulatório de Psicologia vem se reafirmando como espaço de escuta e promoção de saúde, oferecendo intervenções individualizadas, levando em consideração a dinâmica familiar e as necessidades de cada gestante. Desta maneira, torna-se necessário divulgar os benefícios deste serviço assim como expandir sua atuação para que cada vez um número maior de pessoas venha a ser atendido. A psicologia perinatal vem ganhando cada vez mais visibilidade, materializando o conceito de saúde de maneira integral e não apenas como ausência de doença, tornando-se também um meio de inserção do psicólogo nos serviços públicos de saúde. Desta maneira, buscamos cumprir nossa missão em garantir assistência de qualidade de maneira igualitária.

Palavras-chave: Gravidez. Psicologia. Saúde Mental.







PLANTÃO PSICOLÓGICO PARA VITÓRIA DA CONQUISTA E REGIÃO: 5 ANOS DE FUNCIONAMENTO NO NUPPSI/UESB

Daniel Marinho Drummond

Nosso objetivo é apresentar o serviço de Plantão Psicológico aberto à comunidade de Vitória da Conquista e região, em funcionamento há cinco anos, oferecido presencialmente a partir de junho de 2016 no Núcleo de Práticas Psicológicas (NUPPSI), clínica-escola de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e remotamente a partir de março de 2020, devido à pandemia do Covid-19. O Plantão Psicológico é uma modalidade de atendimento psicológico onde a pessoa é atendida no exato momento em que sente necessidade. Tem sido oferecido no NUPPSI, gratuitamente, em uma multiplicidade de abordagens teóricas (fenomenológico-existencial e humanista, psicanálise, behaviorismo, cognitivo-comportamental), por diferentes professores supervisores, sendo que 98,3% dos atendimentos até o momento se deram com supervisão fenomenológico-existencial e humanista. Na modalidade presencial, ao chegar ao NUPPSI, de segunda a sexta-feira, manhã e tarde, estagiários de Psicologia estão disponíveis para atendimento imediato. Na modalidade online é feito um agendamento no início da manhã, via Whatsapp e o atendimento ocorre no mesmo dia em que houve a procura. O atendimento remoto é exclusivo para maiores de 18 anos e o presencial aceita também pessoas entre 12 e 18 anos, desde que tenham autorização de um responsável. O plantão pode ser procurado individualmente, em duplas, casais, famílias etc. No início de 2020 foi oferecido também o Plantão Psicológico em Grupo, que foi interrompido pela suspensão das atividades do NUPPSI devido à pandemia da Covid-19, até início de 2020. É preenchido um termo de consentimento livre e esclarecido antes de cada atendimento, onde é possível autorizar ou não o uso anônimo do conteúdo da sessão para pesquisas. A pessoa atendida pode marcar novos atendimentos sempre que sentir necessidade, mas não são aceitos agendamentos para dias futuros, somente para o mesmo dia em que ocorre a sessão. O número de estagiários variou em cada semestre, entre 16 e 36. Cada estagiário normalmente se responsabiliza por 2 atendimentos semanais. As supervisões ocorrem semanalmente em grupos de 2h de duração, com 8 estagiários em média. Além da procura espontânea recebemos também pessoas encaminhadas por toda rede pública de atenção à saúde de Vitória da Conquista e região, de modo que esse serviço também pode ser considerado já como parte dessa rede. Os atendimentos são registrados em um sistema de prontuário eletrônico. Ao consultar as estatísticas no sistema verificamos que até 3 de agosto de 2021, 3130 pessoas haviam sido atendidas pelo serviço, em 4619 atendimentos. Não há ainda estudos realizados sobre motivos da procura pelo serviço, características das pessoas que procuraram pelo mesmo etc. Com uma média superior a 900 atendimentos por ano percebemos a importância do Plantão Psicológico para a comunidade, que se mostra não apenas como campo de ensino, extensão e pesquisa na universidade, mas também como uma possibilidade de política de saúde mental pública.

Palavras-chave: Plantão Psicológico. Clínica-Escola. Saúde Pública. Saúde Mental.







"QUEM PARIU MATEUS QUE O BALANCE"? REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DE PSICÓLOGAS NO SUPORTE ÀS FAMÍLIAS PARA CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES

Thaís Ornelas Nascimento
Nara Frois de Oliveira Nogueira
Sandra Assis Brasil
Carolina Pinheiro Moreira

Com o movimento da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, a família passa a ser considerada um dos atores essenciais para a produção de cuidados, buscando-se observar e compreender como a dinâmica familiar tem impacto nos processos de saúde-doença dos sujeitos. Quando pensamos nessa produção relacionada ao público infantojuvenil, torna-se ainda mais necessário essa atenção às repercussões da organização familiar nas vidas de adolescentes acompanhadas pelo serviço de Saúde Mental. Nesse sentido, este trabalho trata de um relato de experiência sobre o atendimento de usuárias por psicólogas residentes em um Centro de Atenção Psicossocial à Infância e Adolescência, na cidade de Salvador/Bahia, no período de março a julho de 2021, visando discutir a prática das psicólogas no suporte às famílias no campo da saúde mental e as implicações para o cuidado além dos muros institucionais. Para tanto, serão apresentados casos de duas adolescentes em que a dinâmica familiar aparece como central para a produção do cuidado. Em um dos casos, além do acompanhamento da adolescente, ofertamos periodicamente escutas individuais para os pais separadamente e em casal, constituindo-se um espaço importante para abordar questões como parentalidade, maternagem e interferência dos conflitos conjugais no cuidado com a adolescente. Assim, foi possível estimular a comunicação entre os membros da família, atuando especialmente na mediação de conflitos, trabalhar o investimento da família no cuidado à usuária, que, por vezes, passava pelo estigma do transtorno mental, e repactuar os papéis de cada membro da família, com objetivo de compartilhar responsabilidades e propiciar uma convivência mais saudável entre eles. No outro caso, não foi possível a continuidade da articulação com a família, sendo este um analisador importante da implicação da família no processo de cuidado da adolescente e do próprio grupo familiar. No breve contato com essa família, foi realizado o acolhimento de um dos familiares e foram fornecidas orientações para o cuidado. A partir desse acolhimento, surgiram questões importantes sobre a compreensão da família quanto a situação da usuária, a influência desse adoecimento no sistema familiar e as expectativas quanto ao tratamento. Diante dos exemplos acima, o dever ético dos profissionais que acompanham essas famílias, e que foi a nossa aposta enquanto acompanhamos esses casos, é compreender que não se trata de uma culpabilização ou adequação dos usuários e suas famílias a um determinado modelo de relação, mas que existe uma totalidade na dinâmica familiar que influencia no modo de ser e agir de cada um de seus membros, sendo que a promoção de mudanças em um dos membros promove mudanças também nos demais. Nesse sentido, nosso papel enquanto psicólogas no acompanhamento dos casos é o de potencializar a família como unidade de referência; reconhecer os diversos arranjos familiares e acompanhar as mudanças na dinâmica desse grupo; valorizar as particularidades de cada grupo familiar; fortalecer esses vínculos e articular as famílias em seu contexto comunitário. Assim, entendemos que a Psicologia no campo das políticas públicas deve ser resistência à despolitização de práticas clínicas e aos modos de saber-fazer que tentam interditar as configurações plurais de existência, para então repensar e requalificar nossos saberes e práticas a partir de contextos concretos dos serviços públicos de saúde.

Palavras-chave: Família. Saúde Mental. Crianças e Adolescentes.







PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÕES EM PSICOLOGIA NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ruth Amorim de Oliveira Miriã Lima

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência do Estágio Supervisionado Básico II de Psicologia (UniFG), realizado no período de abril a junho de 2021 na Estratégia Saúde da Família (ESF) em um município do sertão baiano. Como componente da Atenção Primária à Saúde (APS), a ESF tem por finalidade reorganizar a atenção básica, consolidando-a e aumentando o seu potencial a partir dos fundamentos do Sistema Único de Saúde (Brasil, 2002). A equipe atuante nesse contexto foi composta por cinco estagiários cursando o sétimo período do curso de Psicologia, supervisionados por uma Psicóloga e docente na instituição acadêmica. Inicialmente, foram realizadas observações participantes na unidade de saúde, sendo possível, ao mesmo tempo, uma escuta ética e atenta às questões apresentadas e a identificação das demandas; estas, por sinal, foram percebidas estreitamente associadas ao cenário pandêmico. A partir de então, foi possível definir o objetivo geral das intervenções, que consistiu em possibilitar melhorias na saúde mental e qualidade de vida dos usuários da ESF. Por temáticas a serem trabalhadas, definiu-se: Autocuidado e emoções em tempos de pandemia. As práticas foram desenvolvidas com adultos e idosos voluntários à participação nos grupos-operativos, que por meio da forma de pensar coletiva, possibilitam novas adaptações dos sujeitos à realidade, com a possível superação de barreiras e resistências à mudança em determinadas realidades (PICHON-RIVIÈRE, 1988). Nesta modalidade, introduziu-se a psicoeducação, teatro e mindfulness, que consiste na prática da atenção concentrada ao momento presente (GERMER; SIEGEL; FULTON, 2016). No decorrer das intervenções, que aconteceram em espaços abertos ou na recepção da unidade, foi possível constatar a receptividade e interesse dos participantes nas atividades e reflexão dos temas propostos. A penúltima intervenção possibilitou que os estagiários falassem acerca das emoções, apresentando aos presentes, figuras referentes à tristeza, alegria, raiva, entre outras. Os participantes foram instruídos a escolherem caricaturas das emoções com as quais mais se identificavam no momento. Ao ser aberta a roda de conversa sobre a dinâmica, sobressaiam relatos de desesperança, tristeza e angústia pelas perdas de esposos, filhos, familiares e amigos em decorrência da pandemia. Após a partilha de experiências, realizou-se a prática do mindfulness, a fim de facilitar a atenção consciente às sensações do corpo, às emoções e pensamentos, favorecendo uma maior regulação no campo emocional. Ao final desta e das demais atividades ao longo do período de atuação, foi possível identificar o bem-estar, a ressignificação de experiências, a satisfação e aprendizagem dos participantes a partir das temáticas trabalhadas. Verificou-se também que o estágio de Psicologia nas Políticas Públicas ampliou aos discentes o leque de possibilidades no campo de atuação da ciência psicológica; ao mesmo tempo, permitiu uma maior percepção do contexto de inacessibilidade da população vulnerável a maiores cuidados no âmbito da saúde mental. Dado o exposto, fazem-se necessárias novas reflexões e projetos que viabilizem na Atenção Primária à Saúde outros estágios em Psicologia, bem como, a atuação de profissionais psicólogos nesse campo de forma mais abrangente, de modo que, os princípios da "integralidade, universalidade e equidade" (BRASIL, 1988) também se estendam à população em vulnerabilidade social, no que diz respeito à atenção à saúde.

Palavras-chave: Psicologia. ESF. Saúde Mental.







ENTRE LUTOS, COSTURAS, SUPERVISÕES E ESCUTAS: CONFECCIONAR TECIDOS COM RETALHOS

Edilson de Jesus Santos Silier Andrade Cardoso Borges Milena Dorea de Almeida

Este escrito arrisca apresentar alguns "retalhos" da experiência que tivemos no Projeto em Intensificação de Cuidados na Atenção Primária à Saúde Marcus Vinicius e Antonio Lancetti (ProIC-APS), vinculado à Universidade Federal do Sul da Bahia, onde estudamos Psicologia. Considerando que a escrita não dá conta de resumir a experiência, apresentamos algumas linhas, agulhas, tecidos, retalhos, cortes e possíveis costuras. Contamos com a parceria da coordenadora da Unidade de Saúde da Família de um bairro periférico no Extremo Sul da Bahia. Atendemos em dupla o caso da costureira A. que entre lutos, costuras e linhas, falou de suas "atribulações", esquecimentos, camisas sem pregar botões e sobre seus conflitos de querer experimentar o que nomeou de liberdade e ter que lidar com a pandemia, família, lutos e sua religião. Silêncios: aqueles momentos que não soubemos lidar no início se fizeram presentes, ocupando parte de um tempo que se encerra aos 50 minutos. Supervisões e outras linhas para costurar os retalhos: algumas provocações e reflexões sobre a importância do silêncio e respeito ao tempo de elaboração da questão que surge. O silêncio agora incomoda menos: foi necessário escutar docentes e discentes que discutem os casos como uma equipe. Provocações: momentos para refletir sobre como somos afetadas por aquilo que aparece como linhas que tracejam os tecidos de A. Imprevistos: tivemos que aprender a lidar com os mais variados. Foi necessário entender que, no momento pandêmico que estamos, algumas dificuldades eram inevitáveis: ficamos congelados, conexões instáveis cortando os fluxos dos retalhos que nos eram apresentados: uma trajetória biográfica marcada por décadas de perdas e lutos não elaborados: o pai, a mãe, o marido, o irmão, demarcando um sofrimento que aparece na queixa como exterioridade, na procura por médicos que possa nomear clinicamente os esquecimentos daquilo que A. procura, sem sucesso, não lembrar. Luto, religião, cuidado e silenciamentos: foram necessárias provocações para pensar em como meus retalhos estavam sendo colocados; notamos que algumas associações apareceram, a experiência de cuidado e a doação de A. com sua família lembrou minha mãe. Mas minha mãe não costura; A. ocupou outro lugar na minha escuta, pois houve abertura à experiência de A. pela sensibilidade ético-políticaestética que orientou a escuta clínica, fortalecida no espaço de reflexividade da supervisão. Escuta qualificada: aprendizados com a equipe do projeto para escutar A. sem fazermos a costura que é dela e sem deixar que nossos retalhos encham seu ateliê. É importante costurar com outras linhas o tecido que essa experiência tem confeccionado. Em conflito, costura, se movimenta e enfrenta o luto que revive nos meses de outubro, novembro e dezembro. E o que quer uma bixa no ProIC-APS? Eu, bixa estudante, me angustio, reflito, aprendo a escutar a experiência e confecciono tecidos com agulhas compartilhadas com A., inventando linhas cartográficas de cuidado em saúde mental.

Palavras-chave: Lutos. Silêncios. Extensão. Escuta Qualificada. Saúde Mental.







PROJETO CUIDAR FAZ BEM: CUIDANDO DE QUEM CUIDA

Néria Silva Ribeiro Rafael Andrade de Souza

O Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), integrante do programa Melhor Em Casa, vinculado ao SUS, foi implantado em Poções no ano de 2013. É formado pela equipe EMAD (médica, assistente social, enfermeira, técnicas de enfermagem) e pela de apoio EMAP (psicóloga, nutricionista e fisioterapeutas). A ação do SAD é voltada para o cuidado de pacientes domiciliados e/ou acamados do tipo AD2 e AD3. O processo de adoecimento não afeta apenas o paciente e muda a vida de todos que o cercam. O ato de cuidar torna-se bastante complexo pois exige diferentes recursos, além da contínua responsabilidade e dedicação. Geralmente é um familiar que assume as funções de cuidado com o paciente, acumulando trabalho externo, manutenção do domicílio, etc. Tudo isso gera estresse e sobrecarga, não apenas pelo acúmulo de responsabilidades, mas pela negligência com a própria saúde. Essa conduta possibilita o desenvolvimento de agravos relacionados a sintomas físicos e psíquicos. Assim, a equipe desenvolveu uma estratégia de auxílio para essas pessoas com o intuito de prevenir, amenizar ou sanar possíveis processos de adoecimento. Para tanto, criou-se o "Projeto Cuidar Faz Bem: Cuidando de quem cuida" com atividades em grupo para os cuidadores dos pacientes do SAD. O objetivo geral é proporcionar o cuidado, o estímulo, a atenção e a assistência para o cuidador, de modo a contribuir para seu bem-estar físico e mental. Além disso, o encontro entre cuidadores e a equipe num ambiente fora do domicílio, fortalece o vínculo da família com a equipe; amplia a convivência e o lazer através de atividades variadas; fomenta a expressão de angústias mais pessoais; incentiva e, na medida do possível, promove uma análise das práticas pessoais ao trocar experiências com outros cuidadores; constrói redes solidárias, interativas, participativas e protagonistas diante do processo de cuidado. O projeto teve início no segundo semestre de 2019, no espaco de convivência do SAD cuja sede está localizada na Policlínica Júlio Meira Barbosa. Foram dois encontros facilitados por profissionais da equipe, com previsão de convidados (voluntários ou profissionais que compõem a Rede Pública de Cuidado à Saúde) a depender da temática trazida pelo grupo. Os encontros ocorreriam a cada dois meses, com a participação de até 30 pessoas. Durante a prática, buscou-se momentos de lazer, descontração, reflexão e acolhimento das dificuldades que envolvem o papel de cuidador. Para tanto, algumas técnicas de dinâmicas foram utilizadas incentivando o fortalecimento de vínculos e a expressão de emoções e sentimentos. Infelizmente, o terceiro encontro foi realizado no segundo semestre de 2021, de maneira adaptada, após a vacinação de todos os pacientes e cuidadores contra a Covid-19. Devido a necessidade de distanciamento físico, no final do mês de junho, foi realizado o São João do SAD, com o deslocamento da equipe caracterizada para o domicílio dos pacientes, levando música tradicional e comidas típicas. Momento de descontração, leveza, alegria e sorrisos tão necessários para manutenção da saúde mental, esquecida durante a rotina de cuidado e endurecida pela pandemia.

Palavras-chave: Cuidado. Psicologia. SAD. Saúde Mental.







A PSICOLOGIA VAI À FEIRA: DO CONSULTÓRIO PARA A RUA

Anamélia Ferreira da Rocha

No ano de 2019, durante um encontro em comemoração ao dia do psicólogo, um grupo de psicólogas atuantes em instituições públicas e de espaços de atendimento privado da cidade de Muritiba, região do recôncavo baiano, encontraram um ponto de convergência entre as experiências compartilhadas : a resistência da população em buscar pelos serviços de atenção psicossocial, mesmo os oferecidos de forma gratuita. As inquietações que atravessavam as profissionais reverberavam em um comportamento de desconfiança por parte dos moradores da pequena cidade em relação ao sigilo e a guarda do que poderia vir a ser compartilhado durante os atendimentos. As pessoas que buscavam os serviços se mostraram receosas ou intimidadas, por mais que os profissionais explicassem o resguardo da ética. Como mobilizar a população e conscientizar da necessidade de cuidar da saúde mental e emocional, incentivando as pessoas a buscarem os serviços públicos oferecidos, diante de tamanha desconfiança? A cidade serrana de Muritiba, distante 140 km da capital baiana, possui uma população estimada de 30.000, oferecendo aos seus cidadãos e cidadão PSFs, CAEs, dois prontos atendimentos, e um CAPS. Conta também com unidades do CREAS, CRAS E SUAS, que embora façam parte da assistência social, andam de mãos dadas com a saúde do município, tendo neste momento de pandemia intensificado e estreitado ainda mais os laços colaborativos entre seus membros. Ainda que os serviços de atendimento psicológico ofertado pelo município sejam considerados suficiente para comportar as demandas dos munícipes, observou-se que a busca pelos locais, seja da área da saúde ou da assistência social, que ofertam em seus quadros profissionais da psicologia, aconteciam em momentos pontuais de crise estabelecida no âmbito pessoal ou social. Raramente havia uma procura de forma espontânea por apoio psicológico nos estabelecimentos de atenção à saúde. Com o objetivo de desmistificar a psicoterapia e seus processos e etapas, aproximando a prática da psicologia das pessoas, pensando na promoção da saúde mental e emocional e no bem estar subjetivo, criou-se a Associação de Psicólogas de Muritiba. Um movimento que tem, desde 2019, se organizado mensalmente, e cumprindo um calendário temático atual, que tem levado a Psicologia à feira livre da cidade, que acontece aos sábados . Promovendo ações com a proposta de conversar com feirantes e frequentadores sobre temas como o Janeiro Branco ou a forma de acolher um familiar em estado de atenção psicossocial, como foi a ação realizada no mês de maio em prol da luta Antimanicomial. Percebemos que esse movimento de aproximar intervenções e orientações geralmente circunscritas ao consultório/setting terapêutico para rua, respeitando a legislação e a ética profissional, vem surtido o efeito esperado, e assim temos conseguido incentivar e motivar a população a buscar pelos serviços públicos oferecidos pelo município de Muritiba para a promoção da saúde psicológica. Seguimos vencendo as resistências. Palavras-chave: Associação. Psicólogas. Muritiba.







CONSTRUÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DE UMA UNIDADE DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rânder Jorge Alcântara Maria da Conceição Costa Rivemales

A equipe de saúde tem uma série de ações que desenvolvem no território. O psicólogo como participante do Núcleo Ampliado de Saúde da Família apoia a equipe de saúde em diversas ações, inclusive na construção e apoio ao controle social. Dessa forma, objetiva-se descrever a experiência de um psicólogo juntos aos profissionais da unidade na articulação da participação popular na unidade de saúde. Trata-se de um relato de experiência que utilizou a técnica da observação participante e o diário de campo, realizada na região metropolitana de Salvador, durante o ano de 2018 a 2019. Os dados foram analisados qualitativamente a partir dos conteúdos obtidos pelas técnicas descritas e posteriormente foi realizada a reflexão e discussão sobre a relação dos profissionais na construção da participação do usuário na Saúde da Família. Os resultados evidenciam que a participação da população através da educação em saúde, grupos, palestras, visitas domiciliares entre outras atividades favorece o envolvimento dos usuários com a unidade e o surgimento das reuniões com a comunidade. Ademais, a partir do trabalho da equipe, da participação das reuniões do conselho municipal de Saúde e o apoio dos conselheiros, possibilitou o movimento de construção do conselho local de saúde. Finalizando, a experiência do psicólogo durante a atuação na saúde da família ao colaborar em várias atividades que estimularam o controle social, possibilitou perceber que o fortalecimento e as especificações das ações de saúde na unidade dependem do envolvimento do usuário. Além disso, possibilitou escutar as demandas dos usuários com relação à saúde, entender suas necessidades e refletir sobre as práticas dos serviços para ampliação do cuidado, fortalecendo as ações de saúde.

Palavras-chave: Saúde da Família. Participação Social. Psicologia.







AGUENTAR A DOR DO PARTO NORMAL OU OPTAR PELA CESÁREA? REVISÃO ATRAVÉS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Hugo Tanizaka Helen Tiele de Brito Souza Lopes

Este trabalho leva ao leitor a questionar a importância das representações sociais relacionadas a decisões, neste contexto, a decisão das gestantes em cesárea e parto normal. Para debater este tema devemos compreender as representações sociais que a gestante está envolvida, bem como a história de vida, relações grupais e mídias sociais, cujo vão influenciá-las sobre o parto, levando em consideração a dor do parto normal e a rapidez da cesárea. Deste modo, o presente trabalho visa compreender a escolha do parto, e alcançar a maior compreensão sobre a "cultura da cesárea", ou seja, do alto índice de partos cirúrgicos no Brasil e discutir possíveis intervenções no campo da Psicologia da Saúde que facilitem a compreensão e importância da participação das Mulheres na escolha e preparação para o seu parto. Para a elaboração da pesquisa foi utilizado a revisão bibliográfica com o Método Prisma sobre as Representações Sociais (RS) das Mulheres a respeito do Parto Normal, para tal foram selecionados artigos científicos em quatro portais acadêmicos e científicos: Google Acadêmico, Portal Capes, Bireme e Scielo. Após análise de conteúdo, podemos perceber que a escolha do parto está relacionada a representação social da mulher, estas adquirem conhecimentos sobre o parto através de experiências próximas e mídias, e todas ressaltam a dor do parto normal que diante do medo do desconhecido a mulher começa a vivências angústias e ansiedade. Esses sentimentos gerados pelo medo e impotência, podem fortalecer o pensamento da cesárea ou fortalecer a visão de parto normal idealizado, cujas dores suportáveis e naturais são vividas como as "dores de mãe". Quando a gestante opta pela cesárea ela pode estar passando por um processo de independência de cuidados voltadas para a equipe de cirurgia, que através do modelo biomédico responde aos anseios das mulheres. Assim, pode-se falar que o parto continua visto como momento amedrontador, que precisa ser enfrentado com a ajuda de profissionais. Esse fenômeno é fortalecido pela carência de informação adequada às mulheres sobre as etapas da parturição. Considerando os resultados encontrados sobre a representação social do parto normal e a cultura da Cesárea, destacou-se a necessidade de uma assistência humanizada, do respeito da equipe, da presença do acompanhante na sala de parto e o medo da dor do parto normal. É urgente a necessidade de uma Educação em Saúde no Pré-Natal que possibilite à gestante informação e participação ativa na escolha do tipo de Parto, onde ela possa se aproximar de sua história, da sua cultura familiar a respeito do lugar da mulher na sociedade. Para que isto ocorra, é necessária uma equipe transdisciplinar onde o Psicólogo da Saúde possa desenvolver o trabalho de facilitador das emergências emocionais, das fantasias aterrorizantes do momento do trabalho de parto, da impotência para lidar com a Dor e as necessidades individuais, utilizando o método em grupos de reflexão, grupos de apoio ou grupos operativos fortalecendo os vínculos e a formação de redes de apoio que possibilitem a aproximação das Representações Sociais que façam sentido a cada uma delas.







e) PSICOLOGIA E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL







ATUAÇÃO PSI NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE PARA PCD E SUAS FAMÍLIAS

Jaqueline de Lima Braz Santos

Um dos principais campos de atuação do psicólogo nos últimos anos tem sido o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visto que estes profissionais compõem as equipes mínimas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A atuação do psicólogo, enquanto trabalhador da Assistência Social deve ter como foco o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e a garantia de aplicação das políticas públicas. Atualmente, o SUAS organiza-se em dois níveis de proteção: básica e especial. O primeiro deles tem como objetivo a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social e suas ações se dão por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários sendo ofertadas por meio do CRAS. Já o nível de proteção social especial, foco deste trabalho, envolve situações nas quais há violação de direitos. Por isso, tem como objetivo contribuir para a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições, a reconstrução de vínculos familiares e comunitários e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento dessas violações. Suas ações se dividem em dois níveis de complexidade: nível de proteção social especial de média complexidade e nível de proteção social especial de alta complexidade. O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias é um serviço de Média Complexidade, o qual tem por finalidade a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosas com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, com a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. No município de Salvador, atualmente, o serviço é executado através de um Centro Dia e mais dez organizações da sociedade civil que possuem termo de colaboração firmado com a Secretaria de Promoção Social, Combate à pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE). O presente trabalho caracteriza-se como relato de experiência da atuação do psicólogo enquanto supervisor técnico do referido serviço. Nesta função o psicólogo do órgão gestor executa diferentes atribuições que englobam competências técnicas e administrativas, tais como: colaborar para acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução de parcerias firmadas entre o Município e as entidades e organizações de assistência social; colaborar com o aprimoramento, qualificação e integração dos serviços da rede socioassistencial; aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados; alimentar o Censo SUAS; colaborar com a realização de estudos e capacitações relacionadas à política de assistência social; e assessorar as entidades e organizações de assistência social, visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Psicólogo. Proteção Social Especial.







AS CONTRIBUIÇÕES RECÍPROCAS ENTRE A PSICOLOGIA E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Elaine Pinheiro Costa Leísa Mendes de Sousa

Esta construção objetivou ampliar a discussão crítica teórico-prática em Psicologia e Política Pública de Assistência Social, mediante as metodologias de revisão bibliográfica e história de vida por meio do relato das "andanças" de duas Psicólogas nos espaços técnicos, com enfoque nas suas atuações em Gestão da Política de Assistência Social. Tendo desenvolvido as suas trajetórias ao longo de mais de dez anos no território do Estado da Bahia. Visou-se a promoção de discussão conceitual fundamentada na defesa incondicional da referida Política Pública, do compromisso social da Psicologia, de ambos projetos éticos políticos e suas possíveis conexões, apresentação de dados relacionados ao cenário social e as intervenções de gestão nas diversas realidades, projetos, equipamentos, quadro profissional, qualificação na oferta dos serviços por meio de educação permanente dos profissionais, nos espaços de participação social, através dos Conselhos de Direitos, gestão de planejamento, orçamento e recursos financeiros. Concluiu-se por meio das reflexões a necessidade contínua de defesa intransigente que a interconexão entre a Psicologia e a Política Pública de Assistência Social firma-se em participAÇÃO, em defesa, promoção e mediação de espaços, acessibilidade e garantia de direitos socioassistenciais que promovem o bem-estar social individual e coletivo, exercendo assim papéis da ciência Psicológica libertária e seu compromisso social.

Palavras-chave: Psicologia Social. Compromisso. Libertação. Assistência Social.







O ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL IMPACTADAS PELAS COVID-19

Vandeilton Trindade Santana

Este trabalho trata-se de um relato de experiência como psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de um município do interior da Bahia, com o intuito de relatar sobre o atendimento psicossocial às famílias em situação de vulnerabilidade social acometidas pela Covid-19. É sabido que as desigualdades sociais, historicamente fizeram parte do cenário brasileiro. No entanto, com o advento da Covid-19, tal fenômeno se alastrou de forma contundente afetando principalmente aqueles e aquelas em situação de vulnerabilidade social. Cotidianamente, as famílias que buscam o CRAS, relatam efeito drástico da Covid-19, apresentando algum grau de sofrimento psíquico. Neste intento, o atendimento psicossocial, tem por premissa contribuir no processo saúde-doença, melhorando a qualidade de vida do usuário e seus familiares, de modo que possa restabelecer aspectos emocionais e sociais com a escuta e acolhimento. A Covid-19 desarranjou famílias, mexeu com as estruturas emocionais e sociais de muitas famílias brasileiras, estas que já se encontravam numa situação de desvantagem social, intensificando assim, os efeitos nocivos da desigualdade social. Desse modo, o atendimento psicossocial é um trabalho realizado pelo psicólogo juntamente com o assistente social de natureza sistêmica, apontando para uma visão grupal. Neste sentido, a busca pelo equipamento CRAS, se dá por diversos fatores: desde a solicitação de algum benefício social, para atender os direitos fundamentais de moradia, alimentação e saúde, a alguém que escute. Nesta perspectiva, o papel do psicólogo no CRAS conta com a "atuação interdisciplinar com toda a equipe de profissionais envolvidos neste núcleo", conforme aponta Figueiredo et.al (s/d). Não obstante, é de fundamental importância pensar no que diz o CREPOP (2007, p. 17) quanto às premissas do trabalho do psicólogo no referido equipamento que tem como "finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas". Assim, entende-se que o atendimento psicossocial, é um mecanismo de fortalecimento de vínculos, haja vista, que a pandemia por Covid-19, trouxe sérias questões de ordem social, familiar, política e subjetiva concernentes às famílias. As demandas que chegam até o CRAS, perpassam por essas questões, atingindo diretamente o modo de viver e estar de cada família. O atendimento psicossocial, além da escuta qualificada e o acolhimento às famílias, tem por objetivo, conhecer a realidade social de cada família, sendo realizadas visitas domiciliares como pré-requisito para concessão ou não de algum benefício eventual disponível no município. Até porque o foco do CRAS, quanto a sua atuação, é a prevenção e promoção da vida. Palavras-chave: Covid-19. CRAS. Atendimento Psicossocial. Famílias.







CONTRIBUIÇÕES DO CREPOP BAHIA PARA O EXERCÍCIO ÉTICO DA PSICOLOGIA NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Natani Evlin Lima Dias
Taís Cardoso Britto
Pablo Mateus dos Santos Jacinto
Gabriela Evangelista Pereira
Helena Miranda dos Santos
Antônio Rogério da Costa Greenhalgh

Orientar a profissão é uma das finalidades do Conselho Regional de Psicologia 3ª Região - Bahia (CRP-03) que permeia muitas das ações desenvolvidas pela autarquia. É a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) a responsável por sanar as dúvidas da categoria sobre o fazer profissional, referenciando as/os profissionais nos diversos espaços em que se inserem à luz do Código de Ética Profissional e demais normativas da profissão. Quando se trata da inserção da Psicologia nas Políticas Públicas, é necessário um conhecimento para além das normativas da profissão, como documentos de referências próprias de cada política que versam sobre as atribuições, deveres e responsabilidades das equipes multiprofissionais, com destaque à atuação interdisciplinar. Para isso, o Sistema Conselhos de Psicologia conta com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Um órgão operacional cujo objetivo é promover a qualificação da atuação das/os psicólogas/os nas políticas públicas. Na Bahia, atendendo ao plano de interiorização do CRP-03, tanto a equipe CREPOP como a COF estão lotadas na Sede e na Subsede Sudoeste do CRP-03. Em se tratando do CREPOP, este é um fator único dentro do Sistema Conselhos e que coloca o Centro baiano em destaque, pela atuação descentralizada e manutenção de três psicólogas/os como técnicas/os na equipe. O presente trabalho tem por objetivo discutir sobre os avanços e desafios quanto às contribuições do CREPOP para um fazer ético e qualificado da psicologia na Política de Assistência Social, sendo essa a principal pauta nas demandas que chegam ao CREPOP para colaboração nas orientações junto à COF. O CREPOP tem colaborado cada vez mais nas demandas de orientação à categoria, sendo essa a pauta que mais recebe dúvidas no âmbito do Centro, realização de pesquisas que dialogam com a atuação na Assistência Social, bem como a publicização de seus resultados, elaboração de documentos de orientação com base nas demandas locais, realização de eventos voltados aos anseios da categoria que demanda ampliação das estratégias e ações do CRP-03 em fomentar o debate sobre a atuação neste campo, bem como nas articulações externas junto aos espaços de controle social, espaços de formação e gestão das políticas públicas para ampliação da qualificação do exercício profissional na Assistência Social. Neste contexto, sendo mais específicos, o CREPOP já contribuiu com atividades como o suporte à realização da Mostra Nacional de Práticas no SUAS, eventos regionais de grande porte como a II e III Mostra de Práticas em Políticas Públicas e que pautam o eixo da atuação na Assistência Social, eventos temáticos voltados à pauta em campanhas específicas do CRP-03, levantamento de demandas de orientação no SUAS, elaboração de Guia de orientação junto à COF, publicação de Nota Técnica junto ao CRESS e SAS/SJDHDS, entre outros. Tem-se como alguns desafios: a mobilização da categoria que atua no SUAS para conhecimento dos produtos produzidos, participação nos espaços de diálogos promovidos, nas pesquisas que subsidiam a formulação de referências que orientam o exercício profissional e, em linhas gerais, a manutenção do CREPOP, sobretudo na atual configuração descentralizada da capital.

Palavras-chave: Políticas Públicas. CREPOP. COF. Orientação.







RE-CONTANDO MINHA HISTÓRIA: UMA PRODUÇÃO ARTÍSTICA DA HISTÓRIA DE VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Thainara Meireles

Este resumo tem por objetivo apresentar a prática realizada com crianças e adolescentes acolhidos em um Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes no Município de Simões Filho - BA. Na Política de Assistência Social, o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes se insere na Proteção Social Especial na alta complexidade, sendo instituições responsáveis por acolher temporariamente crianças e adolescentes que passaram por alguma violação de direito, até que possam ser reintegrados na sua família de origem ou extensa, ou quando esgotados todas as possibilidades de reinserção familiar, ser colocado em uma família substituta. O objeto de estudo volta-se para a construção de um livro contando a história de vida das crianças e adolescentes acolhidos, com o objetivo de que cada criança e adolescente conheça e se aproprie da sua história e sua origem. Sendo também, uma maneira de construir narrativas a respeito da passagem pelo acolhimento, evitando que esse período seja negado e silenciado. Na medida que compreendem a experiência pela qual estão passando, poderão senti-la como uma fase da sua vida, marcada por momentos de cuidado, proteção e experiências afetuosas. Pensar no fazer psicológico, dentro da Política de Assistência, é buscar estratégias de resgate do sujeito e da sua subjetividade. É olhar para suas histórias, para além das violações de direitos e vulnerabilidades, é olhar para as pessoas. No serviço tendem a esquecer histórias, origens e apagam a individualidade: são "meninos do abrigo" e isso é o suficiente para falar sobre eles. Meninos e Meninas parecem representar apenas a violação de direito, como se uma única história desse conta de explicar a existência de cada um/uma, ali acolhido. Falar das histórias de vida, é falar que cada um é único e embora estejam vivenciando a experiência de acolhimento, sua história é diferente de todos os outros. A prática foi construída gradativamente, abordando diferentes dimensões. Foi utilizado ferramentas que envolvessem as crianças e adolescentes, como filmes, músicas, vídeos, livros, registros fotográficos e registros escritos. Além disso, foi utilizado diversos materiais de papelaria, fitas, tintas e elementos que despertaram a curiosidade e a criatividade. A prática foi realizada, em conjunto com a Assistente Social, que compõe a equipe técnica do Serviço de Acolhimento e foi apoiada pela coordenação, disponibilizando recursos e ferramentas, que pudessem contribuir para a execução. A produção do livro causou impacto significativo nas crianças e adolescentes e nos atores que compõem o Serviço. Eles passaram a ter mais autonomia para falar sobre coisas que gostavam ou não, passaram a cobrar seus direitos, se conectaram consigo, com os colegas e com as possibilidades futuras. Pode-se concluir que a construção do livro contribuiu para a percepção do acolhimento como um processo de passagem, o qual faz parte da sua história, mas não é a sua história.

Palavras-chave: Criança. Adolescente. Acolhimento. História de Vida. Direitos.







BLOG COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ACERCA DA PSICOLOGIA NO SUAS

Rozana Maria da Fonseca

Este presente trabalho objetiva apresentar a criação e o uso do blog como ferramenta de intervenção e produção de conhecimento acerca da psicologia no SUAS. O uso da internet ganhou maior destaque e relevância para a mediação dos processos de trabalho na Assistência Social com o advento da pandemia, contudo, já meados da primeira década de 2000, os blogs operavam como importantes espaços digitais de produção e publicização de diversas práticas profissionais. O blog Psicologia no SUAS, criado em 2010, teve como objetivo construir acervos de produções da psicologia no SUAS e de documentos oficiais do campo da assistência social; produzir reflexões e proposições críticas sobre a práxis da psicologia neste campo que despontou como um dos mais expressivos ao absorver, nacionalmente, um grande número de psicólogas para atuação em serviços socioassistenciais em equipes multiprofissionais com direcionamento para um trabalho interdisciplinar. O blog é um apoio significativo à muitas psicólogas, grande parte delas recém formadas, que se viram sem referências para a atuação profissional, e também às pesquisadoras que estavam em universidades e tinham como desafio se apropriarem da assistência social após a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (2004), sobretudo, a partir da construção capilarizada do SUAS que tomou todos os cantos do país. As constatações sobre a relevância do blog se dão de forma orgânica, e podem ser analisadas empiricamente por meio de centenas de comentários exaltando o espaço e sua importância em decorrência de reverberações transformadoras no fazer profissional direcionado pelo compromisso ético-político. A via discursiva e oral é o meio pelo qual o universo acadêmico revela a importância do blog, sendo muitas vezes ancorados pelo reconhecimento de espaços institucionais como os conselhos profissionais e entes federativos. Discorrer sobre o alcance e o potencial transformativo do blog, é destacar que formação, intervenção e produção de conhecimento são cruzamentos indissociáveis para uma atuação profissional que tem como bússola uma ação significativa para os sujeitos atendidos e que, diante do vazio, das desidentidades, se possa construir, também, para além dos espaços institucionais. Ressalta-se que a especificidade deste campo digital requer uma construção pautada em uma comunicação responsável e alinhada com os princípios éticos da profissão, compreendendo que é um desafio que se impõe nestes tempos de falsas notícias e de uso massificado da internet. O blog em questão atento às mudanças do meio digital está pulverizado em outras redes sociais, mas seguindo o rigor ético ao propor críticas e proposições sobre o fazer da psicologia no SUAS e sendo apoio às (des)conformações de identidade de psicólogas sociais que atuam na assistência social. Considera-se, portanto, que em mais de uma década de uso dessa ferramenta, o blog se consolidou como meio de comunicação e vinculação entre trabalhadoras/es do SUAS de todo o Brasil, e é possível apontar que ele é um aliado fundamental na produção e divulgação de conhecimento científico-prático por e para profissionais que estão no campo e/ou se interessam pela política de Assistência Social.

Palavras-chave: Blog. Psicologia. Assistência Social. Atuação Psicossocial. SUAS.







TRABALHO COLABORATIVO ENTRE MULHERES DE ORIGEM POPULAR EM CAMAÇARI-BA: A COOPERAÇÃO COMO FORMA DE ENFRENTAR AS DESIGUALDADES E EXCLUSÃO SOCIAL

Isael de Jesus Sena Adriana Nogueira, Francine Costa

A pandemia Covid-19 contribuiu para intensificar as desigualdades e exacerbar as vulnerabilidades sociais já existentes, historicamente reproduzidas, produtoras de sofrimento ético-político (SAWAIA, 2010). O presente trabalho, o qual baseia-se no caráter protetivo e proativo das famílias (CFP, 2016), tem por objetivo mostrar e discutir uma estratégia de empreendedorismo, apoiada em pressupostos da economia solidária (CORTEGOSO, 2008) a qual vem sendo desenvolvida com um grupo de 45 mulheres² de origem popular, majoritariamente negras, com ensino fundamental incompleto, mães solteiras, vendedoras de doces, quitutes e revistas de utensílios domésticos, beneficiárias do Bolsa Família, em acompanhamento pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, na unidade do bairro Nova Vitória, em Camaçari-Ba. A pandemia ocasionada pelo novo coronavírus intensificou crises que já faziam parte das realidades mundial e nacional. Apesar da palavra "pandemia" remeter a tudo e a todos/as, o processo que atravessamos revela e amplifica dinâmicas do capitalismo neoliberal e mostra sua faceta de desigualdades, especialmente em países como o Brasil, cujos corpos são marcados pela vulnerabilização social. No cenário brasileiro, a crise sanitária se soma à crise de governança, resultando num pandemônio que produz mais precariedades e violências (MOREIRA ET AL, 2020). Por outro lado, sabemos que a convivência e diversos modos de sobrevivência, nas grandes comunidades, acontecem a partir de uma complexa rede de relações, solidariedade, sonhos, trocas e apoio. É nessa direção que alguns pressupostos da Economia Solidária podem encorajar mulheres a darem visibilidade ao seu trabalho informal, inclusive por meio das redes sociais, contribuindo dessa forma para a geração de renda, mas além disso construir uma outra cultura e uma sociedade mais fraterna e justa, do ponto de vista da igualdade e da participação cidadã no laço social. "A economia solidária é um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, com propriedade coletiva dos meios de produção de bens de prestação de serviços ou controle destes meios, participação democrática dos membros nas decisões sobre a organização ou empreendimento e distribuição equitativa dos resultados. (CORTEGOSO ET AL, p. 26, 2008). Um dos principais pilares da economia solidária são as relações solidárias entre aqueles envolvidos, através das iniciativas associativas e de cooperação. O que pretendemos aprofundar, posteriormente, durante o evento, como se desenvolveu a participação dessas mulheres e em que resultou as estratégias de cooperação, apresentadas pelo grupo, com vistas a superar as diversas vulnerabilidades sociais que estão expostas.

Palavras-chave: Trabalho Colaborativo. Mulheres, Cooperação. Economia Solidária.

_

² Durante a elaboração deste resumo, para fins de submissão, a atividade do grupo de mulheres está no início da terceira etapa da metodologia, que diz respeito à formação coletiva com acesso aos profissionais que trabalham com foco em planejamento, empreendedorismo, estratégias de vendas e marketing digital.







RELATO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

Luis Anselmo Oliveira da Silva Márcia Daiane Silva dos Santos

O estágio é de fundamental importância para o desenvolvimento do futuro profissional almejado pelos estudantes, onde lhe são concedidas as possibilidades de colocar em prática o arcabouço teórico aprendido durante as aulas. Esse referido trabalho tem por objetivo relatar a experiência de estágio supervisionado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em um município situado no interior do Estado da Bahia. O estágio teve por duração 04 (quatro meses), iniciando em março de 2021 e tendo por término o mês de junho do ano corrente. O CRAS é uma unidade pública que tem como público alvo famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, onde é possibilitado o despertar de suas potencialidades e autonomia. Diante da pandemia do Covid-19, algumas atividades aconteciam de maneira remota, como os grupos de crianças, adolescentes e idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Os acolhimentos dos usuários neste momento de pandemia ocorrem por meio de agendamentos, seguindo os protocolos sanitários vigentes, vale salientar que antes da pandemia aconteciam apenas de maneira espontânea. Neste período, também foram viabilizadas para os usuários algumas concessões de benefícios eventuais, como na modalidade de vulnerabilidade temporária (cestas básicas) e funerária (por morte). É perceptível que essa referida unidade, possibilita o fortalecimento das políticas públicas, voltadas para aqueles que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, por consequência da fragilidade econômica gerada pela atual situação pandêmica. O Estágio possibilitou a compreensão da importância do CRAS na efetividade das políticas públicas em vista da superação de situações de dificuldades encontradas no território local, por meio dos programas, serviços e projetos oferecidos aos seus usuários. O profissional em Psicologia realizava os acolhimentos dos usuários e fazia os encaminhamentos para setores responsáveis mediante a demanda apresentada. O olhar em vista de um profissionalismo, foi despertado a partir dos acolhimentos, das visitas domiciliares e busca ativa. Entendendo o papel da rede de proteção social básica, é importante o acompanhamento dos usuários mediante suas demandas, para que por meio dos programas desenvolvidos, os mesmos sejam assistidos. Em suma, por meio desse estágio afirma-se que o Centro de Referência de Assistência Social, enquanto unidade de promoção de assistência e proteção social, é de fundamental importância para o desenvolvimento dos usuários que estão em acompanhamento, nos territórios aos quais se encontram inseridos. É perceptível a importância do CRAS e do papel do profissional da Psicologia dentro da política de assistência social. Palavras-chave: Assistência Social. Vulnerabilidade Social. Estágio Supervisionado. Usuários.







RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

Malena Gordiano Mendes Márcia Daiane da Silva Santos

A experiência do estágio no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) possibilitou entender a atuação do psicólogo social e comunitário neste equipamento. Esse trabalho tem como objetivo relatar a experiência do estágio curricular do curso de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) em um município no interior da Bahia. Através do método de observação realizou-se coleta de dados e instrumento de registro para confecção do relatório final. O Estágio Supervisionado aconteceu entre os meses de fevereiro e junho de 2021. A atuação do Psicólogo no CRAS está pautada no acolhimento das famílias e através do acompanhamento é possível realizar atendimentos individuais ou em grupo, visitas domiciliares, criar projetos junto com a equipe socioassistencial, identificar maneiras para incentivar a autonomia e consciência cidadã. É necessário que o psicólogo atue em consenso com os objetivos e diretrizes da PNAS (Políticas Nacional de Assistência Social) e da Proteção Social Básica (PSB), colaborando com a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social. Trabalhando assim, de modo complementar a perspectiva interdisciplinar, principalmente entre a Psicologia e o Serviço Social, analisando a interatividade de saberes e o aperfeiçoamento de ações com maior resolutividade dos serviços ofertados. Também intercede de forma ambientada com o contexto local e territorial, baseada em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Portanto, o papel do Psicólogo no CRAS está voltado para a atenção e prevenção a situações de risco, objetivando atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. CRAS. Atuação do Psicólogo.







A PSICOLOGIA NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ESPAÇO CONQUISTADO?

Rute Rocha Souza

Este artigo pretende contribuir com a construção de conhecimentos acerca da atuação da/o profissional de psicologia nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), no que concerne à evolução do lugar que lhe é atribuído. Intencionando realizar uma avaliação qualitativa da trajetória de uma graduanda do curso de Psicologia, ocupando o lugar de Orientadora Social do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) à Psicóloga, Técnica da Vigilância Socioassistencial que, passando pelo lugar de Técnica de Referência do CRAS, Técnica de Referência do SCFV e Coordenadora do CRAS, alcançou espaços e sede por conhecimento. Na análise de dados, foram levantados os dados referentes à aplicação do Código de Ética da/o profissional de Psicologia em relação às normas de trabalho em cada espaço de atuação, às prestação de serviços emergenciais, ao conhecimento da política de Assistência Social, suas diretrizes e normas de operação, sobre as orientações técnicas sobre os serviços do CRAS e, principalmente, sobre as demandas que são deliberadas às psicólogas, sobre o posicionamento destas, frente aos acompanhamentos familiares e a recorrente busca pelo atendimento psicológico dentro do CRAS. Pode ser observado que o pequeno caminho percorrido, vem trazendo resultados proeminentes e promissores. Hoje, tem-se um lugar privilegiado para a psicologia dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entretanto, é necessário reconhecer este lugar e ocupá-lo com destreza e afinco, assumindo o papel de autor/ator na Política de Assistência Social, na defesa e na garantia dos direitos de todo cidadão que dela precisar, assim como, prestar a escuta qualificada e o acolhimento psicológico, quando se fizer necessário, não perdendo de vista o que estabelece o próprio Código de Ética, que cita na página 5, "As sociedades mudam, as profissões transformam-se e isso exige, também, uma reflexão contínua sobre o próprio código de ética que nos orienta".

Palavras-chave: Psicologia. Política de Assistência Social. Saúde Mental.







PSICOLOGIA E PROTEÇÃO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DA COVID-19

Marcela Ferreira Brandão Itamar de Almeida Carneiro

O artigo intitulado Psicologia e Proteção Social no Enfrentamento a Pandemia da Covid-19 tem como objetivo central realizar reflexão crítica com base no relato de experiência dos autores que estiveram na linha de frente do Sistema Único de Assistência Social, durante os meses de fevereiro a junho do ano de 2020, valendo-se de suas participações na articulação da estratégia de proteção social adotada pela Secretaria de Assistência Social para mitigar os efeitos socioeconômicos da pandemia de Covid-19. Para fins de análise dessa experiência, utilizou-se relatórios técnicos, guias e protocolos de organizações humanitárias especializadas em desastres sociais com vistas à compreensão dos impactos psicossociais da pandemia na população presente no município, juntamente com estagiários, voluntários, trabalhadores e gestores da Política de Assistência Social que participaram da fase de resposta. Investigando nesta perspectiva qual o papel da Proteção Social no enfrentamento das contingências sociais geradas, e/ou agravadas mediante a pandemia de Covid-19, quais as respostas emergências atribuídas e realizadas para minimizar tais contingências, e como a psicologia contribuiu para desenvolvimento dessas ações. Para cimentar a leitura crítica e reflexiva sobre a situação pandêmica e o papel da psicologia na linha de frente da pandemia da Covid-19, recorreu-se a Boaventura Souza Santos através de uma análise pedagógica do vírus, que aponta seis lições importantes para compreender a pedagogia do vírus. A primeira lição trata do tempo político e midiático como condicionante do modo como a sociedade contemporânea se apercebe e dos riscos que corre; A segunda lição aponta que as pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga; A terceira destaca que enquanto modelo social, o capitalismo não tem futuro; A quarta lição ensina que a extrema-direita e a direita hiper-neoliberal ficam definitivamente desacreditadas; A quinta lição mostra que o colonialismo e o patriarcado estão vivos e reforçam-se nos momentos de crise aguda e por fim, o ensinamento do regresso do Estado e da comunidade, mostrando como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências (SANTOS, 2020). As atividades desenvolvidas nesse contexto foram voltadas para a escuta sensível das famílias, a avaliação do padrão socioeconômico para concessão do benefício, atendendo aos critérios prioritários. Os profissionais estiveram disponíveis para realizar o acolhimento e também garantir o direito à segurança alimentar, sendo possível realizar intervenções no sentido de promover a emancipação social e fortalecimento da cidadania das famílias e seus membros, mostrando que as estratégias implementadas se tratam de um direito constitucional. A partir da experiência, pode-se considerar o papel estratégico da psicologia enquanto ciência e profissão atuando diretamente na garantia dos direitos socioassistenciais em município com dimensões que apresenta assimetrias regionais e desigualdades sociais, apontando para a importância da psicologia na implementação de atividades de gerenciamento de riscos, envolvendo a comunidade e garantindo a proteção social, levando em consideração os níveis de pobreza e exclusão social. Essa primeira experiência traz importante subsídio para analisar a relação sociopolítica no contexto pandêmico e o desafio da gestão pública em envolver a comunidade para organização de tarefas e participação nos processos informativos e de comunicação.

Palavras-chave: Psicologia. Proteção Social. SUAS. Pandemia.







GRUPO DE REFLEXÃO ONLINE SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS/OS PSICÓLOGAS/OS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Inayara Oliveira de Santana
Luane Neves Santos
Rozana Maria da Fonseca
Quitéria Rodrigues Costa
Thayná Stelma Barros Rangel
Jessica Cerqueira de Andrade
Bianca Carvalho Silva
Evelin Fonseca de Sales

O Grupo de reflexão online sobre o exercício profissional das/os psicólogas/os no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um projeto de extensão desenvolvido no período de março a setembro de 2021 pelo Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em saberes e práticas na Assistência Social (PRÁXIS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O projeto tem como objetivos: (i) realizar encontros de capacitação/formação teórico-metodológica para psicólogas/os vinculadas/os à rede de Assistência Social no Brasil, especialmente do recôncavo e extremo sul da Bahia; (ii) oferecer campo de estágio para estudantes do curso de Psicologia da UFRB e; (iii) fortalecer o tripé ensinopesquisa-extensão através da construção de espaços coletivos e colaborativos de formação para estudantes, professores e profissionais do SUAS. O projeto foi realizado em duas edições por meio de encontros virtuais síncronos semanais (utilizando a plataforma Google Meet) e para a discussão de temas a partir da mediação de profissionais, professores e pesquisadores de referência na área da Assistência Social. Além dos encontros síncronos foram realizadas atividades assíncronas (exercícios reflexivos e leituras de textos utilizando a plataforma Google Classroom), totalizando 40 horas de carga horária em cada edição. Na primeira edição, o grupo foi composto por 30 psicólogas e 12 estudantes estagiárias de psicologia. Foram realizados sete encontros virtuais entre os meses de março e maio que abordaram os seguintes temas: Contextualização histórica e social da Assistência Social no Brasil; A luta por direitos: Constituição Cidadã e a consolidação da Política Pública de Assistência Social no Brasil; rede socioassistencial e intersetorialidade; abordagem psicossocial e trabalho interdisciplinar e; ferramentas de intervenção. A avaliação geral, realizada pelas psicólogas e estagiárias ao final desta primeira edição do projeto, revelou que a experiência foi positiva e proporcionou o compartilhamento de experiências e reflexões oriundas do exercício profissional. Diante da expressiva disponibilidade e interesse das psicólogas em darem continuidade ao Grupo de Reflexão foi desenhada uma proposta de 2ª edição do projeto, que ocorreu entre os meses de agosto e setembro, num total de oito encontros e seguindo o mesmo desenho metodológico da primeira edição. Dessa vez, o grupo foi composto por vinte profissionais da primeira edição e abertas mais 15 vagas (que foram preenchidas por profissionais indicadas pelas participantes da primeira edição e por psicólogas da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA). Além disso, as próprias psicólogas escolheram os temas específicos do exercício profissional que desejavam aprofundar, sendo eles: Atuação das psicólogas na Média e Alta Complexidade; Acompanhamento Familiar; Desigualdade Social e Relações Raciais no SUAS: racismo interpessoal, institucional e estrutural; Elaboração de documentos escritos; A atenção à população LGBTQI+ no SUAS; Interface Assistência Social e Sistema de Justiça e Garantia de Direitos; Cuidar de quem cuida: saúde mental das psicólogas do SUAS. A experiência







com este projeto revela, sobretudo, lacunas na implementação da Política de Educação Permanente nos municípios e desponta para a necessidade de continuidade desta pauta na interface ensino-pesquisa-extensão.

Palavras-chave: Formação Profissional. Assistência Social. Extensão Universitária. Educação Permanente.







JOGOS ELETRÔNICOS: INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO EM IDOSOS COM A DOENÇA DO ALZHEIMER

Vitor Mario de Oliveira Girdwood Edivana Almeida Aguiar dos Santos Warley Monteiro

A Doença de Alzheimer apresenta um impacto expressivo em idosos acometidos por tal agravo. As intervenções cognitivas se tornam cada vez mais necessárias, dentre estas, os jogos eletrônicos são considerados ferramentas importantes para prevenção ou reabilitação da Doença de Alzheimer. O objetivo geral deste estudo foi identificar os efeitos dos jogos eletrônicos como instrumento de intervenção (prevenção ou reabilitação) da Doença do Alzheimer. Os objetivos específicos foram descrever as principais funções cognitivas trabalhadas no uso dos jogos eletrônicos; e destacar a efetividade do uso destes jogos no funcionamento cognitivo dos idosos com ou sem a Doença de Alzheimer. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, os dados foram coletados através de artigos provenientes de pesquisas com método empírico, selecionados em bases eletrônicas de dados científicos, sendo realizada análise interpretativa destes dados. Os resultados indicaram que os jogos eletrônicos apresentaram efeitos positivos nas funções cognitivas, principalmente na atenção, memória e linguagem, promovendo benefícios ao funcionamento cognitivo para a prevenção e reabilitação da Doença de Alzheimer. Concluiu-se que é de suma importância que os profissionais da área de saúde, especialmente os psicólogos, utilizem os jogos eletrônicos, como uma das estratégias interventivas na promoção da saúde e prevenção de agravos, como a Doença de Alzheimer.

Palavras-chave: Doença de Alzheimer. Jogos eletrônicos. Intervenção. Idosos.







ESTÁGIO EXTRACURRICULAR EM PSICOLOGIA COM O GRUPO DE MULHERES E IDOSAS EM UM CRAS NO TERRITÓRIO DE CENTRAL – BA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Larissa da Silva Melo Deisy Jeany Santos Bastos Claudilson dos Santos Souza

O estágio é de grande importância durante a formação do graduando, capaz de proporcionar conhecimento e experiência para uma futura atuação profissional. O campo onde foi desenvolvido essa prática é o Centro de Referência e Assistência Social - Elson Nunes Machado (CRAS), localizado na Cidade de Central-Ba, o qual atende famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Logo, tem como um dos principais objetivos, a prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais, ofertando, dessa forma, serviços de proteção social básica, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Objetivos: Relatar a experiência de um estágio extracurricular no CRAS de Central - Bahia, realizado com o grupo de mulheres e idosas. Métodos: A presente metodologia parte da observação participante, de abordagem qualitativa, cujos dados foram obtidos por meio da participação enquanto discente na realização do estágio extracurricular do Curso de Psicologia, da Faculdade Irecê (FAI), no ano vigente 2021, no CRAS da cidade de Central – Bahia. Resultados: Considerando que o psicólogo, em atuação no CRAS, pode junto ao usuário, ajudar a promover sua autonomia, sua emancipação social e sua cidadania, além de possibilitar a interação e a criatividade, estes propósitos fizeram parte das ações desenvolvidas nesse estágio, com o grupo de mulheres e idosas. Para tanto, foram realizadas diversas atividades como rodas de conversas; oficinas de artesanato; dança e exercícios físicos, as quais possibilitaram a interação social com outras mulheres e com o restante da equipe, formação de vínculos e rede apoio, conquanto o artesanato trabalha sentimentos ansiosos, coordenação motora, criatividade e trabalho em grupo, visto que carecia compartilhar ideias e materiais, como cola, tesoura e barbante. Ademais, a atividade física e a dança são feitas com o acompanhamento do educador físico, trazendo benefícios a saúde física e mental, bem como a diminuição do sedentarismo, além do acolhimento psicológico. Como estagiária de psicologia, foi possível participar dessas vivências, possibilitando a construção de diversos conhecimentos, estabelecimento de vínculos sociais, como também construindo experiências a partir dos relatos, histórias e culturas, socializadas pelas participantes do estágio. Conclusões: Por fim, a experiência vivenciada como estagiária no CRAS do município de Central – Bahia, possibilitou diversas aprendizagens, interação e sentimento de dever profissional, ressignificando, o olhar para com o outro, trazendo à tona, sentimentos como empatia, cumplicidade e valorização ao próximo, deixando cada vez mais claro, a importância da atuação do psicólogo social, despertando ainda mais o desejo sobre esta área.

Palavras-chave: Estágio em Psicologia. Psicologia Social. Vulnerabilidade. Risco Social.







O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ SOB A ÓTICA DE UMA ESTAGIÁRIA EM UM CRAS DO SERTÃO BAIANO

Káren Caroline de Souza Marla Jalinne Ventura de Almeida Claudilson Souza dos Santos

O Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), também intitulado Programa Criança Feliz (PCF), foi criado em 2016, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social, com o intuito de atender gestantes e crianças de até 6 anos, a fim de promover melhores condições para o seu desenvolvimento integral. O atendimento das demandas desses sujeitos, muitas vezes se dá pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), considerado a porta de entrada para a Política de Assistência Social. Desse modo, para que o serviço seja prestado de forma efetiva, o CRAS conta com uma equipe técnica multidisciplinar, da qual faz parte o psicóloga/o, podendo este além de outras atividades, supervisionar o Programa Criança Feliz (PCF). Objetivos:Destacar a importância do Programa Criança Feliz sob a ótica de uma estagiária de Psicologia em um CRAS do sertão baiano. A metodologia deste trabalho, partiu da observação participante, com abordagem qualitativa, cuja obtenção dos dados se deu através das experiências vivenciadas durante a realização do estágio extracurricular do Curso de Psicologia, da Faculdade Irecê (FAI), em um CRAS de uma cidade no Sertão da Bahia, no período de maio a junho de 2021.Resultados:Durante o processo de pesquisa-intervenção foi observado que o CRAS é uma rede socioassistencial na luta pelos direitos, proteção e prevenção de vulnerabilidades e situações de risco, o que coloca o Programa Criança Feliz enquanto instrumento de cuidado para gestantes, crianças de até 3 anos de idade, beneficiárias do Programa Bolsa Família e crianças de até 6 anos de idade com deficiência ou em cumprimento de medida protetiva. Nesse sentido, o estágio propiciou a observação de etapas fundamentais no processo de assistência, tais como: referenciamento, no qual é feito o cadastro da família no CRAS a fim de que esta desfrute dos serviços ofertados pela unidade; encaminhamentos para outros profissionais, quando necessário; visitas domiciliares, acompanhando a caracterização do território e família, conforme formulários específicos; e reuniões semanais com visitadoras para planejamento de intervenções no propósito de estimular o desenvolvimento da criança, de acordo com a faixa etária correspondente. Estas vivências são valiosas para a formação ética e humanizada do profissional de psicologia, o qual atua nesse cenário pautado na inclusão e no acolhimento, lutando pela igualdade e dignidade de todos. Além disso, a/o psicóloga/o, enquanto técnico do programa, é responsável por supervisionar as ações e orientar a equipe, os quais assistem às famílias, podendo diminuir os impactos negativos da vulnerabilidade, como a desinformação quanto aos cuidados com a gravidez e os cuidados básicos para com o bebê, de forma a beneficiar o funcionamento físico, emocional, cognitivo e social da criança. Em suma, é notório que o Programa Criança Feliz proporciona diversas vantagens para as famílias, a partir do acesso destas às políticas públicas, acompanhamento integral ao bebê até o final da primeira infância, fortalecimento de vínculos e colaboração no exercício da parentalidade, fatores indispensáveis para um desenvolvimento saudável das crianças.

Palavras-chave: Programa Criança Feliz. CRAS. Políticas Públicas.







A/O PSICÓLOGA/O NA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Everaldo Lauritzen Lucena Filho

Os direitos socioassistenciais propostos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (2004) ganham a possibilidade de serem acessados pelos usuários através da mobilização de recursos teóricos, metodológicos e tecnológicos do trabalhador dessa política pública, que possibilitarão o aprimoramento de fluxos e tomadas de decisões. Como advoga a PNEP/SUAS (2013), os trabalhadores terão lugar central no acesso e garantia de tais direitos. Assim, a construção de um plano de formação que estimule a adoção de ferramentas cognitivas e atitudinais é imprescindível para a efetivação do SUAS. Contudo, como afirmam Vorpagel, Bonelli e Roberto (2011) antes da construção de qualquer plano de ação é necessário primeiro a realização de um diagnóstico do cenário vivenciado pelos trabalhadores de uma organização. Assim, seguindo tal premissa e norteado pela PNAS (2014) foi estabelecida a ação de construção de diagnóstico de necessidades de qualificação profissional dos trabalhadores da SMAS. Através desse diagnóstico das necessidades, o setor de da Educação Permanente pode planejar ações pedagógicas que estimulem o desenvolvimento de competências necessárias à execução da política municipal de Assistência Social. Tal atividade serviu ao propósito de ser planejada para a prospecção de ações de capacitação introdutória, capacitações de atualizações e supervisão técnica, mediante orientações da PNEP (2013), sejam para formações técnicas de nível médio, como também para cursos de aperfeiçoamento. É com as Referências Técnicas para atuação da/o psicóloga/o no CRAS/SUAS (2007) que podemos compreender que o psicólogo pode contribuir na Educação Permanente do SUAS através da realização de planejamentos de ações e planos estratégicos que venham a qualificar o trabalho interdisciplinar no acompanhamento integral às famílias, e desenvolver ações que possibilitem a formação continuada dos trabalhadores do SUAS tendo em conta a pluralidade de temas nessa área. A partir desse cenário apresentado, o psicólogo responsável pelo setor, promoveu encontros entre categorias profissionais atuantes na Secretaria Municipal de Assistência Social para a produção de um diagnóstico de temas a serem trabalhados no plano de capacitação de 2020. Um primeiro encontro, considerado piloto, contou com a parceria de dois professores psicólogos da UFSB, como facilitadores, e teve como sujeitos participantes psicólogas/os atuantes no SUAS. Seis consignas serviram de disparadores para o levantamento de necessidades de capacitação. Em formato de grupo focal, discutimos sobre o cotidiano da atuação da categoria na tentativa de levantamento de interesses de temas e de reconhecimento de situações às quais cabem discussões e reflexões sobre elas. Após a coleta piloto dos dados, esse formato foi repetido treze vezes com GF de profissionais da SMAS. Os dados foram avaliados a partir de Análise de Conteúdo de Bardin, os quais foram categorizados em matrizes de síntese. A partir desse levantamento produziu-se o diagnóstico de necessidades de qualificação profissional dos trabalhadores da SMAS e construção do Plano Municipal de Capacitação. Mesmo com a pandemia, realizamos os momentos de educação permanente através de tecnologias de comunicação em formato metapresencial e de educação remota. Os profissionais que participaram dessa experiência afirmaram estar muito felizes porque nunca tinham sido chamados a avaliar capacitações e opinar sobre a construção de um plano de educação permanente. Outro resultado é que além das temáticas que se apresentaram de maneira muito clara como necessárias a discussão, o estabelecimento de parcerias com IES para a execução das capacitações tem sido um dos maiores resultados dessa experiência aqui relatada.

Palavras-chave: Assistência Social. Psicologia. Educação Permanente.







ENRIQUECER PARA DISSEMINAR: RELATO DE CAPACITAÇÃO COM EQUIPE DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ

Isabele Tenório dos Santos Misael Carlos do Nascimento Neto Lucivanda Cavalcante Borges Valéria de Lima Fonseca

No âmbito da proteção básica socioassistencial, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) desempenha um papel extremamente importante no que diz respeito à proteção e acompanhamento de pessoas em vulnerabilidade social, com vistas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Dentro do CRAS, encontra-se a equipe profissional responsável pelo Programa Criança Feliz, inserido dentro do Programa Governamental Primeira Infância no SUAS (PIS). Este programa configura-se como ação de Proteção Social Básica e tem como um dos seus objetivos promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento ao desenvolvimento infantil integral na primeira infância, bem como suporte às suas famílias e à formação de vínculos. Considerando a importância de fortalecer o preparo profissional da equipe que executa o programa, o presente trabalho objetiva contribuir com ações de educação permanente junto à equipe responsável no município de Casa Nova - Bahia. O projeto de capacitação da equipe ocorre por meio da oferta de formações e oficinas voltadas ao desenvolvimento infantil e parentalidade, utilizando como fundamento teórico as evidências científicas produzidas no campo da Psicologia do Desenvolvimento. Como metodologia utiliza-se encontros semanais no espaço do CRAS, com duração média de 120 minutos, realizados com a equipe composta por 07 visitadoras e 01 supervisora. Como materiais de apoio são utilizados slides, datashow, folhetos, cartilhas e vídeos. No total, serão realizados 10 encontros, dispostos entre os meses de setembro, outubro e novembro de 2021. Percebeu-se que a criação de espaços de reflexão crítica e aprendizado junto à equipe colaborou para a promoção e desenvolvimento do protagonismo e autonomia das participantes, bem como no seu preparo para desempenhar as funções exigidas pelo programa, caracterizado pelo acompanhamento e suporte às famílias e ao desenvolvimento infantil integral, contribuindo para o fortalecimento dessa importante política pública.

Palavras-chave: Política Pública. SUAS. Programa Criança Feliz. Psicologia do Desenvolvimento.







A REDE DE PROTEÇÃO INTERSETORIAL DE LAURO DE FREITAS – BA ENTRE OS ANOS DE 2017 A 2020, RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA SISTÊMICA

Isabel Macedo Torres da Silva Mônica Cristina de Jesus Caldas Débora Luisiana Santos Sousa Carvalho Edna Maria das Graças Durão

Este trabalho apresenta a experiência de mobilização da rede de proteção intersetorial do município de Lauro de Freitas-Ba, desenvolvida no âmbito da Superintendência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre os anos de 2017 e 2020. A implementação do mesmo partiu da compreensão da intersetorialidade como princípio organizativo do SUAS, que integra e articula a rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos. Na Política Nacional de Assistência Social (2004), a intersetorialidade é destacada como um novo paradigma para a gestão pública, articulado à descentralização, com o objetivo de promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida das pessoas, a partir dos problemas concretos que incidem sobre uma população em determinado território. Assim, a rede, como o entrelaçamento de serviços e pessoas, pode ampliar o fluxo de informações, além de descentralizar ações e poder. (PEREIRA; SANTOS; INOCENTE, 2011). As autoras do trabalho (duas Psicólogas, uma Assistente Social e uma Pedagoga) ocupavam cargos de gestão do SUAS, consolidaram a experiência em artigo escrito em 2018, a partir do curso "Trabalho Social com as Famílias no Paradigma Sistêmico", oferecido pela Prefeitura de Lauro de Freitas. Em agosto de 2017, a rede passou a reunir-se mensalmente, com os objetivos de: Promover o conhecimento mútuo das equipes, serviços e fluxos; Otimizar a comunicação entre os integrantes, proporcionando encaminhamentos mais assertivos e resolutivos; Promover acões integradas; Organizar um catálogo da rede de proteção. O trabalho apresenta um panorama das reuniões de rede, metodologia utilizada, resultados e dificuldades, a partir de avaliação dos participantes. As autoras analisam a experiência, destacando aspectos que se conectam à teoria sistêmica. Metodologia: 1. Formalização do convite e solicitação de participação junto aos órgãos e entidades da rede; 2. Atuação das proponentes como catalizadoras dos encontros, divulgando e mobilizando os participantes; 3. Os encontros mensais foram realizados em diferentes equipamentos da rede, com a condução sob a responsabilidade dos anfitriões. 4. Escolha coletiva dos temas abordados, a partir da necessidade percebida no fazer cotidiano, e consolidados numa programação anual passível de alteração pelo grupo. Resultados: -Oportunizou aos participantes conhecer os diversos serviços e fluxos de atendimento, possibilitando qualificar o acesso às políticas públicas, através da compreensão das dinâmicas de encaminhamentos e referenciamentos; -Promoveu articulações mais efetivas e resolutivas, com a comunicação entre as equipes, o compartilhamento de problemas e possíveis soluções, ampliando as perspectivas sobre os mesmos; -Contribuiu para o fortalecimento das parcerias e ações integradas. Dificuldades: -Lidar com os limites de atuação e lacunas existentes entre as políticas setoriais; -Falta de mapeamento dos serviços da rede;-Fragilidades na comunicação dos serviços; -Diferenças nas condições de acessibilidade nos locais das reuniões; Conclui-se que o caráter sistêmico presente na metodologia da experiência: responsabilidade compartilhada na condução do processo; espaços rotativos das reuniões, ampliação da compreensão sobre o funcionamento dos serviços; condução alternada dos encontros; estratégia coletiva de escolha das temáticas; análise das situações problema a partir de diversas perspectivas, contribuíram para a adesão, participação voluntária e efetiva dos envolvidos.

Palavras-chave: Rede de proteção. Intersetorialidade. Teoria Sistêmica. Políticas Públicas.







A ATUAÇÃO DA/O PSICÓLOGA/O NO CRAS: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Fabiana Encarnação Gouveia

Jarlan Miranda dos Santos

Laisa Ferreira Machado

Matheus Mendes dos Santos

Jéssica da Silva Dias dos Santos

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a principal porta de entrada para os serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social. Através desse equipamento público, as famílias, os grupos e/ou indivíduos, que vivem em situação de risco social ou vulnerabilidade, passam a ter acesso a serviços, programas e benefícios sociais, possibilitando a superação de situações de fragilidades sociais vivenciadas. Ao compor a equipe técnica do CRAS, atuando por meio da oferta de serviços continuados de proteção social básica, a/o Psicóloga/o desenvolve prática de forma individual, coletiva ou sociocomunitária. Neste sentido, esse trabalho tem como objetivo apresentar as práticas de estágio desenvolvidas por estagiárias de psicologia em um CRAS em uma cidade no interior da Bahia. Os dados foram produzidos a partir da observação das práticas desenvolvidas, as quais foram registradas em diários de campo, fotografias e vídeos, servindo como base de análise do presente trabalho. As práticas foram iniciadas com um primeiro contato com a equipe técnica do serviço, quando foi debatido sobre as demandas da população atendida pelo CRAS e iniciado o planejamento acerca das futuras práticas a serem desenvolvidas pela equipe. Com a pandemia da Covid-19, no primeiro semestre de 2021, não foi possível realizar ações coletivas ou sociocomunitárias pelo CRAS. Entretanto, esse contexto pandêmico possibilitou a realização de uma ação de conscientização sobre as festas juninas, com a proposta de colaborar também com as práticas de prevenção à Covid-19, ao mesmo tempo em que possibilitava a valorização da arte e cultura local e buscava construir com as famílias condições mais seguras de vivenciar os festejos juninos. No mês de agosto, diante da campanha do "Agosto Lilás", assim como em virtude das demandas identificadas nos atendimentos, foi realizado uma "Roda de Conversa" com mulheres que são acompanhadas pelo CRAS com o tema da violência doméstica. Além destas práticas, destacamos as ações de busca ativa por meio das visitas domiciliares realizadas com a equipe do CRAS. Embora esta se constitua como uma das estratégias potentes no âmbito do trabalho socioassistencial, em nossa experiência o desenvolvimento desta ação foi marcado por importantes barreiras e dificuldades. Por um lado, foi possível perceber o despreparo dos profissionais na realização de ações no território, por outro, deparamo-nos com a falta de recursos para a viabilização da referida ação como, por exemplo, a disponibilidade de veículo para o transporte da equipe. Por fim, consideramos que as ações coletivas se constituíram como espaços potentes de compartilhamento de vivências e de construção de conhecimento de forma coletiva e dialogada, assim como a construção de laços de sociabilidade e maior vinculação entre a equipe do serviço e os/as demandatários/as. Assim, promovendo acesso aos serviços e usufruto de direito, desse modo, possibilitando a superação de situações de fragilidades sociais vivenciadas.

Palavras-chave: Sistema Único de Assistência Social. Centro de Referência de Assistência Social. Atuação da Psicologia no CRAS.







A PRÁTICA DA/O PSICÓLOGA/O NO CRAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA PROMOVER ACESSOS E USUFRUTO DE DIREITOS

Betânia Lays Novais dos Santos Nascimento

Brenda da Silva e Silva

Brisa Bezerra Viana Borges

Jarlan Miranda dos Santos

A atuação do/a psicólogo/a no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é direcionada para a realização do trabalho socioassistencial, com a pretensão de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos, promover acesso e usufruto de direitos. Portanto, desenvolve ações de forma individual, coletiva ou sociocomunitária. Para cumprir os objetivos da sua prática, utiliza-se também ações e recursos nas áreas educacionais e culturais, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. Sendo assim, esse trabalho objetiva apresentar a prática de estágio supervisionado desenvolvida por estudantes de psicologia no CRAS, em 2021. Os dados que subsidiaram a análise para o presente trabalho foram produzidos a partir da observação das práticas desenvolvidas – as quais foram registradas em diários de campo – imagens fotográficas e vídeos. As práticas iniciaram com contato inicial com a equipe do CRAS, momento em que foi discutido acerca das demandas e necessidades das/os demandatárias/os atendidas/os pelo serviço e iniciado um planejamento estratégico sobre as ações futuras. Diante das limitações impostas pela pandemia da Covid-19, houve a necessidade de realizar mudanças na organização e realização das práticas ofertadas no CRAS. Assim, as ações coletivas e sociocomunitárias não puderam ser realizadas no primeiro semestre de 2021. O foco do trabalho se concentrou na realização de busca ativa com visitas domiciliares e com ações particularizadas e acolhidas nos espaços do CRAS. De modo a colaborar com as ações de prevenção do contágio do Covid-19, assim como proporcionar a valorização da cultura local e possibilitar novas vivências às famílias diante deste contexto pandêmico, foi desenvolvido uma ação junina chamada "São João Dendi Casa". A ação constituiu-se através de uma serenata junina nas residências de algumas pessoas acompanhadas pelo CRAS. Foi disponibilizado um folder informativo sobre os serviços ofertados pelo CRAS e orientações acerca dos cuidados necessários para prevenção da Covid-19. No segundo semestre do ano, com a diminuição de mortes e contágio da Covid-19 no estado da Bahia e no município, foi possível retornar às atividades com dois grupos com crianças no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). As intervenções foram pautadas em experiências lúdicas e culturais como formas de expressão, interação, aprendizagem e socialização. As referidas atividades foram planejadas e implementadas pela equipe do CRAS e estagiários de psicologia. As ações realizadas possibilitaram o fortalecimento da função protetiva das famílias, a prevenção da ruptura de vínculos, bem como promoveu acesso e usufruto de direito. De modo específico, ações do SCFV com as crianças proporcionaram espaços de convivência, o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças, assim como a formação para a participação e cidadania.

Palavras-chave: Sistema Único de Assistência Social. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Atuação da Psicologia no CRAS.







ARTE EM INTERVENÇÃO NO CENTRO POP: (RE)INTERPRETAÇÕES SOBRE FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E A ESCUTA GENUÍNA DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

Gabriel Max da Silva Oliveira Brenda Luara dos Santos de Souza Rita Beraguas de Lima

O presente estudo objetiva discutir a importância da arte na práxis formativa da psicóloga com base na relevância do encontro como exercício a uma escuta genuína não apriorística. Para tanto, optamos por reinterpretar uma prática de intervenção psicossocial realizada pelas psicólogas co-autoras durante sua formação acadêmica. Neste contexto, entendemos aqui o núcleo prático da formação em psicologia como oportunidade de dramatizar o protagonismo de uma prática em curso ampliando as compreensões do currículo acadêmico frente a imprevisibilidade que habita o encontro. O dramatizar, segundo Boal, realça o tema em discussão e possibilita a entrada do sujeito participante na ação real. A já mencionada intervenção, tinha como foco possibilitar um (re)significar passado e futuro frente às limitações situacionais dos adolescentes em situação de rua inseridos no Centro Pop, através da exposição e discussão do anime Naruto, devido a semelhança contextual os adolescentes em situação de rua e o personagem principal que nomeia o anime. Naruto é uma criança órfã, incompreendida e desprezada pelas pessoas de onde mora, por essa razão, ele quer provar para a sociedade o valor de sua existência. Então, a fim de que as pessoas notassem sua presença, cometia pequenos atos infracionais e, assim conquistava a atenção, ainda que, nos poucos instantes que dispunha, falava aos outros dos seus sonhos e sentimentos. Todavia, ao serem questionados sobre os episódios, um silêncio se ecoou como resposta, ao contrário do que se esperava, não houve identificação com o personagem. Em meio a isso, nossa reinterpretação enfatiza o silêncio enquanto uma resposta objetiva, ao evidenciar que os participantes pensavam em outros caminhos para encontrar-se. "Heidegger indica o encontrar-se como abertura originária do mundo, isto é, aquilo que cotidianamente chama-se de 'sentimentos' ou 'afetos' é o primeiro desvelar dos entes do mundo (EVANGELISTA, 2016, p. 92)". A intervenção, então, volta-se a quem se propõe intervir, ao constatar o equívoco das graduandas em limitarem o sujeito investigado à sua vulnerabilidade; como se uma criança de rua não pudesse ser mais que isto, ou seja, o basilar da prática psicológica não fazia parte da proposta de intervenção: a escuta. Seja dito de passagem que, toda vida humana, ainda que investigada em recortes, deve ser escutada na sua integridade. De acordo com Moreno (2010, pg. 88) "o elemento de espontaneidade tem, neste caso, o propósito de servir à conserva cultural, de revitalizá-la" oportunizando a resignificação das experiências apriorísticas das próprias interventoras, ainda comum no enredo cotidiano do atendimento psicossocial ao público socialmente vulnerável. Ainda que o objetivo de ressignificação tenha alcançado como efeito colateral as próprias autoras a partir do silêncio dos adolescentes, é justificável atentar-nos à leitura da própria ação dramática, sendo inegável que, decerto, foi percebido uma satisfação a partir da contemplação da narrativa de Naruto. Destarte, cabe aqui a defesa do núcleo prático da formação, ao dramatizar a prática psicológica oportuniza-se dois papéis aos graduandos: o de seguir limitando o adolescente a um desastre em potencial, ou o de acolher e escutar, promovendo o desenvolvimento do sujeito e a potencialização de sua existência, junto a potencialização do si

Palavras-chave: Adolescentes em Situação de Rua. Dramatização. Escuta Psicossocial. Formação da Psicóloga. Naruto.







O QUE APRENDEMOS SE TORNA PARTE DE QUEM SOMOS: RELATO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS

Valéria Lima Silva Fonseca Misael Carlos do Nascimento Neto Isabele Tenório dos Santos

O presente trabalho refere-se a um relato de experiência vivenciada junto com a equipe do SUAS do município de Casa Nova – BA. A intervenção foi realizada com orientadores e oficineiros do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e teve por objetivo auxiliar na formação dos educadores sociais. Na ocasião, a formação foi conduzida pelo psicólogo do CRAS e a diretora da proteção social básica e especial do órgão gestor, com o auxílio de uma estagiária de psicologia. Com a experiência vivenciada durante a capacitação do SCFV, esse relato aponta para uma discussão voltada para as equipes de referência do SUAS, tendo como finalidade, compreender, desenvolver e aplicar atividades socioeducativas e de convivência, visando assim a garantia de direitos e proteção aos usuários e seus familiares que se encontram em situação de vulnerabilidade e, ou risco pessoal. O aprimoramento profissional da formação dos educadores se faz necessário para que obtenham um melhor acompanhamento dos usuários de acordo com a sua faixa etária, visando assim fortalecer seus vínculos familiares e comunitários com o intuito de prevenir e proteger de possíveis riscos e violações de direitos. A intervenção foi realizada com toda a equipe durante dois dias, em um auditório, utilizando como materiais de apoio Datashow, slides e cartilha impressa. Durante esses dias de roda de conversa foi possível compreender o trabalho social ofertado pelo SUAS, o papel dos técnicos, do educador social e os serviços que podem ser ofertados pelos mesmos, o momento foi propício para se conhecer a equipe, trocar experiências e auxiliá-los na realização do planejamento onde foi divido em três eixos para serem executados durante o corrente ano, no encontro foi possível discutir sobre as temáticas e objetivos a serem cumpridos e algumas atividades que poderiam ser ofertadas para esse público alvo. Nesta ótica, faz-se necessário compreender e refletir cada vez mais sobre políticas públicas e a finalidade do serviço para que assim se criem estratégias que possam auxiliar a equipe para o aprimoramento do trabalho ofertado ao público em vulnerabilidade social. Ao final do encontro, os participantes avaliaram que a capacitação atingiu todas as expectativas desde a formação em si, quanto o estreitamento de vínculos entre os profissionais para que assim possam ofertar um serviço de qualidade aos seus usuários, bem como a harmonia no ambiente de trabalho. Conclui-se que se faz crucial a educação permanente no SUAS, principalmente para técnicos de nível médio, dado que a grande maioria das capacitações se destinam à técnicos de nível superior. Desse modo, os colaboradores podem conhecer de fato o seu papel na rede e possam ofertar de forma concisa, clara e harmoniosa o acompanhamento aos seus usuários.

Palavras-chave: SCFV. Políticas Públicas. CRAS. SUAS. Psicologia.







ATUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR FRENTE O ABUSO SEXUAL - RELATO DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SUAS

Valéria Lima Silva Fonseca Misael Carlos do Nascimento Neto Isabele Tenório dos Santos

O dia 18 de maio refere-se ao dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, essa data ficou conhecida em memória de Araceli Crespo que no dia 18 de maio de 1973 foi brutalmente sequestrada, violentada e assassinada aos 08 anos de idade. Durante essa data são realizadas ações com o intuito de alertar a população a combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Assim, ao considerar as necessidades de disseminar informações sobre a temática, o presente trabalho trata-se de um relato de experiência acadêmica vivenciado por uma estagiária de psicologia no âmbito da Assistência Social. No dia dez de maio do corrente ano, foi ofertado uma capacitação em rede na cidade de Casa Nova - Ba em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social do referido município tendo como objetivo discorrer sobre a atuação multidisciplinar em casos de abuso sexual e o papel dos técnicos. Tendo como convidados, os principais articuladores de cada setor da Assistência Social, Educação e Conselho Tutelar, o evento ocorreu em um colégio contando com carga horária de 03 horas, utilizando de Datashow, slides e materiais gráficos. Na ocasião a capacitação foi conduzida pelo psicólogo do Centro de Referência de Assistência Social Álvaro Nunes Braga (CRAS), onde foi ofertado aos convidados uma série de discussões em políticas públicas com o intuito de auxiliá-los a identificarem tipos de abusos, abusadores, como realizar articulação em rede e formular estratégias que amenizem o sofrimento, constrangimento e exposição da vítima, para que assim se garanta um cuidado especializado e de qualidade. Durante o encontro foi possível discorrer sobre o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes como forma de conscientização, em prol a realização de ações visando à prevenção de casos de violência sexual e o compromisso com a defesa e cuidado de crianças e adolescentes violentadas do município, objetivando auxiliarem os profissionais a identificarem de forma rápida e empática a violência, bem como estratégias para se prevenir a ocorrência. Tratou-se de um momento único, e de grande valia, onde o palestrante e os convidados tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências, mencionando alguns casos que aconteceram no município, apontando assim para a importância para se trabalharem em rede visando à prevenção e o cuidado com a criança ou adolescente tiveram os seus direitos violados. Contudo, é preciso reforçar e colocar em prática o ano inteiro, deixando em aberto para novas discussões e capacitações, uma vez que se faz fundamental que a rede tenha momentos como esse que além de aprimorar seus conhecimentos, tragam relatos de vivências para que consigam ofertar um atendimento de qualidade na vida da criança ou adolescente que tiveram seus direitos violados, restaurando assim os vínculos rompidos.

Palavras-chave: Abuso Sexual Infantil. Criança e Adolescente. SUAS. Políticas Públicas. 18 de maio. Psicologia.







f) PSICOLOGIA EM INTERFACE COM A JUSTIÇA







FEMINICIDA UXORICIDA: POSSÍVEIS INTERVENÇÕES NO CONTEXTO DA PSICOLOGIA JURÍDICA

Caroline Marques Abilio Juscimária Bezerra de Souza

O uxoricídio trata-se de uma das ramificações do feminicídio, sendo este um crime passional no qual o agressor é o cônjuge ou ex-companheiro da vítima, motivado por diversos causadores, como a cultura, divórcio, patologias e outros. Embora o feminicídio esteja em evidência na atualidade, as pesquisas na temática abordada são escassas, sobretudo na literatura nacional, distanciando-as dos dados fidedignos e da compreensão dos aspectos socioculturais voltados para a realidade brasileira, dando origem ao interesse pelo objeto de estudo. Através da revisão de literatura, de abordagem qualitativa, tornou-se possível buscar estratégias no contexto da Psicologia Jurídica, para intervenções junto ao agressor uxoricida, de maneira que identifique as possíveis motivações do uxoricídio, os impactos na vida do agressor e as formas de atuação do psicólogo jurídico diante dessa demanda. Deste modo, expõe-se as atribuições da justiça restaurativa em interatividade com as medidas de urgências, direcionadas às intervenções junto aos uxoricidas, investigando os impactos na vida do agressor pela violência acometida e as articulações viáveis do tratamento psicológico mediante as ações penalizadoras repressivas. Em síntese, observou-se a necessidade de um olhar abrangente direcionado ao agressor, visando sua reintegração social, posto que compreenda sua responsabilidade diante do ato praticado.

Palavras-chave: Feminicídio. Psicologia. Violência de Gênero.







O DESMASCARAMENTO DA MASCULINIDADE TÓXICA: TRABALHANDO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Natan Reis Gomes

A Defensoria Pública do Estado, Regional de Alagoinhas, tem um projeto multidisciplinar que é o grupo reflexivo para homens. A iniciativa teve início em 2019 com a participação de homens que praticaram algum tipo de violência contra a mulher, sendo ampliado com um segundo grupo de forma virtual com a chegada da pandemia. Em cada encontro, são trabalhados os aspectos legais, sociais, e psicológicos vinculados à masculinidade tóxica e seus desdobramentos em atitudes violentas. A equipe é composta pelos defensores públicos, o assistente social e um psicólogo convidado, atuando de forma interdisciplinar para a reflexão e desenvolvimento dos grupos. Pela contribuição da psicologia, as intervenções são embasadas na abordagem do psicodrama, através de vivências sob os temas dos papéis atribuídos ao masculino, o ciclo de vida do homem, machismo, masculinidades, paternidade, sexualidade, saúde física e mental, gerenciamento das emoções, relação com o feminino, dentre outros assuntos que podem ser demandados pelo grupo. Muitos destes homens sentem-se perdidos no enfrentamento de alguns desafios ao longo da vida, sem um lugar de apoio, orientação, partilha, compreensão sem julgamentos, um espaço livre para o autoconhecimento e fortalecimento pessoal. Consequentemente, por diversas vezes, o homem costuma silenciar. Em vista disso, a experiência grupal potencializa o aprendizado levando a níveis de tomada de consciência, responsabilização e transformação, por multiplicar experiências comuns aos homens, retirando aos poucos a máscara tóxica, e adoecida de uma versão masculina reducionista que foi aprendida e propagada em diversas configurações de violência, para dar visibilidade a diversidade das faces masculinas, abordando as diferentes formas de ser homem, encarando as masculinidades possíveis e mais saudáveis. O projeto segue em atividade e até o momento, não houve reincidência dos casos de violência.

Palavras-chave: Homem. Masculinidade. Violência.







A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Andreia Da Cruz Oliveira Carla Pinheiro França

Este trabalho é um relato de experiência acerca dos desafios enfrentados pelas/os profissionais de Psicologia lotadas/os na Central de Assessoramento Técnico Interdisciplinar do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CATI/CAODH) do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA). A CATI/CAODH foi instituída em 2018 com objetivo de prestar apoio às Promotorias de Justiça de Direitos Humanos do Estado da Bahia nas solicitações relacionadas a análises, estudos, pareceres, informações e elaboração de documentos dirigidos a órgãos e entidades públicas, privadas e não governamentais, bem como para produzir textos de referência e orientações técnicas para instrumentalização e aprimoramento profissional. Essas ações visam assessorar as PJ na tomada de decisão no âmbito dos procedimentos em curso no MPBA. A equipe é integrada por profissionais de Psicologia, Serviço Social e estagiários/as de ambas as profissões que desenvolvem um trabalho interdisciplinar na perspectiva da garantia dos direitos e do resgate da cidadania de grupos historicamente vulneráveis (pessoa idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, mulheres, população LGBTQIA+ e outros). Para tanto utilizamos diversas intervenções tais como: atendimentos individuais, visitas domiciliares e institucionais, articulação com a rede das políticas públicas, inspeções nos serviços da rede socioassistencial, entre outros; e como técnicas mais empregadas realizamos entrevistas, observação e escuta ativa. Em relação às inspeções, destacam-se aquelas realizadas em ILPIs – Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas – e em Serviços Especializados para Pessoas em Situação de Rua (Centros Pops e Unidades de Acolhimento Institucional para adultos e famílias). Por ser uma área de atuação recente, visto que o ingresso de psicólogas/os de maneira substancial ocorreu a partir do ano de 2008, quando houve o primeiro concurso para psicólogas/os no MPBA, o trabalho era desenvolvido de maneira isolada e vinculado diretamente às Promotorias de Justiça. Atualmente, parte desses profissionais desenvolve suas atividades nas CATIs, cujos indicadores de avaliação estão em processo de construção. É importante salientar a ausência de referenciais teórico-metodológicos para o nosso fazer profissional nesse campo de trabalho. Diante desse desafio, a equipe de Psicologia, por meio de diálogo permanente com gestores, profissionais, usuários/as, comunidade e movimentos sociais, produz documentos escritos, com vistas a indicar intervenções que reflitam sobre as condições de vida dos sujeitos e de suas famílias, sobre os determinantes sociorraciais, bem como sobre as fragilidades e potencialidades das políticas públicas implementadas, para que estas possam promover uma sociedade mais justa e igualitária, amparadas nos Direitos Humanos. Acreditamos que é somente a partir de uma escuta ativa, posicionada e profundamente comprometida com as transformações sociais que o/a profissional de Psicologia poderá compreender as relações que os indivíduos e grupos estabelecem com o mundo e as visões que tem sobre ele de forma a favorecer que o Direito opere no sentido de criar meios para o exercício pleno da cidadania das pessoas atendidas. A experiência descrita aponta para a necessidade de questionar os modelos de responsabilização/punição dos indivíduos adotadas no Sistema de Justiça, o fortalecimento das políticas públicas e a necessidade de criar referenciais teórico-metodológico de atuação no campo psi.

Palavras-chave: Psicologia. Sistema de Justiça. Ministério Público. Políticas Públicas.







A IMPORTÂNCIA DA PSICÓLOGA NA EQUIPE INTERDISCIPLINAR QUE ASSESSORA AS PROMOTORAS DE JUSTIÇA EM INSPEÇÕES AOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Lua Maria Bacellar Cal

Este trabalho visa discutir a importância da inserção de uma profissional de psicologia na equipe interdisciplinar que assessora as Promotoras de Justiça nas inspeções realizadas aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. No âmbito do Ministério Público, que tem o dever constitucional de fomento e fiscalização de políticas públicas, a Resolução nº 71 de 2011, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, regulamentou as referidas inspeções, as quais devem ocorrer ao menos duas vezes ao ano, com o preenchimento de um formulário específico, fechado (que contém informações sobre a estrutura e metodologia de atendimento da entidade) e a elaboração de um parecer técnico. Essa resolução aponta a necessidade de uma equipe mínima composta por assistente social, pedagoga e psicóloga, acompanhando a Promotora de Justiça na ocasião da fiscalização. Sublinha-se que os serviços supracitados fazem parte da alta complexidade do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e possuem uma normativa específica para o seu funcionamento. Com base na sua atuação em tais inspeções nas mais diversas cidades do estado da Bahia, essa psicóloga observou que a escuta qualificada e a consideração da subjetividade, incluindo aí os desejos e angústias dos usuários desses serviços, instrumentos diferenciados da psicologia, permitem que, além das leis e normas, emergem os sujeitos e o que eles pensam do próprio serviço onde se encontram, da sua situação familiar e o que têm de projeto de vida. O mesmo ocorre frente às suas famílias de origem. Além disso, verificou-se que a psicóloga tem um olhar diferenciado, antimanicomial, em defesa do cuidado em liberdade, frente a situações relacionadas à questões de saúde mental, principalmente em casos de transtorno, apesar de ser uma área que deveria ser de conhecimento de outras categorias, porém, na prática, isso ainda não acontece.

Palavras-chave: Ministério Público. Inspeções. Serviços de Acolhimento. Criança e Adolescente.







PSICOLOGIA EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: DESAFIOS PARA O TRABALHO EM UMA UNIDADE EDUCACIONAL DE INTERNAÇÃO FEMININA

Bruna Shimabukuro de Freitas

O objetivo deste trabalho é analisar a prática da ciência psicológica no campo das políticas públicas, tendo em vista a atuação profissional em uma Unidade Educacional de Internação feminina. Pode-se compreender a partir da Psicologia Sócio Histórica, que o sujeito é alguém a ser formado a partir das suas relações sociais estabelecidas ao longo da sua existência, portanto se faz necessária a compreensão do contexto no qual as pessoas estão inseridas e quais são, histórica, cultural e socialmente, as questões em torno de sua realidade, que as levaram a cometer algum ato infracional. Este trabalho foi realizado a partir de uma prática de estágio em Psicologia e Processos Psicossociais, na cidade de Campo Grande/MS, pelo curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Para a compreensão das atividades destinadas ao grupo de adolescentes, foram utilizadas observações participantes da atuação dos profissionais da unidade. Tais atividades incluíam exercícios físicos com uma Educadora física, atendimento individualizado realizado pela psicóloga da instituição, aulas de artesanato com uma professora de artes e oficinas de leitura desenvolvidas por promotoras da Defensoria Pública. As oficinas de responsabilidade da Defensoria foram as mais acompanhadas. Essas oficinas foram parte de um projeto chamado "Atividades filosóficas – Despertando valores", nas quais o que mais despertou a atenção foi a incongruência do que era proposto, em relação à idade, histórica, realidade e maturidade das adolescentes internas. Com base em tais experiências, foi possível entender de que maneira as participantes estabeleceram suas relações entre si, com a instituição, com a psicóloga e demais profissionais atuantes naquela unidade, durante o período de vigência do estágio. Os resultados indicam a necessidade de ir além da compreensão da história desse público, mas também levar-lhes informação sobre seus direitos enquanto constituintes da sociedade. Além disso, são necessárias práticas mais grupais e abrangentes, considerando a faixa etária do público alvo, com atividades que despertem mais interesse e fomentem um maior desenvolvimento de habilidades e capacidades. Propõe-se também, salientar a importância da atuação da psicologia neste campo e inserção de práticas profissionais que abordam discussões sobre temáticas importantes para as adolescentes, no intuito de contribuir com a redução do sentimento de desamparo e abandono percebido como recorrente entre as internas, visando à conscientização e promoção de autonomia, com o diálogo a respeito de questões da esfera social e de relacionamento interpessoal, pois é possível que, mesmo em um espaço de cárcere, um novo olhar seja lançado frente à esse grupo, com mais empatia, na busca pela construção de laços e de uma rede de apoio para que elas se fortaleçam e se preparem para seguir suas vidas, com mais perspectivas de crescimento e com um desenvolvimento mais saudável.

Palavras-chave: Psicologia Social. Marxismo. Medidas Socioeducativas.







A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA JURÍDICA POR MEIO DA ACP FRENTE ÀS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO

Layara Thaylane Fernandes Oliveira Valquíria de Jesus Nascimento

A Psicologia Jurídica, segundo França (2004), é a área da Psicologia que se relaciona com o sistema de justiça, que vai além do estudo do comportamento, alcançando também o escopo das consequências das ações jurídicas sobre o indivíduo. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é demonstrar um estudo de um caso, atendido por uma estagiária do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) de uma instituição de ensino superior, no alto sertão baiano, a partir da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), cuja demanda da relacionava-se à uma situação de violência infantil. Ainda, para fundamentação teórica do estudo foram realizados levantamentos bibliográficos. O NPJ é um serviço de utilidade pública, que oferece apoio jurídico às pessoas que não podem custear as despesas processuais e, concomitantemente, oferece apoio psicológico aos usuários. Os serviços são realizados por acadêmicos dos cursos de Direito e de Psicologia, sob supervisão de docentes especialistas nas áreas. O estudo supracitado é resultado de análise de seis acolhimentos psicológicos, em que foi realizada escuta qualificada e intervenções com base na ACP, além de encaminhamento à Psiquiatria. Respeitando as questões éticas e sigilosas resguardadas pela profissão, a utilização das informações neste estudo foi autorizada pela responsável legal da cliente, visto que esta possuía menoridade. Para mais, somente foi exposto conteúdos necessários para entendimento do caso, preservando demais dados pessoais, sendo adotado um nome fictício para a paciente. A queixa foi trazida a partir de relatos de violência sexual no período da infância, que estariam refletindo na vida adolescente da cliente. Dentre os diversos pontos identificados, destaca-se sentimentos negativos como tristeza e culpa, ademais, a paciente aponta rememorações de pensamentos e lembranças que a faz, constantemente, ter comportamentos autodestrutivos. Isso pode fazer referência ao conceito de manutenção, em que Rogers (1987) diz ser a permanência em repetir pensamentos e comportamentos. Com os atendimentos, foram levantadas hipóteses de transtornos psiquiátricos como a de Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) e Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), a serem investigados. No decorrer dos atendimentos pode-se perceber a evolução da paciente quanto à sua capacidade de enxergar estratégias de enfrentamento de angustias e caminhos para mudanças, o que, para a teoria carl rogeriana centrada na pessoa, trata-se da capacidade do indivíduo de se expandir e se atualizar (ROGERS, 1992). Através deste estudo, percebe-se que são diversas as consequências do abuso sexual, o que pode prejudicar toda a vida da pessoa vitimada, e deste modo, vale ressaltar a importância da Psicologia com seu papel de auxiliar o sujeito na sua organização psíquica, buscando minimizar os danos, não só desta esfera, mas também de ordem comportamental e emocional.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica. Abordagem Centrada na Pessoa. Violência. Infância. Abuso Sexual.







A PSICOLOGIA SOCIAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA NO ACOMPANHAMENTO A INDIVÍDUOS EM CUMPRIMENTO DE PROCESSO CRIMINAL

Gloria Maria Vieira Ventapane

O número de pessoas encarceradas e em situação de cumprimento de medidas cautelares cresce a cada dia, assim como o índice de violência urbana nos grandes centros, e a inacessibilidade a direitos. As pessoas mais afetadas por essas questões são os jovens negros, moradores de periferias e com baixa escolaridade, revelando o racismo como promotor do encarceramento em massa e de grande número dos processos criminais, cumpridos através das alternativas penais. Nesse sentido, torna-se importante compreender a complexidade de funcionamento identitário da pessoa que acessa o sistema prisional e da complexidade que envolve a prisão, para que sejam pensadas quais tipos de intervenções serão capazes de evidenciar, o racismo e a classe pertencente como categorias utilizadas para aproximar esses jovens da responsabilidade criminal. Pretende-se com este trabalho, debater sobre a experiência da profissional de psicologia que atuou na Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP)³, na cidade de Salvador, no acompanhamento de pessoas em situação de cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão. Serão destacadas as repercussões emocionais e sociais geradas na vida de cumpridores, a partir da aplicação da medida cautelar de comparecimento periódico em juízo. A pretensão em discutir o tema ocorre pela relevância em dar visibilidade a assuntos que fazem parte de uma frequente situação que ocorre na vida da população jovem, negra, periférica, masculina e de baixa escolaridade em todo o país. A CIAP faz parte de um dispositivo da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária e Ressocialização do Governo da Bahia, denominado de Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (CEAPA), que acompanha os cumpridores de penas restritivas de direitos, transação penal, suspensão condicional da pena e suspensão condicional do processo. Com a implantação da CIAP, passa a abarcar as medidas cautelares diversas da prisão a partir do termo de colaboração com uma Organização da Sociedade Civil, responsável pela execução do projeto. Esta apresentação se baseará na atuação da profissional de psicologia da CIAP, que desde sua implantação em 2018, presta serviço ao projeto, por meio de contratação pela organização executora. Durante o período de funcionamento (2018-2021), percebe-se uma mudança na forma do cumprimento das medidas cautelares com a atuação da CIAP, na forma como esse projeto foi implantado em Salvador, tendo em vista a formação de uma equipe majoritariamente negra, para atuar com assistidos com a mesma característica, fato que gera uma aproximação e uma potente formação de vínculo e confiança. Para além de fazer cumprir o dever jurídico, este projeto oportuniza atendimento e acompanhamento social, viabilizando a inserção em cursos profissionalizantes, retorno aos estudos, organização de documentos civis, acesso a benefícios assistenciais e à rede de políticas públicas, além do suporte psicológico que motiva e orienta as pessoas que estão em cumprimento de processo criminal a lidarem com os sintomas como medos, ansiedades, sentimento de incapacidade com as injustiças cometidas pelo estado e sobre sua própria responsabilidade nessa situação. Destacase portanto a necessidade de incluir nesse rol a rede intersetorial como uma estratégia de viabilizar a garantia de direitos das pessoas assistidas e de suas famílias, entendendo que o meio onde o cumpridor se insere é onde o mesmo necessitará de acolhimento e segurança para lidar com as repercussões do

Palavras-chave: Psicologia. Justiça. Restaurativa. Racismo.

³ Por questões administrativas e gerenciais, a CIAP teve seus serviços suspensos, em setembro de 2021.







O PLANTÃO PSICOLÓGICO EM UM NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: UM PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DAS VIVÊNCIAS HUMANAS

Hárllen Eric Benevides de Castro Valquiria de Jesus Nascimento

Ser estagiário de psicologia em um serviço de Plantão Psicológico é, dentre outras coisas, um fazer ético, profissional e humano. Sabe-se que o plantão psicológico, por ser uma prática que vai além da clínica convencional, pode ocorrer em distintos lugares, sendo um destes o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ). A equipe neste contexto era composta por profissionais e estagiários de direito e da psicologia. Os atendimentos realizados pelos profissionais e estagiários de psicologia, como dito anteriormente, seguiam a lógica do plantão psicológico, assim, os atendimentos ocorriam na medida em que eram solicitados, podendo haver continuidade ou não das sessões - fator que dependeria da lógica de cada caso atendido. As intervenções realizadas nos atendimento se baseavam na escuta psicoterapêutica (principal instrumento utilizado no serviço) da pessoa que solicitava o atendimento. Entende-se que o sujeito que solicita por acolhimento psicológico no NPJ vivencia demandas que atravessam o campo jurídico (como a alienação parental e a violência doméstica), essas que afetem diretamente a sua saúde mental. Diante disso, para acolher o sofrimento trazido pelo sujeito nesta instituição, o estagiário de psicologia, fundamentado pela Abordagem Centrada na Pessoa, se posicionava enquanto congruente consigo mesmo, pois é aceitando quem se é que se torna possível ajudar o outro. Além disso, ele estava disponível para escutar e acolher empaticamente quem pede por ajuda, e assim, ouvir não apenas o que é dito explicitamente pela pessoa, mas também o semblante presente em seu discurso. Ademais, o estagiário/psicólogo, na posição de plantonista, partilha de uma lógica de que o sujeito que busca o atendimento não é um mero resultado de uma série de fatores, e sim o iniciante de todo o seu processo como sujeito. Sujeito este que é livre para existir da forma que consegue sustentar. Assim, esse profissional reconhece, de atendimento a atendimento, que todas as realidades psíquicas são válidas e subjetivas, e, por meio disso, corrobora no processo de plantão psicológico para que o sujeito atendido reconheça, aceite e atualize seu autoconceito, para que consiga, por conseguinte, emergir em um processo de expansão pessoal a cada sessão. Logo, o plantão psicológico desenvolvido no NPJ proporciona uma experiência de ressignificação e autoconhecimento humano, em que a pessoa atendida, por meio de sua implicação e transferência desenvolvida pelo psicólogo / plantonista, poderá se organizar frente às questões que o afetam, e ainda, vir-a-ser o que sempre se foi, mas que "nunca" se quis saber, pois ao colocar em palavra suas angústias expressas na demanda jurídica a pessoa conseguirá ouvir aquilo que anteriormente não ouvia – o seu próprio self.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica. Políticas Públicas. Saúde Mental.







A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA PSICOLÓGICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES

Néria Silva Ribeiro Rafael Andrade de Souza

O Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), reúne parte das atividades de extensão do curso de graduação em direito, do campus de Vitória da Conquista/BA. Dentre os serviços ofertados estão as audiências de mediação, que em uma perspectiva da justiça restaurativa, busca auxiliar as partes envolvidas em litígio a encontrarem juntas uma melhor maneira de solucionar o conflito. Esse serviço ocorre em uma disciplina ministrada por professor efetivo da área de direito, que possui formação em mediação. Ele conduz as audiências auxiliado por um dos estudantes de graduação. Devido a pandemia da Covid-19, o formato de vídeo chamada, pelo Google Meet, foi adotado como forma de contato para efetivação do procedimento, com prévio aviso e autorização das partes. Cada audiência de mediação tem duração de aproximadamente noventa minutos. No início, o mediador informa as regras: cada um deve escutar o que outro diz, não se deve interromper ou utilizar termos ofensivos. A primeira pessoa a falar é aquela que solicitou atendimento do núcleo jurídico, em seguida, a parte contrária tem igual tempo de fala para fazer suas colocações. Logo após, num segundo momento, o mediador solicita que a parte requerente se ausente da sala, ocorre a escuta da parte contrária, em seguida essa pessoa se ausenta e o requerente retorna para complementar seu discurso inicial ou levantar novas proposições. Por fim, num terceiro momento, as partes têm a possibilidade de fazerem considerações uma à outra. É comum que ocorra mais de um encontro, pois, poucos são os casos que chegam a um acordo na primeira audiência. A psicóloga e os estudantes observam, após a saída das partes, ocorre a discussão do caso, em que a psicóloga pontua suas impressões. Essa profissional é técnica da universidade, vinculada a um programa de extensão destinado à defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Essa é uma experiência piloto que busca agregar em um único local físico diversos serviços. O principal objetivo da profissional de psicologia é auxiliar os estudantes de direito no desenvolvimento de uma escuta qualificada, uma vez que prevalece na formação das áreas jurídicas uma perspectiva dogmática. Tal atuação é relevante, pois ao escutar e compreender o que cada parte expõe de forma explícita ou implícita, observa pontos de impasse, o que permite auxiliar na resolução dos conflitos, favorecendo a autonomia de cada um dos envolvidos e contribuindo para a celeridade do processo de mediação.

Palavras-chave: Mediação. Justiça Restaurativa. Psicologia.







ATUAÇÃO DA PSICÓLOGA EM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL VOLTADA PARA GARANTIA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rafael Andrade de Souza Néria Silva Ribeiro

O Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (NDCA) é um programa de extensão vinculado ao curso de Direito da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), campus de Vitória da Conquista/BA. Sua atuação está centrada no melhor interesse para crianças e adolescentes, fomentando uma cultura voltada para a efetivação dos seus direitos fundamentais dispostos no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). A equipe multiprofissional é composta por advogada, assistente social e psicóloga. Os casos acompanhados são encaminhados pelos Conselhos Tutelares, Ministério Público, Vara da Família, entre outros órgãos atuantes na rede municipal de garantia de direitos. Prevalecem conflitos de alienação parental, violência sexual, envolvendo diferentes arranjos familiares. O Núcleo possui três eixos estruturais. O primeiro é do atendimento especializado individual ou psicossocial, além do atendimento em equipe. O segundo compõe a execução de projetos estratégicos que envolvem cursos de formação para familiares, equipes técnicas, promoção de rodas de conversa, participação em eventos voltados para a prevenção da violência infanto-juvenil por meio de parcerias com instituições públicas e privadas (com palestras e oficinas). E o terceiro, o aspecto formativo, composto pelos grupos de estudos continuados da equipe, discussões de casos, estudos temáticos, além de auxiliar o processo formativo interdisciplinar dos estudantes de diferentes instituições de ensino, que são recebidos como estagiários. A inovação metodológica, por sua vez, ocorre nos atendimentos em equipe, envolvendo todos os profissionais que juntos acolhem as partes em litígio de forma individualizada. Tem como objetivo a compreensão do fenômeno de uma perspectiva ampla, isenta de julgamentos, visando a proteção de crianças e adolescentes. Assim, todas as intervenções buscam salvaguardar a integridade física e psíquica favorecendo um desenvolvimento saudável, o acesso a socialização primária e secundária com estabelecimento de diferentes vínculos, entre outros. A psicologia é fundamental para a compreensão dos impactos no desenvolvimento ocasionados pela violação dos direitos, para a criação de condições de superação e/ou ressignificação de consequências advindas das situações de violências impostas às crianças e adolescentes. Além disso, a psicóloga realiza orientação às famílias, escutas individuais para crianças e adolescentes; supervisionar estagiários de psicologia; elabora documentos para o poder judiciário quando solicitada; participa de estudos de casos com a rede de proteção; organiza cursos de formação e eventos; participa das visitas psicossociais e institucionais cuja finalidade é compreender a psicodinâmica familiar e a qualidade das relações extrafamiliares. Toda essa atuação contribui para o fortalecimento e o reconhecimento do sistema de garantias de direito de crianças e adolescentes em Vitória da Conquista.

Palavras-chave: Criança e Adolescente. Direitos Humanos. Psicologia.







INTERVENÇÃO COM A MUSICOTERAPIA NO SISTEMA PRISIONAL

Ariani Oliveira Gonçalves Santos Glauria Maria de Souza Melo Lino

O presente trabalho tem como objetivo, relato de experiência no Sistema Prisional de Barreiras – BA (CPBA), realizado pelo setor de psicologia com internos. A atividade consiste em ouvir, ler e interpretar músicas, utilizando-se também de poemas, contos, trechos de livros etc., proporcionando aos internos um momento de reflexão e explanação dos seus pensamentos e sentimentos. A música e outros textos podem despertar sentimentos e múltiplas interpretações sobre o que está sendo contado, a depender de quem está ouvindo, e isso pode resultar em insights sobre as vivências pessoais e únicas de cada indivíduo que possam estar contribuindo para a ressocialização dos mesmos. É importante incentivar a verbalização dessas emoções, de forma assertiva, e ouvir como elas se sentem acerca desses temas. Por ser uma atividade em grupo, ainda proporciona a contemplação de opiniões e sentimentos semelhantes, mas também divergentes. A intervenção ainda pode proporcionar o desenvolvimento de potencialidades adormecidas, estimulando a criatividade e espontaneidade do interno. Essas atividades podem promover também a ampliação de conhecimentos que vão de encontro com habilidades intelectuais, aguçando a percepção e favorecendo o autoconhecimento de uma forma artística e lúdica que a música e outras raízes culturais como poemas e contos podem propiciar. Neste sentido, a atividade é realizada na sala de estudo, contempla grupo de 06 (seis) a 08 (oito) participantes. Os internos são convidados a sentarem-se em círculo no chão junto com as mediadoras (psicóloga e estagiárias de psicologia), onde por meio de caixa de som portátil (autorizada especificamente para o projeto) são transmitidas músicas escolhidas de acordo com o tema proposto para cada encontro. A letra da música é impressa e distribuída para cada interno, onde após acompanhar a melodia, conseguem se expressar, realizar associações e reflexões conforme sua história de vida, suas ações e pensamentos, bem como externalizar planos e criar alternativas extramuros.

Palavras-chave: Musicoterapia. Música. Externalizar. Reflexão. Sistema Prisional. Trabalho em Grupo.







g) PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS, MOBILIDADE HUMANA E TRÂNSITO







MOBILIDADE HUMANA E URBANA: QUALIDADE DE VIDA NOS DESLOCAMENTOS

Marlene Alves da Silva Eliéte Ferreira Vilas Bôas

O tema trânsito é complexo e envolve vários aspectos que impactam a qualidade de vida das pessoas, principalmente as que residem em regiões mais distantes dos centros urbanos. O trânsito é definido pelo Código de Trânsito Brasileiro como a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga e, precisa ser em condições seguras. Nesse sentido, entende-se por Mobilidade Urbana a condição que permite o deslocamento das pessoas em uma cidade, com o objetivo de desenvolver relações sociais e econômicas e tem como marco no Brasil a década de 1920, quando surgiu a necessidade de articulação entre as regiões brasileiras e se consolidou na década de 1950, época da instalação de indústrias automobilísticas no Brasil, e o marco mais recente, a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) cujo objetivo é de contribuir para o acesso universal à cidade. Já a Mobilidade Humana propõe uma forma diferente de interpretar esse cenário, coloca o cidadão como protagonista de mudanças positivas, de adaptar a infraestrutura e os espaços das cidades às novas soluções tecnológicas, estimulando a ocupação desses lugares de forma democrática, ou seja, as pessoas estando no centro de todo e qualquer movimento que envolva o ir e vir. A partir desses conceitos e no intuito de problematizar o meio urbano, social e econômico (deslocamento, congestionamento, moradia inadequada, transporte público, insegurança urbana, espaço público, comportamento humano, etc.) e com o pensamento de refletir e organizar as ideias para possíveis soluções a partir do conhecimento científico e do saber psicológico, foi proposto este trabalho, com demandas da sociedade brasileira e um desafio das políticas públicas verificar as reflexões dos alunos do curso de psicologia em várias regiões do país. O método utilizado foi um questionário realizado por meio do google forms, em março de 2021, com os dados sociodemográficos e a pergunta sobre os desafios da mobilidade urbana e mobilidade humana. Foram 255 respondentes, com idade entre 18 e 72 anos, sendo 193 mulheres. Desse total, 192 estudantes residiam no nordeste, 34 no sudeste, 27 no norte e 2 alunos no centro-oeste. Os resultados apontaram que pensar em mobilidade urbana está entrelaçado com a mobilidade humana e são muitos os desafios. Foram percebidas como habilidades e competências humanas relacionadas ao respeito, à educação e à responsabilidade individual e coletiva, assim como, relacionaram ao papel do poder público em garantir o direito à acessibilidade aos pedestres e pessoas com mobilidade reduzida, a ter transportes coletivos com qualidade, assegurar infraestrutura e segurança no espaço público de circulação. Esses dados apontam para a necessidade de defender a preservação da vida, o respeito e a responsabilidade no uso do espaço público, permitindo o encontro entre as pessoas em um espaço de convivência social com equidade e segurança, primando pela preservação da vida. A psicologia tem muito a contribuir na conscientização da população por meio de ações diretas e indiretas sobre a sua importância em meio a essa transformação.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Psicologia do Trânsito. Mobilidade Urbana. Mobilidade Humana.







ASPECTOS QUE PERMEIAM O COMPORTAMENTO HUMANO NO TRÂNSITO

Patricia Suely Souza Bomfim

Este estudo tem como escopo discorrer sobre os aspectos comportamentais que permeiam o trânsito brasileiro. Foi realizado a partir do levantamento bibliográfico de dissertações de mestrado e artigos sobre o tema do trânsito, bem como as leis que regem o sistema de circulação com veículos automotores, como o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O presente artigo se inicia tratando dos efeitos do álcool no comportamento dos condutores infratores, para em seguida dissertar sobre as leis de trânsito, e posteriormente tecer comentários sobre o papel da psicologia do trânsito, e por fim as influências dos fatores psicológicos nas colisões.

Palavras-chave: Trânsito. Álcool. Legislação. Segurança Viária. Mobilidade.







RESSIGNIFICANDO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO RUA ATRAVÉS DA ARTE EM ALAGOINHAS-BA

Ariel Dantas Barbosa

O trabalho tem como objetivo refletir sobre como arte e vida da população em situação de rua da cidade de Alagoinhas-Ba se misturam e como isso implica para uma possível visibilidade para estes sujeitos. A pesquisa foi realizada com quatro participantes, embaixo de uma árvore onde costumavam passar parte do tempo. O trabalho vem, portanto, mostrar como vivem os sujeitos na cidade de Alagoinhas-Ba e seus movimentos de (re)existência num espaço inapropriado. Considerando a arte dessa população como uma maneira de refletir sobre esses sujeitos através de suas potencialidades.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Arte-Vida. (Re)Existência.







h) PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS, TRABALHO E ORGANIZAÇÕES







SAÚDE MENTAL E TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS ASSISTENCIAIS QUE TRABALHAM NOS PRESÍDIOS FEDERAIS BRASILEIROS

Manuela da Silva Amorim Branca Maria de Meneses

A proposta deste trabalho é realizar um estudo sobre os fatores producentes de sofrimento psíquico na execução laboral dos profissionais das assistências que atuam nos presídios federais brasileiros. Com a finalidade de atender esse objetivo, utiliza-se como norte, os fundamentos bibliográficos da Teoria Crítica da Sociedade – Escola de Frankfurt. Destaca-se que há escassos referenciais teóricos a respeito do tema em questão, assim sendo, a saúde mental desses servidores, encontra-se posta à margem, em um processo de inviabilização que dificulta ações para mudanças. De forma mais ampla, compreendese que as questões relacionadas ao cárcere ressoam pela sociedade, nesses termos, antes de compreender o modus operandi da Instituição Prisional é necessário um debrucamento sobre as problemáticas da sociedade contemporânea. Nesse contexto, o Sistema Prisional Federal Brasileiro foi erguido, justamente, com a finalidade de atender a um interesse de controle social, político e neoliberal. Assim, sugere-se que o rígido controle da organização do trabalho em penitenciárias federais promova entraves aos trabalhos realizados pelos profissionais assistenciais que atuam para garantir direitos aos custodiados, promovendo alterações conflituosas na relação sujeito e trabalho. Busca-se investigar também, como objetivos específicos, a correlação estatística entre a variável "tempo de serviço" e os resultados encontrados na escala utilizada, e a análise dos danos psíquicos presentes nas respostas do questionário qualitativo. Assim sendo, considera-se que a compreensão dos fatores institucionais que promovem mal-estar em seus operadores, ultrapassa um modelo específico de gestão organizacional, trata-se de problema de solução complexa que vai além, pois as prisões acabam por refletir ideais de uma ordem perversa, excludente e que tem repercussão macrossocial. Como instrumentos de coleta de dados, utiliza-se o Protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho (PROART), desenvolvido a partir de itens extraídos do Inventário de Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA) por Mendes e Ferreira (2007), e validado por Facas (2013) em sua tese de doutorado. O PROART é composto por quatro escalas que avaliam fatores diferentes e, ao mesmo tempo, complementares, contemplando os seguintes temas, dentre outros: organização prescrita do trabalho, sofrimento patogênico, estilos de gestão e danos relacionados ao trabalho. Os resultados encontrados indicaram que risco médio e alerta com situação limite para os riscos psicossociais, o que demandaria intervenções na organização de curto a médio prazo. Outrossim, no que diz respeito às análises qualitativas, ficou evidenciado que os trabalhadores enfrentam além dos riscos psíquicos, riscos físicos, pois convivem com a ideia da morte como "hipótese de trabalho".

Palayras-chave: Saúde Mental, Trabalho, Presídios Federais.







A CASA ENQUANTO INSTITUIÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL NA CASA DA VIDA

Marianna Matos Santos

Felipe Muniz, da Silva

A Psicologia Institucional pretende compreender a dinâmica dos fenômenos humanos que se entrelaçam com a estrutura, dinâmica, funções e objetivos da instituição, isto é, percebe e estuda as relações operantes no espaço (BLEGER, 1984). Diante disso, o projeto de intervenção foi desenvolvido na instituição "Casa da Vida", no município de Vitória da Conquista (BA), tendo como público alvo principal a coordenação e os voluntários da instituição. Buscou proporcionar à instituição uma atenção específica à sua rotina e estrutura, através de um plano de intervenção estruturado. Para tanto, foi utilizado como pergunta norteadora a seguinte proposição: "Como se dão os fenômenos relacionais a partir da análise da estrutura institucional?". O objetivo geral foi promover, por meio de observações e intervenções estruturadas, a reflexão, tomada de consciência e ajustamento de questões institucionais emergentes que impedem a continuidade do processo de evolução da instituição como um todo. No que se concerne os objetivos específicos, podemos citar: Incentivar a interação grupal e a reflexão de experiências cotidianas entre coordenação, voluntários e hóspedes; Fomentar o compartilhamento grupal e individual de percepções significativas sobre os ordenamentos institucionais; Identificar os pontos fortes e os pontos fracos da instituição, de modo a traçar intervenções que contemple as nuances analisadas; Auxiliar a instituição como um todo na tomada de consciência dos processos que a regem. A dinâmica cotidiana, nos revelou a centralidade do tema de visão e comportamento institucional, sendo ilustrada no fato de que nem todos da "Casa" a viam como uma organização regida por processos; a tinham como um lar de família, onde as coisas poderiam se dá de forma mais informal, o que nem sempre pode ser adequado para uma boa práxis institucional. Percebendo isto, foram planejadas intervenções que contemplassem as necessidades emergentes, visando promover a estes a tomada de consciência e a evolução para a mudança do seu dia-a-dia. Ao todo ocorreram treze encontros semiestruturados, subdividindo a proposta em: uma reunião com todos os estagiários, a supervisora e a representante institucional. Posteriormente, quatro encontros iniciais, destinados a observações e ambientação na instituição, e também para a realização de um plano de ação, delineando todas as atividades realizadas, os objetivos, forma de aplicação e quais grupos foram contemplados. Em seguida, oito intervenções foram traçadas e realizadas no local, majoritariamente com voluntários e coordenação. Todas as intervenções foram adaptadas aos participantes com necessidades específicas (visual e motora). Ao final, foi dada a devolutiva em um encontro para o alinhamento e discussão dos pontos levantados no período. Especificamente foram expostas, as forças e oportunidades como reconhecimento da equipe de sua própria reinvenção diária e as estratégias que encontram para superar algumas adversidades práticas e cotidianas, por exemplo. E as fraquezas e ameaças enquanto pontos a serem considerados, como avaliação dos interesses e competências dos voluntários por meio de estratégias apontadas durante a realização e devolutiva, implementação de caixa de sugestões para hóspedes e voluntários e capacitação para os voluntários e funcionário e reuniões para avaliação do cumprimento das burocracias necessárias para a instituição e seu funcionamento.

Palavras-chave: Psicologia Institucional. Acolhimento. Relação Institucional.







i) PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19







A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NO AMBULATÓRIO MULTIPROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM COVID PÓS-AGUDA

Milena Nogueira Azevedo Emília Augusta Franz Vieira Passos

A Covid-19, síndrome respiratória ocasionada pelo novo coronavírus, foi identificada, a princípio, em 2019 na cidade de Wuhan – China e atingiu pessoas em diferentes níveis de complexidade. O aumento significativo do número de contágios, a facilidade de disseminação e o desconhecimento, inicialmente, sobre o vírus, contribuíram para que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarasse a emergência de uma pandemia, em março de 2020 (FARO, et al. 2020). Atualmente, é sabido que a infecção pela Covid-19 provoca um comprometimento multissistêmico, para além da fase aguda. Nesse sentido, a Covid Pós-Aguda consiste em sintomas persistentes e/ou complicações de longo prazo, além de quatro semanas a partir do início dos sintomas agudos, o que inclui, inclusive, modificações na saúde mental (NALBANDIAN, et al. 2021). Numa coorte realizada na China, com 1.733 pacientes sobreviventes da Covid-19 pós alta, foi identificado que dentre os problemas mais relatados após seis meses da infecção aguda, destacavam-se as dificuldades para dormir, ansiedade e depressão (HUANG, et al. 2021). Nesse contexto, a Psicologia da Saúde possui papel importante (FARO, et al. 2020), uma vez que contribui de forma significativa na prestação de assistência psicológica que minimize os danos ocasionados direta e indiretamente pelo adoecimento, bem como, pelas modificações bruscas e experiências psicossociais da pandemia. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o escopo de ações realizadas pela psicologia no âmbito da assistência especializada em Covid Pós-Aguda. Trata-se de um relato de experiência que ocorreu entre agosto de 2020 e setembro de 2021, no âmbito do Centro Pós-Covid – CPC, um ambulatório de saúde pública pertencente ao Hospital Especializado Octávio Mangabeira (HEOM), localizado em Salvador - Bahia, Brasil. O CPC presta atendimento ambulatorial multidisciplinar aos residentes no estado da Bahia, acima de 18 anos, com quadro de Covid Pós-Aguda. A equipe é composta por enfermeiros, fisioterapeutas, médicos, nutricionistas, psicólogos e assistentes sociais. De acordo com resultado de pesquisa divulgada pelo próprio CPC, verificou-se que 88,4% dos pacientes avaliados referiam comprometimento na qualidade vida, especificamente, no que tange à ansiedade/depressão e dor/desconforto; além disso, observou-se que pessoas negras e mulheres são as que mais buscam o ambulatório (BARRETO, et al. 2021). O serviço de Psicologia do CPC está integrado à equipe multidisciplinar e tem como ações principais: a) avaliação psicológica; b) acompanhamento em psicoterapia breve e de suporte; c) produção de pesquisa científica sobre Covid Pós-Aguda; d) interconsultas; e) acolhimento às demandas psíquicas de urgência; f) articulação intersetorial g) encaminhamentos para Rede de Atenção à Saúde; h) educação em saúde. Diante do exposto, considerando que a Covid Pós-Aguda implica em repercussões múltiplas, com interferência direta na saúde mental, ressalta-se a importância de uma práxis psicológica que adote uma perspectiva multidimensional de cuidado, a partir de um trabalho efetivamente interdisciplinar, cujo efeito produza respostas aos desafios impostos pela pandemia. Além disso, demarca-se a necessidade do fortalecimento da Política Nacional de Saúde Mental, a fim de garantir a possibilidade de uma assistência especializada antes, durante e após a Covid-19.

Palavras-chave: Assistência Psicológica. Covid. Pós-Aguda. Equipe Multiprofissional.







ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA NA PANDEMIA DA COVID-19

William Vieira Fernandes Eurisa Maria Santana Gabriel Sauer

A Residência Multiprofissional em Saúde (RMS) é uma formação em saúde em nível de pós-graduação lato sensu, conduzida pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Integra diferentes áreas do saber, visando a multiprofissionalidade. A proposta da RMS é qualificar os profissionais da saúde para atuarem no mercado de trabalho, preferencialmente em áreas prioritárias do SUS. Nessa direção, encontra-se o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (PRMSF) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), que visa proporcionar aos residentes espaços de aprendizagem no SUS tendo na Atenção Primária em Saúde (APS) como cenário privilegiado de prática. A segunda turma do PRMSF da UESC iniciou suas atividades em março de 2020, quando a pandemia causada pelo novo coronavírus chegava ao Brasil. Identificado como SARS-CoV-2, o vírus de alta transmissibilidade, provoca a doença Covid-19, alastrando-se em países de diferentes continentes, levando a Organização Mundial de Saúde (OMS) a classificar a doença como pandemia em 11/03/2020. O presente estudo é um relato de experiência realizado em uma Unidade de Saúde da Família (USF), localizada no Sul da Bahia, entre o período de março de 2020 e julho de 2020. Tem como objetivo relatar o trabalho do psicólogo inserido em equipe multiprofissional (composta por Psicólogo, Enfermeiro, Fisioterapeuta, Dentista e Assistente Social) em campo de prática no contexto pandêmico. Aborda de forma descritiva a vivência profissional nesse cenário sob orientação do núcleo de conhecimento da psicologia. Os resultados demonstraram a ampla possibilidade de inserção do profissional de psicologia na APS neste momento de emergência, destacando a necessária formação generalista e conhecimento teórico em psicologia social e da saúde. Conhecimentos que deram suporte às ações desenvolvidas, como a gestão de riscos e emergências, atendimentos individuais e compartilhados, telemonitoramento dos casos suspeito/confirmados de Covid-19, ações coletivas na USF e no território, discussões e encaminhamentos de casos, organização do fluxo de atendimento e outras atividades, específicas da unidade de saúde em momento de emergência vivida. As experiências vivenciadas evidenciaram algumas possibilidades do fazer do psicólogo no contexto pandêmico que não se resumiram ao atendimento clínico individual. As ações coletivas pautadas na multi e interprofissionalidade, no planejamento e na execução das atividades foram fundamentais na mitigação dos impactos da Covid-19 no território.

Palavras-chave: Psicologia. APS. Residência. Pandemia.







CRAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: SENSAÇÕES, INCÔMODOS, REFLEXÕES E RE-PLANEJAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE ATENÇÃO À COMUNIDADE

Roque Luiz Argolo Souza
Anielle Costa Pizzani Soares
Thaiane Duarte Costa Pereira
Jossielly de Souza Nascimento
Irenilda Silva dos Santos
Josilene dos Santos Novaes dos Anjos
Marilia Rodrigues da Silva Gomes
Maria Augusta Souza Santos
Laura Novaes dos Anjos

Este ensaio apresenta uma análise acerca das experiências vividas pelas técnicas, Psicólogas e Assistentes Sociais, que compõem as equipes do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, do município de Maracás, interior da Bahia, durante o período da pandemia da COVID – 19. Trata-se, inicialmente, de uma reflexão sobre os deslocamentos provocados pela pandemia e a forma como as equipes lidaram com o medo, a insegurança e o desânimo, e consequentemente, o modo como se iniciou a reorganização dos processos de trabalho. Nesse sentido, propõe-se aqui, apresentar e refletir sobre os movimentos vividos pela equipe, bem como alinhavar estratégias para contribuir e fortalecer o desenvolvimento das Políticas Públicas, em especial, as de Assistência Social, em períodos de desastres e emergências. Inspiradas na cartografia enquanto método, que segundo Rolnik (1989, p. 15) a cartografia é um "desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo em que os movimentos de transformação da paisagem", buscou-se, ao longo das tardes de diálogos entre as equipes da sede e zona rural (campo), evidenciar as potências de cada encontro, as sensações e os modos possíveis de acolher as/es/os usuárias/es/os sem desconsiderar os incômodos que, inúmeras vezes, atravessavam cada técnica. "O que estamos fazendo aqui? Isso é Psicologia? Será que não estamos perdendo as bases da Política?" inquietações como essas estiveram diariamente presentes no CRAS, convocando as equipes a (re)pensarem suas práticas e ficarem atentas/es/os ao que estava acontecendo nos quatro cantos da cidade. Por isso, a aproximação com a cartografia revelou que "se deve pensar a realidade através de outros dispositivos que não os apresentados tradicionalmente pelos discursos científicos, valorizando aquilo que se passa nos intervalos e interstícios, entendendo-os como potencialmente formados e criadores de realidade (COSTA, 2014, p. 69-70)." Assim, seguindo os protocolos de saúde, foi-se alinhavando novas estratégias a fim de assegurar o acesso das/os usuárias/os ao serviço, sem desconsiderar as sensações e incômodos vivenciados pelas/os técnicas/os, afinal, o cuidado com a equipe tornou-se, a partir dessas reflexões, uma das principais estratégias para o fortalecimento do CRAS. Portanto, é importante afirmar que, mesmo diante desse cenário desfavorável, o maior recurso ainda são os afetos. Diante de um trabalho no qual o objetivo é fortalecer vínculos, vincular-se é algo indispensável. Mesmo com a grande demanda dentro do CRAS, a equipe técnica necessita de (re)pensar os rumos do seu trabalho, entendendo que momentos de parada e acolhimento mútuo também se configuram em trabalho.

Palavras-chave: Psicologia. Pandemia. Social.







SÍNTESE DE ESTRATÉGIAS UTILIZADAS POR PSICÓLOGOS HOSPITALARES FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19

Jamily Cerqueira Etinger Almeida Novais

Cláudia de Jesus Pinheiro

Mariá Lanzotti Sampaio

Ana Paula Malheiros Vilas Boas de Sá

Nília Maria de Brito Lima Prado

Rita de Cássia Silva Santos Sabrina Aguiar Cerqueira

Érica Ribeiro Medeiros

Introdução: No contexto pandêmico, a atuação da psicologia torna-se fator de proteção para a saúde mental dos profissionais de saúde que têm atuado na linha de frente do Covid-19. Esses profissionais têm enfrentado uma sobrecarga de trabalho, alta exposição ao vírus e o isolamento social, o que pode contribuir para exacerbação dos quadros de sofrimento mental. Desse modo, torna-se importante uma adequação do fazer da psicologia em diferentes serviços de saúde a fim de implementar ações de cuidado direcionadas a esse público. Objetivo: Descrever a experiência de ação de cuidado desenvolvida pela equipe de psicologia hospitalar para profissionais de saúde, durante a pandemia por Covid-19. Metodologia: Trata-se de um relato de experiência, cujas ações de cuidado descritas iniciaram-se em maio de 2020 com intuito de fornecer suporte psicológico aos profissionais que atuam em um hospital referência para Covid-19 do sudoeste baiano. Resultados: Em decorrência das necessidades emergentes no atual contexto pandêmico, foi evidenciado a necessidade de reorientação da lógica assistencial do serviço de psicologia, incluindo na sua rotina o cuidado em saúde mental aos profissionais de saúde no contexto hospitalar. O cuidado aos profissionais se deu através da implantação do Plantão Psicológico (PP), atendimentos online, sessões de Mindfulness e estratégias grupais de fortalecimento de vínculos de equipe e manejo das emoções negativas. As ações objetivaram a integralidade do cuidado e promoção de saúde mental, além do manejo das demandas psicológicas emergentes. O acesso às atividades se dava tanto por demanda espontânea, quanto por encaminhamento e agendamento prévio. Os atendimentos online foram destinados aos profissionais afastados por suspeita ou confirmação de quadros de Covid-19, sendo previamente agendados no serviço de psicologia. Para sua efetivação foram utilizados aplicativos de videochamadas (Zoom e Google meet). As psicólogas que conduziram os atendimentos apresentavam cadastros ativos no e-Psi e as intervenções realizadas respeitaram os limites do setting no formato online, bem como os preceitos éticos da profissão. O PP, atendendo a sua finalidade, não demandava agendamento prévio sendo realizado pela psicóloga disponível no momento. Tanto nos atendimentos convencionais quanto no PP foram observadas queixas relacionadas ao Covid-19 tais como medo de contaminar entes queridos, estresse, ansiedade e sobrecarga de trabalho. Conclusão: As estratégias de cuidado à equipe se mostraram eficientes na medida em que possibilitaram uma compreensão do profissional de saúde para além de sua atividade profissional. Possibilitou-se assim, o suporte emocional, ampliação de percepção decorrente das dificuldades experienciadas e clarificação sobre os sintomas de estresse laboral e emocional, humanizando o seu fazer e promovendo espaços de acolhimento e atendimento à crise.

Palavras-chave: Psicologia Hospitalar. Profissionais de Saúde. Plantão Psicológico. Intervenção. Covid-19.







IMPACTOS E DESAFIOS DO PROJETO PSICOLOGIA EM LINK: PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO ATENDIDA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Edisio Pereira da Silva Luz Júnior
Odilza Lines de Almeida
Adriana Vespasiana Magalhães Dias
Joyce Fernandes Prates
Jeciana das Virgens Botelho

O Psicologia em Link foi um projeto extensionista de acolhimento psicológico online e gratuito à comunidade nos primeiros meses da pandemia de Covid-19, vinculado à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Sua primeira fase, objeto deste resumo, teve duração de março a dezembro de 2020, apontando 341 pessoas atendidas, com 740 atendimentos no seu tempo de atividade. O projeto surgiu na impossibilidade de realização de atividades presenciais, com público-alvo pessoas maiores de 18 anos, assinantes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Coordenado por docentes e psicólogas da UESB, os atendimentos foram realizados por uma equipe de 11 discentes, devidamente supervisionados. Os usuários também responderam um questionário de avaliação, instrumento para apresentação dos dados finais objetivados nesta construção. Serão apresentados dados de identificação do público e, posteriormente, de avaliação. Dos 341 participantes, 138 responderam. Dessa maneira, toma-se n=138. 55,1%, dos respondentes estão na faixa de 18 a 23 anos, seguido 27,5% de 24 a 29 anos, para sexo biológico, 81,9% do sexo feminino, não havendo respostas para as categorias de Outros e Prefiro não informar. Sobre renda, 39,1% declararam não possuir renda, seguido de 24,6% com menos de um salário mínimo. Em relação aos dados de avaliação da modalidade e do projeto, tratandose da modalidade online, 51,4% avaliam como Ótima, 41,3% Boa, 6,5% como Regular e 0,7% Ruim. No que diz respeito à uma avaliação específica do projeto, 86,2% declaram como Muito Relevante, seguido de 10,9% como relevante, 2,2% como Pouco relevante, e um dos respondentes (0,7%) utiliza o espaço aberto, expressando que além de muita relevância, o projeto tem caráter de saúde pública. A categoria Irrelevante não obteve respostas. No espaço subjetivo e opcional (n=43), aponta, de modo geral, para uma avaliação da equipe de extensionistas, do agendamento até o atendimento, caracterizando o acompanhamento como extremamente importante, assim como a contribuição naquele momento, no qual as medidas de distanciamento estavam mais severas. De acordo com as respostas, apesar de o projeto não ter o objetivo de acompanhamento de longa duração, foi eficaz e caracterizado como "grande ajuda". No tópico sobre dificuldade de acesso, 69,6% dos respondentes apontaram que não tiveram dificuldades; 23,9% declararam pouca dificuldade; 6,5% registraram dificuldade significativa e nenhum respondeu que teve "muita dificuldade". As principais dificuldades apresentadas foram sinal da internet e ausência de ambiente privado e/ou silencioso. Desse modo, a avaliação das pessoas atendidas aponta para uma atuação de grande relevância do projeto, em sua primeira fase, e que, apesar de dificuldades encontradas, o Psicologia em Link serviu às expectativas e objetivos específicos de sua criação, tornando-se referência de oportunidade de acolhimento psicológico para a comunidade durante a pandemia. Como projeto pioneiro, a iniciativa teve que lidar com desafios iniciais tais como a súbita migração do atendimento presencial para o online e os entraves colocados pelo CRP na sua realização, vez que foi o primeiro serviço de atendimento psicológico online com participação de estudantes.

Palavras-chave: Avaliação dos Usuários. Extensão. Pandemia. Projeto de Acolhimento Online. Relevância do Projeto.







AÇÕES DO CREPOP BAHIA PARA A QUALIFICAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Natani Evlin Lima Dias
Pablo Mateus dos Santos Jacinto
Gabriela Evangelista Pereira
Renan Vieira de Santana Rocha
Monaliza Cirino de Oliveira

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é um órgão operacional do Sistema Conselhos de Psicologia, que tem como principal objetivo, a produção de informação qualificada que visa ampliar a capacitação das/os psicólogas/os na atuação no âmbito políticas públicas, sobretudo nas questões que tange o processo de elaboração, planejamento e execução das políticas públicas. O CREPOP é estruturado em Rede, com instâncias de Coordenação Nacional, sediada no Conselho Federal de Psicologia, e com unidades locais, sediadas nos Conselhos Regionais. Na Bahia, atendendo ao plano de interiorização do CRP-03, a equipe está lotada tanto na Sede do CRP-03, em Salvador, quanto na Subsede Sudoeste, em Vitória da Conquista. Considerando a declaração internacional de pandemia e as consequentes medidas adotadas para conter a propagação do vírus, a equipe CREPOP/CRP-03 vem atuando em regime de home office desde 19 de março de 2020 em seguimento ao Plano de Contingência do CRP-03 para evitar o avanço da contaminação pelo Coronavírus (Covid-19), zelando pela prevenção e saúde das/os funcionárias/os, colaboradoras/es, conselheiras/os e categoria. Neste cenário, 95% das atividades realizadas pelo CREPOP Bahia em 2020 e 100% das realizadas em 2021, até o momento, se deram de maneira remota. Para isso, a equipe precisou reorganizar seu processo de trabalho e comunicação para o desenvolvimento das atividades. Diante o cenário atípico, o volume de demandas contempladas pelo CREPOP é consideravelmente maior do que já fora ao longo dos seus 15 anos de atividade no CRP-03. Dentre as principais contribuições do Centro para a psicologia baiana frente aos desafios impostos pela pandemia, destacam-se: elaboração de documentos e orientações em políticas públicas; levantamento de referências em políticas públicas (considerando uma atuação que demandou readequações sem precedentes); reestruturação da metodologia para realização de pesquisas nacionais e regionais; participação em treinamentos; realização de eventos na modalidade online; lançamento da Aba no site do CRP-03 para publicização das ações do CREPOP; planejamento e execução da 3ª edição da Mostra de Práticas; articulações internas e externas; dentre outras ações contemplando a atuação do CREPOP enquanto recurso de gestão. Apesar dos obstáculos que se apresentaram ao longo do exercício em 2020 e 2021, a equipe CREPOP Bahia vem mantendo o mesmo padrão de produtividade e atendendo às atividades previstas nos Planos de Trabalho Nacional e Regional. Com o objetivo de qualificar o exercício profissional no campo das políticas públicas, é característica marcante no CRP-03 a manutenção e ampliação do CREPOP. Apesar do programa de estágio estar suspenso em razão da pandemia, a equipe local permanece sendo é a maior da Rede CREPOP, como o único Regional que além de manter uma configuração descentralizada, investiu na ampliação da equipe, com atualmente 3 Assessoras/es Técnicas/os no corpo de funcionárias/os que executam as atividades do Centro no território baiano. Dando suporte às atribuições das Assessoras/es Técnicas/os, o CREPOP Bahia é acompanhado pelo Conselheiro Coordenador do Centro e por uma psicóloga convidada da Comissão de Políticas Públicas, que conjuntamente com seus olhares atentos e experientes, participam da construção das ações realizadas pelo Centro baiano.

Palavras-chave: Políticas Públicas. CREPOP. Pandemia.







RELATOS DE EXPERIÊNCIAS: O QUE PSICÓLOGAS RESIDENTES TÊM FEITO NO CONTEXTO DE COMBATE AO COVID-19, NA CIDADE DE ITABUNA-BA?

Janaína Sampaio Bomfim Vivian Carla Cerqueira dos Santos Rosane Lopes Araújo Magalhães Eurisa Maria de Santana

O presente relato diz respeito às experiências de duas Psicólogas no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Tal programa envolve profissionais de áreas variadas, como Nutrição, Fisioterapia, Enfermagem, Serviço Social e Psicologia é uma possibilidade de formação profissional para o SUS, de pós-graduação na modalidade lato sensu. Trabalhando de acordo com o princípio da integralidade, na maioria das vezes, é comum que todas as profissionais estejam participando dos mesmos contextos de trabalhos, mas cada uma responsável por contribuir com o olhar da sua formação. Nesse sentido, na atuação de combate a pandemia do novo Coronavírus não é diferente. Sendo assim, o que fazem as psicólogas? Desde abril de 2021, a atuação nas Unidades Básicas de Saúde, USF Elson Duarte e USF Fátima I, na cidade de Itabuna-BA, muitas têm sido as possibilidades e situações que convocam o olhar da Psicologia. Assim, breves atendimentos individuais, presenciais e online, foram realizados nas USFs envolvendo situações de medo, ansiedade, desemprego, dificuldade com o trabalho em home Office e sobrecarga de trabalho, relacionadas ao contexto pandêmico, e de luto pela morte de familiares que tiveram Covid-19, casos que muitas vezes foram encaminhados por outras profissionais. Vale dizer que, o programa de residência oferta, para a formação profissional, temas relacionados ao que preconiza o SUS e, ainda, com relação a Psicologia têm sido utilizadas abordagens referentes à: Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), Terapia Comunitária, Terapia Cognitiva Comportamental (TCC). Somando-se a isso, houveram, também, muitas vezes nas quais foram convocadas a auxiliar na organização para vacinação, trabalho que, aparentemente, pode ser visto apenas como o de entregar senhas, ofertar informações e preencher fichas com dados pessoais, mas, com o olhar da psicologia presente, é possível realizar um acolhimento com escuta especializada e assim trabalhar questões que surgem espontaneamente: medo de tomar vacina e ter alguma reação ruim, descrença nas evidências científicas, e reações de estresse de modo geral. Percebe-se que há um espanto da comunidade, quando se deparam com Psicólogas nas USFs e, ainda, muitas dúvidas acerca de qual é o papel desempenhado. Contudo, tem-se a impressão do quanto muitas pessoas têm uma grande necessidade de escuta profissional e como ao terem muitas vezes um ou mais contato com a profissionais parecem se organizar melhor para lidar com suas questões. É válido ressaltar que a experiência em si tem trazido demandas e, à medida que se olha mais para o território, novas ideias surgem para que a atuação seja mais efetiva. Assim, estão em curso projetos como: definir um protocolo de acolhimento psicossocial e realizar grupos de escuta. Em suma, há grandes riquezas na experiência, mas, também, grandes desafios na atuação, no sentido de encontrar um lugar da Psicologia e lidar com as especificidades do atual período.

Palavras-chave: Covid-19. Escuta. Psicologia. Saúde da Família. SUS.







EDUCAÇÃO PERMANENTE COM TRABALHADORES DA REDE PÚBLICA AO ATENDIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Letícia Passi Batista Mayara Aparecida Bonara Freire

População em situação de rua (PSR) é um fenômeno social, elemento fundamental na composição da pobreza nas sociedades capitalistas, em que a desigualdade é condição para que o capital possa se reproduzir e aumentar o seu lucro. No município no qual o trabalho foi realizado, pessoas em situação de rua se encontram cotidianamente estigmatizadas pelo uso abusivo de álcool e outras drogas e denominadas de imediato como "vagabundas" e "violentas", dificultando o acesso a cuidados básicos, consistindo uma grave violação à Política Nacional para a População em Situação de Rua e aos princípios de universalidade, equidade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, a cidade não possui uma unidade socioassistencial que oferte serviços para as pessoas em situação de rua e atenda às suas demandas específicas. Com o início da pandemia do Coronavírus, as secretarias municipais e os trabalhadores da Saúde e da Assistência Social desenvolveram um programa de cuidado específico para essa população, com objetivo de minimizar o contágio do vírus a partir de orientações e distribuição de kits de higiene, além de estabelecer um vínculo entre os trabalhadores da saúde, da assistência social e a PSR, para identificar suas demandas e inseri-las nos serviços existentes nos territórios que habitam. Preocupados com a qualidade da escuta e do cuidado que seriam ofertados pela equipe de trabalhadores do SUS, por meio da coordenadora do campo de Saúde Mental do município, a equipe buscou a universidade por meio de uma demanda de formação. A demanda foi recebida por um grupo de estagiários de psicologia e Políticas Públicas, que desenvolveram metodologias, de forma virtual, para acompanhar as reuniões de equipe, levar materiais informativos e suscitar reflexões pertinentes às questões apresentadas. Essa atividade iniciou-se em novembro de 2020, por meio da participação de sete estudantes, supervisionados por uma psicóloga com experiência na área, em reuniões semanais das equipes do programa, com duração de 1h30 pela plataforma virtual Zoom. Nos encontros foram utilizadas discussões de caso, cartilhas, músicas, poemas e literaturas a fim de provocar a sensibilização da equipe e compartilhamento de receios sobre a aproximação dos trabalhadores com a PSR. Por meio do acompanhamento do planejamento e da aproximação com os usuários é possível destacar a diferença dos significados atribuídos ao "cuidado" pelos trabalhadores integrantes de cada secretaria, o que se tornou um entrave presente no processo de trabalho. Esse conflito se estendeu às expectativas de resultado das mini-equipes e posteriormente foi causa da ruptura do contrato de trabalho entre as duas Secretarias. As crises que se instalaram entre as duas equipes causadas a partir das ações de cuidado direcionadas à PSR denunciam não só o modo de produção capitalista, mas também a fragilidade intersetorial da rede de cuidados do próprio território. Contudo, esses conflitos se colocam como fundamentais para o ajustamento da oferta de cuidado das equipes a essa população, assim como da oferta de escuta, contribuindo para o estabelecimento de referências de cuidado na Atenção Básica e na Saúde Mental do município.

Palavras-chave: Coronavírus. Educação Permanente. Situação de Rua.







CAPACITAÇÃO EM SAÚDE MENTAL PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jarlane Chagas Souza Miranda
Gabriel Sauer
Rainna Fontes Gonçalves Costa
Eurisa Maria de Santana
Maria da Conceição Scaldaferri Fernandes

Em dezembro de 2019 foi notificado na China o primeiro caso da Covid-19. Sua rápida disseminação no início de 2020 configurou-se em uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde. Frente à emergência de saúde pública, muitos estudos demonstram a vulnerabilidade da população a agravos psíquicos. Estima-se que até metade de todos os expostos à situação de pandemia possa apresentar algum agravo psíquico caso não seja feito nenhum tipo de intervenção de apoio em saúde mental. Destacam-se os profissionais de saúde, considerados linha de frente neste contexto, submetidos a uma dupla pressão. Precisam lidar com as questões físicas e emocionais tanto dos usuários quanto das suas próprias. Vivenciam a incerteza diante do desconhecido, o distanciamento da família por cautela e cuidado, o risco elevado de óbitos durante o atendimento. Tanto os profissionais quanto os usuários do serviço necessitam de apoio e suporte emocional, ou estratégias de cuidado eficazes para prevenção e promoção de saúde mental. Diante disto, este estudo tem como objetivo relatar uma experiência de capacitação em saúde mental para profissionais de uma Equipe de Saúde da Família (ESF), desenvolvida por profissionais de uma Residência Multiprofissional em Saúde da Família no interior da Bahia (psicóloga, fisioterapeuta, preceptor de psicologia). A ação foi realizada através de roda de conversa e prática de relaxamento com uso de alongamentos e exercício de respiração. Este trabalho enquadra-se na abordagem qualitativa de caráter descritivo. Como resultado, constatou-se a possibilidade de realizar ações de cuidado em saúde mental em situações de elevada carga de estresse, como uma pandemia. Além disso, ocorreu a tomada de consciência sobre o processo de acolhimento como uma responsabilidade de todos os profissionais do serviço e elucidou a importância do fortalecimento de vínculo entre a equipe. Assim, a capacitação de um grupo de profissionais de saúde favoreceu o sentimento de pertença, de apoio mútuo e aproximação entre eles. Diante o distanciamento físico imposto, que deixou as pessoas predispostas a sentimento de solidão, angústia e dificuldades de lidar com as adversidades, a capacitação proporcionou aos profissionais maior segurança para lidar com a problemática psicológica dos usuários e para agir com habilidade ao realizarem uma escuta qualificada das queixas emocionais da população. Requisitos estes, primordiais para o desenvolvimento de uma atuação integral pela equipe de Saúde da Família, especialmente, neste momento de pandemia. Dentre o conjunto de todos os serviços de atenção à saúde, a Atenção Básica tem, pela sua aproximação com o território, condições necessárias para ofertar cuidados em saúde mental e facilitar a oferta de cuidados psicológicos paliativos e preventivos aos seus usuários. Verificou-se que, a inserção do psicólogo na Unidade de Saúde Família favorece a realização de ações de promoção e prevenção em saúde mental, contribuindo para a concretização dos princípios do Sistema Único de Saúde e oportunizando a interdisciplinaridade e a contextualização das intervenções. Além disso, práticas que tem como estratégia alcançar o coletivo transcendem a prática direcionada pelo modelo clínico e fortalece a inserção da psicologia na saúde pública.

Palavras-chave: Psicologia. APS. Residência. Pandemia.







ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE MENTAL NA PANDEMIA DA COVID-19 EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Ávila Silva dos Santos Itamar de Almeida Carneiro

O Estágio Supervisionado aconteceu entre os meses de fevereiro e junho de 2021. Esse trabalho tem como objetivo relatar a experiência do estágio curricular no contexto da Saúde Mental e Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS) em meio ao cenário de Emergência Sanitária de Covid-19 em um município do interior da Bahia. Utilizou-se o método observacional através de instrumento de registro e coleta de dados para a conformação do relatório final. O diário de campo pode ser entendido como uma grafia da comunicação que deve ser permeado por relatos e impressões do observador. Nesse sentido, a experiência supracitada desenvolvida no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I) possibilitou a percepção das mudanças no curso das atividades terapêuticas tendo em vista a pandemia de Covid-19, entretanto, algumas atividades continuaram sendo ofertadas, como por exemplo, o acolhimento, o atendimento psicológico individualizado, bem como, consultas médicas psiquiátricas e assistência farmacológica. Além de articularem o serviço com outras redes de assistência à saúde. Entretanto, a crise sanitária impossibilitou os usuários de participarem de um dos dispositivos de cuidado muito importante materializado pela reforma psiquiátrica, as oficinas terapêuticas. Considera-se que a experiência foi um momento importante para a formação da profissional psicóloga e trouxe a reflexão crítica da necessidade de aprofundamento teórico e relacionamento com a prática. Dessa forma, foi possível ampliar os conhecimentos, sobretudo no que tange a necessidade e a evidente importância do papel da ciência psicológica em um contexto de crise sanitária, pois, os efeitos do distanciamento social e quarentena podem trazer como consequências o aprofundamento dos afetos e acentuar problemas emocionais. Nesse ínterim, fica evidenciado a necessidade de garantir diversas medidas e programas de intensificação de cuidados em saúde mental, inclusive com melhorias nas políticas de saúde para o pós-pandemia. Por fim, a experiência contribuiu de forma significativa para formação dos profissionais de psicologia em articulação com a defesa dos direitos humanos, de saúde e cidadania das pessoas em sofrimentos psíquicos. Torna-se relevante a publicação de novos estudos sobre a importância dos estágios de psicologia no campo da saúde mental em meio a crises sanitárias no intuito de instrumentalizar os estudantes para a prática profissional futura, alinhada com as necessidades epidemiológicas e sociais.

Palavras-chave: Saúde Mental. Emergência Sanitária. Estágio Supervisionado. Covid-19.







PSICOLOGIA EM LINK: CUIDADO EM SAÚDE MENTAL PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA

Daniel Marinho Drummond Hétone Rodrigues Rocha Victor Rodrigo Bomfim Leite Silva Igor Andrade Santos Gabriela Rocha da Silva Amanda Costa Martins Santos Mariana Kruschewsky Franco Ribeiro

Apresentamos o projeto Psicologia em Link (PSILINK), assim como proposto e desenvolvido no ano 2021, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Tal projeto também funcionou em 2020 com outra equipe e proposta ligeiramente diferente. Em 2021 foi solicitado pela Assessoria de Acesso, Permanência e Ações Afirmativas (AAPA) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) ao Colegiado do Curso de Psicologia da UESB o oferecimento de atendimento psicológico aos discentes dos três campus da universidade como forma de atenção às suas questões psicológicas e sofrimento mental, em especial neste momento pandêmico (COVID-19), visando um espaço de cuidado em saúde mental. Para atender tal solicitação, o PSILINK visou: oferecer atendimento psicológico gratuito, remoto, individual ou em grupo, na modalidade Plantão Psicológico, para discentes da UESB encaminhados pela AAPA ou com demandas espontâneas; estabelecer um espaço de referência no cuidado da saúde mental nesse momento de pandemia e isolamento social; viabilizar Grupos de Encontro Temáticos para demandas coletivas de discentes, espontâneas ou identificadas por setores da universidade como Colegiados de Curso etc; contribuir para a permanência dos estudantes na UESB, melhor aproveitamento acadêmico, diminuição dos índices de evasão e retenção, integralização do curso e melhor qualidade de vida; contribuir com a formação dos estagiários frente às situações de emergência, e; fortalecer o papel da Psicologia no desenvolvimento de ações sociais de cuidado em saúde mental. Os atendimentos são realizados por seis estagiários (com bolsas da Pró-Reitoria de Graduação da UESB), discentes do Curso de Graduação em Psicologia da UESB, supervisionados semanalmente, sob o referencial fenomenológico-existencial e humanista, por um professor Psicólogo. Os agendamentos são realizados remotamente pela equipe do Núcleo de Práticas Psicológicas da UESB (NUPPSI) e são realizados no mesmo dia em que ocorre a procura (considerando o limite de vagas). Cada estagiário cumpre 4 horários de atendimentos semanais, e os atendimentos em grupo contam como 2 horários, por sua duração. Até o dia 3 de setembro de 2021 foram realizados 193 atendimentos individuais, com 117 pessoas. As demandas que surgiram nos atendimentos foram: a) ansiedade, 29,1%; b) dificuldades em relacionamentos, 20,9%; c) improdutividade, estresse e sintomas associados, 13,2%; d) incômodo com características próprias e/ou com a maneira de reagir a situações presentes, 8,5%; e) dificuldade de tomar decisões e fazer escolhas, insegurança, 6,2%; f) desesperança, pessimismo, 5,8%; g) luto, perdas, 3,9%; g) autoconhecimento, descoberta de si, 3,9%; h) acompanhamento para transtornos mentais diagnosticados por profissionais externos; i) lidar com eventos passados e/ou suas consequências, 1,9%; j) solidão, 1,6%; k) outras demandas, 1,2%. Ocorreu também um grupo terapêutico com 19 encontros, com média de 8 pessoas por encontro e 49 participantes no total. Vemos que o PSILINK tem sido aceito pelos universitários como um espaço propício para o cuidado psicológico e para o enfrentamento de suas questões pessoais na pandemia do Covid-19.

Palavras-chave: Pandemia. Saúde Mental. Plantão Psicológico. Estudantes Universitários. Atendimento Remoto.







GRUPO TERAPÊUTICO ON-LINE PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS COMO POSSIBILIDADE DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: UMA EXPERIÊNCIA

Hétone Rodrigues Rocha Igor Andrade Santos Daniel Marinho Drummond

Este trabalho apresenta o Grupo Terapêutico On-line que vem sendo realizado junto a estudantes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no ano de 2021. Tal ação está vinculada ao projeto Psicologia em Link, viabilizado pela Assessoria de Acesso, Permanência e Ações Afirmativas da UESB, que busca desenvolver e fomentar ações com foco na democratização do acesso ao ensino superior e garantia da assistência estudantil para discentes da UESB em situação de vulnerabilidade social, econômica e psicológica ou integrantes de comunidades historicamente excluídas. Os objetivos do grupo são: 1) fornecer mais uma alternativa de espaço de escuta qualificada; 2) promover um ambiente de facilitação para o crescimento pessoal a partir de um ambiente comunitário e; 3) favorecer o compartilhamento de experiências e perspectivas sobre formas de lidar com questões pessoais e coletivas. O referencial teórico é fenomenológico-existencial e humanista. A frequência dos encontros é semanal, assim como as supervisões clínicas, e a atividade é aberta a qualquer estudante da UESB que concorde com os termos de Ciência e Consentimento Livre e Esclarecido e de Confidencialidade e Sigilo. As inscrições se dão por um formulário on-line onde os interessados têm acesso aos termos que condicionam sua participação. Com o preenchimento do formulário, é fornecido o link permanente da sala virtual onde se realizam os encontros. A duração é de duas horas e os temas discutidos partem do próprio grupo, não havendo assuntos previamente definidos pelos facilitadores. A proposta original atendeu a uma solicitação do Colegiado de Psicologia da instituição e restringiu seu público a estudantes desse curso, por três encontros, tendo início na primeira semana de maio. Frente à adesão aquém do esperado, abrimos o grupo para qualquer estudante da instituição. Entre maio e setembro foram realizados 19 encontros, com participação média aproximada de oito pessoas e duração de duas horas. Com uma presença bastante rotativa, ao todo 49 pessoas estiveram em algum encontro, sendo a maioria do sexo feminino 75,5% (n=37). O uso de estratégias sistematizadas de avaliação dos encontros não tem sido efetuado, porém acompanhamos os comentários feitos pelos participantes sobre o grupo. É comum que os integrantes o descrevem como um espaço de acolhimento e compreensão, no qual eles podem "ser eles mesmos" e também se relacionar com outras pessoas de modos distintos da vida cotidiana. Benefícios em estar participando do grupo e de uma psicoterapia individual no mesmo período também têm sido ressaltados sob avaliações positivas, o que pode ser indicativo da importância de um trabalho combinado com essas duas estratégias. Quanto aos temas que comumente emergem das discussões, destacam-se os afetos relacionados à vida acadêmica, angústias com o contexto pandêmico, conflitos familiares e estratégias de manejo do sofrimento emocional. Consideramos que a utilização de grupos terapêuticos remotos é uma possibilidade de cuidado à saúde mental de estudantes universitários no período pandêmico, podendo também ser pensada para outros contextos e públicos.

Palavras-chave: Grupo Terapêutico. Saúde Mental. Estudantes Universitários. Atendimento Remoto. Grupo de Encontro.







ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NAS CLÍNICAS MÉDICA E CIRÚRGICA NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM URGÊNCIAS NA PANDEMIA COVID-19

Marianna Matos Santos Lorena Kelle Silva Vaz Danúsia Cardoso Lago

Em Março de 2020 foi declarada, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a Pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus (OPAS/OMS, 2020). Diante do contexto emergente, houve a necessidade de uma reorganização do funcionamento da população mundial, visando enfrentar o avanço e disseminação da doença e conter as graves consequências sociais, econômicas, relacionais, político-jurídicas e, principalmente, na saúde física e mental da população. Um dos grandes impactos da pandemia foi observado no Sistema de Saúde, no processo de reorganização das rotinas e fluxos, incluindo aqui a rotina das Residências Multiprofissionais e Médicas. Especificamente sobre o Programa de Residência Multiprofissional em Urgências (PRMU), onde esta experiência é embasada, houve alteração dos rodízios práticos e dos perfis dos setores de atuação, inclusive das clínicas médica e cirúrgica, nas quais a residência estava inserida no período de março à agosto/2020. O presente artigo consiste em um relato de experiência nas clínicas médica e cirúrgica no decorrer do primeiro ano da Residência Multiprofissional em Urgências, no Hospital Geral de Vitória da Conquista, durante o contexto da pandemia da Covid-19, ainda vigente na realidade mundial, apresentado através da vivência de duas residentes em psicologia. A clínica médica neste recorte de tempo, que, comumente, se caracteriza pelos longos internamentos, pacientes com faixas etárias elevadas (em sua maioria idosos), adoecimentos crônicos e pacientes em Cuidados Paliativos. Neste período, o significativo aumento no número de casos de Covid-19 desembocou na necessidade de destinar parte dos leitos de clínica médica para os pacientes em questão. A clínica cirúrgica, com características opostas, também teve seu fluxo alterado. Representava uma alta rotatividade, pacientes mais jovens, grande concentração de quadros oncológicos, pacientes apresentando maiores níveis de gravidade física e psicológica, ritmo de trabalho mais acelerado e procedimentos neurológicos, vasculares, clínicos, na sequência de maior para menor quantidade. Em face desse novo contexto, houve o acréscimo de novas e intensas demandas para a psicologia: hospitalização, diagnóstico, medo da pandemia, da contaminação, distanciamento familiar e social. Para além da reorganização dos leitos de ambas as clínicas, houve redução dos procedimentos cirúrgicos, priorizando as cirurgias de urgência e emergência, cancelamento/redução dos procedimentos eletivos, ao passo que o hospital também deixou de ser porta aberta para a população. Considera-se que os meses de prática nas clínicas exigiram resiliência e uma intensa preparação técnica por parte das residentes devido às alterações já citadas, bem como a experimentação de sentimentos e emoções relacionadas ao contexto pandêmico. É importante considerar que a vivência não foi apenas profissional, perpassando os aspectos psicológicos e emocionais também experienciados pela população de um modo geral e descritos na literatura. A título de exemplo, o medo da contaminação e da morte de si e dos outros, tristeza, ansiedade, alterações de sono e solidão.

Palavras-chave: Pandemia COVID-19. Psicologia. Residência Multiprofissional.







SAÚDE MENTAL EM CONTEXTOS DE PANDEMIA E ISOLAMENTO SOCIAL: ANÁLISE DE INDICADORES SOBRE O TRABALHO EM SAÚDE NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Renan Vieira de Santana Rocha Beatriz Borges Brambilla Brenda Dantas Barros

O contexto de pandemia que temos vivenciado, iniciado em 2020, tem gerado impactos psicossociais em diferentes esferas da vida cotidiana, o que demanda das trabalhadoras e trabalhadores da saúde o desenvolvimento de saberes e fazeres profissionais atentos às questões de nosso tempo-espaço. Logo, o presente estudo ensejou, a partir de um ensaio teórico-crítico, apontar o que algumas pesquisas importantes, publicadas no primeiro trimestre da pandemia em questão, em nível nacional e internacional, têm nos indicado acerca das questões de Saúde Mental neste período. Tal e qual, a partir destas análises – que nos revelam a existência de impactos psicossociais de âmbito muito mais social, econômico e político, do que em termos tradicionalmente epidemiológicos - ensejamos também ponderar quais as possíveis tarefas que se revelam a estas mesmas trabalhadoras e trabalhadores, especialmente a partir de uma análise crítica dos comportamentos assumidos pelo Governo Federal brasileiro, em termos do enfrentamento à pandemia decorrente do novo coronavírus. Assim, concluímos que tais tarefas se configuram em ações de: (1º) Execução de serviços essenciais; (2º) Compromisso com a divulgação de informações qualificadas; (3°) Evitação ao pânico e convocação à responsabilização coletiva; (4º) Evidenciação de grupos em maior risco, por conta da desigualdade social; (5°) Defesa das Políticas Públicas, com destaque ao SUS e ao SUAS, enquanto sistemas públicos, gratuitos e de qualidade; e (6°) Coletivização ético-política da contemporaneidade. No que tange ao trabalho das psicólogas e psicólogos, nesta análise em específico, ensejamos também apontar o seu lugar profissional e ético-político diante da crise sanitária e humanitária desvelada nos textos, considerando que, como nos apontam as pesquisas, esta crise possui inegáveis impactos psicossociais ao todo da população, resvalando, então, na cobrança da assunção de um posicionamento a partir de nossa profissão frente ao que se pode fazer e pensar quando tomamos os agravos em Saúde Mental como subproduto da pandemia ora em questão.

Palavras-chave: Saúde Mental. Trabalhadores de Saúde. Covid-19.







AUTOCUIDADO EM SAÚDE MENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PSICÓLOGA (MÉDICOS SEM FRONTEIRAS) ATUANDO NA PANDEMIA

Adriana Félix Moura

Este trabalho é um relato de experiência da trajetória de uma psicóloga atuante nos Médicos Sem Fronteiras (MSF) uma Organização médico - humanitária internacional que atua em contextos de emergências. As intervenções de MSF no Estado da Bahia atuaram majoritariamente na capacitação dos profissionais de saúde e no fortalecimento do sistema de saúde local, com o objetivo de mitigar o impacto de uma possível terceira onda de Covid-19, reduzindo assim a mortalidade. A estratégia foi baseada em cinco (5) eixos e um deles era suporte à saúde mental dos trabalhadores da área da saúde. Em um período de pandemia é previsível que os profissionais de saúde que atuam na linha frente estejam permanentemente em estado de alerta, assustados, estressados, tendo que lidar com diversos problemas como: mortes em massa, escassez de leitos, medo de contaminar seus entes queridos, sobrecarga de trabalho, vínculo de trabalho frágil e outros fatores. Para além das repercussões sociais, culturais, econômicas a saúde mental se tornou uma demanda urgente e pensando na saúde mental fragilizada desses trabalhadores nesse contexto, foi desenvolvida uma estratégia que fornecesse ferramentas básicas úteis que possibilitasse autocuidado para esses profissionais e que eles pudessem auto identificar sinal precoce que justificasse procurar especialista de saúde mental. No Estado da Bahia o trabalho foi executado em três cidades: Xique Xique, Riachão das Neves e Barreiras, visto que as demandas encontradas eram sempre demasiadamente grandes, após diálogos com os gestores desses municípios era definido os locais de atuação baseado em níveis de vulnerabilidade dos territórios. A cada estabelecimento de saúde era feita uma visita inicial que tinha como objetivo conhecer a unidade de saúde, a história do seu território e da sua população, entender como estava sendo a atuação no contexto de pandemia e as dificuldades encontradas, a partir daí era pensada estratégia de intervenção. As atividades foram: formação em autocuidado, uma atividade que visava sensibilizar o trabalhador e combater os estigmas associados à saúde mental, na próxima visita, de acordo com a necessidade, formavam-se grupos menores e um cuidado mais específico que era as rodas de cuidados psicossociais para trabalhadores e o acolhimento individual, ao final da intervenção era disponibilizados contatos de serviços nacionais que ofertava atendimento psicológico gratuito e de forma sigilosa para quem assim desejasse. Durante essa intervenção na Bahia que durou de junho a agosto de 2021, 370 profissionais de saúde foram impactados. Dialogar sobre a saúde mental dos trabalhadores de saúde é urgente e necessário, visto que muitos se encontram sobrecarregados e manter saúde mental nesse contexto é um desafio. Nem todos que trabalham em contexto de pandemia vão adoecer psiquicamente, mas se isso acontecer ter acesso precoce a serviço especializado é de muita importância.

Palavras-chave: Saúde Mental. Covid - 19. Autocuidado.







O PROGRAMA SALVADOR PROTEGE NO DISTRITO SANITÁRIO: UM RELATO DE CASO

Joelson Felix De Souza

Este trabalho é um relato de caso da atuação como Residente em Planejamento e Gestão no Distrito Sanitário Itapuã (SALVADOR-BAHIA). Discutindo os principais pontos do Programa Salvador Protege, criado em junho de 2020 através da Nota Técnica APS nº 09/2020, que busca reorganizar os servicos de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Saúde da Família do território considerando o acolhimento diferenciado para as condições de rotina e as Síndromes Gripais, (SG), Febris (SF) e Respiratórias Agudas Graves (SRAG). A inserção no tema ocorreu de forma gradual, com a apropriação de início junto ao Programa de Residência e posteriormente na participação no Grupo Gestor Distrital do Salvador Protege. Vale apontar já de início que este Programa surgiu no ano de 2020, em meio à pandemia buscando prestar o atendimento necessário especialmente às pessoas portadoras de doenças crônicas expandindo o atendimento para além das urgências e emergências e/ou dos sintomáticos respiratórios. A principal função nesse momento foi a de estabelecer diretrizes no intuito de nortear o uso das tecnologias em prol do fortalecimento das linhas de cuidado, ao mesmo tempo que fosse mantido rigorosamente os aspectos relacionados ao cumprimento dos critérios de biossegurança de usuários e profissionais. Assim, apesar de não ser inédito quanto ao método - uma vez que já era permitido legalmente o uso de ferramentas de tecnologia para a realização de teleconsultas - o modelo do Salvador Protege mostrou-se inovador naquilo que tange à consolidação destas enquanto instrumento principal da manutenção do cuidado e da longitudinalidade do cuidado especialmente na atenção primária. Nesse ponto, observa-se que a categorização das modalidades exemplificadas através dos critérios de teleatendimento, teleconsulta e telemonitoramento apontam para a tentativa de dar conta de abarcar necessidades de saúde variadas, diferenciando por exemplo o tipo de modelo a ser usado para agendamento de consultas no caso de usuários com condições crônicas daqueles que, passada essa etapa, terão acesso ao atendimento com o especialista, seja este um profissional médico ou integrante de equipe multiprofissional. Dessa forma, o trabalho apresentado sob a perspectiva de Relato de experiência terá como principal finalidade explicitar como se dá a atuação do psicólogo nos níveis da gestão de um Sistema tão rico e heterogêneo como o SUS, pensando em uma perspectiva de atuação do psicólogo nesse misto que é a Residência e une o ensino, a sua atuação inserida no programa e as próprias características da especificidade de formação.

Palavras-chave: Pandemia. Gestão em Saúde. Acolhimento. Humanização. Biossegurança.







RODA DE CONVERSA NA EDUCAÇÃO COMO TÁTICA DE SOBREVIVÊNCIA À PANDEMIA DA COVID-19

Ícaro Berbert Macêdo

Este trabalho tem como objetivo comunicar a experiência de uma ação realizada por um psicólogo escolar e educacional junto às/aos professoras/es do Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 9º ano) atuantes numa rede pública de ensino. A atividade teve como compromisso oportunizar às/aos professoras/es, espaço de compartilhamento das situações e desafios que compõem as entrelinhas do ensino remoto, medida adotada frente à impossibilidade das aulas presenciais, reflexo do contexto pandêmico da Covid-19. Nesse sentido, a Roda de Conversa foi a estratégia metodológica escolhida para favorecer a evocação de elementos que pudessem ser geradores de diálogo e colorir a interrogativa da pergunta-tema do encontro. Assim, a dinâmica da roda teceu uma rede de fatores que ocupam as entrelinhas do ensino remoto para além de uma modalidade educacional que não se esgota em questões relativas ao ensino e às aprendizagens, mas sim evocou as repercussões emocionais da vivência da pandemia, onde sentimentos como medo, angústia e ansiedade foram verbalizados; também os desafios enfrentados pelas/os professoras/es para a continuação da educação, sobretudo para que a aprendizagem efetivamente acontecesse foi um ponto frequente nas falas. Além disso, os encontros deram conta de expressar as saídas produzidas por elas/es diante de um cenário atípico e por outro lado propício ao desenvolvimento de outros modos de contato e de uma educação que pode caminhar a partir dos possíveis. Portanto, essa estratégia sublinhou a importância de espaços de escuta escolares destinados também às/aos professoras/es, que favoreçam a socialização de questões que atravessam seus cotidianos de trabalho e sobretudo que possam auxiliar na elaboração que situações adversas vividas por elas/es, como foi as reverberações da pandemia da Covid-19.

Palavras-chave: Ensino Remoto. Roda de Conversa. Pandemia da Covid-19.







ESTRATÉGIAS DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NA CRECHE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UM RELATO DE EXTENSÃO

Jeane Trindade de Brito Lívia Botelho Félix Hiago Souza Costa

A pandemia causada pela disseminação do novo Coronavírus (SARS-COV-2) ocasionou diversas mudanças sociais e impactou negativamente a economia, as condições sanitárias e as relações sociais. Assim, a crise provocada pela Covid-19 impulsionou a comunidade científica a buscar respostas e a fazer novas perguntas. No âmbito da Psicologia, ocorreu um aumento nas demandas de saúde mental, devido à crise provocada pela pandemia e à política de isolamento social, o que exigiu também uma readaptação nos modelos de trabalho. Dessa forma, este relato apresenta experiências de uma ação desenvolvida no bojo de um projeto de extensão permanente da Universidade Federal da Bahia, cujo objetivo principal é desenvolver estratégias de cuidado em saúde mental infantil no contexto de uma creche municipal localizada em Vitória da Conquista-BA. Desse modo, considerando o impacto significativo da pandemia de Covid-19 sobre as condições sanitárias, relações socioeconômicas e as dinâmicas familiares, criou-se um programa virtual de acolhimento e partilha de material socioeducativo dirigido a pais e professores, por intermédio do aplicativo WhatsApp, a fim de favorecer o processo de conscientização dos cuidadores das crianças acerca de temas pertinentes ao período de pandemia. O conteúdo, veiculado semanalmente em formato audiovisual, era produzido com base na literatura científica e fontes sanitárias oficiais e adequado linguisticamente à realidade sociocultural dessa população. As produções e edições dos vídeos foram realizadas, respectivamente, através dos programas videoscribe e filmora. Foram abordadas diversas temáticas, dentre elas: a saúde mental dos pais/cuidadores durante a pandemia; os impactos da pandemia para as crianças; a importância do brincar para o desenvolvimento da criança; prevenção de acidentes domésticos durante a pandemia; o combate à violência contra crianças; os desafios da educação à distância; violência doméstica; autismo; TDAH; práticas meditativas; educação inclusiva; e violência sexual contra crianças e adolescentes. Uma avaliação realizada junto aos pais/responsáveis e funcionários da creche, visando à reflexão sobre os impactos da ação, identificou que participantes qualificaram positivamente a intervenção e destacaram a relevância dos conteúdos abordados e da metodologia proposta. No tocante aos desafios para realização desta intervenção, pode-se citar as angústias e anseios emergentes do contexto pandêmico e do home office, bem como a necessidade de utilização de programas de produção e edição de vídeos, sendo necessário recorrer a aulas e cursos onlines para fins formativos. Ademais, destaca-se que a inserção da bolsista em 9 (nove) grupos de WhatsApp, aplicativo utilizado para o acompanhamento das atividades escolares realizadas pelos alunos diariamente, gerou a recepção de uma quantidade significativa de mensagens diárias. À esteira do desenvolvimento desta ação extensionista, buscou-se construir um espaço de diálogo horizontal entre docentes e discentes, de modo a favorecer o processo de ensino-aprendizagem e a construção de articulações teórico-práticas intra e interdisciplinares, oportunizando uma experiência formativa alinhadas aos princípios ético-políticos da Psicologia como ciência e profissão, que tomam o compromisso social como lema. Apostamos no uso criativo das redes sociais no sentido de estreitar distâncias, construir pontes entre saberes científicos e populares e ofertar suporte psicossocial à população.

Palavras-chave: Saúde mental. Educação infantil. Covid-19. Extensão.







PROJETO E-TERAPIAS: PROMOÇÃO DE HABILIDADES PARA A VIDA

Raquel Silva Rocha
Viviane dos Santos Souza
Rozemere Cardoso de Souza

O referido projeto teve origem a partir dos diálogos entre docentes de saúde mental de duas Universidades Públicas (Universidade Estadual de Santa Cruz e da Universidade de Brasília) e do anseio dessas pesquisadoras em contribuir com medidas de apoio psicossocial para o enfrentamento da pandemia da Covid-19. O E-terapias tem como objetivo utilizar tecnologia para minimização do sofrimento e promoção de bem-estar durante o enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19, por meio de ações de pesquisa e extensão. Pelo fato de o isolamento social ainda ser medida de controle no enfrentamento da Covid-19 e considerando impactos no período pandemia e pós-pandemia, o projeto pretende se aprimorar no apoio psicossocial, frente aos crescentes problemas, como depressão, estresse, ansiedade e risco de suicídio. E, sendo online, possibilita atingir públicos para além das regiões de entorno das instituições envolvidas. Inserido no Paradigma da Atenção Psicossocial, o Eterapias utiliza-se de equipe multiprofissional e baseia-se nos princípios de promoção da saúde, proposto pela Organização Mundial da Saúde, constituindo-se uma estratégia na redução de comportamentos de risco e aumento dos cuidados com a saúde mental. Atualmente são ofertadas treze E-terapias, dentre as quais a que se destaca neste trabalho, a E-terapia "Promoção de Habilidades para a Vida", que desenvolve as seguintes habilidades: Autoconhecimento, Empatia, Comunicação eficaz, Relacionamentos interpessoais, Autoestima, Resiliência, Capacidade para dizer não, Capacidade para pedir ajuda, Capacidade de lidar com os sentimentos e emoções, e a prática da Gratidão. Atende ao público em geral com sintomas de ansiedade/ depressão/ estresse e ou pensamentos recorrentes de morte. A E-terapia habilidades para a vida teve sua primeira edição em 2021.1 e a segunda edição em 2021.2. Em cada edição foram realizados dez encontros moderados pela Psicóloga e Especialista em Saúde Mental Raquel Silva Rocha e pela Enfermeira Especialista em Saúde Mental Viviane dos Santos Souza. Possui periodicidade semanal e utiliza a tecnologia dos aplicativos Google Meet e WhatsApp para realização dos encontros virtuais. É uma tecnologia de cuidado, pautada no acolhimento aos sujeitos que sofrem, que se estabelece entre participantes e profissionais de saúde, na construção de uma horizontalidade nas relações, em uma atmosfera colaborativa fundamentada na escuta e diálogo. Palavras-chave: Pandemia Covid-19. Terapia. Habilidades. Comunidade. Atenção Psicossocial.







TRABALHOS COMPLETOS







a) PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQI+, SEXUALIDADES E QUESTÕES DE GÊNERO







PERSPECTIVA MASCULINA DOS ESTUDANTES DA UESB SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Mariana Kruschewsky Franco Ribeiro⁴ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia mari.kruschewsky@gmail.com

Bruna Kelly Santos Lima⁵
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
brunakelly.santoslima@gmail.com

Emanuelli Zequinelli Rosa dos Santos⁶
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
emanuellizequinelli@gmail.com

Brenda Luara dos Santos de Souza⁷
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
brendaluara.academico@gmail.com

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo identificar as projeções masculinas sobre os papéis sociais do gênero feminino nos enunciados das músicas sertanejas universitárias, partindo dos estudantes de uma universidade pública do interior da Bahia. Trata-se de uma pesquisa de campo e ainda em andamento, oriunda das observações realizadas através do crédito prático da disciplina Intervenções Psicossociais do curso de psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

A violência contra a mulher expressa as desigualdades socioculturais manifestas entre homens e mulheres ao longo da história, contribuindo dessa forma para a reprodução de um padrão de relação fundamentado na desigualdade, discriminação, subordinação e abuso de poder (CAVALCANTI;

⁴ Graduanda no curso de Bacharelado em Psicologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

⁵ Graduanda no curso de Bacharelado em Psicologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Independente do Nordeste.

⁶ Psicóloga (CRP-03/24855) graduada na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

⁷ Mestra em Educação. Psicóloga (CRP-03/12716) e professora no Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e curadora do Grupo de Estudos em Cultura, Linguagem e Trabalho (GECULT).







OLIVEIRA, 2017). Ao explorar a problemática da violência, é constatada a importância de conceber enquanto um fenômeno biopsicossocial complexo que sofre variações de acordo com o contexto histórico.

Através de pesquisas e estudos foi averiguado a alta prevalência e a relevância da violência contra a mulher para a saúde pública e que esta representa uma violação aos direitos humanos e um reforçador de desigualdade de gênero (LIMA; BÜCHELE, 2011). Importante ressaltar que a violência contra a mulher passou a ser legitimada enquanto crime por forte influência de movimentos de mulheres e movimentos feministas. Uma vez que a violência ocorre em um contexto de relações de poder definidos por uma ordem social, cultural e política sustentada por uma ideologia sócio-cultural que legitima essa ação.

O combate de tal violência deve começar pela prevenção, enfatizando que é um problema social e não se limitando à área de segurança pública (LIMA; BÜCHELE, 2011). Com a publicação da Lei Maria da Penha, em especial seus artigos 35 e 45 que elucidam a possibilidade de criação mecanismos de prevenção e coibição de violência através de centros de educação e reabilitação para os responsáveis por agressão. Corsi (s/d), diz que os primeiros trabalhos com homens autores de violência doméstica ocorreram no fim da década de 70, início da década de 80 nos EUA e Canadá, com o objetivo de complementar iniciativas direcionadas à atenção e prevenção já designadas às mulheres, responsabilizando os autores de violência.

Para Manita (2008) apostar apenas na punição não elimina, nem tão pouco reduz os níveis de violência doméstica já que sua tipificação envolve não só as questões de gênero e de desigualdade de poder entre homens e mulheres, mas envolve também dimensões individuais, dinâmicas educacionais e familiares, motivações e dinâmicas comportamentais de cada agressor. Nesse sentido, Manita (2008) sugere modelos de intervenção psicoeducacional ou psicoterapêuticos que compreende a conscientização e responsabilização do agressor das consequências dos seus comportamentos, a partir de uma reorganização cognitiva, emocional e experiencial de suas vivências e da modificação de seus comportamentos por meio do treino de competências sociais e cognitivas. Manita (2008) reforça ainda a importância de nos distanciarmos de uma visão puramente psicopatologizante do agressor e investir na identificação das narrativas sustentadoras de seu comportamento/relacionamento violento, num trabalho de ressignificação da violência.

A intervenção psicossocial em agressores apresenta, como aponta Manita (2008), algumas particularidades que devem ser levadas em conta. A primeira é que se trata de uma intervenção a ser realizada com indivíduos que cometeram crimes. Por esse motivo, e em segundo lugar, a motivação







para o tratamento e mudança que a maioria dos agressores apresenta é baixa. O terceiro ponto é que "a procura (ou a aceitação) de um programa de intervenção pode ocultar motivações e interesses que não propriamente os de alterar o comportamento violento, sabendo-se do risco de manipulação de que os profissionais desta área são objeto" (MANITA,2008, p.25).

Manita (2008) em seu trabalho traz que os dados de estudos empíricos e a experiência clínica demonstram que a violência doméstica/conjugal é um dos crimes com mais elevadas taxas de reincidência. Segundo a autora, a probabilidade de um agressor repetir atos de violência, não só dentro de uma relação como também em outras futuras relações é muito elevada. Por isso é cada vez mais consensual o desenvolvimento de programas de intervenção junto aos agressores em consonância com os programas de intervenção em vítimas visando um mesmo objetivo comum : a interrupção da violência, a proteção da vítima e a redução do risco de reincidência neste tipo de crime de violência doméstica.

A presente investigação questiona a visão dos estudantes universitários do sexo masculino sobre violência contra a mulher, buscando levantar de forma sutil seus posicionamentos sobre o fenômeno. Considerando que a violência de gênero é um problema social que expressa as desigualdades socioculturais entre homens e mulheres, as quais geram uma relação baseada na subordinação, discriminação e abuso de poder (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017), torna-se necessário entender como o homem percebe essa desigualdade e como esta gera a violência contra a mulher.

A presença do discurso de violência na música sertaneja

Essa desigualdade é frequentemente exposta através das músicas - um gênero discursivo que dissemina intensamente informações através da sua grande popularidade e acessibilidade nos meios tecnológicos, e o gênero musical do sertanejo universitário tem feito um sucesso especial pelo Brasil (VALLADÃO, 2021). Em suas letras é comum observar a mulher em uma posição de fragilidade que por consequência exalta o homem como forte e másculo, refletindo assim uma ideia machista que persiste na sociedade (VALLADÃO, 2021).

A linguagem para Brandão (apud VALLADÃO, 2021) não é neutra, devido aos vários fatores históricos e sociais que a influenciam, o que significa que sempre em seu discurso uma ideologia será manifestada. Logo, o machismo e a misoginia, ainda comuns na sociedade, podem ser observados nos discursos dos artistas.

Autores como Dias (apud VALLADÃO, 2021) retomam a perspectiva histórica da mulher na sociedade cristã e colonial: serviam apenas para serem mães e esposas, seres frágeis e inferiores, que







não tinham espaço na vida pública, eram submissas aos homens e deveriam aceitar todas as imposições sociais da época.

Lei Maria da Penha

A criação da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi consequência das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao Estado brasileiro, para enfrentamento da violência de gênero. Diante do sistema falho do Estado para garantir os direitos constitucionais e presente a necessidade de cumprir as recomendações da comissão, foi através da proposta elaborada pelo consórcio de ONGs feministas e posteriormente pela reformulação da matéria por um grupo de trabalho interministerial conduzido pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, que foi aprovada a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, conforme explica Locatelli (2019).

A Lei Maria da Penha tem como objetivo não só uma mudança legal, mas também cultural, como afirma Locatelli (2019), sendo as políticas públicas essenciais para o enfrentamento da situação. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica (2011), estabelece que o termo enfrentamento não se limita ao combate e sim, abrange também a prevenção, a assistência e a garantia de direitos das mulheres, em consonância, portanto, com o disposto na referida Lei. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica (2011) estabelece quatro eixos estruturantes, quais sejam: a prevenção, enfrentamento e combate, assistência e acesso a garantia e direitos. A Lei Maria da Penha classifica os tipos de abuso contra a mulher nas seguintes categorias: violência patrimonial, violência sexual, violência física, violência moral e violência psicológica.

A fim de combater a violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha traz mecanismos de proteção à vítima, apresentados em róis exemplificativos de medidas protetivas, elencados em seus artigos 22, 23 e 24. No artigo 22, estão estabelecidos alguns mecanismos, os quais serão obrigados os agressores, de forma cumulativa ou não:

- I suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ;
- II afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; III proibição de determinadas condutas, entre as quais:
- a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;







- b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
- c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
- IV restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;
- V prestação de alimentos provisionais ou provisórios.
- VI comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; e
- VII acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

No que se refere às medidas protetivas que visam proteger a vítima, bem como os bens desta, a lei traz em seus artigos 23 e 24 as seguintes medidas:

- Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:
- I encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;
- II determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;
- III determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;
- IV determinar a separação de corpos.
- V determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vaga.
- Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:
- I restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;
- II proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;
- III suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;
- IV prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida. Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.







Tenório (2017), ressalta que a Lei Maria da Penha não possui um caráter predominantemente punitivo, pois a lei foi elaborada tendo-se a compreensão que a situação em que ocorre tal violência precisa-se de ações e abordagens além do que é oferecido no âmbito jurídico, é necessário englobar também a prevenção e o trabalho socioeducativo com as/os supostas/os agressoras/es. Em 2020, a Lei Maria da Penha sofreu alteração, sendo incluídas, pela Lei 13.984/2020, no rol de medidas protetivas de urgência que obrigam o possível agressor, as medidas de acompanhamento psicossocial através de atendimento individual, e/ou em grupo de apoio, bem como o comparecimento destes a programas de recuperação e reeducação.

Diante de tais alterações, percebe-se que a sociedade e o Estado vem cada vez mais, diante das complexidades advindas da violência contra a mulher, percebendo que a necessidade de uma mudança cultural é fundamental para enfrentamento ao problema, sendo importante incluir medidas que incluam os homens, enquanto sujeitos em processos de ressignificação, na construção de uma sociedade efetivamente igualitária.

Violência doméstica durante o isolamento social

Com a necessidade do distanciamento coletivo, devido a pandemia do coronavírus, os indícios de violência contra a mulher aumentaram, e esse crescimento se deve tanto pelo isolamento quanto pela exaustão financeira, e receios sobre a própria saúde diante do vírus (VIEIRA, apud SANTOS et al, 2020). Durante o período da quarentena, as mulheres perdem grande parte do contato com a família ou outras pessoas próximas, tornando o isolamento não só físico como psicológico. A presença constante do homem em casa, lugar na maioria das vezes comandado por uma mulher através das tarefas domésticas, pode servir como uma ameaça a partir do momento que seu ego se fere com a perda da autoridade e tenta impor novamente de forma agressiva (SANTOS et al, 2020).

Ainda sobre os fatores que ampliam a vulnerabilidade das mulheres à violência doméstica, frente à crise sanitária, econômica e social trazida pela pandemia COVID-19, Marques et.al (2020) ocorreu a diminuição do acesso da vítima à serviços de proteção social como delegacias de mulheres e conselhos tutelares no âmbito comunitários e aumentou o tempo de convívio com o agressor, especialmente entre famílias de baixa renda no âmbito relacional.

Na dimensão individual deve-se considerar o aumento do nível de estresse do agressor com o medo do contágio da doença, a incerteza sobre o futuro, a impossibilidade de convívio social, a iminência de redução na renda - especialmente nas classes menos favorecidas onde uma grande parcela







sobrevive do trabalho informal, além do consumo de bebidas alcoólicas ou outras substâncias psicoativas (MARQUES et al, 2020).

Os fatores ligados à masculinidade evidenciam a necessidade de refletir sobre a modificação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, mudanças na forma de se pensar o gênero e em novas estratégias no que se refere a relação de poder, pois é notório a força que o poder cultural e a hierarquização exercem na relação de homens sobre as mulheres em que, no contexto de pandemia, colaboram para o aumento de violência contra a mulher (SOUSA; SANTOS; ANTONIETTI, 2020).

No município de Vitória da Conquista (BA), no ano de 2020, foram realizados 1.767 atendimentos a 221 mulheres vítimas de violência (PMVC, 2021), no Centro de Referência à Mulher Albertina Vasconcelos (CRAV). Só nos últimos três anos em que este centro funciona, ele já realizou mais de seis mil atendimentos, oferecendo assistência e suporte jurídico e psicossocial. De acordo com os relatórios do serviço, foram 1.825 atendimentos em 2017, 1.872 em 2018 e 2.515 em 2019, com novos acolhimentos em cada ano (PMVC, 2020).

No ano de 2020 foram 1.767 atendimentos realizados de forma remota devido a pandemia do Covid-19 (PMVC, 2021). É possível suspeitar que o baixo número pode ser devido à dificuldade de acesso ao atendimento remoto realizado. Sobre o público atendido por medidas protetivas, em 2018, 67% das mulheres têm idade entre 25 e 44 anos, e 93% delas são pardas ou negras. Em 89% dos casos, os agressores são atuais ou ex-companheiros, de namorados a maridos (PMVC, 2019).

Já na Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) registrou em 2018 1.689 ocorrências, e apenas 114 foram encaminhadas ao CRAV (PMVC, 2019). Isso significa que nem todos os casos que passam pelo CRAV, e que os números de atendimentos acima podem representar muito pouco sobre a realidade das agressões que a população feminina passa na cidade de Vitória da Conquista.

Diante dos dados encontrados, a violência contra a mulher é um problema de saúde pública de proporções epidêmicas em Vitória da Conquista, o que evidencia a necessidade de perceber como o público agressor se compreende nesse papel, assim como a visão desse público acerca das políticas de prevenção a violência a mulher.

Metodologia

Muitos dos trabalhos direcionados à violência contra a mulher, observados no município, são paliativos - depois que os danos já foram feitos. É importante então estabelecer um projeto de intervenção, direcionado aos homens, que possa ser preventivo. Para se alcançar tal objetivo, entende-







se ser necessário investigar a visão que os homens de Vitória da Conquista - Bahia possuem sobre as mulheres, principalmente no âmbito das relações amorosas. Para tanto, pretende-se elaborar uma pesquisa de campo, de caráter crítico-exploratório, a fim de possibilitar o diálogo entre os estudos existentes na área junto aos dados a serem coletados por intermédio de um questionário.

Para o embasamento teórico foram pesquisados artigos recentes, publicados em plataformas digitais, que contenham como palavras-chave: machismo, violência doméstica, música sertaneja, pandemia, isolamento social, entre outros. Também foram consultadas matérias em jornais e revistas na internet, dados públicos, leis e projetos que contextualizam e fortalecem a argumentação da pesquisa.

Locus

A escola do locus como o espaço universitário de Vitória da Conquista se deve, não só por se tratar de uma espaço próximo ao nosso e de fácil acesso, como também por ser um espaço de construção de caráter, uma instituição pública como extensão comunitária, e que como espaço diverso de formação não só acadêmica, mas social, e como extensão do sistema de políticas públicas, fortalecemos assim o compromisso social desse espaço em face às demandas de justiça social.

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, é uma instituição autárquica com três campus (Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié) contando com 47 cursos de graduação no total. A instituição foi credenciada em 27 de maio de 1998, e contou em 2018 com 1.079 docentes e 747 servidores (contando estagiários) em seu todo. A presente pesquisa será direcionada ao campus de Vitória da Conquista (BA), polo administrativo e , localizado na estrada Bem Querer, Km-04, Bairro Universitário.

Participantes

A amostra selecionada para dar início à essa investigação são os estudantes do sexo masculino de graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, campus da cidade de Vitória da Conquista, BA, considerado um bom campo de partida devido ao fácil acesso através de multiplas plataformas, e da facilidade também para futuras intervenções no campus utilizando os dados coletados aqui. Os participantes selecionados foram estudantes de seis cursos, sendo três de bacharelado e três de licenciatura, sendo cada um das áreas de Humanas, Saúde e Agrárias ou Exatas e da Terra. Logo,







os cursos selecionados foram: Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Licenciatura em Física, Jornalismo, Medicina e Agronomia.

Aqui nós queremos analisar se há uma grande diferença entre as respostas dadas em diferentes áreas e modalidades, já que são ambientes da academia com discussões distintas. Mais um critério de seleção foi pela tempo na academia - foi solicitada a participação apenas de estudantes a partir do 3° semestre, procurando considerar o avanço das discussões na graduação, e dessa forma iremos conferir também se a incidência muda ao longo da permanência na universidade. Para a análise desses dados, serão analisadas as incidências conforme a população geral pesquisada, dividindo posteriormente por área, modalidade (licenciatura ou bacharelado) e por curso. E pelo foco na perspectiva masculina, os questionários das mulheres serão descartados.

É necessário que os participantes estejam acima de 18 anos, sejam hétero ou bissexuais, que serão selecionados por procura espontânea através das divulgações nas plataformas digitais sobre a pesquisa. Para alcançar este público, será realizada uma divulgação da solicitação para participação da pesquisa através de diversas plataformas digitais, como divulgando o link do formulário elaborado pelos grupos do Whatsapp dos estudantes, enviando para os e-mails dos colegiados para que esses repassem para seus estudantes, e realizando uma solicitação com a Assessoria de Comunicação (ASCOM) para divulgar no site da UESB. Essa amostra é então definida como estratificada, diante de todos os critérios colocados, e voluntária.

Conta-se que a diferença de áreas acadêmicas, e distância que essas podem ter de tal discussão, irá refletir no resultado dos dados. Assim, espera-se que estudantes da área de humanas, por se aproximarem mais desse tipo de debate mais social, crítico e relativista, irão apresentar respostas menos machistas, enquanto cursos da área de exatas e da terra ou da àrea de naturais irão, por se distanciar dessas discussões em seu currículo, apresentar uma incidência maior de respostas direcionadas ao machismo.

Procedimentos: Coleta de Dados e Instrumentos

Será aplicado então um formulário on-line elaborado através das ferramentas disponibilizadas pelo Google Drive, pelo qual o devido Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, disponibilizado pela orientadora Brenda Luara dos Santos de Souza, seguirá o modelo impresso, trocando a assinatura pela seleção da opção "Li e aceito participar dessa pesquisa". Terão também 6 questões sociodemográficas, pois dados pessoais dos participantes são importantes para esclarecer o contexto e complementar suas respostas (ROMANELLI, 1998), e 11 questões expondo letras de músicas







sertanejas atuais, em que as respostas serão dadas através de uma escala linear para uma análise qualiquantitativa (SPINK & LIMA, 1999), indo de "discordo totalmente" a "concordo totalmente".

O formulário será enviado por via E-mail para os discentes, com o prazo de 1 mês para resposta, a partir do dia 01 de novembro, podendo ser prorrogado a depender do seu desenvolvimento, e sendo então encerrado para análise dos dados e discussão. Uma das variáveis que se pretende observar é o índice das respostas por curso, levando em consideração que há cursos compostos por uma maioria masculina, e outros predominantemente femininos, levando ao questionamento sobre os impactos causados por essa dinâmica.

As questões serão compostas partindo de músicas popular sertaneja no Brasil, em que há no seu conteúdo comportamentos de relações heteroafetivas, sendo alguns considerados machistas ou manipuladores por parte dos homens, envolvendo diversos tipos de violência, bem como comportamentos de liberdade feminina - 7 das músicas expostas são cantadas por homens, e 4 por mulheres. A intenção é avaliar as crenças sutis que colaboram para a violência contra a mulher, para isso o título do trabalho será alterado no formulário para evitar o enviesamento das respostas coletadas - uma possibilidade já apontada por Bogdan e Biklen (1994) sobre como a forma em que as perguntas são feitas, influenciam nas respostas dos participantes.

Considerações finais

Neste trabalho abordamos a violência contra a mulher sob a ótica masculina com foco nos estudantes universitários e as relações com as músicas sertanejas, em que foi possível concluir sobre a relevância de inserir esse público dentro das discussões acerca do fenômeno. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, cumprimos parcialmente os objetivos enunciados, em que foi possível discutir sobre as efetividades de se discutir essa temática no campo da prevenção e proteção social

Ainda assim, espera-se aqui resultados que sirvam como disparadores para a elaboração de projetos de intervenção que visem um trabalho preventivo direcionado aos homens que perpetuam esse tipo de violência, de modo a rede de atenção a violência contra mulher não se restrinja somente à paliativos e curativos que são realizados com as vítimas.

O profissional de psicologia deve estar sempre voltado para a desconstrução das desigualdades sociais, e de todo tipo de violência, conforme os princípios apresentados em seu Código de Ética (CFP, 2005, p. 09) "O psicológo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".







Espera-se também que os estudantes do sexo masculino da UESB desenvolvam um processo de conscientização, autocrítica e responsabilização acerca de como eles percebem e emitem comportamentos violentos às mulheres em seus vínculos. De modo que possibilite alterações em suas formas de relacionar de forma que possa contribuir para redução de desigualdade de gênero para que se garanta a essas meninas e mulheres o direito básico de viver sem violência.

Referências

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Análise de dados. In:______Investigação qualitativa em educação. Porto, Portugal: Porto Editora, LDA, 1994. p. 205-241.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 23 abr. 2021.

BRASIL. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2011.

CAVALCANTI, E. C. T.; DE OLIVEIRA, R. C. Políticas Públicas de combate à violência de gênero: a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Revista de Pesquisa Interdisciplinar, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 192-206,jun/dez. 2017. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/ article/view/194>.Acesso em: 26 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.______. Psicologia, ética e direitos humanos.

CORSI, J.D. **Programas de intervención con hombres que ejercen la violencia.** s/d. Disponível em: http://tiva.es/articulos/Intervenciones%20con%20hombres.pdf> Acesso em: 17 jun. 2021

LIMA, D. C.; BÜCHELE, F. **Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 21 [2]: 721-743, 2011 Disponível em:

https://www.scielo.br/j/physis/a/CbLyP5BmPnjDnbRHRj7bxCw/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 17 jun. 2021

LOCATELLI, Laís. BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 23 abr. 2021.

LOCATELLI, Laís. **As mulheres e os direitos humanos no direito brasileiro**. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, [S.l.], v. 19, p. 185-197, set. 2019. ISSN







1677-1419.Disponível em: http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/404. Acesso em: 23 abr. 2021.

MANITA, Celina. **Programas de intervenção em agressores de violência conjugal: intervenção psicológica e prevenção da violência doméstica**. 2008. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64477/2/87954.pdf Acesso em: 18 jun. 2021

MARQUES, Emanuele Souza et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. e00074420, 2020. Disponível em: ">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt>">https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sf

ROMANELLI, G. A entrevista antropológica: troca e alteridade In: ROMANELLI, G.; BIASOLI-ALVES, Z. M. (Orgs.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa.** Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998. p. 119-133.

SANTOS, L. L. dos; VIEGAS, L. B.; TEIXEIRA, M. L.; OLIVEIRA, R. de C. M.; BARBOSA, V. V. da S.; REIS, L. D. **O** isolamento social como gatilho para a violência contra mulheres na vivência de pandemia. Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 8, p. e719986104, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.6104. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6104. Acesso em: 17 jun. 2021.

SOUSA, I. N.; SANTOS, F. C.; ANTONIETTI, C. C. **Fatores desencadeantes da violência contra a mulher na pandemia COVID-19: Revisão integrativa**. REVISA, [S.l.], v. 10, p. 51-60, 2021.ISSN 2179-0981. Disponível em:

http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/679#:~:text=Conclus%C 3%A3o%3A%20Com%20o%20distanciamento%20social,e%20seguran%C3%A7a%20para %20essas%20mulheres. Acesso em: 18 jun. 2021.

SPINK, M. J. P., LIMA, xxx. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. P. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** São Paulo: Cortez, 1999. p. 93- 122.

TENÓRIO, Emilly Marques. **Entre a Polícia e as Políticas : análise crítico-feminista da LeiMaria da Penha e das medidas de proteção de urgência judiciais**. 2017, 282 f. Dissertação(Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em:http://repositorio.ufes.br/handle/10/8747>. Acesso em: 23 abr. 2021

VALLADÃO, Vivianne Freire. **O discurso misógino e machista em letras de músicas sertanejas**. 2021. 25f. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Instituto Federal do Espírito Santo, 2021. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/948. Acesso em: 17 jun. 2021.

VITÓRIA DA CONQUISTA, Prefeitura Municipal de. Desenvolvimento social. **CRAV** apresenta diagnóstico de violência contra a mulher em Vitória da Conquista. 2019. Disponível em:

https://www.pmvc.ba.gov.br/CRAV-apresenta-diagnostico-de-violencia-contra-a-mulher-e-m-vitoria-da-conquista/ Acesso em: 17 jun. 2021







VITÓRIA DA CONQUISTA, Prefeitura Municipal de. Desenvolvimento social. Nos últimos três anos o CRAV já realizou mais de seis mil atendimentos à mulheres vítimas de violência doméstica. 2020. Disponível em:

https://www.pmvc.ba.gov.br/nos-ultimos-tres-anos-o-CRAV-ja-realizou-mais-de-seis-mil-at-endimentos-a-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica/ Acesso em: 17 jun. 2021

VITÓRIA DA CONQUISTA, Prefeitura Municipal de. **Desenvolvimento social. CRAV registra mais de 1.760 atendimentos a mulheres vítimas de violência em 2020**. 2021. Disponível em: https://www.pmvc.ba.gov.br/CRAV-registra-mais-de-1-760-atendimentos-a-mulheres-vitim as-de-violencia-em-2020/> Acesso em: 17 jun. 2021







b) PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS







A SUBJETIVIDADE NEGRA E O IMPACTO DO FUNDAMENTALISMO CRISTÃO: UM ESTUDO DE CASO

Marcelle Gomes de Jesus

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação – Campus I marcellegomes.contato@gmail.com

Clarissa Iris Rocha Leite Medrado Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação – Campus I clarissa.i.leite@gmail.com

Introdução

O Cristianismo é uma religião monoteísta que tem por definição a crença nos ensinamentos de Jesus Cristo como filho de Deus, tendo grande expressividade no Brasil. Segundo o último Censo Demográfico (IBGE, 2010), a proporção de pessoas católicas continua sendo maioria no país (64,6%), sendo essa uma herança da colonização promovida pela Igreja no Brasil. A população evangélica ocupa o segundo lugar (22,2%) e, em contrapartida, os dados do Censo demonstram que as religiões Candomblé e Umbanda (de raízes africanas e indígenas) representam apenas 0,3% da população.

Ainda de acordo com o Censo, há 1.393.208 de Testemunhas de Jeová no Brasil. As Testemunhas surgiram nos Estados Unidos no final do século XIX, durante a Guerra de Secessão; tal Guerra acarretou em decepções e inquietações que deram abertura ao surgimento de grupos fundamentalistas. Advindas do protestantismo conservador, as Testemunhas de Jeová defendem um conjunto de princípios bem definidos, considerando a inerrância bíblica (que considera a Bíblia como livre de contradições), e tendo caráter milenarista, ou seja, que creem no Retorno de Cristo e no Milênio (SILVA, 2010).

São conhecidas por baterem nas portas das casas das pessoas de forma missionária, propagando a escatologia (acontecimentos que dizem respeito ao fim do mundo). Como a salvação está atrelada ao seguimento rigoroso da doutrina, as Testemunhas possuem uma construção de identidade coletiva sistematizada por meio da negação de outras crenças e no afastamento de práticas ditas mundanas, ou seja, que não condizem com os valores, costumes e estilo de vida apontados pela doutrina (BASTOS, 2013).

Por definição, o Fundamentalismo nada mais é do que a busca por fundamentos, proporcionando uma sensação psíquica de segurança a indivíduos que se encontram fragilizados, desenraizados e inseguros através do cumprimento de normas. Frente às incertezas da vida, a religião pode se tornar uma fonte de apoio em relação a perdas, dores e o caos social. Assim, o retorno à dimensão da fé e a uma autoridade absoluta proporcionam promessas de cura e libertação. Porém, o Fundamentalismo bíblico cristão acaba trazendo características extremistas à religiosidade: a apologia direcionada à Bíblia como única e absoluta verdade, aversão a estudos teológicos e bíblicos a partir de critérios de pesquisa moderna, além de proselitismo e alienação frente a questões políticas e sociais (GUIMARÃES, 2014).







Psíquica e ideologicamente falando, o fundamentalismo religioso propicia alienação socioeconômica e política, além de dar espaço a preconceitos frente a outras formas de experienciar o mundo, o que acaba afetando as relações sociais e propiciando problemas psicológicos e desajustes sociais. Isso se dá devido à capacidade de neutralização de exigências ambientais e estresses que a religião proporciona; problemas interpretados como "de fora" do controle do indivíduo (como problemas financeiros e saúde) são amenizados, porém o de origem "interna" são potencializados (como a percepção de falhas pessoais e problemas familiares). Dessa forma, cria-se um terrorismo psicológico: o medo de errar (pecar) e, assim, ser punido com a perda da salvação e com a desaprovação do grupo religioso começam a ser um conflito cotidiano para o indivíduo (LIBÓRIO e GUIMARÃES, 2015).

Guimarães (2014) demonstra que como, geralmente, os adeptos se encontram em pequenas comunidades, é comum o estreitamento de intimidades voltadas à dinâmica familiar. Com isso, criase um controle informal sobre a família do adepto, podendo causar interferências e até denúncias às autoridades eclesiais. Com a constante vigilância de si e do outro, é crescente o conservadorismo, intransigência e autoritarismo do fiel. Uma das consequências socioculturais do fundamentalismo religioso e rígido doutrinamento é a intolerância, demonstrada através de uma visão de mundo maniqueísta. Tal intolerância visa uma proteção espiritual e institucional: foge-se da dúvida quanto aos princípios da igreja e, ao mesmo tempo, contra "pessoas mundanas" e renegadas, que estão sujeitas às "armadilhas do inimigo" (o diabo).

Tendo isso em vista, é notável o crescimento da chamada intolerância religiosa contra populações de terreiro (que nesse trabalho irá se referir às religiões de matrizes africanas e indígenas). Assim, o termo "intolerância religiosa", na verdade, acaba se referindo ao racismo religioso; isso porque o pós-abolição usou como estratégia a criminalização e a depredação (física e epistêmica) de uma cosmologia que não é branca e ocidental. É possível encontrar um exemplo de racismo religioso no livro Jubiabá, originalmente publicado na década de 30:

Mas, apesar dos elogios, Antônio Balduíno não se sentira muito disposto a falar com Jubiabá. Isso de levar brancos e principalmente desconhecidos, para as macumbas, não dava certo. Podia ser um polícia que ia só para prender todo mundo. Uma vez tinham metido Jubiabá na chave, o pai-de-santo passara a noite lá, e tinham levado Exu. Foi preciso que Zé Camarão, que era finório como ele só, fosse buscar o Orixalá na própria sala do delegado, nas barbas do soldado. Quando o malandro chegou com o Exu debaixo do casaco foi uma festa. E houve uma macumba que durou a noite toda para desagravar Exu, que estava furioso e poderia perturbar as outras festas depois (AMADO, 2008, p.102).

Há um percurso histórico-legal de perseguição às populações de terreiro. Desde os primórdios da República Brasileira o aparato jurídico deu respaldo às perseguições religiosas baseadas em concepções científicas eugenistas que sustentavam o sistema colonial e escravocrata. A atual perseguição religiosa por parte da comunidade evangélica reproduz tais conceituações racistas em favor do apagamento das heranças africanas e dos povos originários e de uma construção de uma "sociedade brasileira cristã", que vai de encontro ao estado laico proposto na Constituição de 1988 (DIAS, 2019).

Metodologia







Esse estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa por abordar aspectos da realidade e das dinâmicas das relações sociais que não são quantificáveis. Nesse sentido, busca-se aqui ampliar o olhar sobre as situações narradas na experiência de atendimento psicológico (ao qual se baseia o presente estudo de caso), descrevendo parte das reflexões da prática de atendimento e a interpretação das situações trazidas, tendo como base a preocupação ética no que envolve o ser humano e seus discursos (ZANATTA e COSTA, 2012; MINAYO, 1994).

Como delineamento de pesquisa, o presente trabalho representa um estudo de caso por se permitir conhecer de forma mais ampla e exaustiva um fenômeno específico; assim, é um estudo empírico que lida com as complexas situações do contexto da realidade desse fenômeno (GIL, 2009).

Por se tratar de uma pesquisa que objetivou o aprofundamento teórico de experiência advinda de Estágio Supervisionado em Psicologia com ênfase social e escolar, da Universidade do Estado da Bahia, não foi realizada submissão em Comitê de Ética, tendo por respaldo o Art. 1º, Inciso VII, da Resolução Nº 510/2016 do CNS. O estágio supervisionado, a partir do qual se realizou o atendimento que será aqui descrito, ocorreu em uma instituição pública de educação na cidade de Salvador.

O caso ao qual se refere o presente trabalho se deu a partir da realização de plantão psicológico, realizado com a comunidade institucional no ano de 2021, de agosto a novembro. Por serem atendimentos realizados durante o curso da pandemia da Covid-19, os plantões ocorreram de forma remota. Aqui será contado o caso de Toni, que teve os atendimentos realizados pela estagiária com supervisão da psicóloga responsável durante três meses.

Toni, nome fictício que será aqui adotado, é um estudante negro de 19 anos. O estudante foi primeiramente atendido no Plantão Psicológico aberto à comunidade institucional. O Plantão tem sido definido como uma prática clínica da contemporaneidade, em que o profissional da Psicologia precisa estar disposto a se deparar com o não-planejado, pois se constitui como um espaço de escuta e acolhimento a uma pessoa que esteja apresentando uma demanda psíquica naquele momento, sendo visto como um atendimento mais breve (REBOUÇAS e DUTRA, 2010; GOMES, 2012).

A partir desse atendimento foi identificado que o estudante precisava de um acompanhamento mais próximo, a fim de ser encaminhado para um acompanhamento continuado. Na seção abaixo será descrita a análise crítica do caso, a questão mobilizadora do estudante e os recursos utilizados no seu acolhimento e assistência.

Encontros em Jubiabá: deslocamento das narrativas fundamentalistas

Toni traz como sua principal questão a saída da religião Testemunhas de Jeová, que sua família faz parte, pois não tinha convicções naquela crença. Além de sofrer diversas represálias, isolamento da sua rede social ligada à igreja, e desconsiderações quanto à sua nova visão de vida, após 2 anos de ter saído oficialmente da instituição Toni relata intenso sofrimento: insônia, queda de cabelo, pressão alta e falta de motivação.

A fim de contextualizar, Toni entrou em contato com tal religião aos cinco anos de idade, por conta própria. Diz que foi "evoluindo" dentro da instituição até ser batizado aos 14 anos, sendo reconhecido oficialmente como membro da instituição. Ele compartilha a percepção de que perdeu a vivência da infância, pois assumiu responsabilidades de um adulto (como cuidar de cargos da igreja e o estudo de oratória), apresentando uma autocobrança de excelência nos trabalhos que lá exercia. Tendo isso em vista, ao sair da igreja aos 16 anos, se considera punido devido à rejeição e isolamento dentro de sua própria família, além da mudança de tratamento: de orgulho, passou a ser tratado como vergonha. Assim, segundo suas próprias palavras, sente que precisa reaprender a viver.







Lírio (2013), em estudo sobre adolescentes no fundamentalismo cristão, relata que dentro de religiões cristãs fundamentalistas os dois últimos anos da adolescência se apresentam como um período de crise, em que o "adolescente adultizado" (p. 3) irá optar entre assumir a identidade cultural do ambiente religioso em que se encontra ou transcorrer a fronteira dos parâmetros estabelecidos pela igreja e se retirar da instituição. Assim, esse pode ser um período de questionamentos e reflexões sobre "os sistemas de representação que lhe foram apresentados, as estruturas discursivas e narrativas que aprendeu nas classes bíblicas e as relações de poder a que esteve atrelado até então" (p. 3).

Diante do processo de ruptura e reconstrução subjetiva de Toni, utilizou-se como fundamentação teórica a Terapia Narrativa criada por Michael White e David Epston, que reconhece a linguagem como meio de construção de significados que são situados histórica e culturalmente (BRITO e GERMANO, 2016). Assim, buscou-se formar uma parceria com Toni, construindo com ele novos entendimentos sobre sua realidade. Ao utilizar a literatura como aliada nessa reconstrução, Toni trouxe a leitura de Jubiabá, do escritor baiano Jorge Amado (2008). A literatura foi um espaço em que Toni encontrou suporte simbólico para revisitar suas próprias histórias de vida, a fim de criar novos significados no atual momento (LAHM-VIEIRA, BOECKEL, RAVA, 2016).

O livro conta a história de Antônio Balduíno, um homem negro que vive na periferia de Salvador no período do pós-abolição. No morro em que vivia, morava também o Pai de Santo Jubiabá, por quem Balduíno nutria grande admiração por esse ser um homem sábio, que auxiliava o povo negro; Jubiabá representava respeito e liberdade. Da mesma forma, desde criança Balduíno desejava ser reconhecido em um ABC (livretos populares que contavam histórias heroicas).

Por conseguinte, para Balduíno o candomblé foi um meio pelo qual ele pôde se apropriar de sua identidade e construção social enquanto pessoa negra. Quando falamos em identidade, falamos de construções de imagens e representações sociais ao longo da história. Porém, leva-se em consideração que toda identidade além de construída é relacional, ou seja, é marcada pela diferença; e essa diferença é sustentada pela exclusão. Dessa forma, algumas representações acabam prevalecendo como a representação hegemônica de um grupo social (HALL, 2014; FERNANDES e SOUZA, 2016).

A partir disso, a identidade branca é tida como o padrão social em detrimento de marcadores sociais que estereotipam e essencializam a identidade negra, baseando-se em ultrapassadas teorias biológicas. Não podemos esquecer que a identidade também se vincula a condições sociais e materiais. Dessa forma, efeitos como a exclusão social e desvantagens materiais são direcionados às pessoas negras (WOODWARD, 2014).

Em Jubiabá a luta pela liberdade dos cultos de origem africana é também uma luta racial, pela dignidade da vida de pessoas negras. A narrativa associa a liberdade desses cultos à luta de classes, pela emancipação da classe trabalhadora (DIAS, 2015). No livro, o processo de despertar de Balduíno para liderar greves trabalhistas se deu através do elemento religioso. Não à toa, a música sacra do Candomblé é retratada como ponte entre a identidade negra vinda de África com a identidade negra construída na realidade brasileira:

Eram sons de batuque que desciam de todos os morros, sons que do outro lado do mar haviam sido guerreiros, batuques que ressoavam para anunciar combates e caçadas. Hoje eram sons de súplica, vozes escravas pedindo socorro, legiões de negros de mãos estendidas para os céus. [...] Hoje as macumbas e os candomblés enviavam aqueles sons perdidos. Era como que uma mensagem a todos os negros, negros que na África ainda combatiam e caçavam, ou negros que gemiam sob o chicote do branco. [...] Antônio Balduíno se rojava na areia desesperado. Nunca tivera uma angústia tamanha. Ódio que se revolvia dentro dele (AMADO, 2008, p. 127-128).







Assim, a narrativa de Jorge Amado permitiu ao estudante Toni uma abertura de horizontes frente a uma identidade negra negativa que a ele foi mostrado nos círculos sociais, dentre eles a igreja. Ao se deparar com a cultura negra, tendo aqui como representante em destaque as religiões de origem africana longe da demonização presente no fundamentalismo cristão, Toni entende que o contato com a cultura de seu povo representa uma transformação social.

Toni encontra em Balduíno leveza, mesmo em meio a erros e aventuras em busca de ser um herói baiano digno de um ABC; essa leveza é algo que Toni afirma buscar. Mas como ser leve quando se vive para evitar o erro (simbolizado pelo pecado)? Ao longo dos atendimentos, essa foi uma ponte feita entre a literatura e a realidade de Toni: ele percebe que mesmo saindo do ambiente religioso, há uma constante autocobrança de si em ser perfeito, não errar, "não pecar".

O fundamentalismo cristão exige uma total submissão e uma conduta que busca a perfeição como requisitos para a salvação e uma vida sem sofrimentos (VANAZZI, 2021). Lírio (2013) discorre que as igrejas fundamentalistas, ao oferecerem aos adolescentes um papel de aprendiz e propostas definidas pela estrutura institucional e das lideranças, acabam fornecendo uma proteção contra insegurança e incerteza em uma etapa da vida em que se está muito voltado às expectativas e aprovação do grupo que faz parte.

Apesar disso, quando olhamos para o marcador racial, a presença no espaço da igreja não envolve pertencimento, já que a cultura negra é negada e demonizada. Assim, torna-se também um espaço de embranquecimento para ser aceito. Lélia Gonzalez, entre a década de 80 e 90, já se atentava à conjuntura de negros no espaço evangélico:

Certa feita meus alunos fizeram uma pesquisa sobre ditos contra o negro, a expressão do racismo deles tem muito a ver com isso: "Crioulo vira protestante para chamar branco de irmão". Essa aí é trágica, mas de repente passa por aí mesmo, porque é aquela atenção, é aquela preocupação no sentido de ser igual ao branco, no entanto há diferença, pois essa diferença está sendo repassada o tempo inteiro. É uma espécie de consenso, no que diz respeito à rejeição do movimento negro, muito interessante (GONZALEZ, 2020, p. 240).

Gonzalez aponta a busca de perspectiva de pessoas negras através da conversão a denominações protestantes trazidas para o Brasil por pastores do Sul dos Estados Unidos, tendo como característica aqui a reprodução do discurso da democracia racial, a negação da questão racial e a demonização de religiões de origem africana e indígena.

O discurso é "Somos todos iguais" ou "somos todos irmãos em Cristo"; porém, ao observar atentamente, hierarquias raciais e de gênero são bem definidas. Assim, o processo de embranquecimento nesses espaços acaba sendo uma oportunidade de certa aceitação ou tolerância. Tal situação reforça a autocobrança que pessoas negras têm de si; devido às inúmeras barreiras, "'Ser três vezes melhor' é o esforço para ser minimamente reconhecido e, ainda assim, correndo o risco de não ser, já que é um corpo que não se adequa ao padrão branco" (JESUS, M., 2021, p.38).

É possível notar essa autocobrança em Toni quando ele relata seu intenso estudo de oratória na igreja, alcançando espaço de destaque. Mas como essa é uma posição condicionada à adequação ao espaço da instituição, ao sair dela o jovem é visto como uma vergonha à família, já que passa a questionar as doutrinas postas e, inclusive, vê nas religiões de matriz africana e indígena um contraponto a tais ideias da igreja. Assim, é direcionado a Toni sentimentos de reprovação, culpabilização e inadequação, o que contribui ao adoecimento psíquico (VANAZZI, 2021).







Toni conta sentir muita raiva e mágoa por tais violências ocasionadas pelos preceitos fundamentalistas da igreja que a família faz parte; tornou-se inconcebível permanecer naquele espaço (físico e simbólico). Além disso, o estudante destaca a identificação com Balduíno sobre a revolta frente aos trabalhos exploratórios que são direcionados às pessoas negras:

— Negro ainda é escravo e branco também — atalhou um homem magro que trabalhava no cais —, todo pobre é ainda escravo. Escravidão ainda não acabou... Os negros, os mulatos, os brancos baixaram a cabeça. Só Antônio Balduíno ficou com a cabeça erguida. Ele não ia ser escravo. (AMADO, 2008, p. 42).

Em consonância a Balduíno, Toni afirma que "não quero me submeter a 'trabalho de negro", afirmando não romantizar a luta de pessoas negras por uma vida digna. Toni sabe que deveria não lutar pelo mínimo, resumir o "ser negro" a ser sinônimo de luta e resistência, mas também sabe que isso é o que precisa ser feito "para fazer a vida andar pra frente", segundo suas palavras. Tanto em relação ao sistema religioso quanto em relação ao sistema capitalista, a raiva demonstra ser um impulsionador de mudanças na sua própria vida.

Audre Lorde (2007), importante escritora negra, fala que sua resposta às diversas opressões (com destaque ao racismo) é a raiva. A raiva possui energia e informação e, quando canalizada, torna-se poderoso instrumento para mudança e crescimento. A expressão da raiva de uma pessoa negra se torna ainda mais poderosa quando, historicamente, foi ensinado pela branquitude a reprimir essa emoção como uma forma de controle, o medo de se tornar um alvo dessa raiva (Hooks, 1995).

Dessa forma, tomando como ferramenta simbólica o personagem Balduíno, Toni também entende a raiva como um deslocamento das narrativas fundamentalistas que permearam sua vida. A fuga de tal narrativa encontra na raiva e na inconformidade um caminho de saída para a culpa cristã, do peso de uma imperfeição construída pela narrativa cristã.

Considerações finais

Diante das incertezas e perdas da vida, a religião pode assumir papel de apoio e segurança para pessoas que se encontram fragilizadas e/ou inseguras socialmente, sendo esse um dado de saúde mental amplamente difundido. Porém, na realidade brasileira o fundamentalismo cristão se revela através de uma autoridade absoluta dos aparatos doutrinários, desencadeando alienação política e social e preconceitos frente a outras formas de experienciar o mundo. Uma manifestação de tais preconceitos é o racismo religioso que, apoiado em conceituações coloniais, atua em favor do apagamento das figuras espirituais que fazem parte da cultura de heranças africanas e de povos originários.

A partir do presente trabalho, pode-se considerar que o fundamentalismo cristão pode ser um desencadeador de sofrimento psíquico. Toni escolheu se afastar de uma religião fundamentalista cristã a qual participou grande parte da vida, e no processo de reconstrução subjetiva de sua identidade negra teve como suporte simbólico o livro Jubiabá. Ao entrar em contato com a história de Balduíno na busca da dignidade da vida negra e com a representação de figuras negras divinizadas das religiões de matriz africana, Toni pôde entrar em contato com a própria raiva relacionada às violências sofridas a partir do espaço da igreja e revisitar a própria história de vida, criando novos significados para suas vivências.

Referências

AMADO, J. Jubiabá. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.







BASTOS, C. N. R. S. Representações de família e visão de mundo entre as Testemunhas de Jeová Santo Estevão/ Ba (1970-2001). In: Simpósio Nacional de História, 27., 2013, Natal. **Anais eletrônicos**... Natal, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874924_67fd684ed6f71e6c3b4c00ee2dc8afa2.pdf. Acesso em: 31 out. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio de 2016. Disponível em:

http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf . Acesso em: 26 nov. 2021.

BRITO, R. M. DE M.; GERMANO, I. M. P. Terapia narrativa e abordagem colaborativa: contribuições do construcionismo social para a clínica pós-moderna. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 22, n. 47, p. 57-73, mar. 2016. ISSN 2594-4363. Disponível em: https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/7>. Acesso em 19 nov. 2021.

DIAS, J. F. Orixás de Amado: o imaginário africano em Jubiabá. In: Colóquio Internacional 100 anos de Jorge Amado. O Escritor, Portugal e o Neorrealismo, 2015, Lisboa. **Anais eletrônicos**... Lisboa, 2015. Disponível:

https://www.researchgate.net/publication/265346559_Orixas_de_Amado_o_imaginario_africano_em_Jubiaba. Acesso em: 01 nov. 2021.

_____. "Chuta que é macumba": o percurso histórico-legal da perseguição às religiões afrobrasileiras. **Sankofa** (**São Paulo**), [S. l.], v. 12, n. 22, p. 39-62, 2019. DOI: 10.11606/issn.1983-6023.sank.2019.158257. Disponível em:

https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/158257. Acesso em: 17 nov. 2021.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. C. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros [online]**. v. 00, n. 63, p. 103-120, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rieb/a/Qxn7Fj4Q5d73gGYsQKHyJ4s/?lang=pt#. Acesso em: 01 nov. 2021. https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p103-120.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, F. M. D. Plantão psicológico: atendimentos em situações de crise. **Vínculo**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 18-26, jul. 2012. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902012000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 17 nov. 2021.

GUIMARÃES, V. R. **Fundamentalismo bíblico protestante**: Abordagem Histórica e Implicações Sociorreligiosas. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) — Programa do mestrado em ciências da religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. hooks, b. Killing Rage: ending racism. New York: Henry Holt and Company, 1995.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de **2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.







JESUS, M. G. **O racismo como mediador de sofrimento psíquico**: percepções na clínica psicológica. 2021. Monografia (Graduação em Psicologia) — Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

LAHM-VIEIRA, C. R.; BOECKEL, M. G.; RAVA, P. G. Revisando intervenções narrativas: ferramentas para o contexto terapêutico. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 20, n. 40, p. 99-114, mai. 2016. Disponível em: https://revistanps.com.br/nps/article/view/87>. Acesso em 19 nov. 2021.

LIBÓRIO, L. A.; GUIMARÃES, V. R. Influências psicossociais e religiosas do fundamentalismo bíblico na saúde integral dos adeptos de uma Igreja. **Paralellus**, Recife, v. 6, n. 12, p. 217-236, jan./jun. 2015. ISSN: 2178-8162. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/236214855.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.

LÍRIO, L. C. Adolescentes gaúchos num contexto fundamentalista. In: Encontro nacional do GT história das religiões e das religiosidades, 4., 2013, Maringá. **Anais**... Maringá, v. 5, n.15, jan/2013.

LORDE, A. Sister Outsider: Essays & Speeches. **Crossing Press**, Berkeley, p. 124–133, 2007. Disponível em: https://www.justicadesaia.com.br/os-usos-da-raiva-mulheres-respondendo-aoracismo/. Acesso em: 17 nov. 2021.

MINAYO, M. Ciência, Técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 9-15.

REBOUÇAS, M. S. S.; DUTRA, E. Plantão psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade. **Rev. abordagem gestalt**., Goiânia, v. 16, n. 1, p. 19-28, jun. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 17 nov. 2021.

GONZALEZ, L. A cidadania e a questão étnica. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020. p. 232-241.

RUFINO, L.; MIRANDA, M. S. Racismo religioso: política, terrorismo e trauma colonial. outras leituras sobre o problema. **Problemata: R. Intern. Fil**, [S. l.], v. 10. n. 2, p. 229-242, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/49125. Acesso em 28 out. 2021. doi:http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v10i2.49125

SILVA, G. M. Caminhando pelas ruas, batendo de porta em porta: dinâmica religiosa e experiência social entre Testemunhas de Jeová no campo religioso brasileiro. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TORRES, M. R. S.; MARTINS, N. Intolerância religiosa e a demonização de religiões de matriz africana na "pandemônia". **Revista Relegens Thréskeia**, [S. l.], v.10, n. 1, p. 301- 319, 2021. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/relegens/article/view/79296>. Acesso em 17 nov. 2021.

VANAZZI, B. M. R. A Psicologia Clínica diante do Fundamentalismo Religioso Cristão. 2021. Monografia (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.







ZANATTA, J. A.; COSTA, M. L. Algumas reflexões sobre a pesquisa qualitativa nas ciências sociais. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 344-359, ago. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 17 nov. 2021.







d) PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE







CONSTRUÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DE UMA UNIDADE DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rânder Jorge Alcântara Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) randeralcantara@gmail.com

Maria da Conceição Costa Rivemales
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
mariarivemales@ufrb.edu.br

Introdução

A equipe de saúde tem uma série de ações que desenvolvem no território. O psicólogo como participante do Núcleo Ampliado de Saúde da Família apoia a equipe de saúde em diversas ações, inclusive na construção e apoio ao controle social. A atuação conjunta dos profissionais favorece um cuidado da saúde dos usuários de forma ampliada, possibilitando o acompanhamento das situações de saúde, uma maior vinculação com a unidade de saúde, favorecendo a participação dos usuários das atividades do posto, e na construção da participação social. Segundo Monteiro, Figueiredo e Machado (2009) "(...) o vínculo é fundamental no serviço de saúde, pois propicia ao usuário exercer seu papel de cidadão, conferindo-lhe maior autonomia no que diz respeito a sua saúde, tendo seus direitos de fala, argumentação e escolha respeitados (...)". Esse aspecto traz uma perspectiva de que o vínculo favorece perceber as necessidades da população, mas também colabora com que o usuário envolva-se com o controle social, favorecendo seu estabelecimento para que o usuário possa cobrar os seus direitos para uma assistência de qualidade. Dessa forma, objetiva-se descrever a experiência de um psicólogo juntos aos profissionais da unidade na articulação da participação popular na unidade de saúde.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa durante o processo formativo da residência multiprofissional de saúde da família da FESF/FIOCRUZ que utilizou a técnica da observação participante e o diário de campo, realizada na região metropolitana de Salvador, durante o ano de 2018 a 2019. Os dados foram analisados qualitativamente a partir dos conteúdos obtidos pelas técnicas descritas e posteriormente foi realizada a reflexão e discussão sobre a relação dos profissionais na construção da participação do usuário na Saúde da Família.

Resultados e discussão

A atuação na saúde da família passa pela inserção dos profissionais no território e sua articulação com as dinâmicas da comunidade. Ao estarem inseridos e interagir com as pessoas nesse ambiente, foi possível perceber a sua rotina, as redes de apoio, as potencialidades, as necessidades dos usuários e os problemas sociais. Essa aproximação dos profissionais nesse contexto favoreceu o reconhecimento da dinâmica local, os aspectos culturais, religiosos entre outros aspectos, além do mais possibilitou ir em diversos espaços em que o usuário possa expressar suas necessidades e o cuidado em saúde pode







ocorrer, como nas visitas domiciliares. Nesse sentido, reconhecer o território em que o usuário vive, os locais e equipamentos sociais existentes na comunidade favorece o vínculo.

Segundo Santos e Nunes de Miranda (2016, p. 357):

(...) a formação e o desenho do vínculo entre profissionais de saúde e usuários na ESF surge a partir das teias de relações existentes neste âmbito, baseadas no acolhimento, na responsabilização e na confiança entre esses indivíduos, perpassando também pelo reconhecimento do território de atuação. O vínculo constituiu-se em um elemento imprescindível para o fortalecimento das relações na ESF. Corresponde ao mesmo tempo em um recurso terapêutico e em uma ferramenta relevante para o funcionamento da ESF, na medida em que intermedeia a comunicação entre os usuários e profissionais de saúde, concretizando o estabelecimento de uma relação muito próxima entre os mesmos.

O vínculo surge na construção da relação do profissional com o usuário e o reconhecimento do território, que se relaciona diretamente com a relação com a Estratégia Saúde da Família (ESF), estando intrínseco ao seu funcionamento. Logo, a circulação e o reconhecimento do território vinculado à unidade de saúde possibilitaram aproximar-se dos usuários, construir vínculos e perceber os espaços em que vivem, favorecendo escutar as suas necessidades e colaborando para que eles possam frequentar a unidade de saúde. Isso fez com que a unidade de saúde proporcionasse um maior espaço de cuidado em saúde e facilitando com que essa escuta fosse mais qualificada, em que a comunidade participa das atividades do posto, além de cobrar ações e participar da construção do serviço.

Essa aproximação proporcionou uma maior especificidade do serviço para a população, pois ao identificar suas necessidades, favoreceu qualificar a oferta dos serviços da Unidade de Saúde da Família. Além disso, a participação da população através da educação em saúde, grupos, palestras, visitas domiciliares entre outras atividades possibilitou o envolvimento dos usuários com a unidade e o surgimento das reuniões com a comunidade. Por meio dessas reuniões, os usuários foram motivados a participarem dessas reuniões e falarem sobre suas necessidades de saúde, o que a unidade de saúde poderia estar desenvolvendo mais os serviços.

Como princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) a participação popular e o controle social em saúde garantem que a população participe da construção e o controle das políticas públicas de saúde, sendo aspecto de muita relevância política e social. Desse modo, a participação da comunidade integra o cotidiano dos serviços de saúde, devendo ser garantida e incentivada, seja através participação no planejamento das ações prioritárias, sua aplicação e avaliação (ROLIM; CRUZ; SAMPAIO, 2013). Dessarte, os profissionais de saúde como integrantes dos SUS tem um papel importante para a mobilização da população para a participação social na unidade de saúde e em outros espaços de controle social.

Além disso, pelo SUS estar em um território muito diversificado, fortalecer o controle social em cada comunidade, é entender que em cada local tem suas especificidades e essa participação precisa ser considerado nas decisões nas construções das políticas públicas na área da saúde, alcançando o princípio da equidade por reconhecer as necessidades distintas. Com isso, ao considerar ao incentivar a participação da população nos serviços de saúde e o seu maior envolvimento com suas necessidades e demandas, o usuário ocupará o eixo central das atividades da unidade, qualificando as ações, com uma perspectiva de melhoria nos índices da saúde (CARVALHO; OLIVEIRA, 2017).







Ademais, percebe-se que esses diversos aspectos são significativos para a atuação na saúde da família, não deixando de considerar a importância do trabalho da equipe através do vínculo com o usuário dentro do seu território na construção do controle social da unidade.

Considerações finais

A experiência do psicólogo durante a atuação na saúde da família ao colaborar em várias atividades que estimularam o controle social, proporcionou perceber que o fortalecimento e as especificações das ações de saúde na unidade dependem do envolvimento do usuário. Esse aspecto só foi possível com a construção do vínculo e a inserção do profissional de saúde no território, em que pode conhecer os diversos aspectos da comunidade e do cotidiano das relações dos usuários e seus modos de vida dos usuários nos ambientes.

Além disso, possibilitou escutar as demandas dos usuários com relação à saúde, entender suas necessidades e refletir sobre as práticas dos serviços para ampliação do cuidado, fortalecendo as ações de saúde.

Referências

CARVALHO, M. F. F.; OLIVEIRA, E. T. **Fortalecimento da participação popular e controle social de uma unidade de saúde do município de Piripiri-PI**. 12 f. Trabalho de Conclusão de Curso — Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017. Disponível em https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/14841/1/ARTIGO_MAYANNA_ARES.pdf. Acesso em 4 Dez. 2021.

MONTEIRO, M. M., FIGUEIREDO, V. P. e MACHADO, M. F. A. S. Formação do vínculo na implantação do Programa Saúde da Família numa Unidade Básica de Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. v. 43, n. 2, p. 358-364, 2009. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000200015. Acesso em 4 Dez. 2021.

ROLIM, L. B.; CRUZ, R. S. B. L. C.; SAMPAIO, K. J. A. J. Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. **Saúde em Debate**. v. 37, n. 96, p. 139-147, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n96/16.pdf. Acesso em 4 Dez. 2021.

SANTOS, R. C. A.; NUNES DE MIRANDA, F. A. Importância do vínculo entre profissional-usuário na estratégia de saúde da família. **Revista de Enfermagem**. v. 6, n. 3, p. 350-359, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/17313. Acesso em 4 Dez. 2021







e) PSICOLOGIA E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL







A REDE DE PROTEÇÃO INTERSETORIAL DE LAURO DE FREITAS – BA, ENTRE OS ANOS DE 2017 A 2020, RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA SISTÊMICA

Débora Luisiana Santos Sousa Carvalho⁸ Secretaria Municipal de Educação de Lauro de Freitas-Ba deboraluisiana@gmail.com Edna

Garia das Graças Durão Assistente Social⁹ Secretaria Municipal de Gestão Social de Boa Vista-Roraima ednadurao@hotmail.com

Isabel Macedo Torres da Silva¹⁰ Secretaria Municipal de Educação de Lauro de Freitas-Ba isabelmacedotorres@gmail.com

> Mônica Cristina de Jesus Caldas¹¹ Grupo Redefinir, Psicologia e Cuidado em Rede monicacricaldas@gmail.com

Introdução

O trabalho em questão apresenta a experiência de funcionamento da rede de proteção intersetorial do município de Lauro de Freitas-Ba, entre os anos de 2017 e 2020. À época, as autoras ocupavam cargos de gestão do SUAS, nas áreas de Proteção Social Especial Básica, Proteção Social Especial, Coordenação de CRAS e Vigilância Socioassistencial. A experiência de mobilizar o trabalho em rede foi fomentada pela Superintendência do Sistema Único de Assistência Social no ano de 2017,

_

⁸ Graduada em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia-UFBA (2007) e Pedagogia pela Universidade Cidade de São Paulo- UNICID (2018). Especialista em Gestão de Pessoas pela UNIME(2012) e Gênero e Sexualidade na Educação/UFBA (2020). Técnica da Coordenação de Planejamento e Monitoramento de Ações da Secretaria Municipal de Educação de Lauro de Freitas-Ba. Membro do Grupo Redefinir, Psicologia e Cuidado em Rede.

⁹ Graduada pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Pós Graduada em Administração e Planejamento de Projetos Sociais pela Universidade Gama Filho, Especialista em Gerontologia. Analista Municipal-Assistente Social na Secretaria Municipal de Gestão Social de Boa Vista-Roraima. Membro do Grupo Redefinir, Psicologia e Cuidado em Rede.

Psicóloga (CRP-03/2992) graduada pela Universidade Federal da Bahia (2004). Especialista em Gênero e Desenvolvimento Regional (com concentração em Políticas Públicas)/UFBA, (2012). Técnica da Coordenação de Planejamento e Monitoramento de Ações da Secretaria Municipal de Educação de Lauro de Freitas-Ba. Membro do Grupo Redefinir, Psicologia e Cuidado em Rede.

¹¹ Psicóloga (CRP-03/2895), graduada pela Faculdade Paulistana de Ciência e Letras – SP, Membro do Grupo Redefinir, Psicologia e Cuidado em Rede.







por reconhecer a intersetorialidade como um dos princípios organizativos do Sistema Único de Assistência Social/SUAS, que abrange a integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos. (RESOLUÇÃO Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012, art. 3°).

O relato da experiência de funcionamento da rede foi inicialmente consolidado em artigo escrito em 2018, de conclusão do curso "Trabalho Social com as Famílias no Paradigma Sistêmico", oferecido pela Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas às equipes do SUAS, e atualizada com as informações sobre o funcionamento da rede entre os anos de 2019 e 2020.

Sobre o papel central da intersetorialidade na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, destaca Mencucci (2002):

O novo paradigma para a gestão pública articula descentralização e intersetorialidade, uma vez que o objetivo visado é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem sobre uma população em determinado território". Ou seja, ao invés de metas setoriais a partir de demandas ou necessidades genéricas, trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e intervir através das políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida. O que Aldaíza Sposati tem chamado de atender a necessidade e não o necessitado. (MENCUCCI, 2002, apud PNAS, 2004. p 44).

Na contemporaneidade a intervenção em rede e a intersetorialidade manifestam-se como princípios ordenadores das Políticas Públicas. De maneira geral, de acordo com Pereira (2011), o termo Rede pode ser entendido como o entrelaçamento de fios com o objetivo de se formar uma trama. Este é um dos conceitos atribuídos às redes, mas o mais importante é no que uma organização em rede pode proporcionar, como o contínuo fluxo de informações e mudanças, a descentralização de ações e poder.

A respeito do trabalho em rede, Bourguinon (2001) afirma:

Refletir e propor o trabalho social em rede constitui-se, hoje, um grande desafio para profissionais vinculados às políticas públicas, gestores municipais, conselheiros pertencentes aos diferentes Conselhos de Direitos que respondem pela garantia dos direitos fundamentais do cidadão, principalmente num contexto em que a exclusão social é marcante. (BOURGUIGNON, 2001, apud PEREIRA, SANTOS e INOCENTE, 2011, p.1).

No âmbito da gestão pública, a questão da intersetorialidade merece destaque no que diz respeito à dinâmica entre os vários setores, realização das ações setoriais, atendimento ao usuário e avaliação de tais Políticas com vistas a efetivação de resultados eficazes. A intersetorialidade é um eixo estruturador utilizado para a efetivação das políticas públicas, uma vez que apresenta aspectos importantes para a articulação de saberes e experiências, além da integração entre as diferentes políticas setoriais, o que é ainda um desafio a ser consolidado.







Neste sentido, compartilha-se a percepção de que o desenvolvimento de ações intersetoriais entre as Políticas Públicas promove a ampliação do desempenho das mesmas, além de proporcionar um olhar mais amplo e integral às demandas da população. A partir da compreensão da Rede de Proteção Intersetorial como uma organização de relações de co-constituição, as autoras do artigo fundamentaram-se no pensamento sistêmico, considerando os pressupostos epistemológicos e teóricos que nortearam esta prática, a serem descritos a seguir.

Fundamentação Teórica

O pensamento sistêmico como novo paradigma da ciência

Segundo Bertalanffy citado por Pereira (2011), o sistema é definido como um complexo de elementos mutuamente interdependentes em estado de interação, diferenciando-o do aglomerado de partes independentes.

Esteves de Vasconcellos (2010), citada por Pereira, Santos e Inocente (2011), explicita a origem da palavra "sistema", que deriva do grego synhistanai e significa colocar junto. O entendimento sistêmico requer uma compreensão dentro de um contexto, de forma a estabelecer a natureza das relações. Cada um dos sistemas forma um todo com relação às suas partes e é, também, parte de um todo. Percebendo os sistemas como totalidades, mudanças em uma das partes provocam mudanças no todo.

Observa-se, na segunda metade do século XX, o surgimento de um novo paradigma de ciência, que recebe diferentes rótulos: paradigma sistêmico, pensamento sistêmico, paradigma da complexidade, paradigma quântico, pensamento holístico, dentre outros, cujas diferenças nos pressupostos epistemológicos entre o paradigma da ciência tradicional e o paradigma do pensamento sistêmico, foram destacadas pela autora Esteves de Vasconcellos (2002).

A respeito da concepção da autora, Mateus Esteves de Vasconcellos (2014) enfatiza:

Essa autora destaca como dimensões epistemológicas do paradigma de ciência tradicional: a simplicidade, a estabilidade e a objetividade; e contrapõe a elas as três dimensões correspondentes no paradigma de ciência contemporânea: a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade. Assumir o pensamento sistêmico como novo paradigma de ciência significa, então, assumir que os objetos que estudamos e com os quais convivemos, e nós mesmos, somos sistemas complexos, que existimos em contextos, como elementos de sistemas mais amplos (complexidade). Além disso, significa assumir que o tempo cumpre um papel fundamental na existência dos sistemas, significa admitir que os sistemas têm história e que uma mudança presente determina as possibilidades de mudança que se abrem para o sistema no futuro, implicando na imprevisibilidade do comportamento futuro do sistema (instabilidade). Ainda mais, pensar sistemicamente também significa acreditar que os sistemas,







inclusive nós mesmos, somos sistemas que não existimos enquanto tais de forma transcendente, objetiva, mas que os sistemas que conhecemos só emergem para nós a partir do momento que os distinguimos enquanto tais, em nossas interações linguísticas (intersubjetividade). (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2014, p. 4).

Quadro I – Dimensões do Paradigma de Ciência

PARADIGMA DE CIÊNCIA TRADICIONAL	PARADIGMA DE CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA (PENSAMENTO SISTÊMICO)
Simplicidade análise, disjunção, fragmentação, causalidade linear	Complexidade contextualização, causalidade recursiva
Estabilidade determinação, previsibilidade, reversibilidade, controlabilidade	Instabilidade indeterminação, imprevisibilidade, irreversabilidade, incontrolabilidade
Objetividade realidade única e objetiva, representação da realidade, uni-versum	Intersubjetividade coconstrução da(s) realidade(s), multi-versa

Fonte: Adaptado de Esteves de Vasconcellos (2002),

De acordo com Esteves de Vasconcelos (2010, apud L. B. GOMES, S.D. BOLZE, R. K. BUENO E M. A.CREPALDI, 2014), partir da abordagem sistêmica, o mundo material é visto como uma teia dinâmica de eventos inter-relacionados, cuja ênfase está nas relações e não nos objetos, ou seja, os próprios objetos são redes de relações, embutidas em redes maiores.

A distinção nos domínios linguísticos dos afazeres dos cientistas geralmente considera três dimensões: epistemologia, teoria e prática. De acordo com Vasconcelos (2015, p.7) "a proposta de uma nova metodologia, ou seja, uma proposta para a realização de uma prática inovadora deve não só conter as diretrizes ou orientações básicas para a ação do profissional que queira aplicá-la, como ainda deve explicitar a epistemologia e a teoria em que se fundamenta essa prática".

Considerando a epistemologia da ciência como as crenças ou pressupostos do cientista/profissional, que interferem nas teorias concebidas como conjunto de princípios elaborados para a compreensão/explicação de um dado fenômeno de interesse. É a partir desse conjunto articulado e coerente de crenças/pressupostos epistemológicos, de princípios/conceitos teóricos que são propostas as orientações/diretrizes para a prática. Neste aspecto, a equipe que conduziu o trabalho com a rede intersetorial aqui apresentada compreende que a rede de proteção intersetorial não existe como uma realidade a priori e independente das relações estabelecidas. Ela somente existe a partir da observação dos participantes sobre as relações estabelecidas entre eles. A existência de dispositivos, equipamentos públicos e profissionais não pressupõe um trabalho em rede, se os seus integrantes não se distinguem







como fazendo parte dela. Esta visão coaduna com as contribuições do biólogo Chileno Humberto Maturana, que elaborou o que pode ser chamado de "A nova Teoria Geral dos Sistemas", segundo a qual "a realidade e os sistemas emergem das distinções do observador", reconhecendo a "inevitável participação do observador – o sujeito do conhecimento – em toda e qualquer afirmação sobre seu objeto de interesse" (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2015, p. 8).

Os sistemas sociais humanos, tais como a rede que será abordada neste artigo, são distinguidos como sistemas linguísticos, ou seja, sistemas de relações entre pessoas que conjuntamente constroem significados para a situação que estão vivenciando, cujos componentes pessoas em interação, que participam espontaneamente deste processo.

Mateus Esteves de Vasconcellos (2013, p. 176), no livro "A nova teoria geral dos sistemas: dos sistemas autopoiéticos aos sistemas sociais" destaca: "Um sistema social humano emerge quando um observador – que pode distinguir a si mesmo como componente desse sistema – aponta, implícita ou explicitamente, para interações fundamentais entre seres humanos que, ao serem realizadas, geram, para aquele observador, uma unidade.".

Os sistemas sociais humanos são também sistemas autônomos, definidos pelo autor como:

sistemas organizados como uma rede de interações entre elementos que, por intermédio dessas interações, têm transformada a maneira pela qual participam dessa mesma rede de interações, redes recursivas de transformações recíprocas entre seus componentes. (...) Isso é assim porque toda conversação é um acoplamento estrutural (na linguagem) entre seres humanos, ou seja, uma rede recursiva de interações (na linguagem) por intermédio das quais esses seres humanos modificam, a cada momento, a maneira como participam dessa mesma rede de interações (na linguagem). (ESTEVES-VASCONCELOS, 2013, p. 178).

A partir desta definição, compreende-se a Rede de Proteção Intersetorial de Lauro de Freitas como um sistema social humano, visto como uma totalidade que define seus próprios limites e extensão e mantém, com seu ambiente, interações recursivas, ou seja, interações constantes e inovadoras. Possui, portanto, o caráter dinâmico, circular e recursivo dos sistemas sociais humanos, cuja organização é realizada sob a forma de transformações recíprocas entre seus componentes.

Nesta condição dos sistemas sociais humanos, Mateus Vasconcelos (2013, p. 184) distingue que as mudanças nos sistemas podem surgir a partir de 3 cursos de interação entrelaçados: "1. Como a própria dinâmica do sistema social humano (interações entres os componentes do sistema social humano); 2. Como resultado das interações entre o sistema e seu meio; 3. Como resultado das mudanças intrínsecas de cada ser humano componente do sistema social humano".







No que se refere ao tipo de rede relatada neste artigo, é possível designá-la, de acordo com a classificação de Bourguignon (2001), citado por Pereira, Santos e Inocente (2011) como rede intersetorial, assim definida:

Redes intersetoriais são aquelas que articulam o conjunto das organizações governamentais, não governamentais e informais, comunidades, profissionais, serviços, programas sociais, setor privado, bem como as redes setoriais, priorizando o atendimento integral às necessidades dos segmentos vulnerabilizados socialmente. (BOURGUIGNON, 2001, apud PEREIRA, SANTOS e INOCENTE, 2011)

Para Costa (1999, apud Graham e Brahim 2013), o fazer do trabalho em rede possui um sentido pedagógico, sua composição possui grande acúmulo de capital social manifestado conforme sua maior ou menor capacidade de se estabelecer objetivos de modo coletivo a médio e longo prazos, coesão entre os grupos, indivíduos e instituições em torno dos objetivos, manutenção da constância nos propósitos.

Situando os serviços das políticas intersetoriais de Lauro de Freitas

Lauro de Freitas é um município da Região Metropolitana de Salvador, situado no Litoral Norte do estado da Bahia, com população de aproximadamente 204.669 habitantes (IBGE, 2021). Atualmente possui 19 bairros: Ipitanga, Vila Praiana, Vilas do Atlântico, Aracuí, Pitangueiras, Buraquinho, Centro, Recreio Ipitanga, Itinga, Portão, Caixa d'Água, Caji, Vida Nova, Quingoma, Parque São Paulo, Capelão, Areia Branca, Jambeiro e Barro Duro. Itinga possui mais da metade da população do município: aproximadamente 90.000 habitantes.

Considerada de grande porte, no âmbito da Política de Assistência Social, até o final de 2020 cidade estava equipada com 6 (seis) Centros de Referências de Assistência Social – CRAS, um Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos distribuído em 3 Núcleos de execução direta e 1 (um) Centros de Convivência do SCFV de execução indireta. Possui parcerias com Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes, com projetos sociais que promovem serviços de convivência e Acolhimento Institucional para pessoas idosas.

A área de Política de Segurança Alimentar dispunha de 1 (um) Restaurante Popular, 1 (um) Banco de Alimentos, 1 (uma) Cozinha Comunitária no bairro de Itinga.

No âmbito da Saúde, possui Centro de Atenção Psicossocial Infantil e Adolescente (CAPS IA), Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), Centro de Atenção Psicossocial II, Policlínica, Clínica de Atenção à Pessoa Idosa, uma Unidade de Pronto Atendimento, uma UPA







Infantil, um Hospital Estadual, quatorze Postos de Saúde, seis Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Conforme previsão constitucional, a sociedade civil organizada e poder público mantém em funcionamento diversos conselhos: Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal da Educação, Conselho Municipal da Mulher, Conselho de Saúde, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Conselho Municipal da Igualdade Racial.

A Metodologia de Atendimento Sistêmico e a situação problema identificada

Na condução deste trabalho utilizou-se a Metodologia de Atendimento Sistêmico, proposta por Esteves de Vasconcellos, que, de acordo com a própria autora, poderá ser aplicada no âmbito das políticas públicas, para viabilizar a articulação entre as diversas instituições/serviços/programas atuando no território.

Sobre a Metodologia de Atendimento Sistêmico, destaca-se:

Como uma metodologia para solução de situação-problema, em contexto colaborativo, de autonomia, cujo processo básico é a coconstrução, presente em todos os passos da sua aplicação: tudo se dá em conversações entre os envolvidos na situação. Sua aplicação constitui-se como um trabalho desenvolvido com um sistema (uma rede de conversações) constituído por pessoas que estão definindo uma situação, em que elas próprias se veem envolvidas como 'situação-problema'" ou simplesmente, como costumam dizer, como um 'problema'. Distinguindo aí a presença de um 'sistema determinado pelo problema' – SDP e estando preparada para aplicar a Metodologia de Atendimento Sistêmico, a Equipe Sistêmica poderá, criando um contexto de autonomia, viabilizar que, com a participação de todos os envolvidos na situação, se construa o encaminhamento de alternativas de solução para a mesma. (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2015, p. 10).

A respeito da situação-problema relatada na metodologia em questão, é necessário assinalar que esta

Não se refere a uma situação pré-existente, objetiva, concreta, exterior às pessoas que conversam ou definida como tal por autoridades ou especialistas. Trata-se de uma definição que emerge de consenso, surgido nas conversações entre os próprios interessados na situação: é o significado que o sistema está dando à situação, é uma construção na conversação, uma "construção social da realidade. (ESTEVES DE VASCONCELOS, 2015, Pag 9).

Dentre os contextos de aplicação da Metodologia de Atendimento Sistêmico, desenvolvida por Vasconcellos e Aun, estas autoras identificam três diferentes áreas: o contexto clínico, contexto de terapia sistêmica e o contexto social, chamado pelas mesmas de atendimento sistêmico.







Importante distinguir, neste trabalho, a aplicação da metodologia no contexto social, descrita a seguir:

- 1 Inicialmente, partiu-se da identificação da situação problema com as equipes da Assistência Social, que se encontrava mensalmente para discutir aspectos técnicos e metodológicos relativos aos seus fazeres profissionais;
- 2 As situações problemas distinguidos pelas equipes referiam-se à: inexistência de fluxos pactuados com os integrantes da rede de serviços do território do município; desconhecimento da totalidade dos serviços executados no âmbito municipal; personalização das articulações entre os serviços; equívocos quanto à função desempenhada, identificados nos encaminhamentos recebidos da rede;
- **3** A partir desta identificação preliminar da situação problema, o grupo elencou os representantes dos dispositivos da rede com os quais se relacionavam/identificavam uma interface na realização dos seus serviços. As pessoas foram convidados, portanto, a reunir-se para debruçar-se sobre o funcionamento da rede, expandir a percepção da situação, sobre as interpelações e objetivos comuns. A situação problema inicial foi, por tanto, ampliada, a partir das diferentes percepções e co construção da rede;
- **4** As autoras do artigo, à época, integrantes da Gestão do SUAS, passaram a atuar como catalisadoras dos encontros, divulgando e convidando os participantes;
- **5** A partir de agosto de 2017, rede passou a reunir-se mensalmente, com a participação média de 30 pessoas, dentre elas membros das equipes das diversas políticas públicas, coordenadores e gestores, além de outros atores da sociedade civil organizada e conselheiros dos conselhos de direitos. A participação das pessoas aconteceu de forma livre e aberta, agregando durante o processo, novos participantes que se sentiram motivados a fazer parte daquele espaço de construção. As reuniões de rede, foram concebidas como os Encontros Conversacionais, descritos na metodologia do Atendimento Sistêmico, como encontros com aqueles que aceitaram o convite para conversar;
- **6** A partir das reflexões dos participantes, sobre as relações da rede e problemas identificados, direcionamentos foram definidos na forma de uma situação-problema solucionável.

Os participantes, elegeram como objetivos:

- 1 Conhecer fisicamente os equipamentos- os locais de funcionamento de todos os serviços;
- 2 Conhecer os serviços prestados e fluxos de trabalho de cada entidade;
- 3 Melhorar os fluxos e a comunicação entre as equipes dos dispositivos da rede, possibilitando encaminhamentos mais assertivos e resolutivos;
- 4 Promover ações integradas a partir de um planejamento conjunto;







5 Organizar um catálogo da Rede de Proteção Intersetorial, de forma a condensar as informações sobre os serviços.

Sobre a metodologia dos encontros, definiu-se, junto aos participantes da rede, a seguinte forma de organização

- 1 Realização das reuniões itinerantes nos diferentes espaços da rede;
- 2 Elaboração de um cronograma de apresentação, no qual cada equipe apresentava no seu próprio espaço físico de atuação os serviços que desenvolvia;
- **3** Findadas as rodadas de apresentação de todos os serviços e participantes, organizou-se um novo cronograma com os temas de interesse da rede, pessoas a serem convidadas para abordar as temáticas e responsabilidade de articulação/convite das mesmas;
- **4** Como desdobramento foram pensadas ainda ações conjuntas, e a criação de comissões específicas para o planejamento e execução destas ações, a partir das áreas de interesse dos participantes;
- 5 Aplicação de um questionário com questões abertas refletindo sobre o funcionamento da rede;
- 6 Proposta de sistematização de informações sobre os serviços da rede, num Catálogo de Serviços.

Representações que compuseram a rede de Proteção Intersetorial, participando das reuniões de rede

- Secretaria de Desenvolvimento Social (Gestão do SUAS, CRAS, CREAS, Depto de Segurança Alimentar e Nutricional, Cadastro Único, Departamento de Habitação, Departamento da Criança e do Adolescente, Departamento de Atenção à Pessoa Idosa);
- Secretaria de Saúde (CAPSIA, CAPSI, CAPSII, NASF, Consultório na Rua, Agentes Comunitários de Saúde, Equipes dos Postos de Saúde);
- -Secretaria de Política para as Mulheres (Gestão e Centro de Referência Lélia Gonzalez)
- Secretaria de Juventude;
- Secretaria de Educação;
- Secretaria do Trabalho Esporte e Lazer;
- Secretaria de Trânsito e Transporte;
- Escola de Governo da Controladoria Geral do município;
- Defensoria Pública;
- Vara da Infância e da Juventude;
- Superintendência Regional do Trabalho;







- Conselho Tutelar;
- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho de Saúde:
- Projeto Crescer;
- Aldeias Infantis SOS;
- Projeto Construindo o Amanhã;
- Associação de Moradores de Itinga;
- ACCABEM:
- Desafio Jovem.

Resultados

Após onze reuniões mensais da Rede Intersetorial realizadas entre 2017 e 2018, as organizadoras elaboraram e aplicaram ao final de 2018, uma entrevista qualitativa, visando conhecer a avaliação dos participantes sobre os resultados alcançados, as dificuldades e desafios identificados pelos membros da Rede.

As respostas foram agrupadas em categorias a partir da similaridade entre as mesmas, conforme apresentadas nos quadros abaixo:

Resultados identificados pelos participantes da Rede

- -Possibilitou aos participantes conhecer os diversos serviços e fluxos de atendimento, contribuindo com o encaminhamento e referenciamento qualificado dos cidadãos;
- -Abertura de um canal de comunicação direta entre os participantes, a partir das reuniões mensais;
- -Promoveu articulações mais efetivas e resolutivas, o compartilhamento de problemas e possíveis soluções, ampliando as perspectivas sobre os mesmos. Casos antes vistos como "fora de alcance", a partir das Reuniões de rede, foram discutidos e encaminhados para resolução partilhada; Contribuiu para o fortalecimento das parcerias e ações integradas

Dificuldades identificadas pelos participantes da Rede

- -Lidar com os limites e lacunas de atuação entre as políticas setoriais;
- -Equipes pequenas que dificultam a conciliação entre o funcionamento dos serviços e a participação nas reuniões;
- -Falta de um mapeamento dos serviços da rede para consulta;
- -Deficiência na divulgação e comunicação das ações dos serviços públicos;
- -Ausência de representações de algumas instituições/serviços que os participantes julgavam importante se fazerem presentes;
- -Diferenças nas condições de acessibilidade nos locais das reuniões;







- -Falta de proposta e soluções objetivas para serem discutidas;
- -Pouco tempo para a divulgação das reuniões.

Sugestões dos participantes da Rede para superação das dificuldades

- -Avaliação dos resultados dos encontros da Rede no ano de 2018 e planejamento para o ano de 2019:
- -Ampliação dos convites à novos participantes, incluindo Prefeita, representantes da Justiça, dentre outros;
- -Maior divulgação das reuniões da Rede;
- -Oficialização das reuniões da Rede;
- -Compromisso dos participantes da Rede no envio das informações para elaboração do Catálogo; Realizar a reunião em um mesmo local;
- -Implantar um sistema informatizado que possibilite o compartilhamento de informações entre os atores da rede:
- -Pontualidade no início das reuniões;
- -Criação do Grupo de WhatsApp;

Desafios

- -Maior envolvimento dos Gestores nas reuniões;
- -Consolidação do Catálogo da Rede como material de fácil acesso aos serviços;
- -Inclusão de mais serviços e atores da rede.

Durante os anos em questão: 2017 a 2020, aconteceram uma média de 11 reuniões anuais, com a participação média de 30 integrantes. Em 2017 e 2018, a rede concentrouse na apresentação dos serviços, dos fluxos de atendimento, das relações de referência e contrarreferência entre os serviços.

No ano de 2019, foram elencados pelos participantes os seguintes temas dos encontros: A atuação do Conselho Tutelar; Trabalho infantil; Situação de rua; Qualificação do atendimento ao público LGBTQI+; Violência doméstica; Abuso sexual; Transtornos mentais na infância e adolescência; Segurança alimentar e nutricional; Uso de substancias psicoativas; Acesso à documentação civil; Violência; Previdência Social; Trabalho e emprego.

Outra temática de grande relevância discutida nos encontros em 2019 foi a implicação da rede na elaboração do Plano Individual de Atendimento das crianças e adolescentes que vivem em acolhimento institucional. A Vara da Infância, também sediou um dos encontros que teve o objetivo de orientar os participantes sobre o serviço de medida socioeducativa em meio aberto - Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), reflexões sobre as dificuldades de locais onde os jovens poderiam cumprir a medida de Prestação de Serviços à Comunidade e sugestões de locais foram dentro dos espaços governamentais e não governamentais foram dadas, temática requer mais diálogo e estudo sobre o tema, de acordo com as falas dos participantes.







Em 2020, a Rede Intersetorial realizou 05 encontros. Em janeiro a pauta foi o planejamento das reuniões para os primeiros 06 meses, definição de temas e locais. Os temas das reuniões seguintes foram: Apresentação dos serviços, programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria da Juventude; Políticas públicas para as mulheres, conduzida pela equipe da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Apresentação da forma de funcionamento dos serviços durante a Pandemia de Covid-19; Apresentação do Georreferenciamento da Assistência Social, e demais ações das ações da Vigilância Socioassistencial e da Gestão do Trabalho (SUAS) no contexto da Pandemia de Covid-19

Após o mês de março em função da pandemia de Covid19, os serviços precisaram ser adequados, reorganizados e os esforços dos participantes foram direcionados para as populações mais vulneráveis, como as pessoas em situação de rua, as crianças e idosos institucionalizados, as famílias em situação de extrema pobreza nos territórios. Com isso, as reuniões de rede não aconteceram mensalmente, passaram a acontecer trimestralmente no formato remoto.

Considerações Finais

Analisando a metodologia de funcionamento da Rede de Proteção Intersetorial de Lauro de Freitas, embora não houvesse esta percepção a priori, as autoras perceberam que o processo de funcionamento desta rede, desde o início, foi organizado de forma sistêmica e com características que podem ser identificadas na Metodologia de Atendimento Sistêmico proposta por Vasconcellos e Aun, tendo o processo de coconstrução como processo básico em todas as fases de sua aplicação. O modo de coordenar a experiência permitiu que os participantes conversassem sobre as relações estabelecidas na rede, a partir do respeito mútuo e legitimação do outro, o que possibilitou alcançar "conversações transformadoras" (VASCONCELLOS, 2015).

As escolhas de realização das reuniões em espaços rotativos, permitindo que os representantes conhecessem os equipamentos e percebessem a rede como espaço de todos; condução de cada encontro alternada entre os membros da rede; abertura para a entrada de novos representantes, foram percebidos pelas autoras como fatores que conotam a responsabilidade compartilhada e estimularam a participação voluntária e efetiva. Como não havia qualquer obrigatoriedade na participação, os que se fizeram presentes nas reuniões, de fato o fizeram por perceber a importância destes momentos e as contribuições no seu fazer cotidiano.

Dentre os 5 (cinco) objetivos elencados pelos participantes da rede em 2017, as autoras avaliam que apenas o objetivo 4.2.5 não foi alcançado no período descrito: "a elaboração do catálogo dos serviços da Rede". O não cumprimento se deu pela dificuldade dos participantes em sistematizar os







serviços executados, descrevendo-os, e encaminhar a produção para a equipe mobilizadora. Apesar da definição desta estratégia como necessária e importante, ela não foi alcançada pela rede. Em relação ao cumprimento deste objetivo, podem ser pensadas estratégias compartilhadas de produção do catálogo, a partir da divisão em grupos de trabalho, por exemplo, caso esta proposição seja retomada como objetivo, na continuidade dos trabalhos da rede.

A respeito de um aspecto apontado pelos integrantes da rede, para a resolução das dificuldades encontradas, "a oficialização das Reuniões de Rede", instituindo formalmente a obrigatoriedade de participação, as autoras divergem desta ideia por acreditarem que o exercício reflexivo deve ser voluntário e não instituído cartorialmente. As redes se constituem como sistemas sociais autônomos justamente quando não há uma obrigatoriedade na sua participação. Neste sentido percebemos a rede de proteção como sistema autônomo. Apesar do fomento à sua mobilização ter se dado pelas equipes do SUAS, a Rede de Proteção Intersetorial de Lauro de Freitas não é propriedade da equipe que a fomentou, é uma organização social humana autônoma, sistêmica.

Dentre os aspectos a serem considerados o cumprimento no calendário de reuniões estabelecido, mesmo com as dificuldades apontadas em manter a representação nos encontros devido às demandas em cada serviço, a participação foi mantida. Um outro aspecto a considerar é a possibilidade de se agregar conjuntamente diferentes saberes, haja visto que as percepções de todos os participantes, provenientes dos diferentes serviços foi valorizada favoreceu a instrumentalização da própria rede, ao compartilhar estes saberes. Na busca de ações integradas e complementares, após os encontros da rede de proteção, houve modificações inclusive na estrutura de implementação das políticas intersetoriais, como o exemplo da Secretaria Municipal de Educação que criou um setor que tem como principal função a articulação e organização do seu trabalho em rede.

A partir das reuniões de rede, as situações de difícil condução, antes vistas como "insolúveis" até então analisadas de forma parcial por cada serviço isoladamente, foram vistas a partir de múltiplas perspectivas, possibilitaram uma nova compreensão sobre as questões, inclusive maior resolutividade de situações problemas. Compreende-se que esta mudança foi possível graças à visão sistêmica, por ampliar a perspectiva das partes na relação ao todo, emergindo nas conversações, novas compreensões do todo.

As autoras do presente artigo têm o entendimento de que a gestão municipal pode contribuir com o incremento na comunicação da rede de proteção intersetorial, promovendo a comunicação e a divulgação sobre as políticas públicas executadas, bem como com o desenvolvimento de sistema informatizado que promova a troca de informações entre as secretarias que atendem diretamente a







população como Assistência Social, Saúde e Educação, Trabalho, Esportes, dentre outras. Defende-se que a possível criação desta ferramenta não elimina a importância da continuidade do funcionamento desta Rede reflexiva de Proteção Intersetorial, se assim for a percepção e o desejo dos sujeitos conversacionais que a compõem, com a expectativa de que este espaço de conversações reflexivas continue atuando de forma autônoma e colaborativa.

Referências

AMARAL, Jefferson Ney; LOPES, Brenner (Supervisão); CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Cordenação). **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae, 2008.

BRASIL, Conselho Nacional De Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS**. Resolução Nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Brasília: 2012. BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades IBGE Lauro de Freitas**. Brasília: 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/lauro-defreitas/panorama

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília: 2005.

ESTEVES DE VASCONCELLOS, Maria José. **Desenvolvendo práticas colaborativas no contexto das políticas públicas, com a aplicação da metodologia de atendimento sistêmico**. Nova Perspectiva Sistêmica, Ano XXIII, N. 51, abril 2015. Disponível em: https://www.mariajoseesteves.com.br/desenvolvendo-praticas-colaborativas-no-contextodas-politicas-publicas-com-a-aplicacao-da-metodologia-de-atendimento-sistemico/

ESTEVES-VASCONCELLOS, Mateus. A nova teoria geral dos sistemas: dos sistemas autopoiéticos aos sistemas sociais. São Paulo: VortoBooks, 2013.

ESTEVES-VASCONCELLOS, Mateus. Não ensine a pescar! Sobre a fundamentação teórica das práticas sistêmicas. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 51-73, dezembro 2014. Disponível em: https://www.mariajoseesteves.com.br/nao-ensine-apescar-sobre-a-fundamentacao-teorica-das-praticas-sistemicas/

GOMES, L. B., BOLZE, S.D., BUENO, R. K. e CREPALDI, M. A. As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo. **Pensando fam.** vol.18 no.2 Porto Alegre, 2014.

GRHAHAM, Adriana Pacheco da Silva e BRAHIM, Valéria. **Guia Prático: Trabalho social com famílias**. Rio de Janeiro: ABTH, 2013.

NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan-mar, 2010. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/06.pdf Acesso em 14/09/2015.

PEREIRA, J. R., SANTOS, M. J. e INOCENTE, N. J. As redes, seus desafios de implementação e o desenvolvimento sustentado. Latin American Journal of Busness Manegement, 2011.







JOGOS ELETRÔNICOS: INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO EM IDOSOS COM A DOENÇA DO ALZHEIMER

Vitor Girdwood

Psicólogo graduado pelo Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE) vitorgir@yahoo.com.br

Warley Monteiro

Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE) warley1575@gmail.com

EDIVANA ALMEIDA

Psicóloga graduada pela Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP)
edivana.aguiar@gmail.com

Introdução

O envelhecimento é descrito como um processo, assim como tal, não é estático, sendo um fenômeno fisiológico que ocorre em todo o ser humano. Pode se desenvolver de modo saudável ou patológico, também conhecido como senilidade. Esta não acompanha necessariamente o envelhecer ativo, saudável ou bem-sucedido, nele o organismo deixa de ser autossuficiente para o gerenciamento proativo não apenas das atividades comuns da vida, mas também dos fatores de risco para a Doença de Alzheimer (FERREIRA, 2003; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2005).

A população brasileira está em pleno processo de envelhecimento. De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), a população geral brasileira para 2021 está estimada em torno de 213.317.639 milhões de habitantes totais, sendo que, destes, 31.330.235 milhões são de pessoas idosas, representando em torno de 14,69 % da população geral. A taxa de prevalência de demência na população com mais dos 65 anos é de 7,1%, sendo que a Doença de Alzheimer (DA) foi responsável por 55% dos casos, aproximadamente 1.223.446 milhões. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010)

A Doença de Alzheimer (DA) é a demência de maior incidência na população idosa brasileira, inicia-se frequentemente após os 60 anos de idade e evolui com intensificação gradual dos sintomas em três fases (inicial, intermediária e avançada), em geral durante um período de 8 a 12 anos. Seu quadro clínico é caracterizado por comprometimento progressivo de múltiplas funções cognitivas do desempenho intelectual, como a atenção, memória, percepção, aprendizagem, pensamento,







orientação espacial e temporal, cálculo, linguagem, funções executivas, entre outras, incluindo tomadas de decisões e solução de problemas, sendo usualmente acompanhado e às vezes, antecedido por alterações psicológicas, do comportamento e da personalidade, bem como do comprometimento das atividades ocupacionais e sociais com relação aos níveis prévios de funcionamento. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013; SERENIKI et.al., 2008; SILVA et.al., 2020)

A DA tem impacto expressivo no processo de envelhecimento dos indivíduos acometidos por tal agravo, com consequências significativas que atingem não apenas o indivíduo, mas todos que convivem com o mesmo.

Segundo indicam as pesquisas do *Global Burden of Disease* (GBD, 2018-2019), indivíduos acometidos por esta doença sobrecarregam o sistema de saúde, seja público ou privado, muitas vezes sem recursos humanos e materiais suficientes para lidar com esta doença.

Os principais fatores de riscos para a DA pode ser a idade avançada, idosos com mais de 70 anos; história de demências na família; níveis baixos de escolaridade; gênero feminino; sedentarismo; baixa participação em atividades comunitárias / sociais; condições econômicas menos favorecidas; doenças crônicas; depressão; entre outros. (Machado, 2013; Falco et.al., 2015; Freitas et.al., 2009)

No entanto, o idoso pode maximizar seus níveis de saúde mental ao preservar suas habilidades cognitivas, identificando e controlando os fatores de risco, buscando estratégias saudáveis para prevenir os sintomas da DA e retardar o processo de neuro deterioração. A prevenção pode ser efetivada através da prática de exercícios físicos regulares, envolvimento social, alimentação saudável, sono de qualidade, controle do estresse e estimulação cognitiva. Dentre os muitos meios de estimulação cognitiva, está o uso de jogos eletrônicos. (Sereniki et.al., 2008; Silva et al., 2020)

O desenvolvimento tecnológico que estamos vivendo atualmente nos proporciona avanços em diversas áreas do conhecimento humano, este desenvolvimento torna possível a utilização de tecnologias em diversos setores, como intervenções (prevenção e reabilitação) na área de saúde. Estudos apontam que a utilização de jogos eletrônicos como uma estratégia de estimulação cognitiva pode ser eficaz tanto na prevenção da DA, quanto na reabilitação desta demência. (DIAS et.al., 2016; DUARTE et.al., 2015; SIE-YI et.al., 2020; SMALL et.al., 2020)

As atividades cognitivas exercidas em jogos eletrônicos, a depender do tipo de jogo, podem ativar circuitos neurais vinculados à atenção, memória, funções executivas, velocidade no processamento das informações, raciocínio, linguagem, entre outros. Como exemplos de alguns tipos de jogos eletrônicos que podem ser usados como ferramentas de prevenção ou reabilitação da DA, tem-se os denominados *Serious Game* ou Jogos Sérios, cujo objetivo principal é promover a







aprendizagem em suas várias formas; a tecnologia *Nintendo Wii*[®], utilizada também para a melhoria das atividades psicomotoras em idosos e como ferramentas de terapia em transtornos mentais. (Dias et al., 2016; Duarte et al., 2015; Sie-Yi et.al., 2020)

Do mesmo modo, jogos mais simples, como os de aplicativos móveis (programas que processam dados específicos de modo mais rápido), seja para o treino cognitivo ou para entretenimento, são de fácil acesso, por ser disponibilizados em computadores comuns, tablets ou aparelhos de telefones celulares, sem ou com um baixo custo, demonstraram associações significativas com o desempenho cognitivo de idosos. (ROBERT et.al.,2020; ZIMMER, 2014)

Percebe-se que, embora existam muitos estudos que indiquem a eficácia de jogos eletrônicos com uma das ferramentas de intervenção no funcionamento cognitivo de idosos saudáveis ou com a DA, esta intervenção ainda é considerada nova e com reduzido alcance entre os profissionais de saúde, principalmente dos psicólogos. Por isso, surgiu o interesse em pesquisar o efeito dos jogos eletrônicos como um dos instrumentos de prevenção ou reabilitação da DA.

Estudos dessa natureza têm o potencial de contribuir muito para a sociedade que vive um momento tão acelerado e dinâmico de avanço tecnológico simultâneo ao envelhecimento progressivo e rápido da população, pois com a inversão da pirâmide etária mundial e também brasileira, novas demandas serão requisitadas pelo público idoso, exigindo novas habilidades do profissional de saúde.

Portanto, tivemos como objetivos no nosso estudo, identificar os efeitos dos jogos eletrônicos como instrumento de intervenção - prevenção ou reabilitação - além de descrever as principais funções cognitivas trabalhadas no uso dos jogos eletrônicos e destacar a sua eficiência no funcionamento cognitivo dos idosos com ou sem a DA.

Método

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, de natureza qualitativa, tendo, por característica principal, a admissão de técnicas dedutivas buscando a objetividade, a validade e a confiabilidade. Posto isto, devemos considerar que há possibilidade de descrição, análise e de interpretação de fenômenos em um organismo ou dado fenômeno. (SILVA, 2015)

O procedimento metodológico escolhido foi à revisão sistemática da literatura, tendo em vista que um único estudo geralmente não consegue identificar certezas entre tratamentos. É uma seleção de evidências provenientes de estudos primonatos direcionados a responder uma questão específica de pesquisa, sendo abrangente, imparcial e reprodutível. A revisão sistemática da literatura localiza,







avalia e sintetiza conjuntos de evidências dos estudos científicos para obter uma visão geral e confiável da estimativa do efeito da intervenção. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

A busca por artigos provenientes de pesquisas com o método empírico foi realizada nas seguintes bases de dados científicos:

- 1. Scientific Electronic Library Analysis and Retrieval System Online (SCIELO);
- 2. Medical Literature (MEDLINE/ PUBMED/PCM);
- **3.** Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde/ Biblioteca Virtual da Saúde (LILACS/BVS);
- 4. Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC).

Os critérios de inclusão foram publicações com alinhamento teórico ao tema pesquisado, de natureza empírica; publicados em português, inglês e espanhol no período de 2010 a 2020. Os critérios de exclusão foram artigos publicados antes de 2015, o não alinhamento com o tema em pesquisa e não sendo de natureza empírica.

Para as buscas usamos os descritores com os operadores booleanos (AND; OR) em português e inglês:

- 1. Doença de Alzheimer OR demência AND idosos AND intervenção AND jogos eletrônicos ;
- 2. Doença de Alzheimer OR demência AND idosos AND reabilitação AND jogos eletrônicos;
- **3.** Doença de Alzheimer AND velhice AND tratamento AND jogos eletrônicos OR exergaming.
- 1. Alzheimer's disease OR dementia AND elderly AND intervention AND electronic games;
- 2. Alzheimer's disease OR dementia AND elderly AND rehabilitation AND electronic games;
- **3.** Alzheimer's disease AND old age AND treatment AND electronic games OR exergaming.

A primeira e a segunda fase da seleção dos artigos ocorreram em buscas pelas bases de dados e aplicação dos critérios de exclusão nos estudos encontrados. Estes estavam na ordem dos milhares, encontramos mais de mil e setecentos artigos sobre o assunto, cujos temas, metodologia e área do conhecimento não estavam alinhados com a temática deste estudo. Por isso foram excluídos, ademais, muitos deles vinham duplicados mesmo inserindo diferentes descritores, ao eliminá-los, ficamos com 1.121 artigos aptos para um terceiro crivo.

Na terceira fase tendo em vista que ainda havia muitos artigos de revisão sistemática e estudos empíricos, que não atendiam ao estudo, devido aos seus objetivos não estarem alinhados à temática deste trabalho, foi realizado mais uma seleção dos possíveis estudos a serem utilizados, baixando para 141 pesquisas. Na quarta fase, fizemos uma leitura minuciosa dos textos, e ainda tivemos que eliminar alguns artigos, tendo em vista que, por mais que fossem relacionados com idosos, a DA e jogos eletrônicos não atendiam aos critérios de inclusão; somando-se então 25 artigos. Porém ainda não







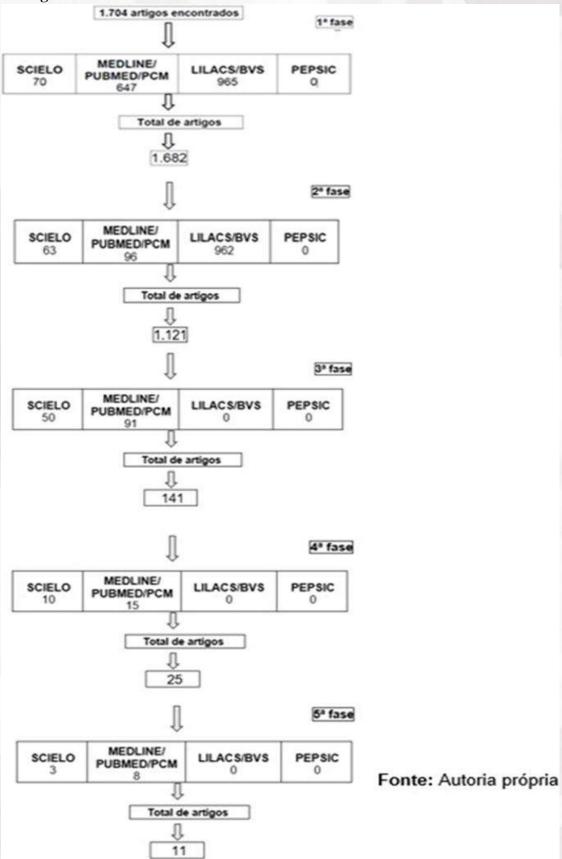
estavam abrangendo os objetivos propostos neste estudo e, desta maneira, fez-se necessária uma quinta fase de corte. A qual conseguimos reunir 11 artigos de pesquisa de natureza empírica, estes atenderam a todos os critérios de inclusão a qual este estudo se propõe. Conforme pode ser visto no fluxograma 1.







Fluxograma 1: Fases da coleta de dados.









Os procedimentos de análise dos conteúdos dos artigos foram desenvolvidos em 4 etapas:

- 1) Elaboração do quadro dos 11 artigos selecionados com os seguintes elementos : autor (es), número de participantes selecionados, número de participantes concluintes, idade média, experiência prévia com jogos e tipo de estudo. Sendo identificados por meio de numeração sequencial, os quais foram utilizados como referências nos resultados do nosso estudo ;
- 2) Exploração do material selecionado e composição das principais características das amostras dos estudos analisados ;
- 3) Estruturação da síntese dos principais resultados dos estudos selecionados;
- 4) Análise e discussão dos resultados.

Resultados

Ao realizar a análise dos artigos selecionados, pode-se verificar que os jogos eletrônicos, como intervenção tanto para idosos saudáveis, quanto para idosos com algum nível de comprometimento cognitivo ou com a DA, demonstrou efeito positivo no desempenho cognitivo dos idosos.

Em relação às principais características das amostras que fizeram parte dos estudos analisados, observamos que um determinado número de idosos foi selecionado, mas as perdas amostrais no decorrer dos estudos levaram a redução dos participantes concluintes; a idade dos participantes nesses estudos variou de 65 a 87 anos; não foi exigida em nenhum estudo experiência prévia para participação nos mesmos, possivelmente devido ao caráter experimental da maioria dos estudos analisados (09); os demais estudos foram de natureza exploratória, comparativa e estudo de caso. Conforme pode ser visto no quadro 2, o qual foi elaborado de acordo com a ordem de apresentação dos autores no texto.

Quadro 2: Principais características das amostras dos estudos analisados

nº	Autor (es)	Nº de participantes selecionados	N° de participantes concluintes	Idade Média	Experiência prévia	Tipo de estudo
----	------------	--	---------------------------------------	----------------	-----------------------	-------------------







1	Assis et al. (2015)	180	89	65 - 87		Pesquisa experimental
2	Dias et al. (2016)	10	10	22 - 37	-	Pesquisa experimental
3	Duarte et al. (2015)	118	118	30,26		Pesquisa experimental
4	Anderson -Hanley et al. (2018)	31	15	76,1		Pesquisa experimental
5	Freitas et al. (2009)		98	76,9		Pesquisa comparativa
6	Ordonez et al. (2017)		124	68,43; 69,57		Pesquisa experimental
7	Robert et al. (2020)	100	46	79,4		Pesquisa experimental
8	Silva et al. (2020)	01	01	87		Estudo de caso
9	Zimmer (2014)	23	16	60-78		Pesquisa experimental

	Conselho Regi de Psicolog 3ª REGIÃO - E		III MOSTRA DE EM PSICOLOGI PÚBLICAS NA	A E POLÍTICAS	CREPOP	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
10	Ballestero s et al. (2017)	75	55	55-84; 55-76		Pesquisa experimental	
11	Astell et al. (2016)	30	30	86		Pesquisa experimental	

Fonte: Autoria própria

A partir da análise da amostra, verificamos que os 09 estudos de natureza experimental (estudos 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10 e 11) apresentaram resultados semelhantes, indicando que a utilização de jogos eletrônicos como treino cognitivo pode promover efeitos positivos nas cognições dos participantes, inclusive dos idosos com o diagnóstico da Doença de Alzheimer. Enquanto que os estudos 5 e 8, de natureza exploratória e descritiva, um estudo comparativo e um de caso, apresentaram resultados semelhantes quanto a importância das atividades cognitivas, incluindo os jogos eletrônicos, para melhorar as cognições dos idosos.

Observamos que, no estudo 1 (ASSIS et.al., 2015), dos 130 participantes idosos com Comprometimento Cognitivo Leve tipo amnésico (CCL), apenas 89 concluíram o programa de treinamento cognitivo. Foi realizada uma pesquisa experimental, a qual foi dividida em 3 etapas, na primeira aplicou-se testes de funções cognitivas (WAIS-III, WMS-III, MEEM, CDR), sintomas depressivos (GDS-15) e divisão de grupos de demência leve e moderada. Na segunda etapa formou-se o grupo controle e experimental, sendo disponibilizadas sessões adaptativas e de intervenção na utilização dos jogos. E na terceira etapa ambos os grupos foram reavaliados da mesma forma e com os mesmos instrumentos que na primeira etapa. Os resultados indicaram que houve benefícios significativos no desempenho cognitivo em todas as medidas de memória para os idosos com ensino fundamental, em razão das tarefas cognitivas dos jogos de vídeo game, pelo setting terapêutico do programa de treino cognitivo e principalmente pela motivação das participantes em aprender.

No estudo 2 (DIAS et al., 2016) com o objetivo principal de desenvolver e avaliar a aplicabilidade de um *Serious Games*, para motivar crianças na prática alimentar saudável de maneira multidisciplinar, concluiu que a utilização dessa ferramenta pode ser um recurso didático tecnológico acessível para unidades de saúde, como mais um tipo de ajuda no enfrentamento da obesidade infantil, além de poder ser reutilizado para a produção de outros jogos educacionais. Podemos vislumbrar que







a utilização desta ferramenta será mais uma possibilidade de proporcionar mais uma técnica no enfrentamento da DA.

O desenvolvimento do aplicativo *Delaying Alzheimer*, conforme apontado no estudo 3 (DUARTE et al., 2015), pode propiciar um treino cognitivo aos idosos com a DA. Constatou-se que foi vantajosa a utilização destes jogos para promover a estimulação cognitiva nas fases iniciais e intermédias da doença.

O objetivo principal do estudo 4 (ANDERSON-HANLEY et.al., 2018) foi examinar os resultados neuropsicológicos e neurobiológicos através do neuro exergame, um jogo que envolve um sistema interativo de exercícios físicos e cognitivos. Os resultados deste estudo piloto demonstraram que houve um impacto positivo na função cognitiva tipo executiva e na memória verbal, talvez por meio de mecanismos neurobiológicos e, como tal, pode fornecer uma maneira eficaz e prática de promover o envelhecimento saudável.

Ao analisar o estudo 6 (ORDONEZ et.al., 2017), observamos que foi o de maior amostra (124 participantes). O fator de inclusão foi ser saudável e sem quadro de doenças mentais. Os autores concluíram que houve uma melhora cognitiva significativa nos participantes após intervenção de jogos eletrônicos.

Em relação ao estudo 7 (ROBERT et al., 2020), os autores tinham programado um estudo para 100 indivíduos aptos a realizar o estudo, porém, a alta recusa foi devido à preocupação dos participantes com o uso de novas tecnologias, concluindo a pesquisa com 46 participantes. Mesmo com a amostra reduzida, os resultados deste estudo indicaram que a eficácia cognitiva e comportamental, a partir do uso contínuo do MeMo (Memory Motivation), um aplicativo de treinamento cognitivo, apresentou melhorias na atenção e motivação.

O objetivo principal do estudo 9 (ZIMMER, 2014) foi propor um programa de intervenção de treino cognitivo com a utilização de jogos em tablets. No decurso do programa, sete idosos foram desligados devido ao acúmulo de muitas faltas e/ou desistência no estudo. Zimmer (2014) avaliou o desenvolvimento da cognição, principalmente a memória e constatou que o uso de tablets em treino cognitivo, especialmente de memória pode se tornar uma ferramenta alternativa para intervenção com idosos o que, consequentemente, pode melhorar o seu desempenho cognitivo e previne contra a DA.

O estudo 10 (BALLESTEROS et.al., 2017) apresenta resultados positivos quanto ao uso de jogos eletrônicos, especialmente para as funções executivas, atenção seletiva e memória de trabalho, mas os autores ressaltam a necessidade de mais pesquisas para confirmar se o treinamento cognitivo computadorizado melhora as funções executivas e outros domínios cognitivos.







No estudo 11 (ASTELL et.al., 2016) foi avaliado se a familiaridade na jogabilidade de pessoas com demência afeta o prazer de se entreter com jogos conhecidos ou novos em tela sensível ao toque. Procurou-se um aplicativo que fosse uma versão digitalizada de um jogo existente e que fosse suficientemente popular, como o *Solitaire* (Paciência). O segundo jogo, ao contrário, não deveria ser popular. Assim foi procurado no *iTunes Store*®, tendo objetivo de ser um jogo com regras novas e conceitualmente modernas para minimizar a chance de ser conhecido pela população-alvo, sendo escolhido o *Bubble Xplode*®. Os autores revelaram que as pessoas com demência podem lidar com jogos touchscreen de forma independente e, neste caso, com o mínimo de instrução. Também demonstrou a importância da seleção de jogos e, principalmente, que a familiaridade anterior com um jogo, principalmente uma versão não digital, não é garantia de usabilidade.

Os resultados dos estudos 5 e 8 indicaram a importância das atividades cognitivas, incluindo os jogos eletrônicos, para aumentar os níveis de desempenho cognitivos dos participantes.

O estudo 5 (FREITAS et.al., 2009) realizado por pesquisadores de diferentes campos da área de saúde com o objetivo principal de avaliar os aspectos globais da saúde dos idosos através da aplicação do instrumento *Brazil Old Age Schedule (BOAS)* para definir o perfil socioeconômico e epidemiológico dos idosos, demonstrou resultados, em que vinte e seis idosos (26%) apresentaram um quadro clínico compatível com comprometimento cognitivo leve. Foi verificado que a autopercepção de saúde negativa e a menor participação em atividades físicas e recreativas, inclusive com jogos eletrônicos, foram associadas significativamente ao comprometimento cognitivo nesta amostra. Em oposto, idosos com maior participação em atividades físicas e recreativas apresentaram maiores níveis de desempenho de suas funções cognitivas.

No que se refere ao estudo 8 (SILVA, et al., 2020), um estudo de caso com um participante (mulher idosa), os resultados apontaram a importância de maiores cuidados na prevenção da demência na velhice, mesmo antes do aparecimento de qualquer sintoma, estimulando a formação de maiores níveis de conexões cerebrais e de hábitos saudáveis (atividades físicas, leitura, jogos eletrônicos, idas ao museu, ao teatro, entre outros), como um fator de proteção no desenvolvimento de quadros demenciais.

Esses dois estudos, embora não tenham utilizado os jogos eletrônicos como intervenção, verificaram que os idosos que realizavam atividades física, sociais e cognitivas, com a inclusão de jogos eletrônicos, apresentaram melhores níveis de desempenho cognitivo em comparação com idosos que não desenvolviam tais atividades.







Portanto, os diferentes tipos de estudos concluíram que os jogos eletrônicos podem e devem ser utilizados como um dos recursos de estimulação ou reabilitação cognitiva, tanto para idosos saudáveis, com comprometimento cognitivo ou com um quadro demencial estabelecido, como a DA.

Discussão

Podemos perceber que nos idosos com algum nível de comprometimento cognitivo, a utilização de jogos eletrônicos promoveu melhorias e benefícios, o que torna a utilização dos jogos promissora para a prevenção de agravos cognitivos.

Os neurocientistas começam a destacar o uso da tecnologia digital como um meio que pode estar mudando nosso cérebro e comportamento de maneira positiva. Idosos com comprometimento cognitivo podem se beneficiar ao utilizar a internet para acessar informações e, desta maneira, manter sua autonomia e independência por mais tempo, entretanto, muitos idosos com queixas cognitivas relutam ou são incapazes de adotar novas tecnologias. (SMALL et al., 2020) Ainda segundo o autor, foi observado que pessoas com pouca experiência com a internet, mesmo com limitações em seu uso, ao realizar pesquisa e leitura de texto em tela de computador, ativaram as regiões cerebrais que controlam a linguagem, a leitura, a memória e as habilidades visuais (regiões frontal inferior esquerda, temporal, cingulado posterior, parietal e occipital) e em indivíduos experientes demonstraram intensidade do sinal neural em regiões adicionais que controlam a tomada de decisão, raciocínio complexo e visão (polo frontal, região temporal anterior, cingulado anterior e posterior e hipocampo), desta maneira, sugere que a atividade de pesquisa *on- line* pode ser uma forma de exercício cerebral, e que a prática diária de jogos de computador leva à redução da atividade neural cortical pré-frontal dorsal após duas semanas (SMALL et al., 2020).

Conclusão

Os resultados do nosso estudo demonstram que há um efeito positivo do uso de jogos eletrônicos em diferentes domínios das funções cognitivas, além de parecer estimular os processos cerebrais no envelhecimento patológico e promover benefícios neuropsicológicos, demonstrando eficácia tanto para prevenção de agravos cognitivos, quanto para o tratamento ou reabilitação de idosos com diagnóstico da DA. Seus benefícios mais significativos foram verificados em idosos que fizeram o uso regular dos jogos, ademais, pode-se observar também em atividades simples, como buscas simples na internet ou o uso de aplicativos, mesmo que ainda em menor nível aos que fizeram uso regular de jogos mais complexos como os Serious Games ou neuro exergames. Além disso,







mostraram a importância dos jogos eletrônicos na promoção de benefícios à capacidade cognitiva de idosos saudáveis e com a DA. Sendo principalmente vistos na atenção, memória, linguagem, funções executivas e flexibilidade cognitiva. Porém, acreditamos que outras funções cognitivas, como raciocínio lógico, processamento da velocidade das informações, habilidade visual espaciais, psicomotoras, entre outras, podem ter efeito positivo advindo do uso regular dos jogos eletrônicos, entretanto estas não foram mencionadas nos estudos analisados.

Verificamos que os objetivos propostos foram alcançados, porém mais estudos futuros devem ser realizados. É de suma importância que os profissionais da área de saúde dêem a devida atenção, buscando meios e estratégias que possam auxiliar na intervenção da DA, atualmente reconhecida como um problema crescente de saúde pública global, sua presença em idosos aumenta muito o risco de morte e sobrecarga no sistema de saúde público e privado.

Referências

ASTELL, Arlene J. et.al. *Does familiarity affect the enjoyment of touchscreen games for people with dementia? International Journal of Medical Informatics.* vo. 91, jul. 2016, p. e1-e8. DOI: 10.1016/j.ijmedinf.2016.02.001. Reino Unido, 2016. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26897552/. Acesso em: 18 de Nov. de 2020.

BALLESTEROS, Soledad *et.al.* Effects of Video Game Training on Behavioral and Electrophysiological Measures of Attention and Memory: Protocol for a Randomized Controlled Trial. **JMIR Res. Protoc.** 2017 Jan; 6(1): e8. ISSN: 1929- 0748. DOI: 10.3389 / fnagi.2017.00354. Madri, 2017. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5671951/. Acesso em: 17 de Nov. de 2020.

ASSIS, Simone Aparecida Celina das Neves *et. al.* **Neuro Reabilitação com Jogos Eletrônicos Controlados por Movimento Corporal em Idosos Portadores de Comprometimento Cognitivo Leve.** 2015. Tese (Doutorado em Gerontologia Biomédica) - Instituto de Geriatria e Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6621. Acesso em: 15 de Set. de 2020.

Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Diretrizes metodológicas: elaboração de revisão sistemática e metanálise de ensaios clínicos randomizados**. Brasília: Ministério da Saúde. Editora do Ministério da Saúde, 2012. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_metodologicas_elaboraca o_sistematica.pdf. Acesso em: 16 de Set. de 2020.

SIE-YI, Laura Lim; CHEPA, Noraziah. Criteria of Mobile Psychotherapy Games for Memory Disorder: A Systematic Literature Review. International Journal of Interactive Mobile Technologies (iJIM). University Utara Malaysia, Kedah, Malaysia. Vol. 14, No. 05, 2020. ISSN: 1865-7923. Disponível em: https://online-journals.org/index.php/i-jim/article/view/13345. Acesso em: 20 de Set. de 2020.







DIAS, Jéssica David et. al. Desenvolvimento de *Serious Game* como Estratégia para Promoção de Saúde e Enfrentamento da Obesidade Infantil. **Rev. Latino- Am. Enfermagem**, 2016; 24 e2759. Ribeirão Preto, 2016. DOI: 1518-8345.1015.2759. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692016000100382&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 10 de Nov. 2020.

DUARTE et. al., **Jogos Sérios para a Saúde: Estimulação Cognitiva em Doentes com a Demência Alzheimer com Recurso ao Delaying Alzheimer.** Tese (Mestrado em Multimédia) - Universidade do Porto. Porto, 2015. Disponível em https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/107854/2/35704.3.pdf. Acesso em: 20 de Out. de 2020.

FALCO, Anna de; CUKIERMAN, Daphne Schneider; HAUSER-DAVIS, Rachel A.; REY, Nicolás A. Doença de Alzheimer: hipóteses etiológicas e perspectivas de tratamento. **Rev. Quim. Nova**, Vol. 39, No. 1, p. 68, 72, 73, 74, 75. Rio de Janeiro, 2015. DOI: 10.5935/0100-4042.20150152. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/qn/v39n1/0100-4042-qn-39-01-0063.pdf. Acesso em: 30 de Mar. de 2020.

FREITAS, Daniela Helena Machado de *et al.* Autopercepção da saúde e desempenho cognitivo em idosos residentes na comunidade, **Rev. Psiq. Clín.** 2009;37(1):32-5. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/rpc/v37n1/a07v37n1.pdf. Acesso em: 16 de Set. de 2020.

MACHADO, João Carlos. Doença de Alzheimer *in:* FREITAS, EV. (org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2013. p. 288-318. ISBN: 978-85-277-2054-0. Disponível em: https://ftramonmartins.files.wordpress.com/2016/09/tratado-de-geriatria-e-gerontologia-3c2aa-ed.pdf. Acesso em: 10 de Set. de 2020.

Global Burden of Disease (GBD). Global, regional, and national burden of Alzheimer's disease and other dementias, 1990–2016: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study. **Lancet Neurol.**, 18:88–106. Seattle, 2018- 2019. DOI.S1474-4422(18)30403-4. Disponível em: https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S1474-4422%2818%2930403-4. Acesso em: 16 de Set. de 2020.

HANLEY, Carl Anderson et.al. The interactive Physical and Cognitive Exercise System (iPACESTM): effects of a 3-month in-home pilot clinical trial for mild cognitive impairment and caregivers. **Clin. Interv. Aging.** 2018; 13: 1565–1577. DOI: 10.2147/CIA.S160756. New York, 2018. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6130272/. Acesso em: 18 de Nov. de 2020.

PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO. Download. Projeção da população 2018. Projeções 2018, População Idade Simples 2010-2060, **Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060**, atualizado em 06/04/2020. IBGE, 2009. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/#. Acesso em: 16 de Set. de 2020.

Organização Mundial de Saúde (OMS); Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília, 2005.*e-book*. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: 16 de Set. de 2020.

ORDONEZ, Tiago Nascimento et.al. Effects on global cognition of mature adults and healthy elderly program using eletronic games. **Dement Neuropsychol,** vol.11 no 2, Abr/Jun. São Paulo,







2017. DOI: 10.1590/1980-57642016dn11- 020011. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/dn/v11n2/1980-5764-dn-11-02- 0186.pdf. Acesso em 15 de Out. 2020.

ROBERT, Philippe et al. Efficacy of a Web App for Cognitive Training (MeMo) Regarding Cognitive and Behavioral Performance in People With Neurocognitive Disorders: Randomized Controlled Trial. **J Med Internet Res** 2020;22(3):e17167. p. 1, 2. Nice, 2020. DOI: 10.2196/17167. Disponível em: https://www.jmir.org/2020/3/e17167. Acesso em 25 de Mar. de 2020.

SERENIKI Adriana; VITAL, Maria Aparecida Barbato Frazão. A doença de Alzheimer: aspectos fisiopatológicos e farmacológicos, **Rev. Psiquiatr. RS.** 2008;30(1Supl). Curitiba, 2008. DOI: 10.1590/S0101-81082008000200002.

Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rprs/v30n1s0/v30n1a02s0.pdf. Acesso em: 05 de Nov. de 2020.

SILVA et.al., **Fluência verbal e memória na demência: um estudo de caso**. Tese (Graduação em Psicologia) - Faculdade Pernambucana de Saúde. Recife, 2020.

Disponível em: https://tcc.fps.edu.br/bitstream/fpsrepo/838/1/FLU%C3%8ANCIA%20VERBAL%20E%20MEM%C3%93RIA%20NA%20DEM%C3%8ANCIA_UM%20ESTUDO%20DE%20CASO.pdf. Acesso em: 16 de Set. de 2020.

SILVA, Airton Marques Da. **Metodologia Científica,** Universidade Aberta UAB, 2ª Ed. rev., Fortaleza, 2015. ISBN: 978-85-7826-568-7. p. 51, 52, 53. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/432206/2/Livro_Metodologia%2 0da%20Pesquisa%20-%20Comum%20a%20todos%20os%20cursos.pdf. Acesso em: 28 de Set. de 2020.

SMALL, Gary W et al, Brain health consequences of digital technology use, **Dialogues in Clinical Neuroscience**, 2020;22(2):179-187. DOI: 10.31887/DCNS.2020.22.2/gsmall. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7366948/. Acesso em: 16 de Set. de 2020.

ZIMMER. O Uso do Tablet como Ferramenta de Intervenção em Treino de Memória com Idosas. Dissertação (Mestrado em Envelhecimento Humano) - Faculdade de Educação Física e Fisioterapia, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2014. Disponível em: http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/1163/1/2014Muriane%20Zimmer.pdf. Acesso em: 26 de Out. de 2020.







f) PSICOLOGIA EM INTERFACE COM A JUSTIÇA







A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA JURÍDICA POR MEIO DA ACP FRENTE ÀS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO

Layara Thaylane Fernandes Oliveira Bacharelanda em Psicologia do Centro Universitário FG - UNIFG thaylanelayara@gmail.com

Valquíria de Jesus Nascimento Psicóloga (CRP-03/14576), docente do Centro Universitário FG - UNIFG valquiria.nascimento@live.com

Introdução

O curso de Psicologia de uma instituição no interior da Bahia oferece aos seus alunos diversas modalidades de estágios, dentre elas, o Estágio Específico II, que engloba as Políticas Públicas. Dentre os campos do Estágio Específico II está o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), onde consiste em práticas da Psicologia Jurídica.

O Estágio Específico II é o segundo dos três estágios profissionalizantes, onde os alunos entram em contato maior com a prática da profissão, aplicando os conhecimentos teóricos aprendidos anteriormente. Já o NPJ foi implementado em 2009, com o objetivo de fornecer apoio jurídico gratuito a pessoas que não podem custear as despesas processuais e os honorários de advogados. Os serviços são realizados por acadêmicos do curso de Direito, com a supervisão de profissionais especialistas nas áreas de Direito Civil e Penal (UNIFG, S/D).

Sendo um serviço de utilidade pública, o NPJ, concomitantemente aos serviços jurídicos, oferece apoio psicológico aos usuários, realizados por estagiários, onde as demandas são geralmente ligadas à divórcio, adoção, violência doméstica, guarda e abuso infantil. Por sua vez, a Psicologia Jurídica, segundo França (2004) é a área da Psicologia que se relaciona com o sistema de justiça, que vai além do estudo do comportamento, mas também o estudo das consequências das ações jurídicas sobre o indivíduo.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar como ocorre o Estágio Específico II no NPJ, através da Psicologia Jurídica e especificamente na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) e também, relatar esta experiência através de uma fundamentação teórica, descrição das atividades realizadas e estudo de um caso atendido. Ressalta-se que há autorização explicita via termo de consentimento para







relato do caso aqui descrito. É uma atividade exigida para avaliação de tal estágio e se torna importante não só para os alunos aprendizes, mas também para incitar discussões sobre a relevância dessa prática, e abrir reflexões e conscientizações sociais acerca de vulnerabilidades e violências.

Fundamentação teórica

Psicologia Jurídica

O trabalho do psicólogo jurídico pode estar ligado tanto às questões de avaliação quanto à elaboração de documentos. Entretanto, outros ramos do Direito demandam da Psicologia, sendo eles o Direito da Família, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Civil, Direito Penal e Direito do Trabalho (LAGO, 2009).

Exemplificando, dentre outros campos, o psicólogo jurídico participa dos processos de separação e divórcio, disputa de guarda e regulamentação de visitas, em que as partes não conseguiram acordar as questões, então, age na resolução dos conflitos como mediador. Além disso, trabalha junto aos processos de adoção e destituição do poder familiar. Ademais, o psicólogo atua nos processos em que são requeridas indenizações em virtude de danos psíquicos e também nos casos de interdição judicial (LAGO, 2009). A partir disso, a violência infantil é uma das demandas jurídicas mais comuns e que merece destaque.

Violência infantil

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, p. 5 apud SACRAMENTO; REZENDE, 2006) define violência como "uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações".

Ainda a OMS classifica a violência contra a criança em nos tipos: abuso físico, sexual, emocional ou psicológico e negligência, que podem gerar danos físicos, psicológicos; prejuízo ao crescimento, desenvolvimento e maturação das vítimas (NUNES; SALES. 2016). Desta forma, se torna importante que as vítimas de violência infantil sejam atendidas de forma empática, congruente e com aceitação incondicional, sendo que a ACP engloba esses pilares.

Abordagem Centrada na Pessoa







Carl Ransom Rogers formulou no século XX a Abordagem Centrada na Pessoa. Rogers constrói seu diferencial de psicoterapia, por meio da abordagem psicológica que se sustenta na existência de uma tendência individual para o crescimento e saúde. Assim, com ênfase nos elementos emocionais em detrimento dos intelectuais, reconhece o papel da relação terapêutica na experiência de crescimento (BACELLAR; ROCHA; FLÔR, 2012).

A abordagem carrega diversos conceitos que explicam sua prática. A expressão não diretiva, por exemplo, caracteriza a posição do terapeuta. Em que o indivíduo é capaz de tomar as suas direções e o terapeuta tem o papel de se colocar em um processo que facilite ao indivíduo, com a orientação que respeita o conhecimento de si próprio e acredita que cada pessoa tem seu caminho singular (GASMAN, 1971).

Para Rogers (1987) os indivíduos possuem dentro de si recursos para a autocompreensão, a modificação de seus autoconceitos, de seu comportamento autônomo e atitudes, ou seja, autoatualizar-se. Além disso, também diz que no contexto de uma terapia, o terapeuta na relação com o outro, quanto mais for transparente, maior a probabilidade de crescimento do cliente, isso é, ser congruente. Por outro lado, de acordo com Santos (2004) a incongruência pode ser definida como o estado de desajustamento do cliente que a terapia tem o propósito de reverter.

Além disso, afirma-se que na experiência terapêutica, se deparar com as atitudes, confusões, ambivalências, sentimentos e percepções expressas por outras pessoas de forma esclarecedora, favorece uma visão de si próprio objetivamente, do seu self (ROGERS, 1992).

Para Rogers (1987) os comportamentos de um organismo estarão voltados para a sua manutenção, seu crescimento e reprodução, uma condição própria da natureza do processo de vida. Ainda, entende-se que o organismo se inclina na direção de sua expansão que é limitada, quando vista através do seu crescimento e da extensão de si próprio, na qual, esta expansão se move na direção de sua independência ou auto responsabilidade (ROGERS, 1992).

Uma outra atitude proposta pela ACP é a aceitação positiva incondicional que no ambiente terapêutico deve ser dirigida do terapeuta para com o cliente, independente do que ele seja naquele momento ou qual postura ocupe. Diante disso, há um aumento da ocorrência de um movimento terapêutico que provoca mudança no próprio indivíduo (ROGERS, 1987).

Por fim, na compreensão empática, o terapeuta capta os sentimentos e significados pessoais do cliente de forma precisa para, diante disto, comunicar a ele a sua compreensão. Através dela, o terapeuta adentra ao mundo interno do cliente, sendo capaz de tornar esclarecido além do que o cliente







está consciente, ou seja, aquilo que está abaixo do nível de consciência. Considerando um modo especial de ouvir, sendo uma das forças motrizes mais poderosas reconhecidas (ROGERS, 1987).

Atividades Desenvolvidas

Para abertura do estágio foi realizada uma reunião, na qual foram explanados o regulamento de estágios e o código de ética do profissional psicólogo, os quais os estagiários devem sempre embasar suas práticas. Uma segunda reunião foi realizada, onde estiveram presentes profissionais da área para ministrarem um diálogo interdisciplinar sobre Direito da família e Psicologia. Uma terceira reunião, também teve como mediadores profissionais que embasaram uma discussão sobre violência contra mulher.

A partir daí, foi realizada uma primeira orientação acadêmica, que teve como premissa preparar os estagiários para o primeiro dia em campo, na qual foram tiradas as dúvidas e expostas as expectativas de cada um. Ademais, uma reunião por semana foi realizada para orientação dos casos que teriam sidos atendidos, mediada por uma docente orientadora. Já em campo, os estagiários foram acompanhados por uma docente supervisora.

Os pacientes procuraram o serviço por decisão própria, através de indicações de outros, da recepção ou do Plantão Psicológico. Foram realizados então, acolhimentos psicológicos, seguindo a ACP, oferecendo uma escuta qualificada, intervenções e encaminhamentos, de acordo com cada caso, a fim de amenizar sofrimentos emocionais advindos das demandas jurídicas. As demandas, trabalhadas pela estagiária em questão, foram voltadas para adoção, abuso infantil e divórcio, a qual acompanhou tanto adultos quanto crianças. Ao fim de cada atendimento, foram realizadas evoluções nos prontuários, para fins de registro e acompanhamento dos casos.

Ademais, para fim de reposição foram trabalhados dois filmes "Garota Exemplar" e " A garota no trem", os quais foram analisados e resenhados.

Estudo de Caso

Uma mãe, procurou atendimento psicológico para filha C. de 17 anos, dizendo ter sido solicitado pela própria. Na anamnese, a genitora relatou que a filha é muito tímida, que evita os homens e que se esconde atrás de roupas largas, também, disse que relatou à uma amiga sobre um abuso que sofreu na infância, da qual até então, a mãe não tinha conhecimento. A partir dessa primeira entrevista com o responsável, pode-se afirmar que a adolescente sofreu, na infância, violência sexual. A violência sexual







é o abuso da criança ou do adolescente para favorecimento sexual de adultos ou de adolescentes. Engloba atos físico que incluem carícias nos órgãos genitais, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal (TJPR, 2012).

No primeiro acolhimento psicológico com a adolescente, ela chorou e ficou um período em silêncio, depois, relatou que foi abusada aos 8 anos de idade (não se lembra ao certo) e que desde então sente-se culpada pelo ocorrido. Ademais, disse que em outros momentos da vida também sofreu assédio por outras pessoas, relatando só conseguir se desviar uma vez. Sobre isso, Furniss (1993 apud FLORENTINO, 2015), aborda que é comum haver sentimento de culpa em crianças e adolescentes que foram abusadas sexualmente, sendo este sentimento um dano secundário advindo da estigmatização por parte das pessoas próximas e é um dos efeitos emocionais mais severos decorrentes do abuso.

A paciente demonstrou tristeza em seus relatos, e com isso, foi utilizado de empatia pela estagiária, expressando compreender o que estaria vivenciando, sem julgamentos. Para Rogers (1997), essa ação refere-se à a empatia e a compreensão positiva incondicional, que são reivindicados pelo terapeuta para que o paciente o perceba como autêntico e mude seus sentimentos pessoais, sendo esse processo o que possibilita que o paciente se atualize e que o processo terapêutico aconteça.

Além disso, a estagiária teve uma posição não-diretiva em todos os atendimentos, em que a própria paciente conduzia os caminhos do tratamento, e as pontuações necessárias foram feitas sobre as falas da mesma. Rogers acredita que conduzir um atendimento de forma não-diretiva faz com o que o indivíduo tome suas próprias direções, sendo o terapeuta responsável por facilitá-lo, acreditando que ele mesmo conhece de si (GASMAN, 1971).

C. diz que teve crises de ansiedade ao lembrar do ocorrido e deu ênfase a isso dizendo a prejudicar no seu dia a dia. Ainda, repetindo diversas vezes, disse que as atividades escolares ocupam muito seu tempo e a deixa bastante ansiosa, o que a impede de ter "um tempo para si", o qual gostaria de ter. Além disso, disse que já pensou em suicídio e que já cometeu automutilação. Day e colaboradores (2003 apud FLORENTINO, 2015) dizem que a ansiedade e a ideação suicida podem ser consideradas danos tardios manifestados a partir de situações de violência. Ademais, o DSM V (APA, 2014) diz que no Transtorno de Personalidade Borderline (TPB) há recorrência de comportamento, gestos ou ameaças suicidas ou de comportamento automutilante, sendo essa uma hipótese diagnóstica a ser investigada.







Em um momento deste atendimento, relatou não gostar de falar ou de expressar seus problemas para as pessoas, pois teme preocupa-las, inclusive, questiona a estagiária se ela estaria "enchendo sua cabeça". Isso pode ser explicado por alguns sintomas do TPB, que devem ser investigados.

O TPB consiste em instabilidade das relações interpessoais, da autoimagem e dos afetos e de impulsividade acentuada que surge no início da vida adulta e está presente em vários contextos. Inclui esforços desesperados para evitar abandono real ou imaginado, perturbação da identidade, impulsividade em pelo menos duas áreas potencialmente autodestrutivas, recorrência de comportamento, gestos ou ameaças suicidas ou de comportamento automutilante, instabilidade afetiva devida a uma acentuada reatividade de humor, sentimentos crônicos de vazio, raiva intensa e inapropriada ou dificuldade em controlá-la, ideação paranóide transitória associada a estresse ou sintomas dissociativos intensos (APA, 2014).

Assim, de acordo com Romaro e Capitão (2007 apud FLORENTINO, 2015) o abuso sexual infantil é facilitador para o aparecimento de psicopatologias graves posteriores, o que pode prejudicar a evolução psicológica, afetiva e social da vítima, sendo que os efeitos podem se manifestar de diversas maneiras, em qualquer momento da vida (ROMARO; CAPITÃO, 2007, p. 151 apud FLORENTINO, 2015). C. pode ter vivenciado um Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), o que não deixou muito claro, pois ela não descreveu os sintomas vivenciados, o que sugere a necessidade de uma avaliação psiquiátrica.

O TAG envolve, segundo o DSM V, ansiedade e preocupação excessivas, acompanhados de alguns sintomas: como inquietação, fatigabilidade, dificuldade de concentração, irritabilidade, tensão muscular, perturbação do sono, prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo. Deve seguir alguns critérios para se diagnosticar (APA, 2014).

Além disso, C. disse ter medo de engordar, se monitorando constantemente sobre o tamanho da barriga, pois a barriga maior a lembra de gravidez, a qual teve medo de ter adquirido pelo abuso. Segundo Prado (2004 apud FLORENTINO, 2015) os sintomas que advém deste tipo de sofrimento, atinge várias esferas e atividades da vida de uma criança ou adolescente, podendo atingir tanto o corpo quanto o comportamento, pois, foram despertadas sensações novas que não puderam ser integradas. A adolescente evitava os estímulos associados ao evento traumático, para evitar recordações, pensamentos ou sentimentos angustiantes, os quais de acordo com a APA (2014) no DSM V, é critério para o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), o que também sugere avaliação psiquiátrica.

O TEPT engloba a exposição a episódio concreto ou ameaça de morte, lesão grave ou violência, com sintomas que envolvem o evento traumático, como lembranças intrusivas angustiantes,







recorrentes e involuntárias, sonhos angustiantes recorrentes, reações dissociativas, sofrimento psicológico intenso ou prolongado e reações fisiológicas intensas a sinais internos ou externos que simbolizam ou se assemelham a algum aspecto do evento traumático, evitação persistente de estímulos associados, dentre outros (APA, 2014).

Discorreu que não se sente à vontade em conversar com a família sobre o ocorrido e quando sente vontade de chorar ou desabafar sai de casa, escuta músicas ou conversa com um amigo. Para Siqueira, Arpini e Savegnago (2011) existe um receio em não ser compreendida ou interpretada equivocadamente por parte da família e de outras pessoas, por isso, a vítima costuma se silenciar diante da violência. Além disso, há o medo do constrangimento e de ser humilhada (ARAÚJO, 2002; COSTA; et al., 2007 apud ARPINI; SAVEGNAGO, 2011).

No segundo atendimento, relatou não saber como se sentiu durante a semana. Em contraposição, a adolescente trouxe novamente sentimentos e comportamentos negativos advindos do pensamento do que lhe ocorrera, como ficar triste e se machucar com as unhas, na tentativa de alcançar alívio, além de ter pensado novamente em suicídio. Isso diz respeito ao conceito rogeriano de manutenção, ou seja, C. permanece repetindo alguns comportamentos e pensamentos. Segundo o DSM (APA, 2014) comportamentos autodestrutivos são critério de TEPT C. demonstrou também preocupação excessiva com as questões escolares e com o que as pessoas pensam sobre ela, e também preocupação em causar preocupação a outras pessoas. Esse pensamento de não preocupar outras pessoas, pode advir de um sentimento de baixa estima.

Sobre isso, Lira (2017) diz que muitas implicações integram a vida de pessoas que sofrem abusos, como a baixa autoestima e comportamentos autodestrutivos. Ainda, preocupar-se com o pensamento de outras pessoas, pode se referir a uma incongruência entre os selfs, em que Rogers diria que "a pessoa tenta ser o que as pessoas querem que ela seja, em lugar do eu que ela realmente é" (ROGERS; WOOD, 1978, p. 197 apud FONSECA; LÔBO, 2015). Com isso, o que é registrado no organismo e a representação simbólica na consciência não condizem, o que gera conflito na imagem que a pessoa possui de si própria, desta forma, passando a buscar a imagem que outros esperam. Ainda, essa confusão é o que explica o sofrimento e insegurança (ROGERS, 1957/2008 apud FONSECA; LÔBO, 2015).

Então, C. possui muitos sintomas decorrentes de um possível TEPT, de acordo com o DSM V, onde ela vivenciou diretamente um evento traumático, que foi a violência sexual, e a partir disso possui lembranças intrusivas angustiantes, recorrentes e involuntárias do evento traumático e sofrimento







psicológico intenso ou prolongado ante a exposição a sinais internos ou externos que simbolizem ou se assemelhem a algum aspecto do evento traumático, dentre outros (APA, 2014).

Ainda, neste atendimento a adolescente trouxe aspectos do dia a dia que a fazia sentir melhor, como tomar banho, passear, orar e conversar com amigos, além de conseguir organizar melhor suas rotinas escolares. Com isso, conseguir encontrar suas próprias saídas para alívio dos sintomas, diz respeito à capacidade do indivíduo em se auto atualizar, de acordo com Rogers (1987), o indivíduo consegue modificar seus autoconceitos e ter atitudes autônomas, assim, crescendo e realizando mudanças. No segundo atendimento então, foi percebida baixa autoestima, preocupações excessivas, sobrecarga emocional e ansiedade, entretanto em menor intensidade em comparação com o atendimento anterior, além disso, visualizou saídas para alívio das suas angústias.

No terceiro atendimento, C. demonstrou preocupação com a aparência física, dizendo se sentir gorda, o que a faz relacionar novamente a barriga maior com a gravidez. Essa autoimagem corporal que C. tem, pode dizer respeito à um critério de TPB, onde de acordo com o DSM (APA, 2014) há perturbação da identidade, a qual existe instabilidade acentuada e persistente da autoimagem ou da percepção de si mesmo.

A adolescente pensou em meios para evitar que venha a engordar ou a crescer sua barriga, como por exemplo os comportamentos adotados por pessoas com "Bulimia", a qual nomeou e tomou conhecimento na televisão. Outra alternativa exposta por C. é diminuir a quantidade de comida que ingere. São comuns, numa traumatização devido abuso sexual, problemas relacionados com a alimentação, assim como bulimia ou anorexia (GABEL, 1997 apud FLORENTINO, 2015). Desta forma, mesmo que no momento atual não há indícios de transtornos alimentares, a adolescente se encontra em pré-disposição para que surjam.

Em contrapartida, C. temia adoecer tomando tais atitudes sobre a alimentação, então, disse querer optar por outras saídas como o exercício físico. Porém, tinha medo de executar pois anteriormente já tentou e sentiu dores abdominais parecidas com as que sentia e que a deixava hospitalizada, provavelmente, relacionadas ao abuso, o que a faz rememorar. Lesões físicas podem ser consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes, pois não possuem preparo físico, biológico e orgânico para isso. Com isso, existem queixas somáticas habituais como dores abdominais agudas (GABEL, 1997 apud FLORENTINO, 2015).

De tal modo, C. fez relação à dor que sentia, provavelmente, proveniente do abuso sexual, com outras dores abdominais, o que a faz rememorar o trauma. Ademais, isso diz respeito especificamente ao critério 5 do DSM V, que diz sobre as reações fisiológicas intensas a sinais internos ou externos







que simbolizam ou se assemelham a algum aspecto do evento traumático, advindos de um possível TEPT (APA, 2014).

C. disse também, estar confusa em relação aos sentimentos, não sabendo defini-los. Para Wood (1983) essa confusão diz respeito à incongruência, que é um estado em que existe uma discrepância entre o eu, tal como é percebido, e a experiência presente no organismo total, o que pode justificar estados de tensão e ansiedade da adolescente.

No quarto atendimento, a paciente trouxe a preocupação sobre o que as pessoas pensam sobre a forma que ela fala, se a acham ignorante. Isto, pode ser um critério de TPB, em que há o medo e a tentativas de evitar abandonos imaginados, segundo uns dos critérios do DSM V (APA, 2014).

Disse não ter conseguido fazer os exercícios físicos, conforme "prometido" para estagiária, pelo medo de sentir a dor na barriga, já falada em atendimento anterior, mas que estava conseguindo comer menos, estando determinada a não engordar. Relatou ter tido crises de ansiedade, principalmente quando lembra da violência. No atendimento foi sugerido para a paciente que procurasse avaliação psiquiátrica e solicitou-se a presença da genitora para fazer tal comunicado.

No quinto atendimento, em uma devolutiva com a mãe, foi informado o encaminhamento ao psiquiatra e nenhuma nova demanda foi trazida. A mãe relatou que C. diz não querer casar ou ter filhos e que se esconde atrás de roupas largas, além de não gostar de contato físico. Para Silva (2000 apud FLORENTINO, 2015), após uma experiência traumática, a vítima cria uma proteção em volta de si que pode impedi-la de seguir normalmente a vida, além disso, uma vítima de estupro pode apresentar rejeição à contato físico (SILVA, 2000, p. 32 apud FLORENTINO, 2015).

Neste dia, a paciente disse estar bem, que deu conta das atividades escolares e tem conseguido sair com os amigos. De um ponto de vista de Rogers (1992) isso diria respeito a condição do indivíduo de se expandir e de crescer de forma independente, onde seus comportamentos não estão em manutenção, assim, saindo da comodidade. Assim, pode-se entender que C. está se desenvolvendo no processo psicoterapêutico. Também discorreu que em alguns momentos não consegue definir os sentimentos. No mesmo atendimento se contrapôs dizendo não ter conseguido chorar em casa nos momentos que se sentiu angustiada. Foi percebida melhora do humor em relação ao último atendimento.

No sexto atendimento, C. discorreu que teve uma semana corrida em relação às tarefas da escola, que a fez chorar algumas vezes, em contraposição, diz estar tranquila e que não tem deixado nada e ninguém a abalar, dizendo estar "zen". Neste atendimento, foi comunicado sobre o encerramento dos







atendimentos na próxima semana e solicitada a presença da genitora, o que foi bem aceito. Ademais, não foram identificadas mudanças de humor.

De tal forma, vê-se que C. sofreu um tipo de violência na infância, que reflete na sua vida adolescente, através de vários sintomas emocionais e comportamentais. Algo relevante percebido nas suas falas são as várias contradições, o que demonstra desorganização do pensamento e discurso, que pode sugerir também transtornos psicológicos. De tal modo, se torna muito importante que a paciente tenha avaliação e acompanhamento psiquiátrico, para controlar as descompensações observadas, além de seguir psicoterapia contínua, visto que há grande desorganização emocional. Ademais, percebe-se que C. é capaz de enxergar estratégias para melhorar suas angústias e caminhos para mudança, então, como visto através da visão rogeriana centrada na pessoa, capaz de se expandir e atualizar.

Considerações finais

Com a realização dos atendimentos no Estágio Específico II foi possível fazer relação entre as teorias, que já tinham sido estudadas anteriormente, e a prática. O caso em questão, então, evidenciou algumas demandas que podem ser encontradas nos atendimentos em um futuro profissional, o que corrobora para a formação e experiência acadêmica.

Percebe-se que são diversas as consequências do abuso sexual para as vítimas, e para isso a Psicologia se torna de extrema importância na tentativa de minimizar os danos psíquicos, comportamentais e emocionais das violências. Com a condução dos acolhimentos psicológicos, embasados na Abordagem Centrada na pessoa, no serviço de Psicologia do Núcleo de Práticas Jurídicas, foi possível perceber mudanças necessárias à saúde mental, não só dessa, mas de muitas pessoas atendidas.

Desta forma, considera-se que o estágio em questão, com os atendimentos realizados, proporcionou um maior conhecimento para os estagiários envolvidos, sendo o propiciador de contato com o campo profissional de forma individual e realizador de associação da teoria e prática, contribuindo para as formações acadêmicas e profissionais do psicólogo.

Referências

APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5 ed. Porto Alegre: Atmed, 2014. 948 p.

BACELLAR, A. ROCHA, J. S. X. FLÔR, M.S. Abordagem centrada na pessoa e políticas de saúe brasileiras do século XXI: uma aproximação possível. **Revista NUFEN: Phenomenology and**







Interdisciplinar, Pará, vol. 4, n. 1. Pág. 127-140. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v4n1/a11.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. Fractal: **Revista de Psicologia**. 27, 2. jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-02922015000200139&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 22 de jun. 2021.

FONSECA, E. F. M.; LÔBO, W. L. Tentativa de suicídio: reflexões em base a clínica centrada na pessoa. **Rev. NUFEN** vol.7 no.2 Belém dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912015000200008. Acesso em: 08 jun. 2021.

FRANÇA, F. Reflexões sobre psicologia jurídica e seu panorama no Brasil. **Psicol. teor. prat.** v.6 n.1 São Paulo jun. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872004000100006. Acesso

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872004000100006. Acesso em: 01 de jun. 2021.

GASMAN, L. Possibilidade de uma Didática Não-Diretiva: teoria de Rogers e didática. Curriculum. Rio de Janeiro, vol. 10. N1. pág. 29-46, 1971. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:I0TzauTpcKkJ:bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/curriculum/article/viewFile/61966/60133+&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 02 de jun. 2021.

LAGO, V. M.; et. al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estud. psicol**. (Campinas) 26 (4). Dez 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/estpsi/a/NrH5sNNptd4mdxy6sS9yCMM/?lang=pt. Acesso em: 01 de jun. 2021.

LIRA, M. O. S. C.; et.a l. ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA ADULTA. Texto contexto - enferm. 26 (3). 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/Fq8Cg6F7bcbZRNhxFqKTMTR/?lang=pt. Acesso em 08 de jun. 2021.

NUNES, A. J.; SALES, M. C. V. Violência contra crianças no cenário brasileiro. Temas Livres . **Ciênc. saúde colet**. 21 (3). Mar 2016. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/csc/a/hbQG5xjXFgD6qBLw4D95NNg/?lang=pt#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Sa%C3%BAde,desenvolvimento%20e%20matura%C3%A7%C3%A3o%20das%20crian%C3%A7as. Acesso em: 22 jun. 2021.

ROGERS, C. R. **Um Jeito de Ser**. Tradução de Maria Cristina Machado Kupfer; Heloísa Lebrão; Yone Souza Patto. Revisão da tradução: Maria Helena Souza Patto. 4ª Reimpressão. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda. 1987, 186 pág.

. Terapia centrada no cliente. Tradução Cecília Camargo Bartalotti; Revisão da tradução
Silvana Vieira. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 1992. 313 p. (Obra original 1951).
Tornar-se Pessoa . Tradução: Manuel José do Carmo Ferreira e Alvamar Lamfarellj.
Revisão Técnica: Cláudia Belíner. 5ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1997. (Obra
originalmente publicada em 1961).







SANTOS, C. B. Abordagem Centrada na Pessoa- Relação Terapêutica e Processo de Mudança. **Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Fernando Fonseca- Psilogos**. Portugal, vol. 1, n.2, pág. 18-23, 2004. Disponível em:

http://www.psilogos.com/Revista/Vol1N2Indice2_ficheiros/Santos.pdf. Acesso em: 10 de fev. 2021.

SACRAMENTO, L. T.; REZENDE, M. M. Violências: lembrando alguns conceitos. **Aletheia**, n. 24, Canoas. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300009. Acesso em: 22 de jun. 2021.

SIQUEIRA, A. C.; ARPINI, D. M.; SAVEGNAGO, S. D. O. Família e abuso sexual na perspectiva de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Aletheia**, n. 34, Canoas. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942011000100009. Acesso em: 08 de jun. 2021.

TJPR. Risco, violência e acolhimento de crianças e adolescentes no estatuto da criança e do adolescente. Disponível em:

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/tj_pr/consij_pr_risco_e_violencia_2012.pdf. Acesso em: 08 de jun. 2021.

UNIFG. **Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ**. Disponível em:

https://centrouniversitariounifg.edu.br/nucleo-de-praticas-juridicas-npj/. Acesso em: 01 jun. 2021